



ÍNDICE

INTRODUÇÃO | 7

PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 42

OBRAS MUNICIPAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO | 81

ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 99

CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TURISMO | 121

AÇÃO SOCIAL, SAÚDE PROTEÇÃO CIVIL E BEM-ESTAR ANIMAL | 175

URBANISMO, PLANEAMENTO, TRANSPORTES E MOBILIDADE | 201

AMBIENTE, JARDINS E ESPAÇOS VERDES, PAISAGEM URBANA E DESPORTO | 219

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL | 249

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL | 269

- **RESUMO DO ORÇAMENTO**
- **ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL**
- **PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**
- **PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



OUTROS DOCUMENTOS

- **MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA**
- **ORÇAMENTO – FEIRA VIVA CULTURA E DESPORTO EEM**
- **ORÇAMENTO – SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM SA**
- **ORÇAMENTO – ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Plano e Orçamento para o ano de 2025 que aqui se apresenta é o resultado de um persistente trabalho de equipa e traduz o rumo que, com pragmatismo, traçámos para um território de fazedores, em constante crescimento e transformação.

Com o mesmo pragmatismo, passo a sintetizar as linhas orientadoras deste instrumento de gestão previsional, alicerçadas na estratégia de desenvolvimento que definimos para Santa Maria da Feira e detalhadas nos diferentes capítulos deste documento.

Um plano e orçamento de contas certas:

Responsável e ponderado, alicerçado no rigor, na disciplina e no equilíbrio orçamental [atinge os 115 milhões de euros, aos quais acrescerá, previsivelmente, 58 milhões de saldo orçamental, traduzindo-se num valor global de 173 milhões de euros].

Ambicioso, mas consciente, apostado no fazer bem, no fazer diferente, no fazer melhor.

Centrado na eficiência financeira, com foco no pagamento a tempo e horas e na capacidade orçamental para execução de projetos estruturantes.

Um plano e orçamento para as pessoas:

Que apoia e incentiva a Natalidade, que mitiga os custos associados à parentalidade, que combate o envelhecimento da população num território cada vez mais atrativo para nascer, viver e envelhecer.

Que aposta na Educação como um pilar de desenvolvimento e elevador social; que acautela os procedimentos para a construção do Centro Escolar da Feira e requalificação das Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclo; que dá resposta às novas exigências das nossas escolas, decorrentes da descentralização de competências em matéria de recursos humanos, transportes e refeições.

Que prioriza a Saúde dos feirenses com a entrada em funcionamento das novas Unidades de Saúde Familiar (USF) de Canedo, Milheirós de Poiares e Nogueira da Regedoura/S. Paio de Oleiros; com a abertura de procedimentos para a construção da USF de Fiães e Polo de Saúde da Feira; com a execução de obra nas USF de Rio Meão e Romariz; com a reabilitação de mais

seis USF ao abrigo da descentralização de competências; com a certeza de que continuaremos a dialogar com o Governo para que outras USF possam ser requalificadas ou construídas de raiz no nosso território.

Um plano e orçamento de crescimento:

Que acompanha com particular atenção a tendência de aumento demográfico num concelho que se prepara para, pela primeira vez, ultrapassar a fasquia dos 140 mil habitantes, invertendo o ciclo de queda da população dos últimos anos.

Que aposta no reforço e modernização dos serviços municipais para dar resposta ao crescente número de processos urbanísticos que diariamente dão entrada na Câmara Municipal, tendência que acompanha a atratividade do território para residentes e investidores.

Que continua focado na urgência da Habitação, priorizando a reabilitação de empreendimentos municipais; que dá luz verde aos procedimentos para atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado; que concretiza a Carta Municipal da Habitação, instrumento estratégico para a programação e execução das políticas locais de habitação.

Um plano e orçamento de proximidade:

Que põe em marcha o já aprovado aumento em 40% das transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, melhorando a sua capacidade de resposta às populações em áreas fundamentais como a limpeza e o asseio do espaço urbano.

Que prossegue com a requalificação da rede viária do concelho, finalizando a 10ª fase de repavimentações e pondo em marcha a 11ª, ambas com impactos indiscutíveis ao nível da segurança rodoviária.

Que dá continuidade à política de construção e reabilitação de parques naturais e zonas pedonais por todo o concelho; que promove a preservação ambiental e um maior conforto, usufruto e apropriação do espaço público por parte das populações; que prioriza a segurança e o bem-estar de todos os feirenses; que mantém um olhar atento às políticas ativas para o bem-estar animal.

Um plano e orçamento transformador:

Que prioriza o projeto de execução do Túnel da Cruz, imperativo para a concretização de uma das obras mais estruturantes para o nosso território, competência do Governo que a Câmara Municipal assumiu em sua substituição.

Que dá continuidade às negociações com o Ministério da Justiça para a requalificação do Tribunal de Santa Maria da Feira, mantendo a disponibilidade já demonstrada para assumir a contratação e o custo do projeto de execução, outra competência do Estado que conta com o total empenho desta Câmara Municipal para uma rápida e definitiva resolução.

Que mantém na agenda de negociações com o Governo os dossiês da Linha do Vale do Vouga e Linha de Alta Velocidade, ambos estruturantes para o território e para a região.

Um plano e orçamento para as instituições:

Que reforça as medidas de apoio às Juntas de Freguesia, Associações Culturais e Desportivas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), pilares da coesão social no território, vitais no apoio e retaguarda das populações.

Que valoriza programas inovadores de desenvolvimento social, cultural e desportivo, capacitadores das diferentes organizações, promotores do trabalho em rede e do bem-estar das diferentes comunidades, sempre com um olhar atento aos grupos mais vulneráveis.

Que valoriza a força do movimento associativo concelhio nas suas múltiplas dimensões, motor de desenvolvimento de um território coeso e solidário, onde ferve o gosto pela prática desportiva, pelas raízes e tradições, pela inovação e criação artística.

Um plano e orçamento para um concelho vibrante:

Que se adapta com engenho aos grandes desafios económicos do país para manter e reforçar o dinamismo empresarial, e continuar a atrair investimento em setores estratégicos, que potenciem a sustentabilidade económica e ambiental do território.

Que reforça o investimento em projetos culturais diferenciadores e reafirma o posicionamento de Santa Maria da Feira como cidade-palco, onde emergem criadores artísticos apostados na



difusão e circulação internacional, encenadores e atores de reconhecido mérito e voluntários genuinamente apaixonados por uma terra onde a Cultura é capital todos os dias.

Que investe na juventude, no turismo, na salvaguarda do património, na promoção da leitura, no arquivo documental, na museologia; que envolve orquestras, bandas e tunas musicais em criações originais; que aposta na capacitação dos agentes culturais e na formação de novos públicos; que valoriza os fazedores da Festa das Fogaceiras, da Semana Santa, do festival Imaginarius, da Viagem Medieval e de Perlim, mas também do Festival Internacional de Marionetas, do Ciclo de Órgão de Tubos, da Noite do Circo e de tantos outros projetos emergentes que começam a conquistar o seu espaço num território que não para de surpreender, onde Todos têm oportunidade de participar.

Apesar de ponderadas e realistas, as metas que estabelecemos para 2025 não deixam de ser ambiciosas e de grande exigência, mas estou certo de que serão concretizadas com o empenho de todos – da equipa de vereadores, das diferentes sensibilidades partidárias, dos funcionários municipais e das gentes de Santa Maria da Feira, a quem agradeço o precioso contributo diário para a construção de um concelho melhor, mais atrativo, mais coeso e solidário, que faz jus aos seus fazedores.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Dr. Amadeu Albergaria

introdução

Nota Introdutória

A preparação e elaboração dos documentos previsionais do Município de Santa Maria da Feira foi feita tendo em consideração o estabelecido nos diplomas aplicáveis, designadamente, o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP); a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e Comunidades Intermunicipais; a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), a qual enuncia os princípios orçamentais; o Decreto-Lei n.º 54 -A/99, de 14 de setembro, pelo qual foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e ripristinado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, do qual se mantêm em vigor designadamente o ponto 3.3 relativo às regras previsionais.

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 41.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro determina que a elaboração dos Orçamentos anuais é enquadrada num Quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o Quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Não obstante, determina o artigo 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local “, são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja até 3 de janeiro de 2014.

Assim, considerando que a aludida legislação não foi ainda publicada, pelo que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO e QMPFAL, foi entendimento do Município, na sequência da recomendação da ANMP, tal como aconteceu em exercícios anteriores, não preparar aqueles Quadros para o exercício de 2025.

Sem prejuízo do referido anteriormente considera-se que o novo modelo de Orçamento, previsto na NCP 26 do SNC-AP, é integralmente adotado pelo Município e responde integralmente aos quesitos do QPPO, previstos no artigo 44.º do RFALEI, mas ainda não regulamentados, reitere-se, designadamente:

- Define os limites para a despesa do Município;
- Estabelece as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município;
- Abrange mais do que os 4 exercícios preconizados para o QPPO.

Acresce salientar que foram preparados em conformidade com o parágrafo 17.º da NCP 1 do SNC-AP as demonstrações financeiras previsionais compostas por:

- Balanço previsional;
- Demonstração dos resultados previsional;
- Demonstração dos fluxos de caixa previsional.

1. INTRODUÇÃO

Os documentos previsionais para o ano de 2025 foram concebidos à luz dos princípios essenciais da governação autárquica, com especial ênfase no equilíbrio, transparência, estabilidade e rigor orçamentais, garantindo uma gestão focada no bem-estar dos munícipes e no desenvolvimento sustentado do território. Para tal, a eficiente alocação de recursos e a criteriosa seletividade na despesa Municipal mantêm-se como os eixos estruturantes do Orçamento, a par do compromisso contínuo com o progresso social, económico, científico e tecnológico.

Num contexto económico e social desafiante, onde predominam fatores exógenos que impactam profundamente as finanças municipais, o Município de Santa Maria da Feira enfrenta limitações adicionais para dar resposta a todas as necessidades. Estes fatores de incerteza macroeconómica condicionam a execução do Orçamento em curso e desafiam a elaboração do Orçamento para 2025, ao exigirem adaptações cuidadosas na alocação de recursos. Assim, a formulação das projeções orçamentais para o ano de 2025 fica condicionada à incorporação do saldo da conta de gerência de 2024, saldo este que permitirá implementar as novas intenções de investimento do Município de Santa Maria da Feira.

No âmbito das taxas municipais, para o ano de 2025, optou-se pela manutenção dos valores atualmente em vigor, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira. Esta continuidade reflete a intenção de proporcionar estabilidade financeira aos serviços Municipais, aos munícipes e ao tecido empresarial, até que se possam reunir as condições necessárias para uma revisão abrangente deste Regulamento.

Em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Município manteve a taxa em 0,365%, assumindo assim, um valor abaixo do limite máximo. Acresce ainda que o Município autorizou a aplicação uma dedução máxima da taxa de IMI conforme o número de dependentes do agregado familiar, assumindo assim o apoio suplementar às famílias residentes:

- **1 dependente:** 30 euros
- **2 dependentes:** 70 euros
- **3 ou mais dependentes:** 140 euros

O Município adicionalmente, como forma de apoio à população residente e às atividades económicas nas zonas adjacentes ao aterro sanitário intermunicipal, situadas a menos de 1200 metros do mesmo, decidiu aplicar uma redução de 30% na taxa de IMI desse território. Esta medida visa mitigar os efeitos adversos da atividade do aterro, contribuindo para a fixação de residentes e a manutenção de atividades económicas numa área que, dada a sua localização e ruralidade, apresenta densidade populacional inferior à média do Concelho.

Devido à implementação desta medida não foi possível apurar com fiabilidade o impacto da despesa fiscal para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Em 2025, o Município dá continuidade à política de incentivo às pequenas e médias empresas locais, com a aplicação de uma taxa reduzida de 1% de Derrama para empresas cujo volume de negócios anual seja inferior a 150 mil euros. Para as restantes empresas, a taxa aplicada será de 1,5%. Este diferencial de taxas visa fomentar a competitividade e sustentabilidade do comércio e das PME, garantindo-lhes condições para crescerem e contribuírem para o desenvolvimento económico do Concelho.

A estrutura orçamental para 2025 segue os princípios do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), bem como o classificador económico das receitas e despesas, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, dividindo as despesas entre correntes e de capital. As Grandes Opções do Plano (GOP) definem as diretrizes estratégicas do desenvolvimento Municipal, organizadas em quatro grandes funções:

1. **Funções Gerais**
2. **Funções Sociais**
3. **Funções Económicas**
4. **Outras Funções**

2. APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

A elaboração e preparação dos documentos previsionais para o ano de 2025 foi um processo rigoroso que se orientou pelos princípios e normas legais estabelecidas em diversos diplomas de relevo no Quadro da gestão financeira das autarquias locais. A conformidade com as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que estabelece as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), em vigor desde 1 de janeiro de 2020, foi fundamental para garantir que as contas municipais estivessem adequadas às exigências do novo modelo contabilístico, alinhando-se aos melhores padrões de transparência e rigor orçamental. Além disso, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), e a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que define a Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), foram igualmente determinantes na definição dos pressupostos orçamentais.

Adicionalmente, a aplicação das orientações do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações introduzidas ulteriormente, permitiu estruturar a contabilidade do Município de forma a garantir o cumprimento das regras orçamentais e fiscais estabelecidas para o setor público, assegurando o equilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira futura da autarquia. A implementação da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26, que regulamenta a contabilidade e relato orçamental, tem sido crucial para o adequado cumprimento das obrigações legais e para a transparência da execução orçamental.

No que se refere à metodologia seguida na elaboração do Orçamento para 2025, a primeira fase do processo consistiu na projeção das receitas, com o objetivo de definir a dotação máxima a ser alocada à despesa. A projeção foi realizada com base na execução orçamental até 31 de agosto de 2024, e os valores foram extrapolados para o final do exercício, sendo comparados com os dados dos anos anteriores (2021 a 2023), a fim de identificar tendências e comportamentos fiscais que pudessem influenciar a estimativa para o ano seguinte.

Essa projeção teve de ser ajustada à realidade económica e às circunstâncias externas, marcado por desafios significativos que impactaram as projeções económicas e orçamentais para 2025, devido ao impacto contínuo do conflito geopolítico resultante da invasão na Rússia na Ucrânia, e os conflitos no Médio Oriente, que são fatores que geram uma elevada incerteza nos desempenhos macroeconómicos e orçamentais.

Com base nesta incerteza, as receitas para o ano de 2025 foram estimadas tendo presente os parâmetros definidos pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, que estabelece a metodologia para a elaboração do Orçamento das autarquias locais. A fórmula prevista para a estimativa das receitas de impostos e taxas foi baseada na média aritmética das cobranças efetivas nos últimos 24 meses, com a exceção das receitas novas ou

das atualizações de impostos e taxas que já tenham sido objeto de deliberação pelas autarquias. Além disso, as transferências correntes e de capital, provenientes do Orçamento do Estado ou de outras entidades competentes, foram consideradas conforme os valores efetivamente homologados ou aprovados pelas entidades competentes, com destaque para os fundos relacionados com a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios.

As transferências financeiras, que a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado em vigor até à publicação do Orçamento de Estado para o ano a que ele respeita, também foram alvo de ajustes. No caso da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025, foi considerado o Mapa XII, que apresenta a distribuição dos recursos entre o Estado e os Municípios, incluindo o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal, a Participação no IRS e a participação no IVA, com um destaque especial para o valor excecional que, em 2025, será distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com uma alteração que prevê que 50% dessa distribuição tenha natureza de transferência de capital.

No que diz respeito à venda de bens de investimento, as estimativas foram baseadas na média aritmética das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses, com a exceção de valores extraordinários, como a venda de um imóvel destinado à construção de unidades de internamento de doentes agudos de psiquiatria, cujo montante de 1,5 milhões de euros foi excluído dessa média, dado tratar-se de uma receita extraordinária. A mesma atenção foi dada às competências descentralizadas, pelo Estado, com as verbas relativas ao Fundo de Financiamento da Descentralização contempladas conforme as orientações da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2025.

Considerando o impacto das novas políticas públicas, como os programas comunitários Portugal 2030 e o PRR, que substituirão os atuais programas comunitários, o Orçamento de 2025 também contemplou as verbas necessárias para a execução de infraestruturas e projetos estruturantes para o desenvolvimento do Município. Para os anos subsequentes a 2025, foi ainda considerado um índice de atualização das receitas, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e no âmbito dos fundos comunitários foram projetados valores previsionais com base nas candidaturas apresentadas.

Os montantes previsionais inscritos na rubrica de Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades foram aferidos de acordo com o disposto na alínea a) do Ponto 3.3 do POCAL: “As importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas a inscrever no Orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses”.

Tendo em consideração que, segundo as regras e princípios do POCAL, as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas apenas quando forem objeto de inscrição orçamental adequada, por prudência, foram dotadas algumas rubricas com valores residuais.

Todas as receitas foram estimadas tendo como base de cálculo a média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, exceto as rubricas:

- Impostos Abolidos, inscrita com valores residuais, uma vez que as arrecadações destes impostos se referem a impostos extintos, mas cuja cobrança foi efetuada na altura da liquidação;
- Na rubrica “Venda de Bens de Investimento”, designadamente 090101, o valor nela estimado resulta da Lei do OE para 2024 define que os Municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2025, orçamentar receitas respeitantes à venda de imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses. Como já referido, a venda do prédio rústico à ARSN – Norte não foi considerado por se tratar de uma receita extraordinária.

O saldo de gerência a transitar para o ano de 2025, ainda não se encontra apurado na data de elaboração do Orçamento, mas, com base nas estimativas provisórias, indicia que o Município de Santa Maria da Feira dispõe de condições financeiras para reforçar o Orçamento Municipal durante a primeira revisão, que está prevista para o mês de fevereiro de 2025. Este reforço orçamental permitirá alocar mais recursos a ações que se encontraram parcialmente dotadas nos documentos previsionais iniciais, conforme as normas estabelecidas na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2025.

Em relação à despesa, a preparação do Orçamento de 2025 foi feita com base em diversas premissas que garantem a previsão de execução orçamental de forma sensata, equilibrada e ajustada às necessidades reais do Município, nomeadamente:

- A projeção dos cabimentos ainda por requisitar, por se encontrarem numa fase de procedimento de contratualização;
- A projeção dos compromissos assumidos e não executados ao longo do ano de 2024, com os devidos ajustamentos por conta dos encargos cujo pagamento que ainda se espera efetuar até ao final de 2024;
- A projeção da transição da dívida registada, faturas de fornecedores e outros, conforme o cronograma financeiro, bem como o registo do histórico de faturas por pagar à data de 31 de dezembro;
- Os compromissos resultantes de contratos assumidos para o ano de 2025;
- A estimativa das despesas obrigatórias e permanentes, nomeadamente os vencimentos e encargos com os vencimentos, a satisfação do serviço da dívida e encargos com as instalações;
- Os investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) quer para as candidaturas já aprovadas, quer para as candidaturas a efetuar no ano de 2025;

- Consideração de dotações para investimentos que ainda se pretendem realizar de acordo com as orientações dos serviços Municipais responsáveis pela despesa.

Por fim, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o princípio do equilíbrio orçamental, o Orçamento de 2025 foi estruturado de forma a garantir que a receita prevista seja suficiente para cobrir todas as despesas, assegurando a sustentabilidade financeira atual e futura da autarquia e o cumprimento das suas obrigações legais, num cenário de rigor, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Nesta conformidade, o Orçamento para o ano de 2025, atinge o montante de 115.957.384€, que reflete um decréscimo de 5,35% face a 2024, ou seja, cerca de 6,5 milhões de euros.

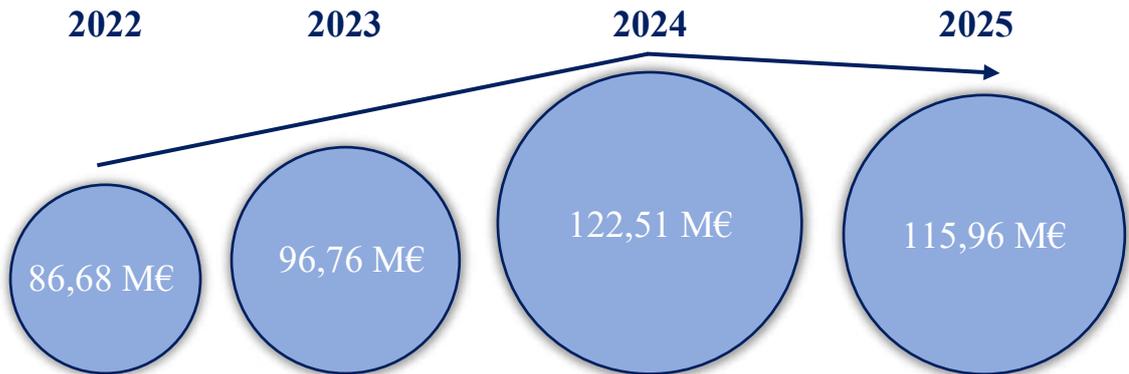
O decréscimo do Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para 2025 resulta fundamentalmente de dois fatores principais: o efeito das taxas de juro mais elevadas, que impactaram diretamente as receitas fiscais, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), e o adiamento de projetos de habitação no âmbito do Programa 1º Direito justificado pelo atraso na aprovação das candidaturas por parte das entidades competentes.

O aumento das taxas de juro, resultante do endurecimento da política monetária do Banco Central Europeu, gerou uma pressão sobre a concessão de crédito, dificultando o acesso a empréstimos para a aquisição de imóveis. Esse contexto gerou uma queda na atividade de compra e venda de imóveis, resultando numa diminuição significativa na arrecadação do IMT, um imposto importante para as receitas municipais.

Além disso, o Programa 1º Direito, também influenciou negativamente o Orçamento Municipal, pela não aprovação de candidaturas ao referido programa, devido a questões administrativas e à morosidade na aprovação de projetos, impedindo assim que recursos significativos fossem alocados à execução de projetos habitacionais.

Como resultado, o Orçamento de 2025 do Município de Santa Maria da Feira reflete também essas dificuldades conjunturais, com um impacto direto nas receitas e na capacidade de investimento da autarquia. Este cenário exige assim uma gestão ainda de maior rigor.

Gráfico 1- Evolução do Orçamento



Ao longo dos últimos anos o grau de execução da receita apresenta uma elevada taxa de execução, cumprindo o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que exige que seja superior a 85%. Reflete o rigor e a prudência com a elaboração dos documentos previsionais.

Quadro 1 – Execução da Receita

Anos	2020	2021	2022	2023	2024*
Taxa de Execução da receita	100,8%	102,7%	104,3%	98,9%	75,5%
* Execução à data de 31/10/2024					

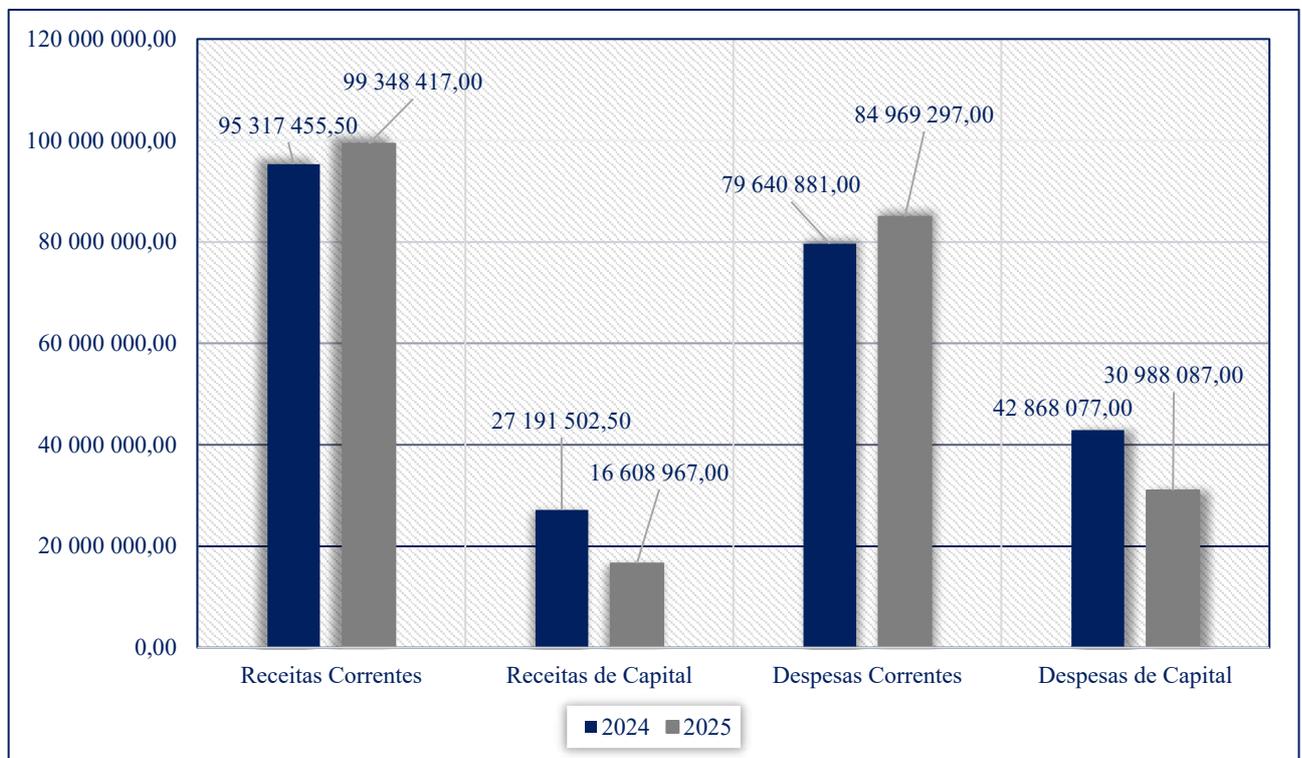
O valor global apresentado nesta proposta de Orçamento é repartido da seguinte forma:

Gráfico 2 - Desagregação do Orçamento 2025



A receita corrente atingirá um montante de 99,35 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 84,97 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 16,61 milhões de euros para uma despesa de capital de 30,99 milhões de euros.

Gráfico 3 - Análise comparativa entre a receita e a despesa entre os anos 2024 e 2025



Quanto à evolução da estrutura da receita e da despesa entre 2024 e 2025 observa-se o aumento da componente corrente tanto na receita como na despesa. Da mesma forma quanto à componente de capital observa-se a sua diminuição tanto na receita como na despesa.

Quadro 2 - Receitas e Despesas por Classificação económica

RECEITAS	Valor	%	DESPESAS	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	99 348 417,00	85,68%	DESPESAS CORRENTES	84 969 297,00	73,28%
IMPOSTOS DIRECTOS	36 068 379,00	31,10%	DESPESAS COM O PESSOAL	38 728 383,00	33,40%
IMPOSTOS INDIRECTOS	1,00	0,00%	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	36 471 615,00	31,45%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 840 441,00	1,59%	JUROS E OUTROS ENCARGOS	179 700,00	0,15%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3 947 491,00	3,40%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 455 336,00	4,70%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49 999 829,00	43,12%	SUBSÍDIOS	3 082 662,00	2,66%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	7 028 988,00	6,06%	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 051 601,00	0,91%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	463 288,00	0,40%			
RECEITAS DE CAPITAL	16 608 967,00	14,32%	DESPESAS DE CAPITAL	30 988 087,00	26,72%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	693 252,00	0,60%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	25 032 253,00	21,59%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15 910 611,00	13,72%	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 727 834,00	4,08%
ACTIVOS FINANCEIROS	2,00	0,00%	ACTIVOS FINANCEIROS	165 000,00	0,14%
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	PASSIVOS FINANCEIROS	1 063 000,00	0,92%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	102,00	0,00%	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5 000,00	0,00%			
Total	115 957 384,00	100,0%	Total	115 957 384,00	100,0%

Em termos de receita, verifica-se uma dependência do Orçamento das receitas correntes, que totalizam cerca de 99,35 milhões de euros e que contribuem em 85,68% para a receita total. Destaca-se ainda a receita proveniente das transferências correntes, que representam 43,12% e as receitas fiscais que totalizam 32,69% do valor total da receita.

As principais fontes de receita correspondem, às Transferências Correntes com a maior componente, 49.999.829€ (43,12% do total), que inclui 16.392.014€ das transferências resultantes da delegação de competências do Estado, nas áreas da educação, saúde e ação social, e 36.468.396€ das transferências dos fundos próprios municipais.

Segue-se os Impostos Diretos, com um valor significativo de 36.068.379€ (31,10%), sendo esta rubrica essencial para o financiamento corrente. As Venda de Bens e Serviços Correntes contribuem com 7.028.988€ (6,06%), refletindo receitas provenientes de serviços prestados.

No que concerne às despesas, as Despesas Correntes, totalizam 84.969.297€, representando 73,28% das despesas totais. As principais rubricas de despesa corrente que contribuem são, as Despesas com Pessoal, com 38.728.383€ (33,40%), que representa uma grande parte das despesas correntes, as Aquisição de Bens e Serviços, com um valor de 36.471.615€ (31,45%), esta representa os gastos necessários para manter os serviços operacionais, e as Transferências Correntes, com 5.455.336€ (4,70%), que indicam os apoios a outras entidades.

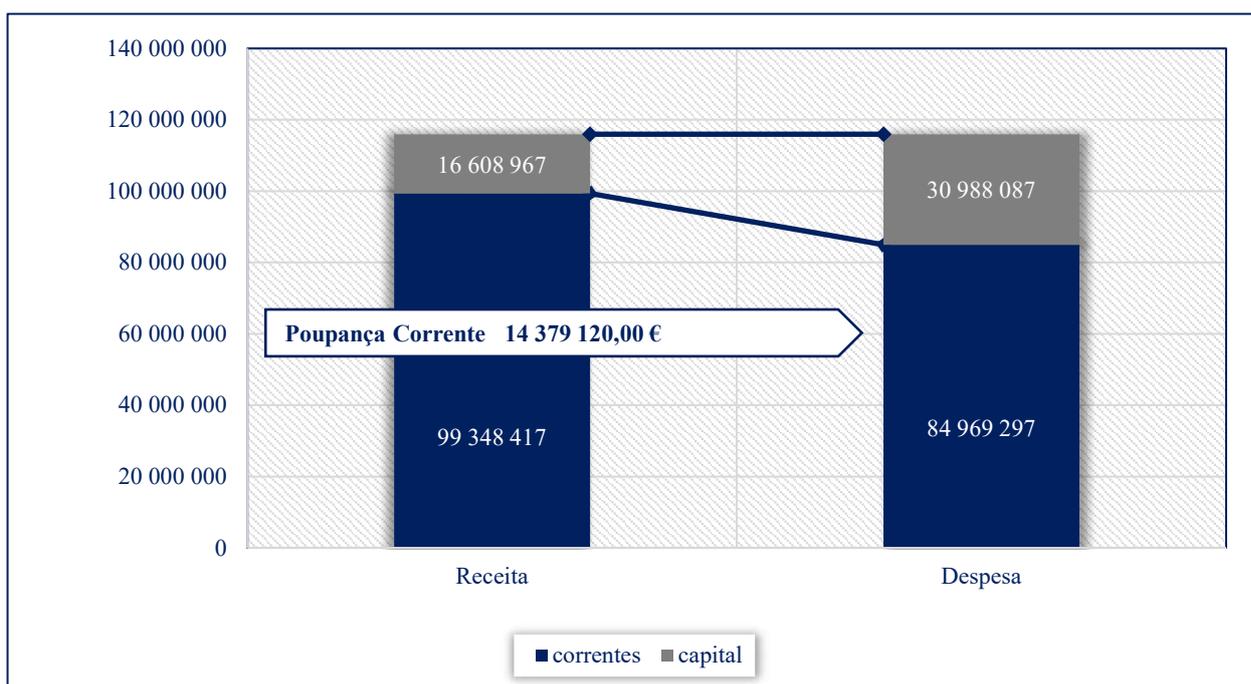
Quanto às Receitas de Capital, totalizam 16.608.967€, representando 14,32% do total das receitas. As principais rubricas que contribuem são, as Transferências de Capital, com 15.910.611€ (13,72%), incluem principalmente os fundos comunitários, seguido das Vendas de Bens de Investimento, com 693.252€ (0,60%), proveniente da alienação de ativos do património.

Quanto às Despesas de Capital, totalizam 30.988.087€, representando 26,72% do total das despesas, com destaque para as Aquisição de Bens de Capital, com 25.032.253€ (21,59%), reflete o investimento e as Transferências de Capital, que representam 4.727.834€ (4,08%).

O Orçamento apresenta uma estrutura em que as receitas correntes superam as despesas correntes, criando um excedente que permite cobrir parte das necessidades de financiamento das despesas de capital.

O total das receitas e despesas é de 115.957.384€, indicando que o Orçamento para 2025 está equilibrado. Este equilíbrio é alcançado, apesar do défice nas receitas de capital face às despesas de capital, graças ao excedente nas receitas correntes face às despesas correntes.

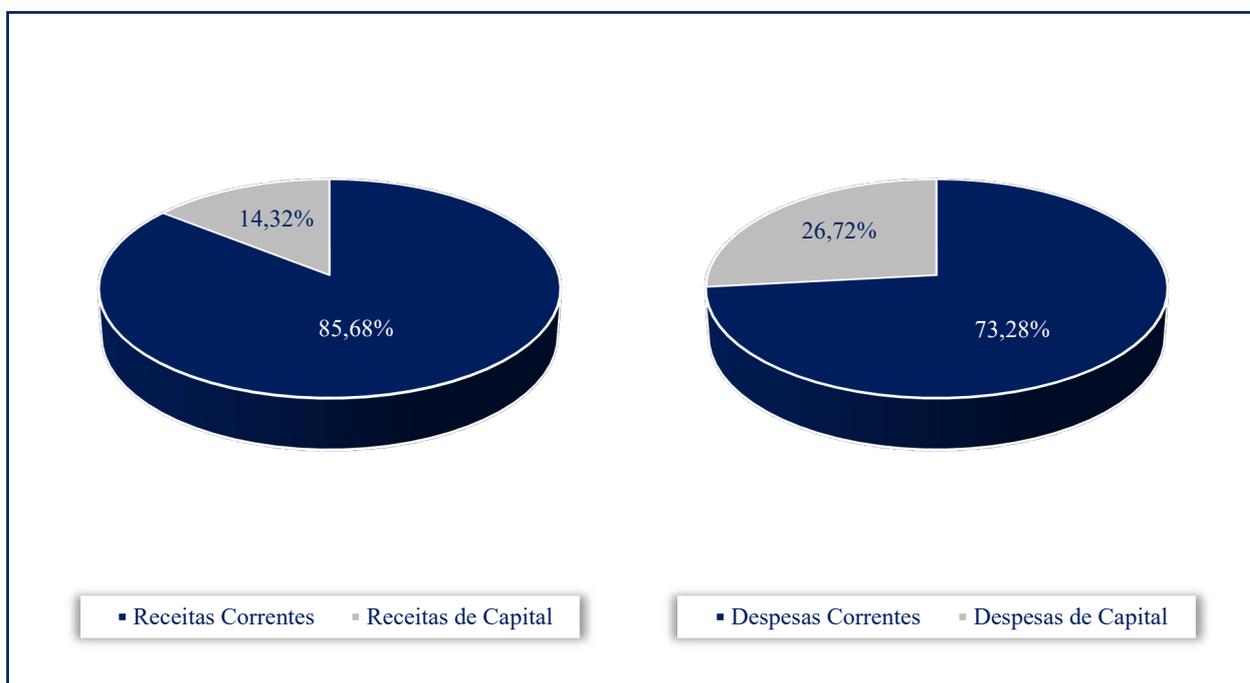
Gráfico 4 - Poupança Corrente



O gráfico 5, permite aferir a relação estrutural entre a receita corrente e a despesa corrente ao registar um superavit de 14,38 milhões de euros, o qual permite financiar no mesmo valor despesas de capital, incluindo a amortização da dívida.

Em termos relativos, verifica-se que a receita corrente representa 85,68%, enquanto a receita de capital representa 14,32% da receita total. Na componente da despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 73,28%, em contrapartida, a despesa de capital ascende a 26,72% da despesa total.

Gráfico 5 - Estrutura da Receita e da Despesa



Não obstante a poupança gerada, a regra de equilíbrio orçamental contemplada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), artigo 40º, determina que, para além do Orçamento Municipal prever todas as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, a “receita corrente bruta cobrada, deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

De realçar que o Orçamento Municipal para 2025, cumpre integralmente as regras atrás definidas, quer ao nível do cumprimento do equilíbrio orçamental, quer ao nível do saldo corrente, deduzido das amortizações.

Quadro 3 - Equilíbrio Orçamental ano de 2025

Equilíbrio orçamental - RFALEI (artigo 40º Lei 73/2013 de 3/9)			
Total Previsto	Fonte	Valor	Apuramento
Receitas Totais	Orçamento	115 957 384,00 €	
Despesas Totais	Orçamento	115 957 384,00 €	
Saldo	nº 1 do artº 40º	- €	Cumpre
A Receitas Correntes Estimadas	Orçamento	99 348 417,00 €	
B Despesas Correntes Estimadas	Orçamento	84 969 297,00 €	
C Amortizações Médias Previstas	Cálculo das AM	948 525,14 €	
D Diferença (A)-[(B)-(C)] > 0	nº 2 do artº 40º	13 430 594,86 €	Cumpre
E Receitas Correntes Estimadas		99 348 417,00 €	
F Despesas Correntes Estimadas		84 969 297,00 €	
G Amortizações Médias Previstas		948 525,14 €	
H 5% das receitas correntes totais		4 967 420,85 €	
Diferença E-F-G > H	nº 3 do artº 40º	13 430 594,86 €	Cumpre

Como se pode aferir do Quadro supra, o Município de Santa Maria da Feira detém um superavit de 13,43 milhões de euros, o que permite financiar com receitas correntes parte do investimento que o Município pretende realizar. O Município de Santa Maria da Feira cumpre e supera em 13,52% o conjunto de regras estabelecidas para o cumprimento do princípio do Equilíbrio Orçamental, ou seja, a receita corrente cobre a despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo para o ano de 2025.

O Município de Santa Maria da Feira tem apresentado ao longo dos últimos anos, saldos orçamentais substanciais, que permitem fazer face a situações imprevistas, quer no âmbito de despesas correntes, quer no âmbito das despesas de capitais, permitindo alocar verbas destinadas a investimentos imprescindíveis ao bem-estar da população Feirense.

Assim, estima-se que no Orçamento Municipal de 2025, seja incluído numa revisão (Alteração orçamental modificativa), um valor de cerca de 58 milhões de euros, valor esse que se encontra já alocado em dotações não definidas.

A gestão do Município de Santa Maria da Feira tem sido pautada pela sua estabilidade e posição financeira saudável, o que é comprovado pelos indicadores apresentados nos títulos seguintes.

3. PREVISÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Em 2025 prevê-se que a receita Municipal atinja os 115,96 milhões de euros. Da receita total, prevê-se que 99,35 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (85,68%) e 16,61 milhões de euros em receitas de capital (14,32%).

Quadro 4 - Receitas Municipais

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2024/2025	
	2024 valor	%	2025 valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	95 317 455,50	77,80%	99 348 417,00	85,68%	4 030 961,50	4,23%
Impostos Diretos	37 158 946,00	30,33%	36 068 379,00	31,10%	-1 090 567,00	-2,93%
Impostos Indiretos	1,00	0,00%	1,00	0,00%	0,00	
Taxas, Multa e Outras Penalidades	1 815 387,00	1,48%	1 840 441,00	1,59%	25 054,00	1,38%
Rendimentos de Propriedade	2 982 681,00	2,43%	3 947 491,00	3,40%	964 810,00	32,35%
Transferências Correntes	47 050 091,50	38,41%	49 999 829,00	43,12%	2 949 737,50	6,27%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	5 921 912,00	4,83%	7 028 988,00	6,06%	1 107 076,00	18,69%
Outras Receitas Correntes	388 437,00	0,32%	463 288,00	0,40%	74 851,00	19,27%
Receitas de Capital	27 191 502,50	22,20%	16 608 967,00	14,32%	-10 582 535,50	-38,92%
Venda de Bens de Investimento	657 829,00	2,42%	693 252,00	0,60%	35 423,00	5,38%
Transferências de Capital	26 515 870,50	97,52%	15 910 611,00	13,72%	-10 605 259,50	-40,00%
Ativos Financeiros	1,00	0,00%	2,00	0,00%	1,00	
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
Outras Receitas de Capital	17 302,00	0,06%	102,00	0,00%	-17 200,00	-99,41%
Reposições não abatidas nos pagamentos	500,00	0,00%	5 000,00	0,00%	4 500,00	900,00%
TOTAL	122 508 958,00	100,00%	115 957 384,00	100,00%	-6 551 574,00	-5,35%

Após análise ao Quadro supra, constata-se que o total das receitas diminui de 122.508.958€ em 2024 para 115.957.384€ em 2025, representando uma redução de 5,35% (ou seja 6.551.574€). Esta diminuição é sobretudo atribuída à redução acentuada nas receitas de capital, seguida dos impostos diretos, que não é completamente compensada pelo aumento nas receitas correntes.

Como já foi explicado anteriormente, esta redução deve-se essencialmente a dois fatores principais: o impacto das taxas de juro mais elevadas, que afetaram diretamente as receitas fiscais, especialmente o

Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), e o adiamento da aprovação do financiamento de projetos previstos no âmbito do Programa 1º Direito.

O aumento das taxas de juro, consequência da política monetária mais restritiva adotada pelo Banco Central Europeu, criou obstáculos ao crédito imobiliário, dificultando o acesso a financiamentos para a compra de imóveis. Esta situação levou a uma redução na atividade de compra e venda de imóveis, o que, por sua vez, resultou numa diminuição considerável na arrecadação do IMT, uma fonte de receita significativa para os Municípios.

Em 2024, as receitas correntes totalizam 95.317.455,50€, representando 77,80% das receitas totais. Em 2025, aumentam para 99.348.417€, passando a representar 85,68% do total das receitas, o que mostra um crescimento de 4,23% (ou seja 4.030.961,50€). Este aumento é principalmente sustentado por:

- **Transferências Correntes:** Representam a maior parte das receitas correntes, subindo de 47.050.091,50€ (38,41% do total em 2024) para 49.999.829€ (43,12% do total em 2025), um aumento de 6,27% ou 2.949.737,50€. Este crescimento advém das transferências no âmbito da delegação de competências do Estado nas Autarquias Locais, nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social, e das transferências dos fundos;
- **Rendimentos de Propriedade:** Registam um aumento significativo, de 2.982.681€ em 2024 para 3.947.491€ em 2025, o que representa um crescimento de 32,35% (964.810€). Este crescimento advém principalmente da atualização das concessões e das aplicações financeiras efetuadas, resultante de uma boa gestão financeira;
- **Venda de Bens e Serviços Correntes:** Aumenta de 5.921.912€ para 7.028.988€, o que representa um crescimento de 18,69%.

As Receitas de Capital, apresentam uma redução significativa, passando de 27.191.502,50€ em 2024 (22,20% das receitas totais) para 16.608.967€ em 2025 (14,32% das receitas totais), uma diminuição de 38,92% (ou 10.582.535,50€). As principais variações dentro das receitas de capital incluem:

- **Transferências de Capital:** Esta rubrica apresenta uma queda significativa, de 26.515.870,50€ para 15.910.611€, ou seja, uma redução de 40%. Esta diminuição refere-se à falta de financiamento pelas entidades competentes do programa do 1º Direito.

A estrutura da receita demonstra uma predominância da receita corrente a qual permite fazer face a toda a despesa corrente e absorver cerca de 14,38 milhões de euros de despesa de capital.

Estrutura da Receita

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, inclui os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, que ascendem a cerca de 37,91

milhões de euros e constituem uma grande fonte de receita do Orçamento, representando 32,69% da receita total e 75,75% da receita própria.

Quadro 5 - Estrutura da receita por fonte de financiamento

Receitas	Valor	Peso%		
		Receita Total	Receita Própria	Receita Alheia
Própria	50 046 942,00	43,16%	100,00%	
Fiscal	37 908 821,00	32,69%	75,75%	
Impostos Diretos	36 068 379,00	31,10%	72,07%	
Impostos Indiretos	1,00	0,00%	0,00%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 840 441,00	1,59%	3,68%	
Não fiscal	12 138 121,00	10,47%	24,25%	
Rendimentos de Propriedade	3 947 491,00	3,40%	7,89%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	7 028 988,00	6,06%	14,04%	
Venda de Bens de Investimento	693 252,00	0,60%	1,39%	
Outras	468 390,00	0,40%	0,94%	
Alheia	65 910 442,00	56,84%		100,00%
Transferências Correntes	49 999 829,00	43,12%		75,86%
Transferências de Capital	15 910 611,00	13,72%		24,14%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%		0,00%
Outras Receitas	2,00	0,00%		0,00%
Total	115 957 384,00			

O Quadro supra mostra uma dependência significativa de Receitas Alheias (56,84%) em comparação com as Receitas Próprias (43,16%). Constata-se que nas receitas próprias, a Receita Fiscal é predominante, enquanto que nas receitas alheias, as Transferências Correntes desempenham um papel significativo.

É importante destacar que uma parte significativa destas transferências correntes, no valor de 16.392.014€, está relacionada com a delegação de competências do Estado nas Autarquias Locais. Estas transferências destinam-se a cobrir despesas específicas das Câmaras Municipais associadas às responsabilidades transferidas, nas áreas da educação, saúde, ou outras áreas de atuação local. Isso indica que nem toda a receita alheia representa uma dependência direta do Estado, uma vez que o valor supra referenciado é um reembolso dos custos adicionais assumidos pela autarquia para executar funções públicas descentralizadas.

Se excluirmos o montante de 16.392.014€ das transferências correntes, a independência financeira do Município de Santa Maria da Feira aumenta consideravelmente para 50,26%, refletindo uma capacidade mais equilibrada entre receitas próprias e alheias.

Apesar do Município receber uma parcela significativa de recursos externos, possui uma estrutura de receitas próprias robusta, especialmente através dos impostos diretos e serviços prestados, que reforça a sua autonomia financeira.

As Receitas Próprias totalizam 50.046.942€, representando 43,16% do total das receitas. Esta categoria é composta tanto por receitas fiscais quanto não fiscais:

- Receitas Fiscais, que contribuem com 37.908.821€, representam 32,69% do total e 75,75% das receitas próprias, destacando-se as seguintes componentes:
 - Impostos Diretos, com 36.068.379€, correspondendo a 31,10% do total e 72,07% das receitas próprias. Fazem parte o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), Derrama e outros impostos diretos que são uma fonte significativa e estável para a receita do Município;
 - Taxas, Multas e Outras Penalidades geram 1.840.441€, o que representa 1,59% do total e 3,68% da receita própria.
- Receitas Não Fiscais: totalizando 12.138.121€, representam 10,47% do total das receitas e 24,25% das receitas próprias. As principais componentes são:
 - Rendimentos de Propriedade, com 3.947.491€, representam 3,40% do total das receitas e 7,89% das receitas próprias;
 - Venda de Bens e Serviços Correntes, esta é a maior fonte não fiscal, com 7.028.988€, representando 6,06% do total e 14,04% das receitas próprias, proveniente de serviços prestados pelo Município à população;
 - Venda de Bens de Investimento, contribui com 693.252€, o equivalente a 0,60% do total e 1,39% da receita própria.

As Receitas Alheias somam 65.910.442€, o que equivale a 56,84% do total das receitas. Esta categoria é composta principalmente por transferências:

- Transferências Correntes, totalizam 49.999.829€, representam 43,12% do total de receitas e 75,86% das receitas alheias. Estes valores incluem transferências de do Estado e de fundos comunitários, para o financiamento de despesas operacionais;
- Transferências de Capital, com 15.910.611€, correspondem a 13,72% do total e 24,14% das receitas alheias, sendo um componente para financiar investimentos ou projetos específicos.

Receitas Fiscais

O total das receitas fiscais decresce de 38.974.334€ em 2024 para 37.908.821€ em 2025, representando uma diminuição de 1.065.513€ (-2,73%). Este decréscimo está relacionado principalmente com a queda

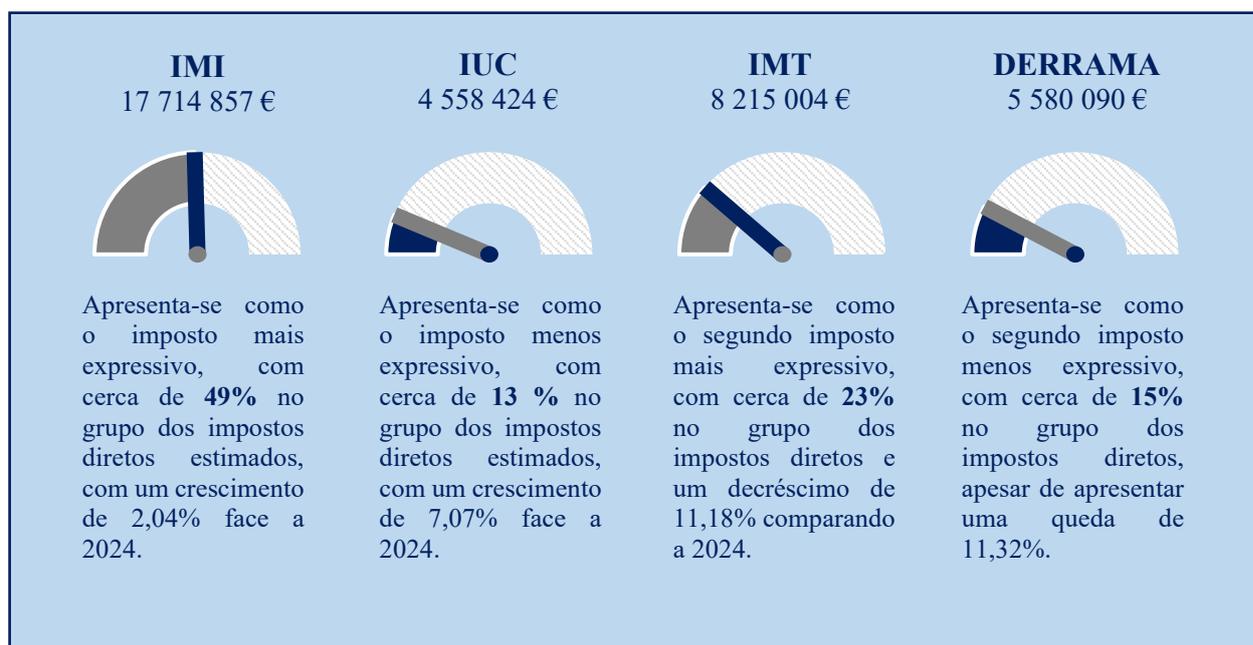
nas receitas provenientes de impostos diretos, enquanto outras rubricas, como multas e outras penalidades, apresentam um crescimento.

Quadro 6 - Receitas Fiscais

Receitas Fiscais	2024	2025	Variação 2025/2024
Impostos Diretos	37 158 946,00	36 068 379,00	-2,93%
Imposto Municipal sobre Imóveis	17 359 971,00	17 714 857,00	2,04%
Imposto Único de Circulação	4 257 245,00	4 558 424,00	7,07%
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	9 249 055,00	8 215 004,00	-11,18%
Derrama	6 292 671,00	5 580 090,00	-11,32%
Impostos Abolidos	4,00	4,00	0,00%
Impostos Diretos Diversos			
Impostos Indiretos	1,00	1,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 815 387,00	1 840 441,00	1,38%
Taxas	1 624 805,00	1 572 655,00	-3,21%
Multas e Outras Penalidades	190 582,00	267 786,00	40,51%
Total	38 974 334,00	37 908 821,00	-2,73%

A receita estimada proveniente de impostos diretos atinge o montante de cerca de 36,07 milhões de euros e representa cerca de 31,10% do valor total das receitas previstas e, a sua distribuição está refletida no seguinte Quadro:

Quadro 7 – Resumo dos Impostos Diretos



Os Impostos Diretos diminuem em 2,93%, passando de 37.158.946€ em 2024 para 36.068.379€ em 2025. Dentro desta categoria, destacam-se as seguintes variações:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que regista um aumento de 2,04%, passando de 17.359.971€ em 2024 para 17.714.857€ em 2025. Este ligeiro crescimento indica uma estabilidade no mercado imobiliário residencial, que contribui positivamente para as receitas;
- Imposto Único de Circulação (IUC), cresce 7,07%, de 4.257.245€ em 2024, para 4.558.424€, em 2025. Ao longo dos anos tem-se refletido uma tendência de crescimento, ainda que moderada;
- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), regista uma quebra acentuada de 11,18%, de 9.249.055€ em 2024 para 8.215.004€ em 2025. Esta descida já foi devidamente explicada anteriormente;
- Derrama, também apresenta uma queda de 11,32%, de 6.292.671€ para 5.580.090€. A derrama é aplicada sobre os lucros das empresas, porém, a descida não é justificada por algum contexto económico menos favorável, mas sim, tendo em consideração o cálculo da receita, para efeitos de elaboração do Orçamento.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades, apresentam um crescimento ligeiro, passando de 1.815.387€ em 2024 para 1.840.441€, em 2025, correspondendo a um aumento de 1,38%. Dentro desta rubrica, observa-se:

- Taxas: Registam uma diminuição de 3,21%, passando de 1.624.805€ em 2024 para 1.572.655€ em 2025, e resultam sobretudo da ocupação do domínio público (361 mil euros), publicidade (159 mil euros), a taxa de saneamento, (68 mil euros), e outras (1 milhão de euros), onde incluem as receitas referentes ao urbanismo.
- Multas e Outras Penalidades: Apresentam um crescimento substancial de 40,51%, de 190.582€ para 267.786€. Esta variação positiva deve-se pelo aumento da receita com multas e coimas por infrações ao Código da Estrada.

Rendimentos de Propriedade

O total das receitas referentes a Rendimentos de Propriedade aumenta consideravelmente de 2.982.681€ em 2024 para 3.947.491€ em 2025, representando um aumento de 964.810€, (32,35%). Este aumento está relacionado principalmente com a atualização dos valores das concessões e com os rendimentos provenientes das aplicações financeiras efetuadas.

Transferências correntes

Esta rubrica inclui, essencialmente as receitas provenientes da participação nos impostos e as resultantes da delegação de competências da Administração Central. No que se refere à participação nos impostos, o Quadro infra evidencia a relevância dos valores.

Quadro 8 - Transferências – Fundos

Transferências	Corrente	Capital
Fundo de Equilíbrio Financeiro	15 440 108,00 €	1 715 567,00 €
Fundo Social Municipal	3 715 814,00 €	
Participação IRS	7 367 981,00 €	
RFALEI - artigo 35º nº 3 e 4	3 862 169,00 €	3 862 169,00 €
RFALEI - IVA	504 588,00 €	
Total	30 890 660,00 €	5 577 736,00 €

Relativamente às transferências da Administração Central, salientam-se as respeitantes à Educação que totaliza o montante de 12,11 milhões de euros e refere-se aos encargos com pessoal não docente do ensino Pré – Escolar, Básico e Secundário, aos encargos com instalações, limpeza e higiene e conservação dos edifícios escolares, às refeições do ensino Pré-Escolar – CAF, do 1º, 2.º e 3º ciclos e do secundário, às atividades de enriquecimento curricular – AEC, componente de apoio à família – CAF e transportes escolares.

Quadro 9 - Transferências – Delegação de competências

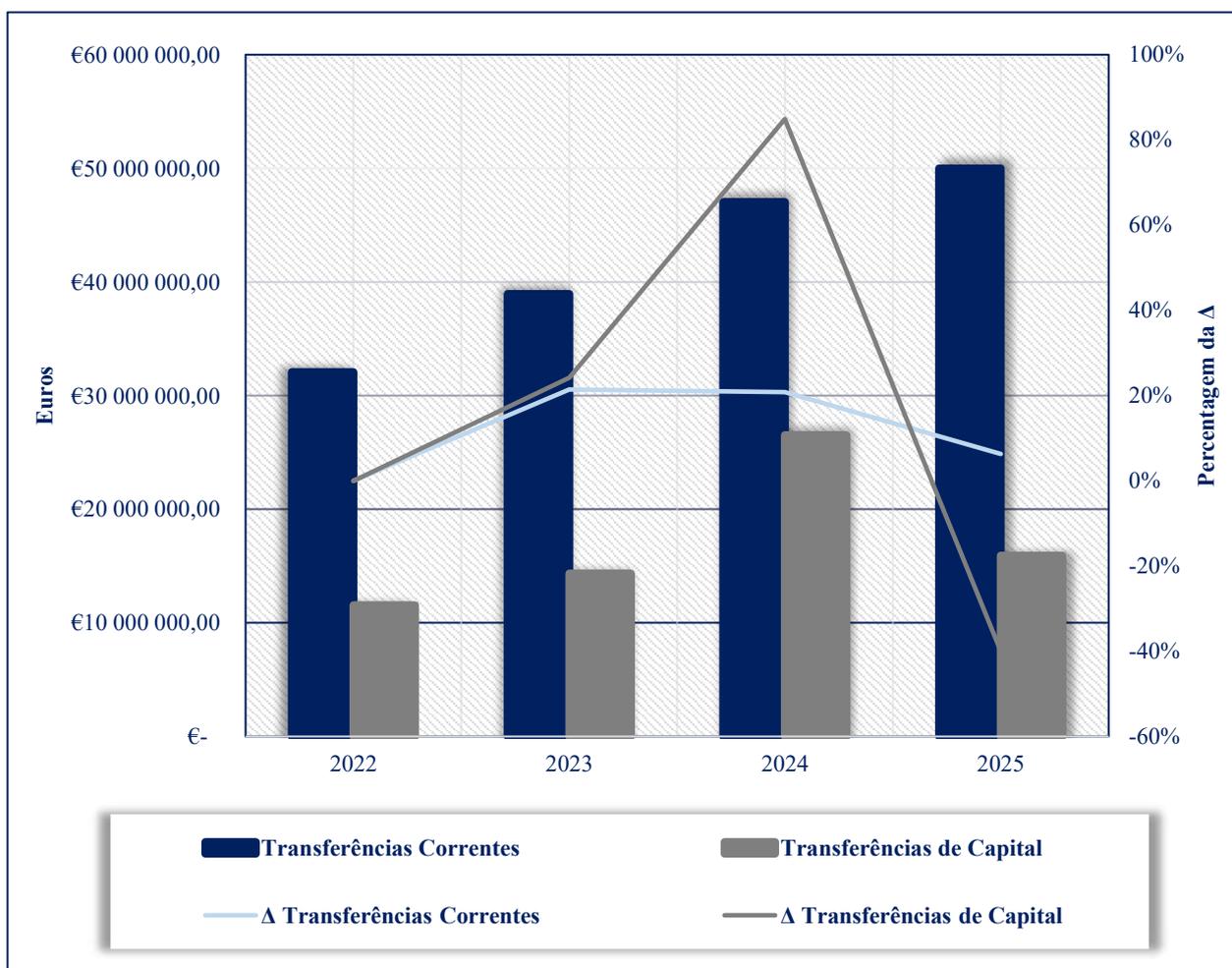
Transferências no âmbito da delegação de competências	Correntes	Capital
Educação	12 112 994,00 €	100,00 €
Saúde	3 347 684,00 €	100,00 €
Ação Social	931 336,00 €	
Total	16 392 014,00 €	200,00 €

Inclui ainda os programas de co-financiamento comunitário e nacional com destaque para o Plano de Recuperação e Resiliência, bem como o Programa 1º Direito.

Quadro 10 - Transferências – Fundos Comunitários

Transferências Fundos Comunitários e Outros	Correntes	Capital
Participação Comunitária em projectos co-financiados	2 710 044,00 €	9 548 451,00 €
Protocolos	7 101,00 €	169 220,00 €
Outros	10,00 €	615 000,00 €
Total	2 717 155,00 €	10 332 671,00 €

Gráfico 6 - Evolução das transferências, correntes e de capital

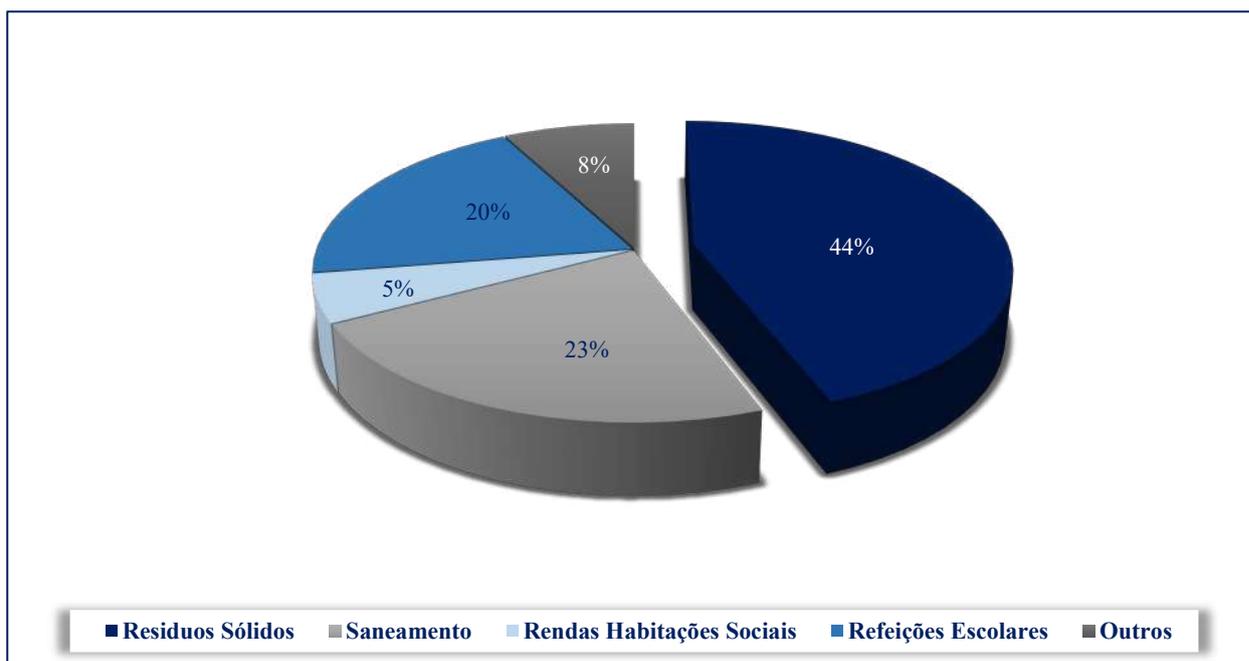


Como se pode constatar a receita oriunda das transferências, teve um comportamento inverso, ou seja, enquanto que as transferências correntes tiveram um aumento de 6,27%, passaram de 47.050.091,50€ em 2024 para 49.999.829€ em 2025, as transferências de capital tiveram uma descida na ordem dos 40%, diminuíram no montante de 10.605.259,50€, já devidamente justificado.

Venda de Bens e Serviços

A venda de bens e serviços correntes representa 6,06% das receitas totais onde tem especial relevância as receitas provenientes dos resíduos sólidos com uma previsão de 3,12 milhões de euros para 2025, como se evidencia no Quadro infra.

Gráfico 7 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes



4. PREVISÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS

Nos últimos anos, temos constatado um aumento da despesa, nomeadamente da despesa corrente, fruto quer dos aumentos de preços ao consumidor, bem como do aumento resultante da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais.

Na elaboração da proposta de Orçamento 2025-2029 foram consideradas as despesas obrigatórias e permanentes, os compromissos já assumidos para os anos seguintes, a estimativa dos valores a transitar com os dados disponíveis à altura da preparação dos documentos e o valor previsional da dívida passível de transitar.

Para além, do exposto, incluiu-se o planeamento de novas atividades e investimentos, opção do executivo Municipal, que serão complementados em termos de dotação com a inclusão do saldo de gerência respeitante ao ano de 2024.

A despesa Municipal para 2025, repartida por despesa corrente e despesa de capital, é constituída por diversos agrupamentos económicos. Prevê-se que ascenda a 115,96 milhões de euros.



Quadro 11 - Despesas por classificação económica

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2024/2025	
	2024		2025		Valor	%
	valor	%	valor	%		
Despesas Correntes	79 640 881,00	65,01%	84 969 297,00	73,28%	5 328 416,00	6,69%
Despesas com Pessoal	40 154 087,00	32,78%	38 728 383,00	33,40%	-1 425 704,00	-3,55%
Aquisição de Bens e Serviços	28 550 662,00	23,30%	36 471 615,00	31,45%	7 920 953,00	27,74%
Juros e Outros Encargos	258 550,00	0,21%	179 700,00	0,15%	-78 850,00	-30,50%
Transferências Correntes	5 625 437,00	4,59%	5 455 336,00	4,70%	-170 101,00	-3,02%
Subsídios	3 150 657,00	2,57%	3 082 662,00	2,66%	-67 995,00	-2,16%
Outras Despesas Correntes	1 901 488,00	1,55%	1 051 601,00	0,91%	-849 887,00	-44,70%
Despesas de Capital	42 868 077,00	34,99%	30 988 087,00	26,72%	-11 879 990,00	-27,71%
Aquisição de Bens de Capital	36 975 507,00	30,18%	25 032 253,00	21,59%	-11 943 254,00	-32,30%
Transferências de Capital	3 759 724,00	3,07%	4 727 834,00	4,08%	968 110,00	25,75%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%	165 000,00	0,14%	165 000,00	
Passivos Financeiros	2 132 846,00	1,74%	1 063 000,00	0,92%	-1 069 846,00	-50,16%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL	122 508 958,00	100,00%	115 957 384,00	100,00%	-6 551 574,00	-5,35%

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2024, salientando-se as despesas com pessoal, pelo efeito da transferência de competências da Administração Central para o Município, a qual apresenta um peso maior que ascende a 33,40% da despesa total. O total das despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, que representam, em conjunto, 64,85% do total da despesa.

As despesas correntes aumentam de 79.640.881€ em 2024 para 84.969.297€ em 2025, uma subida de 5.328.416€ ou seja 6,69%. Este aumento eleva o peso das despesas correntes para 73,28% do total em 2025 (face a 68,99% em 2024). Destacam-se as seguintes variações:

- As Despesas com Pessoal, sofrem uma ligeira redução de 1.425.704€ (-3,55%), representando 33,40% do total em 2025. Esta diminuição deve-se essencialmente pela não inclusão da despesa com os reembolsos da ADSE, que em 2024 foram considerados no Orçamento Inicial, mas com a aprovação do Orçamento de Estado para o ano de 2024, os reembolsos dos funcionários passaram a ser da competência do Estado Central.

Em 2025, estima-se que as despesas com pessoal têm uma dotação total de 38,73 milhões de euros. Este agrupamento compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram processamento nominalmente individualizado e que sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestam serviço à autarquia nos estritos termos de contratos de trabalho a termo certo, em regime de tarefa ou de avença. Engloba, também as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

- Aquisição de Bens e Serviços, tem um aumento expressivo de 7.920.953€ (27,74%), passando a representar 31,45% das despesas totais. Este aumento reflete, em grande parte, o impacto do aumento dos preços e dos encargos adicionais resultantes da transferência de competências do Estado para as autarquias locais. Com esta delegação de responsabilidades, as autarquias passam a assumir novos custos operacionais e logísticos, exigindo maior alocação de recursos para a aquisição de bens e serviços necessários à execução das novas funções;

A despesa com Aquisição de Bens e Serviços passou de 28.550.662€ em 2024 para 36.471.615€ em 2025, um aumento de 27,74%. Esse incremento, como já aludido anteriormente, reforça o peso financeiro que a descentralização de funções do Estado tem nas finanças das autarquias locais, refletindo-se diretamente nas despesas correntes;

Classificam-se neste agrupamento as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). Destacam-se as despesas com aquisição dos seguintes bens e serviços:

- Combustíveis e lubrificantes;
- Material de limpeza e higiene;
- Material de escritório
- Material de eletricidade, material de canalização, ferragens, tintas, vernizes e diluentes, outro material de construção civil, desinfetantes e reagentes químicos;
- Materiais (peças) que alguns serviços, dispendo de oficinas próprias, utilizam em trabalhos de reparação, conservação e beneficiação do material considerado como de transporte.
- Encargos das instalações (eletricidade, água, gás);
- Serviços de limpeza e higiene;
- Serviços de conservação de bens em edifícios e outras construções, em material de transporte e em outros bens;

- Locação de edifícios e de outros bens;
 - Comunicações;
 - Transportes;
 - Seguros;
 - Serviços de vigilância e segurança;
 - Serviços de assistência técnica;
 - Encargos de cobrança de receitas;
 - Iluminação Pública;
 - Transportes Escolares;
 - Fornecimento de Refeições, no âmbito da Ação Social Escolar;
 - Serviços de conservação e manutenção de espaços verdes;
 - Serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho;
 - Serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos.
- Os Juros e Outros Encargos, têm uma redução significativa de 78.850€ (-30,50%), o que diminui o peso desta rubrica para 0,15%. Este decréscimo resulta da diminuição dos encargos da dívida, pelo efeito de amortização de empréstimos;
 - As Transferências Correntes diminuem ligeiramente, 170.101€ (-3,02%), com um peso de 4,70% em 2025, totalizando o montante de 5.455.336€;
 - Outras Despesas Correntes: Regista-se uma queda substancial de 849.887€ (-44,70%), reduzindo o peso para 0,91%.

Quanto às Despesas de Capital, apresentam uma redução, passando de 42.868.077€ em 2024 para 30.988.087€ em 2025, uma diminuição de 11.879.990€ (-27,71%). Em 2025, estas despesas passam a representar 26,72% do total (em comparação com 31,01% em 2024). As variações mais relevantes incluem:

- A rubrica “Aquisição de Bens de Capital” apresenta uma redução expressiva de €11.943.254€ (-32,30%) em 2025, passando a representar 21,59% do total das despesas. Esta diminuição está ligada com as dotações definidas para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente o programa 1º Direito, que, por questões orçamentais, encontra-se valorizada como “não definido”. No entanto caso exista a homologação das candidaturas haverá uma realocação dos recursos com base na reprogramação de investimentos inicialmente previstos para o PRR;

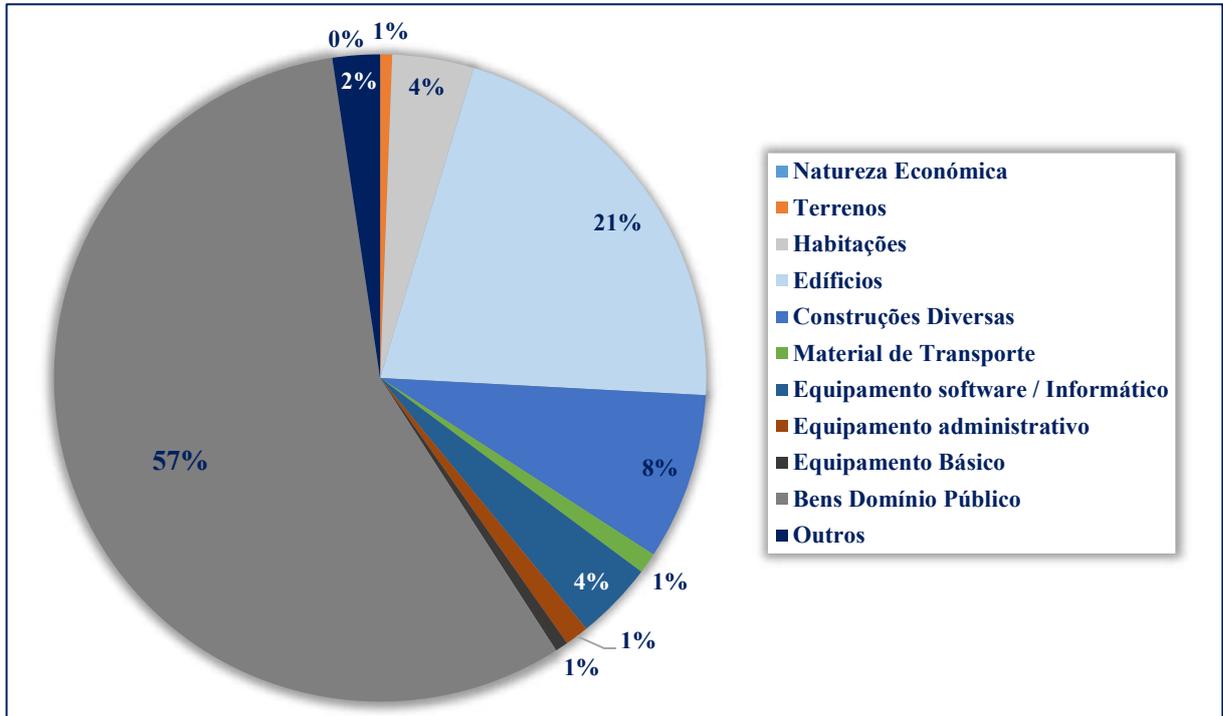
- As Transferências de Capital, ao contrário de outras rubricas de capital, apresentam um aumento de 968.110€ (25,75%), passando a representar 4,08% das despesas totais. Este aumento reflete um reforço no apoio a projetos de investimento a entidades, nomeadamente às Juntas de Freguesia e outras entidades;
- Os Ativos Financeiros, em 2025, surgem pela primeira vez com despesas nesta rubrica, em dotações iniciais, pelo montante de 165.000€, que corresponde à subscrição do capital social no âmbito da empresa metropolitana de transportes da área metropolitana Porto – AMP participação do Município na empresa, que ainda não pode ser efetivado, pois depende da homologação do Tribunal de Contas.
- Passivos Financeiros: Há uma redução acentuada de €1.069.846€ (-50,16%), pelo efeito das amortizações extraordinárias dos empréstimos no ano de 2024.

A aquisição de bens de capital com um valor orçado de 25,03 milhões de euros, representa 21,59% do valor total do Orçamento da despesa e está discriminada por natureza económica no Quadro abaixo elencado.

Quadro 12 - Investimento a realizar pela Autarquia

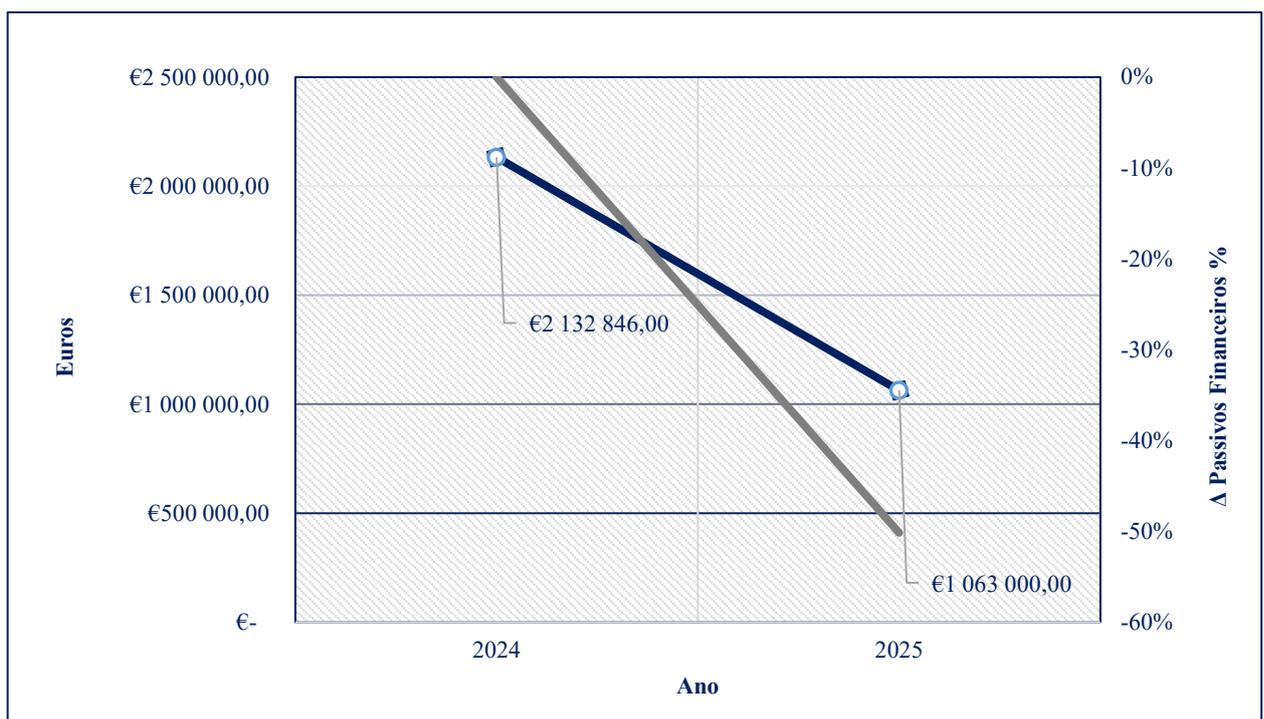
Natureza Económica	2025
Terrenos	146 257,00 €
Habitacões	1 010 300,00 €
Edifícios	5 312 119,00 €
Construções Diversas	2 085 834,00 €
Material de Transporte	259 415,00 €
Equipamento software / Informático	974 168,00 €
Equipamento administrativo	294 963,00 €
Equipamento Básico	160 115,00 €
Bens Domínio Público	14 201 125,00 €
Outros	587 957,00 €
Total	25 032 253,00 €

Gráfico 8 – Evolução dos Investimentos a realizar pela Autarquia



Pelo Quadro seguinte, podemos verificar uma redução dos Passivos Financeiros em 2025, face ao ano de 2024.

Gráfico 9 – Evolução do Passivo Financeiro



Os Passivos Financeiras apresentam uma redução, significativa, passando de 2.132.846€ em 2024, para 1.063.000€ em 2025, uma diminuição de 1.069.846€ (-50,16%). Esta diminuição, resulta de amortizações extraordinárias a diversos empréstimos do Município, em 2024.

A despesa total é distribuída por funções e sub-funções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta autarquia e apresentam as seguintes dotações:

Quadro 13 - Despesa da Autarquia – Classificação funcional

Função / Subfunções	2025					
	PPI	a definir	PAM	a definir	Total definido	%
1 Funções Gerais	2 414 158,00	328 000,00	6 925 190,00	2 396 091,00	9 339 348,00	11,84%
Serviços Gerais da						
11 Administração Pública	2 413 758,00	317 000,00	5 945 147,00	2 380 941,00	8 358 905,00	10,60%
12 Segurança e Ordem Públicas	400,00	11 000,00	980 043,00	15 150,00	980 443,00	1,24%
2 Funções Sociais	12 264 776,00	14 523 900,00	38 464 244,00	25 810 197,00	50 729 020,00	64,32%
21 Educação	1 060 112,00	1 835 500,00	17 809 520,00	10 799 236,00	18 869 632,00	23,93%
22 Saúde	1 599 100,00	799 400,00	3 348 300,00	45 000,00	4 947 400,00	6,27%
23 Segurança e Ação Sociais	947 980,00	4 000,00	2 269 844,00	2 536 229,00	3 217 824,00	4,08%
24 Coletivos	7 234 138,00	10 210 000,00	7 534 272,00	9 364 992,00	14 768 410,00	18,73%
25 Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 423 446,00	1 675 000,00	7 502 308,00	3 064 740,00	8 925 754,00	11,32%
3 Funções Económicas	10 273 169,00	13 460 000,00	5 018 697,00	6 080 968,00	15 291 866,00	19,39%
31 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca					0,00	0,00%
32 Indústria e Energia	615 200,00	235 000,00	2 122 000,00	4 500 000,00	2 737 200,00	3,47%
33 Transportes e comunicação	8 936 737,00	13 209 000,00	1 436 498,00	1 383 218,00	10 373 235,00	13,15%
34 Comércio e Turismo	10 300,00	1 000,00	354 058,00	197 750,00	364 358,00	0,46%
35 Outras Funções Económicas	710 932,00	15 000,00	1 106 141,00		1 817 073,00	2,30%
4 Outras Funções	80 150,00	15 000,00	3 425 800,00	4 143 522,00	3 505 950,00	4,45%
TOTAL	25 032 253,00	28 326 900,00	53 833 931,00	38 430 778,00	78 866 184,00	100,00%

A despesa da Autarquia, agrupada por classificação funcional, permite-nos constatar que as Funções Sociais absorvem 64,32% do Orçamento global, em particular a Educação com 23,93%, seguida da Habitação e Serviços Coletivos com 18,73%.

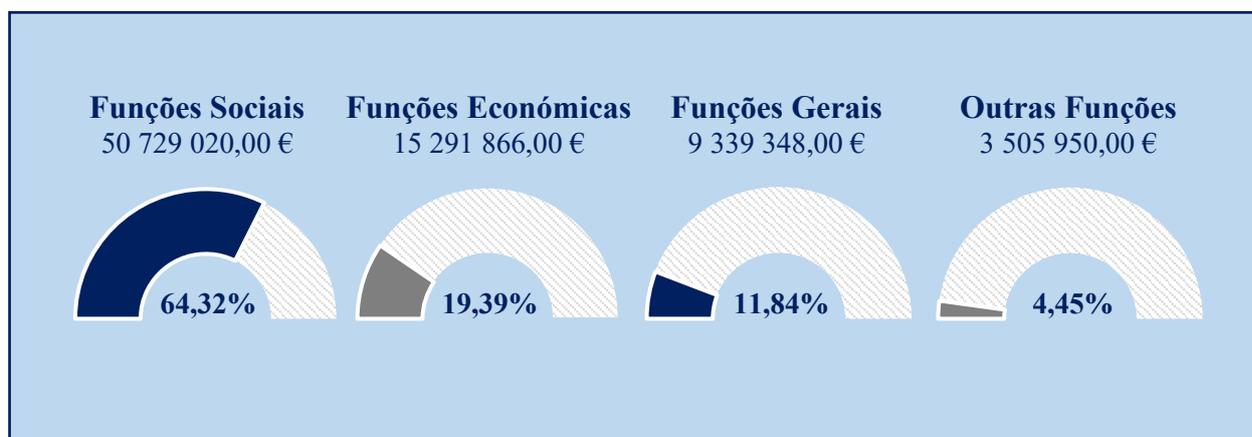
Nestas funções encontram-se devidamente registados os encargos do Município no âmbito da descentralização como se pode aferir no Quadro infra.

Quadro 14 - Despesa da Autarquia com a descentralização – Classificação funcional

Despesas no âmbito da delegação de competências	Correntes	Capital	Valores Não definidos
Educação	11 999 994,00 €	113 000,00 €	1 138 000,00 €
Saúde	3 348 000,00 €	240 200,00 €	
Ação Social	931 336,00 €	- €	
Cultura	3 885,00 €	15 200,00 €	660 000,00 €
Total	16 283 215,00 €	368 400,00 €	1 798 000,00 €

As Funções Económicas surgem como segunda prioridade do executivo, com 19,39% do Orçamento global totalizando o montante de 15,29 milhões de euros, destacam-se os transportes e comunicação com 10,37 milhões a que corresponde 13,15% do Orçamento global.

Gráfico 10 - Composição das Grandes Opções do Plano



RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, ficou previsto, dos documentos previsionais, a totalidade da responsabilidade financeira resultante de compromissos plurianuais, porém, anexa-se as responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais a 09 de novembro de 2023.

Quadro 15 – Compromissos Futuros

Compromissos Futuros			
2026	2027	2028	2029 e seguintes
23 327 314,45 €	8 928 362,46 €	5 626 471,09 €	2 823 045,55 €

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES – Processos em litigância (nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro)

Em conformidade com a parte final da alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta de anexo ao presente relatório a relação das responsabilidades contingentes, entendidas como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- i. Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- ii. O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.



Identificação	Data Processo	Probabilidade de ocorrer
36/15.7 BEAVR	2015	aguarda decisão do recurso
107/15.0PAVFR	2015	aguarda decisão
977/17.7BEVRF	2017	aguarda julgamento
1094/17.5BEAVR	2017	aguarda decisão
1286/17.7BEAVR	2017	aguarda decisão de recurso
633/18.9BEAVR	2018	aguarda relatório
661/17.1BEAVR	2017	aguarda julgamento
131/19.3BEAVR	2019	aguarda julgamento
339/19.1BEAVR	2019	aguarda julgamento
591/19.2BEAVR	2019	aguarda julgamento
577/20.4BEAVR	2020	aguarda julgamento
582/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento
842/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento
10/21.4T8VFR	2021	aguarda julgamento
575/21.0BEAVR	2021	aguarda julgamento
2543/22.6T8VFR	2022	aguarda remessa do processo
277/23.3BEAVR	2023	aguarda julgamento
561/24.9BEAVR	2024	apresentação contestação
1484/18.6EAPRT	2018	aguarda decisão
1767/18.5EAPRT	2018	aguarda decisão
187.2021-S005185-202201	2021	aguarda decisão
433/16.0BEAVR	2016	aguarda decisão
756/16.9EAVR	2016	aguarda julgamento
1286/17.7BEAVR	2017	aguarda decisão
661/17.1BEAVR	2017	aguarda julgamento
874/21.1BEAVR-A	2021	aguarda julgamento
827/21.0BEAVR-A	2021	aguarda julgamento
246/22.0BEAVR	2022	aguarda julgamento
610/22.5BEAVR	2022	aguarda julgamento
2084/22.1BEPRT	2022	aguarda julgamento
72/23.0BEAVR	2023	aguarda julgamento
103/23.3BEAVR	2023	aguarda julgamento
1966/23.8BEPRT	2023	aguarda julgamento
97/24.8BEAVR	2024	aguarda julgamento
925/24.8BEPRT	2024	aguarda julgamento
406/24.0BEAVR	2024	aguarda julgamento
805/23.4BEAVR	2023	aguarda julgamento
744/20.0BEAVR	2020	aguarda julgamento
197/24.4BEAVR	2024	aguarda julgamento
2561/2022.4TOVFR	2024	aguarda julgamento
251/22.7BEAVR	2022	aguarda julgamento
676/23.0BEAVR	2023	aguarda julgamento
96/222.4BEAVR	2022	aguarda julgamento
2639/23.7T8VFR	2023	aguarda decisão

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO, IDENTIFICADAS PELO RESPECTIVO NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL, INCLUINDO A RESPETIVA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO E O VALOR CORRESPONDENTE.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta do anexo, o mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

O grupo autárquico engloba entidades com as quais o Município consolida as contas, dada a influência dominante na participada.

A Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M., detida a 100%, consolida com o Município pelo método Integral, bem como a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., que é detida a 99,52% pelo Município.

Assim, o conjunto de entidades que constitui o grupo autárquico é o que consta nos Quadros infra.

Designação - Entidades em que o Município participa no capital social	NIPC NIF	Participação no Capital Social (%)	Participação no Capital Social (€)
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M	505120151	100,00%	2 329 499,16 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, E.M. S.A	504134353	99,52%	419 984,08 €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	20,00%	40 000,00 €
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503698812	15,00%	510 000,00 €
PERM, SA	509042201	10,20%	25 500,00 €
ADCL - Águas do Centro Litoral, SA	513606181	1,74%	700 120,00 €
Águas do Douro e Paiva, SA	514310774	2,33%	486 270,00 €

Designação - Entidades em que o Município detém quota	NIPC NIF	Contribuição à data
GAMP_ Grande Área Metropolitana Porto	502823305	90 519,00 €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	6 952,83 €
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria	501651888	101 754,26 €
ADRITEM	508225736	- €
Retecork	G 17994765	2 000,00 €
Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	506536130	- €
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1 500,00 €
Fundação "Terras Santa Maria"	502556773	- €
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	15 750,00 €
ACF-Associação de Caminhos de Fátima	513836250	4 178,40 €

ORÇAMENTOS DE ENTIDADES PARTICIPADAS

Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 42.º e alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º, ambos da Lei n.º 73/2013, O Orçamento deverá incluir os Orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou a presunção do controlo pelo Município.

Em cumprimentos deste normativo legal, o Orçamento Municipal inclui os seguintes Orçamentos:

- Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira
- Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.
- Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.

**propostas dos
partidos da oposição com
representação na assembleia
municipal**



PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram solicitadas propostas a todos os partidos com assento na assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, tendo respondido o BE, CDS-PP, PS e CHEGA.



Comissão Política Concelhia do CDS Santa Maria da Feira

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,
Amadeu Albergaria

Propostas do CDS para as Opções do Plano e Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para o ano de 2025

Conforme solicitado, o CDS apresenta 14 (catorze) propostas para as Opções do Plano e Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para o ano de 2025, considerando que a execução destas será de grande relevância para o desenvolvimento do nosso concelho.

São as seguintes:

1. Construção de um acesso prioritário ao Hospital São Sebastião pela estrada nacional 223.
2. Implementação da polícia municipal no concelho.
3. Construção de uma Escola Secundária em Paços de Brandão.
4. Construção do Centro Escolar da Feira.
5. Construção de um Centro Coordenador de Transportes próximo à saída da autoestrada A1 em Feira.
6. Implementação de Lojas do Cidadão no concelho, em localidades como Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas e Lobão.
7. Construção de um Centro Interpretativo nos terrenos envolventes ao Castro, permitindo que todo o património do Castro esteja disponível para visitação em Romariz.
8. Requalificação das piscinas de São João de Ver.
9. Requalificação do Complexo Desportivo de Sanfins.
10. Implantação de um equipamento desportivo na área envolvente ao Pavilhão Municipal de Mozelos, permitindo a prática de atletismo.
11. Requalificação do Pavilhão do Europarque, transformando-o num Pavilhão Multiusos.
12. Conclusão da implantação da recolha seletiva em todo o concelho de Santa Maria da Feira.
13. Construção de uma solução de mobilidade junto aos Passionistas, na estrada nacional 223, através de um túnel ou de uma rotunda.
14. Afixa o de horários e itinerários nas paragens de autocarros em todo o concelho.

Essas são, na opinião do CDS, propostas cuja concretização representaria uma mais-valia para o desenvolvimento sustentado do nosso concelho.

Atenciosamente,

Maria Fernanda Alves

Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS-PP, Santa Maria da Feira



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda – Concelhia de Santa Maria da Feira

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2025 PROPOSTAS E SUGESTÕES

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

No âmbito da elaboração das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025, a Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira vem reafirmar uma visão clara para a política autárquica, que promova uma verdadeira justiça social, que defenda os serviços públicos e que invista de uma forma decisiva no desenvolvimento do território. Apesar da persistência do Bloco de Esquerda na apresentação sucessiva de propostas que promovem o desenvolvimento do Concelho e uma maior justiça social, seja na preparação de orçamentos municipais, nas reuniões de Assembleia Municipal ou em situações específicas que exigem respostas concretas, o Executivo Municipal não tem demonstrado vontade política de as integrar nos sucessivos orçamentos.

Reiteramos que, no âmbito do atual exercício, entre muitas das insuficiências que marcam a atividade deste executivo, a sua incapacidade de executar obra feita no âmbito da Estratégia Local de Habitação e do 1.º Direito, são o reflexo de um executivo opaco e que não responde às reais necessidades de quem representa. A política da inauguração vazia, e da representação para aparecer na fila da frente, são um reflexo de um conservadorismo autocentrado e longe das premissas do serviço público. Reiteramos nos pontos abaixo as propostas do Bloco de Esquerda para as grandes opções do plano, cientes da sua exequibilidade técnica e do seu cabimento no orçamento municipal de Santa Maria da Feira. Haja vontade política para tal.

Santa Maria da Feira, 15 de setembro de 2024

Assinado por: **Tiago de Oliveira Paiva**
Num. de Identificação: 13540879
Data: 2024.09.13 20:12:42+01'00'

Deputado Municipal, Santa Maria da Feira

Bloco de Esquerda

AS CONTAS MUNICIPAIS MOSTRAM QUE OS RECURSOS EXISTEM.

Aos recursos existentes no excedente municipal, podem crescer recursos decorrentes de poupanças em despesas irracionais e do abandono de opções políticas lesivas para o erário público. O Bloco de Esquerda volta a reiterar que a redução do recurso a serviços adquiridos externamente, a consultorias e assessorias, a utilização de software de acesso livre e a redução do recurso ao arrendamento de serviços e espaços pode permitir uma poupança significativa que permitiria, por exemplo, triplicar o investimento em programas sociais. Abandonem-se também as concessões a privados com consequências lesivas para o Município.

Portanto, existem recursos para implementar em medidas sociais e económicas de apoio às famílias e ao investimento. Haja vontade política para tal.

ONDE INVESTIR EM 2025

A luta pela garantia dos direitos do trabalho, pelo direito à saúde, à habitação, à igualdade, à cultura e pelo ambiente é agora mais urgente do que nunca.

Perante os desafios vigentes, é necessário afirmar políticas que respondam às pessoas, combatendo a crise e garantindo um futuro digno. Na resposta à crise, o modelo de sociedade defendido pelo Bloco de Esquerda é o único capaz de responder às pessoas: mais serviços públicos, mais habitação, mais apoios sociais, melhores condições de trabalho, melhores salários, mais ambiente, mais igualdade. É assim que a população é defendida nos tempos mais difíceis. É assim que a política autárquica deve atuar neste tempo, e em qualquer tempo. Elencamos, de seguida, as propostas políticas do bloco de Esquerda nas diferentes que devem constar das grandes opções do plano e da proposta de orçamento a apresentar pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para o ano de 2025.

A. HABITAÇÃO E URBANISMO

Viver numa habitação condigna é um direito universal consagrado na Constituição da República Portuguesa. Compete ao Estado e às autarquias locais a construção de habitações públicas que sejam disponibilizadas a preços adequados e acessíveis aos

rendimentos das famílias que delas necessitam. Em Santa Maria da Feira, o Parque Habitacional Público é manifestamente insuficiente, facto comprovado na mais recente revisão da estratégia local de habitação, que reconhece as manifestas insuficiências das soluções habitacionais existentes no município. As condições de habitabilidade do edificado demonstram a necessidade urgente de reabilitação da habitação social propriedade da Câmara Municipal (e.g., Bairro Social de São João de Vêr). Importa recordar que a Estratégia Local de Habitação para o município de Santa Maria da Feira apresenta um plano de investimento a médio prazo que permitirá dar resposta a muitas das carências habitacionais sentidas por centenas de Feirenses e que incluem nova construção a custos controlados em terrenos de propriedade do Município, aquisição de fogos para requalificação, aquisição de fogos prontos a habitar no mercado e soluções de arrendamento para posterior subarrendamento. Também em virtude da assinatura do protocolo com Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para o 1.º Direito, é da mais elementar necessidade que o investimento previsto na Estratégia Local de Habitação esteja plasmada no orçamento municipal para 2025 e no Plano Plurianual de Investimentos. E muito importante, é fundamental que este executivo apresente resultados e que, sem mais demoras, entregue casas aos feirenses.

Ao nível do urbanismo, e conforme sucessivamente reiterado pelo Bloco de Esquerda em Assembleia Municipal, é fundamental que o município cumpra a lei na remoção de todas as barreiras arquitetónicas do espaço e edifícios públicos e que promova uma correta arborização dos espaços públicos.

Assim propomos:

1. Previsão em orçamento e execução do plano de investimentos da Estratégia Local de Habitação nos termos e tempos definidos nesse mesmo instrumento;
2. Requalificação de TODO o parque edificado de habitação social e dos espaços públicos adjacentes;
3. A criação de um programa de rendas a custos controlados através da reabilitação de casas devolutas e construção de nova habitação pública;

4. Que o modelo de habitação social a implementar esteja integrado na malha urbana e, deste modo, mais inclusivo, e que se distribua de acordo com as necessidades identificadas nas diferentes freguesias do território;
5. A criação de um Programa Habitação Jovem através da bolsa de arrendamentos de casas vazias e devolutas, especialmente destinada a jovens que procuram a sua emancipação;
6. Repensar as cidades do ponto de vista urbanístico, tornando-as progressivamente mais inclusivas e isentas de barreiras arquitetónicas, promovendo deste modo a mobilidade dentro do concelho (do ponto de vista do peão);
7. Implementar normas de construção sustentável, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada;
8. Arborização adequada das avenidas e passeios do concelho;
9. Pintar passadeiras com regularidade e construir passeios rebaixados.

B. DIREITOS SOCIAIS E INICIATIVAS DE AÇÃO SOCIAL

A promoção dos direitos sociais representa um dos principais desafios das sociedades modernas e onde as autarquias desempenham um papel fundamental. Os problemas sociais são complexos nas suas causas e manifestações e para serem abordados de forma efetiva necessitam do envolvimento de todos os agentes. Desde a formação individual e coletiva até aos programas de monitorização e defesa dos direitos sociais, todos temos uma responsabilidade. Cabe ao poder local dinamizar iniciativas que mitiguem as causas das várias manifestações de discriminação e promovam um município justo, igualitário, inclusivo e socialmente saudável. O trabalho feito até aqui pelo executivo caracteriza-se por uma visão isolada dos problemas sociais e sem articulação com os diferentes agentes, por dificuldades de comunicação com as diferentes instituições de natureza social que operam na área territorial do concelho e sem uma visão de desenvolvimento pessoal e coletivo na intervenção social. E, lamentavelmente, continuamos a assistir a baixas execuções orçamentais nesta área tão importante. Acresce que os problemas sociais são agravados pelos baixos salários que afetam a maioria dos Feirenses. As verbas destinadas para os

diferentes programas, e o número de programas continuam a ser manifestamente insuficientes. Finalmente, a concessão da exploração da água aos interesses privados continua a penalizar os feirenses com uma das águas mais caras do país e é fundamental que esta injustiça seja corrigida. A curto-médio prazo com a remunicipalização da água, a no imediato com a implementação automática da Tarifa Social na Água.

Assim, propomos:

1. Criação do Plano de Ação para os Direitos Sociais que identifique de forma detalhada as diferentes realidades sociais do Município, que operacionalize iniciativas de formação e intervenção adequadas e que preveja a forma e o financiamento adequado destas iniciativas;
2. Criação do Gabinete para os Direitos Sociais que integrará os gabinetes já existentes na Câmara Municipal que abordem temáticas relacionadas com a igualdade e violência de género, e que alargue o seu espectro de ação para os domínios da discriminação racial e da defesa dos direitos da comunidade LGBTIQA+;
3. Declaração do Município como Zona de Liberdade LGBTIQA+;
4. O aumento para 5% no orçamento municipal para a ação social que se traduza num aumento dos programas e das verbas destinadas aos programas existentes.
5. Reforço da publicidade e divulgação dos diferentes programas sociais do Município, adequados ao público-alvo, e distribuídos por todas as freguesias do território;
6. A criação de um Plano de Emergência Social no concelho;
7. Um Plano Social de Habitação através da nova construção e da reabilitação dos fogos existentes;
8. A implementação automática da Tarifa Social da Água;

9. Um programa de Comparticipação na Aquisição de Medicamentos;
10. Um programa de Pequenos Concertos em Habitações de Idosos;
11. Um programa de Combate à Solidão na Terceira Idade;
12. A criação de um Gabinete de Apoio e Encaminhamento para vítimas de Violência Doméstica;
13. Um programa Municipal de Promoção e Sensibilização da Igualdade de Género e fim de Discriminação baseada na Orientação Sexual e Racial;
14. A criação de equipas multidisciplinares capazes de responder às carências do SNS, em particular nas áreas da psicologia, oftalmologia e medicina dentária.

C. SAÚDE

Em matéria de saúde temos menos médicos e enfermeiros por habitante do que a média dos municípios nacionais. Temos apenas uma cadeira de médico dentista para os cerca de 140 mil habitantes do concelho e observam-se carências graves de médicos especialistas nos centros de saúde. A pandemia veio agravar os problemas existentes, principalmente na área da saúde mental, onde a resposta atual é manifestamente escassa e o Hospital S. Sebastião (HSS) não tem capacidade para responder às necessidades de saúde da população. O Bloco de Esquerda defende um maior investimento, não só no HSS, mas também nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) e na Rede Nacional de Cuidados Continuados do concelho. Este investimento só será conseguido com mais recursos para o SNS e uma maior dotação orçamental. É fundamental que as Unidades de Saúde Familiar do concelho estejam dotadas de todas as condições necessárias para o trabalho junto da população, principalmente aquelas localizadas na periferia do território (e.g., Vale).

1. A contratação de mais profissionais de saúde para o Hospital e para a rede de Cuidados de Saúde Primários;
2. A concretização de investimentos que são absolutamente necessários, como é o caso da aquisição de equipamentos de ressonância magnética, as obras nas

- urgências e a ampliação das instalações de modo a aumentar a capacidade de resposta;
3. Dotar os Cuidados de Saúde Primários de mais consultas, nomeadamente em áreas como a Nutrição, Psicologia, Podologia, Fisioterapia, Saúde Visual e Saúde Oral;
 4. Aumentar as equipas de saúde pública dotando-as de profissionais de várias áreas do conhecimento, tais como epidemiologistas, estatísticos e profissionais das ciências sociais e comportamentais;
 5. A instalação de, pelo menos, mais duas cadeiras dentista no concelho e a consequente contratação de mais médicos dentistas;
 6. Reforço da resposta na saúde mental, com a criação de gabinetes de prevenção de ansiedade e depressão. Propomos também a criação de respostas de cuidados continuados de saúde mental e de residências para a reabilitação psicossocial de doentes psiquiátricos.
 7. Dotar os Cuidados de Saúde Primários de alguns meios complementares de diagnósticos, como por exemplo raios-X, o que permitirá dar uma resposta mais rápida a casos agudos pouco urgentes, aliviando a pressão sobre o HSS;
 8. Alargar o horário de funcionamento de alguns CSP em pontos geográficos chave do concelho, para também contribuir para o alívio do HSS;
 9. Promover a implementação de unidades de cuidados continuados no concelho de Santa Maria da Feira, de gestão pública;
 10. Reforçar, em conjunto com o ACES, os cuidados de saúde ao domicílio;
 11. Criação de um Plano Municipal de Saúde.
 12. Investimento na requalificação das Unidades de Saúde Familiar do concelho.
 - 13. Ação efetiva de influência junto das entidades competentes para que sejam criadas todas as condições para a construção célere da ala de Psiquiatria do**

Centro Hospitalar. Neste momento, a ação efetiva deste executivo passa pelo exercício de mediação imobiliária, que deixou mais perguntas do que respostas sobre a ação inflacionária desencadeada.

D. JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

Na educação há um longo caminho por percorrer. Em Santa Maria da Feira a oferta de creches públicas não responde à procura. Apesar da aprovação pela Assembleia da República de um projeto do Bloco de Esquerda para a instalação do ensino secundário na escola pública de Paços de Brandão, continuamos com apenas duas Escolas Secundárias públicas em Santa Maria da Feira, e não temos uma oferta pública de ensino superior no espaço geográfico do concelho. Acresce que é também fundamental o aumento da capacidade humana nos estabelecimentos de ensino atualmente em funcionamento.

Assim, na área da Juventude e Educação propomos:

1. O aumento do número de lugares nas creches públicas e o investimento na construção de novas creches, que garanta um lugar para todos;
2. Criação de mais uma escola secundária no concelho;
3. Santa Maria da Feira está inserida no distrito de Aveiro e faz parte da Área Metropolitana do Porto, onde se encontram instaladas duas das mais importantes universidades portuguesas. Assim, propomos que se afirme a vontade política do Município em atrair para o espaço geográfico de Santa Maria da Feira pólos universitários públicos;
4. O aumento do número de Assistentes Operacionais, de forma a responder às reais necessidades das Escolas no concelho;
5. Acabar com a precariedade dos auxiliares de educação contratados pela autarquia;

6. Criação de parques desportivos e de lazer nos arredores dos Estabelecimentos de Ensino;
7. O reforço da verba e do número de bolsas de estudo atribuídas pela Câmara Municipal, desburocratização do processo de candidatura e maior rapidez no processo de atribuição de bolsas;
8. Criar espaços de compensação e acompanhamento pedagógico para a superação dos défices de aprendizagem;
9. A implementação, em todas as escolas do concelho, de um sistema de empréstimo de livros escolares.

E. EMPREGO E ECONOMIA

Em Santa Maria da Feira mais de 20% da população ativa vive com rendimentos anuais abaixo do limiar de risco de pobreza mais de 60% com rendimentos brutos anuais por sujeito passivo abaixo dos 10.000 Euros. As dificuldades geradas pelos baixos salários são ainda agravadas pelo aumento generalizado do custo de vida. Enquanto sociedade enfrentamos ainda um novo paradoxo: temos a força de trabalho jovem mais qualificada de sempre e que é também a mais afetada pela precariedade laboral. Quando ouvimos falar da necessidade de atrair mais emprego para o concelho, devemos também perguntar-nos que empresas queremos no concelho? Precisamos de emprego mais qualificado, atrativo para a mão de obra mais qualificada, com melhores salários e condições para os trabalhadores. Estas empresas também necessitam de um executivo camarário que lhes dê as melhores condições infraestruturais para levarem a cabo a sua atividade. Infelizmente as infraestruturas camarárias nas zonas industriais estão degradadas e é imperativa uma intervenção imediata.

Assim propomos:

1. A inclusão de critérios relacionados com o impacto ambiental do setor de atividade e do recurso a contratos de trabalho sem termo na atribuição de isenções parciais da derrama.

2. A promoção de programas de qualificação laboral e tecnológica, que potenciem o desenvolvimento das indústrias que operam em Santa Maria da Feira, e que atraiam parcerias estratégicas com unidades de investigação e desenvolvimento universitárias;
3. A requalificação de todas as infraestruturas camarárias das zonas industriais do município, munindo-as de melhores acessibilidades, mais lugares de estacionamento e melhores ligações com a rede de transportes públicos.

F. ÁGUA E RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS

É incompreensível a opção política tomada pela privatização do direito universal à água, que resulta em custos avultados para os munícipes sem que as famílias mais desfavorecidas possam usufruir de uma tarifa social automática. Em Santa Maria da Feira a Água e o Saneamento estão entregues à gestão da INDAQUA - Indústria e Gestão de Água, S.A. Em Santa Maria da Feira, a INDAQUA pratica uma das tarifas mais caras do país e do distrito de Aveiro e anualmente apresenta lucros recorde ao nível das empresas mais rentáveis de Portugal. E à custa da exploração de um bem essencial e com a conivência deste executivo municipal.

Assim defendemos:

1. a remunicipalização imediata da Água;
2. a aplicação de uma tarifa social automática que abrangerá mais de 10.000 famílias e garantirá uma redução de 50% no preço da água;
3. a aplicação do tarifário de famílias numerosas para agregados com 4 ou mais membros, garantindo o acesso à quantidade de água mínima indispensável ao custo mais baixo;
4. o fim das taxas de ligação e o fim da taxa de disponibilidade;
5. a remunicipalização do serviço de recolha de resíduos, garantindo que todo o concelho tem acesso a este serviço a tempo e horas e de forma igual.

G. TRANSPORTES E MOBILIDADE

Em Santa Maria da Feira continuamos a assistir a uma rede de transportes públicos deficitária e concessionada a uma empresa que falha aos feirenses. Num concelho moderno o transporte público deve ser a 1.^a opção e para tal é necessário um aumento da rede de transportes públicos e da sua frequência. Não esquecer que existe à data uma forte possibilidade da linha de alta velocidade atravessar o município afetando em larga medida a vida de centenas de feirenses. Precisamos de um executivo camarário que promova a existência de alternativas compensatórias que, no mínimo, todos os feirenses retirem utilidade da utilização de transportes públicos. Estes por sua vez devem garantir as diferentes ligações em horários funcionalmente relevantes.

Propomos, por isso:

1. A construção do Centro Coordenador de Transportes no centro do concelho;
2. Um estudo sério e independente sobre as insuficiências da rede de transportes públicos no concelho e das alterações necessárias para a sua recapacitação;
3. Revitalização da Linha do Vouga, promovendo o uso do transporte ferroviário com a criação de linhas que permitam o acesso aos serviços públicos e disponibilidade dos percursos, horários e custos;
4. Promover a intermodalidade dos transportes públicos coletivos e dos modos ativos de mobilidade, aumentando a rede de ciclovias e de sistemas públicos de bicicletas partilhadas, garantindo a sua gratuitidade;
5. Criação e requalificação de paragens de autocarro acessíveis a toda a população e distribuídas por todo o território.

H. AMBIENTE, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

A concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira tem acompanhado e testemunhado os graves danos ambientais provocados pelas políticas do executivo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Para além dos danos provocados por iniciativas específicas, o executivo investe menos de metade do que a média de todos os municípios portugueses em matéria de proteção ambiental. Mais grave ainda é a total ausência de investimento por parte do executivo em matéria de proteção da qualidade do ar e do clima, assim como na proteção e recuperação dos solos e das águas. Para o Bloco de Esquerda esta política é inaceitável. Como também é inaceitável a recusa política da observação do cumprimento da lei em matéria de remoção das barreiras arquitetónicas nos espaços e edifícios públicos.

Assim propomos:

1. A recolha dos lixos domésticos em todo o concelho 4 vezes por semana;
2. Criação de contentores subterrâneos de reciclagem;
3. Implementação de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, fixando metas para a redução das emissões de CO2 e outros gases de efeito de estufa;
4. A criação de um Regulamento Municipal do Património Arbóreo que evite abates arbitrários de árvores e promova a arborização do concelho – diga-se em cumprimento da lei;
5. Redação de um Manual de Boas Práticas de Gestão do Sistema Arbóreo Urbano, evitando cortes ou podas abusivas, protegendo as árvores adultas viáveis e em condições de segurança – diga-se em cumprimento da lei;
6. Instalação de painéis informativos com indicação do conforto bioclimático (temperatura e outros dados) e qualidade do ar (índices de gases poluentes);
7. Elaboração de Cartas de Zonamento Climático Local;

8. Incentivar as populações para as vantagens da realização de compostagem doméstica através de campanhas de sensibilização e disponibilização de equipamento;
9. Promover maior informação junto da população para a possibilidade de obtenção de compositores através da SULDOURO;
10. A requalificação séria e exaustiva das margens do rio Cáster e de todos os cursos de água do território;
11. A criação de passadiços juntos as linhas de água;
12. A criação de parques de lazer nas freguesias;
13. Criação de pontos de reciclagem específicos para dias de feiras e mercados locais;
14. O levantamento e a eliminação de todas as barreiras arquitetónicas existentes no concelho;
15. A reabilitação dos parques infantis e dos equipamentos existentes nas urbanizações de habitação social e nas diversas freguesias;
16. A construção de novos parques infantis em todo o concelho;
17. A criação de jardins, praças arborizadas e locais dotados com equipamentos de acesso gratuito;
18. Criação de parque florestal municipal (pulmão verde);
19. Redução das plantações de eucaliptos no concelho e reflorestação com árvores autóctones;
20. Limpeza e manutenção de trilhos florestais do concelho de Santa Maria da Feira.

I. CULTURA

A cultura é fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania plena. Os municípios desempenham um papel fundamental na promoção de atividades culturais e criativas junto da população. Em Santa Maria da Feira nem tanto. Os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística mostram que, em 2019, os municípios portugueses investiram em média 50,50€ por habitante em atividades culturais e criativas. Já em Santa Maria da Feira, a Câmara Municipal investiu apenas 10€ por habitante, num total de investimento em atividades culturais e criativas 5 vezes inferior à média dos municípios portugueses. O Bloco de Esquerda propõe uma série de medidas que pretendem fazer da cultura um investimento sério e efetivo no Município de Santa Maria da Feira. Desde o reforço financeiro do Programa de Apoio a Projetos Culturais, até à descentralização da agenda cultural, pretendemos que todos os Feirenses tenham acesso a um desenvolvimento cultural pleno. Num setor onde a precariedade laboral é a regra e rotina, e as estruturas de produção são tipicamente de micro e pequena dimensão, a desproteção dos trabalhadores é total. A inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos para o setor revela-se particularmente penalizadora. Infelizmente, o concelho de Santa Maria da Feira não é exceção. Por todo o concelho existem artistas, companhias e associações que viram as suas fontes de rendimento abruptamente eliminadas pela pandemia. Salvar esses agentes culturais deve ser um desígnio da autarquia.

Propomos:

1. A revisão urgente do Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais, no sentido da sua desburocratização;
2. O aumento do investimento anual em atividades culturais e criativas para valores na ordem da média nacional;
3. Apoiar a constituição de tecido associativo que promova projetos criativos com conteúdo alternativo na área cultural;
4. A descentralização da agenda cultural, distribuindo-a por todo o território;

5. Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Artísticos e Culturais através da disponibilização de locais para ensaio ou ateliers para trabalho artístico; promoção de iniciativas culturais onde os jovens possam mostrar os seus trabalhos (concertos, exposições, concursos literários, etc.);
6. Fazer chegar a todos munícipes via correio a agenda cultural do concelho;
7. Apoios e incentivos a projetos liderados por jovens nas diversas áreas.

J. DESPORTO

Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística dizem-nos que Santa Maria da Feira é o terceiro município do país que menos investiu em atividades e equipamentos desportivos desde 2019.

Aqui propomos:

1. aumentar o investimento camarário em atividades e equipamentos desportivos para valores próximos da média nacional;
2. reabilitar todos os parques de desporto e ringues no concelho;
3. concretizar o prometido parque de desportos radicais;
4. aulas de natação para o desporto adaptado;
5. construção de equipamentos de ginásio ao ar livre distribuídos por todo o território;
6. uma Tarifa Social para os utilizadores das piscinas;
7. a criação de uma ciclovia capaz de funcionar como via estruturante no concelho.

K. PATRIMÓNIO

Os Feirenses merecem políticas que valorizem o Património Cultural e Arquivístico do concelho. Infelizmente, parte significativa do Património cultural está deixado ao abandono e é gerido de uma forma obsoleta. Existe uma clara desvalorização e desinvestimento no Património Arquivístico. Este património existe, mas não é aproveitado a bem da cultura do Concelho.

Relativamente à defesa do Património, propomos:

1. A reabilitação e a criação de espaços culturais e de interesse cultural no concelho;
2. A realização de um levantamento arqueológico, sério e exaustivo, de forma a atualizar e completar as deficiências da carta arqueológica e patrimonial em vigor;
3. Constituição de um gabinete de arqueologia e património com mais recursos humanos e participativo na comunidade;
4. A criação de roteiros: arqueologia, arqueologia industrial e património histórico;
5. Incentivar a valorização e a reabilitação do património cultural, através da possibilidade de expropriação e apenas nos casos de risco iminente (abandono, destruição, exposição a vandalismo);
6. Criar iniciativas que promovem a democratização do acesso ao património arquivístico do concelho;
7. Desenvolver todos os trabalhos necessários e recomendados para devolver o Castro de Romariz aos Feirenses e a quem nos visita, nomeadamente através da instalação do centro de interpretação na proximidade do próprio Casto de Romariz;
8. Contratação de profissionais das ciências da informação que visem o auxílio na digitalização do arquivo concelhio no que respeita aos formatos em papel;

L. PROTEÇÃO CIVIL

Propomos:

1. Criação da figura do comandante da proteção civil municipal;
2. Mais meios humanos para a Proteção Civil Municipal;
3. Criação de um plano de segurança em todas as escolas;
4. Criação de um plano de emergência para as zonas industriais;
5. Bocas-de-incêndio com caudal e pressão suficiente para abastecer;
6. Regime de incentivos às corporações de bombeiros voluntários do concelho;
7. Criação efetiva do registo das indústrias existentes: tipos de materiais manuseados, riscos associados e envolvente urbana ou florestal;
8. Mapeamento das zonas florestais: acessos, espécies e envolvente urbana;
9. Limpezas das matas e dos terrenos abandonados;
10. Garantir que os planos de defesa da floresta e planos municipais de emergência e proteção civil sejam amplamente debatidos e atualizados com regularidade;
11. Criar uma equipa de sapadores florestais, recorrendo aos fundos comunitários disponíveis.

M. BEM-ESTAR ANIMAL

O bem-estar animal é um tema central para o Bloco de Esquerda. Neste sentido, é urgente:

1. A criação da Rede de Bem-Estar Animal do Concelho da Feira constituída, entre outros, pelas associações de defesa animal do concelho e clínicas veterinárias, apostando na promoção de respostas diversificadas, tais como a criação do Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, que evidencie as

- necessidades do concelho nesta matéria e que proponha soluções práticas e eficazes, como a aposta na esterilização dos animais errantes e de companhia, e a promoção da adoção responsável;
2. Garantir a gratuitidade nos cuidados veterinários dos animais de companhia das famílias carenciadas, nomeadamente ao nível da esterilização, consultas e colocação de microchip;
 3. A criação de um voucher para um check-up anual gratuito para todos os animais de companhia das famílias do Concelho, junto das clínicas veterinárias e associações que façam parte da Rede de Bem-Estar Animal;
 4. Garantir que o centro de recolha/canil tem a capacidade adequada para as necessidades e que é feita uma aposta na esterilização e não no abate;
 5. Uma aposta em campanhas de adoção e sensibilização para o bem-estar animal nas escolas e centros de dia;
 6. O acompanhamento e sensibilização junto dos donos de animais de companhia, no sentido de garantir os cuidados necessários aos animais e também os cuidados ao nível da higiene urbana e saúde pública;
 7. A Proibição de qualquer espetáculo que coloque em causa o bem-estar animal, infligindo dor e até a morte;
 8. A criação de espaços para cães – “*Dog Park*” – que podem ser incluídos dentro de parques municipais.

N. ESTACIONAMENTO

Nesta matéria propomos:

1. tornar o espaço público de estacionamento a céu aberto gratuito;
2. criar um local de Estacionamento para Autocaravanas com construção de área de apoio com WC público, dinamizando o turismo e o comércio local no concelho.

O. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Muito trabalho há a fazer na promoção da participação cidadã. A proximidade inicia-se com um compromisso forte na promoção da transparência e na democratização das opções tomadas.

Aqui propomos:

1. Publicitação de todos os concursos, cadernos de encargos, concorrentes, critérios de avaliação e respetivo júri numa plataforma de fácil acesso;
2. Transmissão em direto das reuniões do executivo municipal e disponibilização para da gravação para consulta posterior;
3. Reuniões do Executivo e Assembleia Municipal descentralizadas e em horários que as/os cidadãos possam participar;
4. Criação da figura do Provedor Municipal.



PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL – 2025

Propostas

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista e a Concelhia do PS de S.^a M.^a da Feira por solicitação do executivo municipal em permanência, apresentam de seguida algumas propostas para que constem e se possam vir a concretizar na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de Santa Maria da Feira para o ano de 2025. Seguindo a metodologia de proposta em anos anteriores, observando a concretização de algumas medidas no passado pelo executivo e tendo em conta o desafiante ano de 2025, organizamos as nossas propostas no documento, apresentando-o, ordenadamente, através das seguintes áreas de intervenção: Transparência e Governo de proximidade; Economia e Emprego; Educação, Cultura, Desporto, Habitação e a grande área de Mobilidade e transportes, coesão territorial e social e ambiente.

Transparência e Governo de Proximidade

1. Aquisição de equipamento de som e imagem para transmissão em direto das reuniões de câmara;
2. Realização de reuniões de Câmara em sala que seja digna da responsabilidade do órgão e com transmissão em direto e colocação posterior da mesma no *sítio* da Câmara Municipal.
3. Instalação piloto de pelo menos 4 (quatro) Postos de Atendimento ao Cidadão – Espaços do Cidadão, nas juntas freguesias do Concelho, nomeadamente a norte, sul este e oeste do concelho.
4. Colocação na página eletrónica do município, respeitando os requisitos legais da acessibilidade Web, onde conste, nomeadamente:
 - Toda a informação relativa a peças concursais - anúncio de abertura de



PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA

concurso, programa e caderno de encargos e propostas adjudicadas.

- Toda a informação relativa a protocolos e deliberações atinentes a subsídios atribuídos, utilização de bens móveis e imóveis, a associações cívicas, desportivas, culturais, recreativas e outras entidades.
- Toda a informação relativa a concessões promovidas pelo Câmara Municipal.
- Toda a informação relativa a entidades que foram isentas de pagamento de taxas municipais.



PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA

Economia e emprego

1. Renegociar com o governo da república o contrato de gestão do Europarque, alocando a partilha de responsabilidades ao nível dos custos de manutenção do edificado
2. Elaboração e apresentação de um plano devidamente calendarizado de requalificação das zonas industriais.
3. Fusão das empresas municipais de Turismo e do Feira Viva
4. Afetação de uma verba de Incentivo e apoio a projetos inovadores que contribuam para a criação de emprego no concelho.

Educação/ Cultura/ Desporto /Habitação/ Saúde

1. Execução do projeto do centro escolar de Santa Maria da Feira
2. Construção de Ecovias e Ecopistas Feirenses, através da construção de mais ciclovias e vias pedonais, promotoras da mobilidade suave no Concelho, nomeadamente, na zona nordeste do concelho e dar continuidade a estas através dos apoios resultantes dos programas do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e das Alterações Climáticas .
3. Construção de um pavilhão multiusos para a realização de provas de diferentes modalidades a nível nacional e internacional e de um Skate Park, de forma a auxiliar a promoção dos desportos radicais junto dos mais novos – propomos a construção deste primeiro projeto em Santa Maria da Feira
4. Adaptação dos equipamentos municipais a pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente, edifícios administrativos, parques infantis e infraestruturas desportivas espalhadas por todo concelho (equipamentos de interior e exterior).
5. Recuperação de imóveis degradados municipais, tendo a vista a concentrar futuramente nesses espaços os vários serviços municipais que se encontram neste momento em regime de arrendamento.



**PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA**

6. Cadastrar as residências que não se encontram ocupadas (por ocupação indevida sem presença grande parte do ano) no âmbito das respostas residenciais sob a responsabilidade do município de forma a poder dar resposta ao alojamento de novos pedidos
7. Plano de requalificação do Centro Histórico da cidade de S. M. da Feira para prédios devolutos, e com necessidade de intervenção.

Mobilidade e transportes, coesão territorial e social e ambiente

1. Reivindicar a extensão da linha do metro para o concelho de S. M. da Feira.
2. Requalificar a Linha do Vouga, nos termos programados
3. Colocação provisória de abrigos condignos na zona da cruz para os passageiros que viajam nos expressos intercity
4. Remodelação total dos abrigos de passageiros em todo o município com indicação clara dos horários de passagem dos Transportes públicos
5. Construção do Túnel da Cruz
6. Requalificação Urbana/Paisagística da Av. Francisco Sá Carneiro, através da substituição do estacionamento de superfície por estacionamento subterrâneo
7. Realização do projeto e colocação a concurso do Centro Coordenador de Transportes / Intermodal em Santa Maria da Feira, de forma a assegurar condições de segurança e conforto a todos os utilizadores de transportes colectivos.
8. Realização do troço do “eixo das cortiças” entre a zona da valada em Santa Maria de lamas e a zona da Cadinha em São João de Ver
9. Pugnar pela construção de mais um nó de acesso à A1 entre os dois existentes no Concelho, para descongestionar e suprir a ausência de ligação



**PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA**

aos grandes eixos rodoviários nacionais, nomeadamente a Feira/Nogueira e o eixo das Cortiças, de forma a permitir mais e melhor escoamento dos produtos industriais, melhorando os acessos das vias estruturantes aos grandes eixos rodoviários nacionais.

10. Requalificação do “túnel dos Passionistas, após a sua interdição ao trânsito automóvel.
11. Acesso ao Hospital São Sebastião através da N223 preferencialmente para veículos de emergência
12. Aposta na sinalização dos vários arruamentos, sobretudo ao nível da sinalização horizontal, das passadeiras e das passadeiras sobre-elevadas em locais onde se exigem para acalmia do tráfego, entre outras medidas.
13. Afetar igual ou superior a 1 milhão de euros do Orçamento Municipal para a criação de um Concelho mais Inclusivo. Nesse sentido propomos:
 - A eliminação gradual de barreiras arquitetónicas no Concelho, em edificado municipal e via pública, com prestação anual de contas do efetivamente executado;
 - Construção de parques infantis com acessibilidade e equipamentos adaptados para todos, incluindo a crianças com necessidades especiais (físicas, cognitivas e sensoriais).
 - Implementar soluções tecnológicas que possam orientar o utilizador no concelho.
14. Implementação do acesso à tarifa social da água e saneamento, à semelhança do que já sucede com a tarifa social de eletricidade, para as pessoas com carência económica.
15. Criação de uma tarifa bonificada para os feirenses que não têm acesso à rede de saneamento, por motivos a que são alheios, possam aceder à



**PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA**

serviço de limpeza de fossas sépticas, até lhes ser criado acesso à rede de saneamento, em condições iguais às dos restantes feirenses, bem como a devolução gradual da tarifa de construção de ramal aos feirenses que a pagaram indevidamente.

16. Elaborar plano plurianual de execução de Ramais de Saneamento de Águas Residuais e Ramais de Abastecimento de Água no Concelho para cobertura integral do território de Santa Maria da Feira, colocando em pé de igualdade todos os feirenses.
17. Distribuir mais e melhores contentores do lixo pelo Concelho, apostando, sempre que possível, em molokes (contentores de lixo subterrâneos) e Ecopontos e servir todas as freguesias que ainda não contam com contentores de separação de lixo, à imagem do que já sucede em algumas freguesias do concelho.
18. Dar início ao projeto piloto “Pague-o-que-deita-fora”, através da política de separação de lixos que permite definir pagamento de resíduos a partir do que cada cidadão deita fora. Com isto pretendemos encorajar a adoção de práticas de prevenção e separação dos resíduos, fomentando a recolha seletiva.
19. Suberrar, paulatinamente, as teias aéreas de fios elétricos que se encontram expostas no Espaço Público, através da sua materialização nos cadernos de encargos dos vários concursos públicos, dando assim cumprimento às normas de segurança.
20. Reforço de competências e de meios financeiros, materiais e humanos para as Juntas de Freguesias no âmbito da lei que rege a transferência de competências, com vista à criação das Unidades Locais de Proteção Civil, sob proposta da Comissão Municipal de Proteção Civil, tornando mais



**PARTIDO SOCIALISTA
DE SANTA MARIA DA FEIRA**

efetiva a prevenção, sensibilização procurando diminuir a probabilidade de ocorrência de situações de emergência ou catástrofe, nomeadamente quanto a riscos de incêndio, cheias e inundações, sinistralidade rodoviária, derrocada e atividade sísmica.

21. Reforço de parcerias e apoio às Associações locais, com a Construção de um canil a nordeste do concelho, através de parceria com Associações locais, com vista a assegurar um maior e eficaz acolhimento animal.
22. Construção de parques de recreio para animais de companhia, pelo menos um inicial na cidade Santa Maria da Feira.
23. Realização da feira canina e felina, servindo também o propósito de sensibilizar para as boas práticas na gestão dos animais de companhia.
24. Criação de sítio na página institucional da Câmara Municipal com disponibilização informações acerca de como proceder em caso de animais errantes, designadamente:
 - o de locais protocolados (associações e veterinários locais) para a receção de animais acidentados e errantes.

Santa Maria da Feira, 15 de setembro de 2024

Os Vereadores Eleitos Pelo Partido Socialista

Márcio Correia
Sérgio Cirino
Manuela Alves
Délio Carquejo

Concelhia do Partido Socialista de S.^a M.^a da Feira



PROPOSTAS PARA O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL - 2025

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

O ano de 2025 será com certeza marcante para o Concelho de Santa Maria da Feira.

Os Feirenses anseiam do poder político, uma visão estratégica e confiam neles para que essa confiança depositada, seja uma efetiva melhoria das suas condições de vida, dos meios colocados ao dispor da população, bem como de uma gestão isenta de suspeitas.

Infelizmente, sobre o executivo camarário de Santa Maria da Feira, os Feirenses têm ouvido ultimamente péssimas notícias na comunicação social. Razão teria o atual Secretário de Estado Emídio Sousa e Ex-Presidente de Câmara Municipal de Santa Maria da Feira quando disse à comunicação social, "... 8 anos são demasiados anos do PS no governo, que significam demasiados maus hábitos", pelo que em coerência, 50 anos de Executivos PSD na Câmara Municipal de Santa maria da Feira, poderão ser indicativos de dizer muita coisa...

As famílias Feirenses estão a sentir a falta de visão destes executivos PSD, que não conseguiram por exemplo, antecipar os problemas na habitação e agora não tem soluções para este flagelo e vai tudo ser feito em "cima do joelho", como diz o povo.

Continua-se a acentuar a diferença de tratamentos aos Feirenses, com uma quebra de confiança inequívoca e demonstrativa do estado a que os sucessivos e displicentes executivos camarários PSD têm pautado a sua gestão autárquica.

Não há Feirenses de 1ª nem Feirenses de 2ª!! Somos todos Feirenses!!

Uns Feirenses têm água e saneamento e outros não.

Uns Feirenses têm recolha de lixo diferenciado e mais regular e outros não.

Uns Feirenses têm estradas pavimentadas e outros não.

Uns Feirenses têm acesso a melhores cuidados de saúde e outros não.

Uns Feirenses têm acesso a apoios sociais e outros não.

Uns Feirenses têm possibilidade de acesso a equipamentos desportivos e outros não.



Uns Feirenses têm possibilidade de acesso a equipamentos ou atividades culturais e outros não.

Umhas Freguesias têm investimento camarário elevado e outras têm um investimento diminuto.

Por tudo isto e muitas outras diferenças de tratamentos, nenhum Feirense poderá ser deixado para trás bem como nenhuma freguesia.

O partido CHEGA de Santa Maria da Feira quer um Concelho unido, inclusivo e reconhecido por uma política transversal de igualdade de tratamentos a todos os Feirenses.

De Norte a Sul, de Este a Oeste do Concelho, bem como do recém-nascido ao idoso Feirense.

Por isso, a concelhia do Partido CHEGA de Santa Maria da Feira, numa atitude democrática e responsável, irá seguidamente apresentar propostas, que vão ao encontro dos anseios e necessidades do povo Feirense. A sua compilação resulta do trabalho desenvolvido junto das populações do concelho e que está em constante atualização.

Pretendemos propor uma visão estratégica coerente, com uma postura bem diferente das opções deste executivo PSD, que tem sido completamente alheada das pretensões e necessidades diárias da população Feirense. A política do “com pão e circo se enganam os tolos” não serve para a população Feirense, que merece mais, muito mais...

Transparência e legalidade

1. Realização de uma auditoria externa ao sistema de contratação pública do município, dando cumprimento ao CCP;
2. Realização de uma auditoria externa ao sistema de contratação pública da empresa municipal Feira Viva, dando cumprimento ao CCP;
3. Publicitação de todos os procedimentos de contratação pública do município e da empresa municipal no site institucional da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
4. Publicitação dos investimentos camarários por Freguesia;
5. Publicitação de todas as nomeações de cargos do município e da empresa municipal no site institucional da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
6. Realização de reuniões de Câmara, com transmissão online;



7. Realização das reuniões de Câmara num sistema de rotatividade por todas as Freguesias do Concelho, reservando a manhã para o contacto e atendimento da população e empresários dessa Freguesia.
8. Redução de gastos mensais com os carros de gama alta dos vereadores (Volvo e BMW)

Engrandecimento territorial

1. Apoiar a preparação do processo para poder passar Argoncilhe a Cidade, bem como colaborar na instalação de serviços em falta para tal;
2. Apoiar a preparação do processo para poder passar São João de Vêr a Cidade, bem como colaborar na instalação de serviços em falta para tal.

Ambiente e Necessidades Básicas

1. Construção de rede de abastecimento de água pública a todos os Feirenses;
2. Construção de rede de saneamento básico a todos os Feirenses;
3. Alargamento da periodicidade da recolha de lixo em todas as Freguesias do Concelho;
4. Alargamento da recolha seletiva de resíduos (vidro, plástico e cartão) a todas as Freguesias;
5. Colocação de mais pontos de recolha diferenciada de resíduos – Ecopontos;
6. Pavimentação de todas as ruas abertas, de acesso a residência de Feirenses.

Parques públicos e de lazer

1. Assumir a gestão, manutenção e conservação de todos os parques infantis do Concelho;
2. Construção de novos parques infantis por todas as Freguesias do concelho, procurando criar alternativas e proximidade a blocos habitacionais ou parques de lazer;
3. Assumir a gestão, manutenção e conservação de todos os polidesportivos do Concelho;
4. Assumir a gestão, manutenção e conservação de todos os Equipamentos de manutenção instalados em todos os parques do Concelho.



2

Segurança e Proteção Civil (inclui bombeiros e INEM)

1. Criação da Polícia Municipal, com várias valências e articulação com agentes de segurança do concelho (PSP e GNR);
2. Apoio monetário para renovação ou aumento de frota, das 3 corporações de bombeiros do concelho (250.000,00€ para cada) – Anual;
3. Apoio monetário para aquisição de EPI e equipamentos técnicos, das 3 corporações de bombeiros do concelho (50.000,00€ para cada) – Anual;
4. Atribuição de um apoio financeiro anual aos bombeiros voluntários, que cumpram o Estatuto dos Bombeiros Voluntários e indexado ao salário mínimo nacional;
5. Criação de um posto INEM, com ambulância e pessoal médico na zona de Canedo (local a definir), de forma a dar uma resposta mais eficaz e rápida. Na saúde, cada segundo conta!!

Habitação

1. Construção de habitação jovem a custos controlados em Nogueira da Regedoura;
2. Construção de habitação jovem a custos controlados em Argoncilhe;
3. Construção de habitação jovem a custos controlados em São Miguel de Souto;
4. Construção de habitação jovem a custos controlados em São Paio de Oleiros;
5. Construção de habitação jovem a custos controlados em Sanfins;
6. Reparação de todos os edifícios com habitação social e pertença da Câmara Municipal, não apenas obras de cosmética, mas sim obras após análise criteriosa ao seu interior, por parte de técnicos qualificados para tal;
7. Análise das situações económicas dos agregados que usufruem habitação social, por técnicos, de forma a garantir que estas casas estão ao serviço dos mais necessitados;
8. Redução do IMI para a taxa mínima legal.

Apoios para jovens famílias Feirenses:

1. Apoio monetário de 1.000,00€, para cada nascimento feirense, com residência em qualquer Freguesia do concelho e que mantenha essa residência no concelho durante 1 ano;
2. Apoio monetário a todos os alunos feirenses no valor de 50,00€ para apoio na aquisição de material escolar até ao 6º ano inclusive e com residência no Concelho há mais de 1 ano. Esse apoio terá de ser gasto em estabelecimentos comerciais do Concelho;



3. Oferta de aulas de natação gratuitas para os alunos feirenses até ao 4º ano, de forma a promover a aprendizagem e prática de desporto, para alunos das diversas escolas no concelho e com residência há mais de 1 ano. Para tal serão usadas as várias piscinas municipais, num modelo a definir – dentro das atividades letivas ou nos tempos livres;
4. Criar um fundo de apoio social, para ajuda extraordinária no pagamento de faturas correntes.

Apoios para famílias idosas Feirenses:

1. Criar um fundo de apoio social, para ajuda extraordinária no pagamento de faturas correntes;
2. Criar um fundo de apoio social, para ajuda extraordinária na aquisição de medicamentos e alimentação;
3. Oferta de aulas para a prática de desporto, para maiores de 65 anos e com residência há mais de 10 anos no concelho, usando os vários equipamentos desportivos municipais, num modelo a definir;
4. Apoio para 1 consulta anual de dentista, para maiores de 65 anos e com residência há mais de 10 anos no concelho. No caso de ter seguro de saúde, terá a comparticipação a cargo do utente. Estas consultas deverão ser em clínicas do concelho.

Desporto

1. Apoio extraordinário para termino de obras em curso, nos diferentes clubes e associações desportivas do concelho

Património

1. Grande intervenção na zona circundante do Castelo de Santa Maria da Feira, inclui toda a zona de acessos viários, passeios, iluminação pública e wc públicos na Alameda Roberto Vaz de Oliveira. Construção de zona para estacionamento ordenado na Rua Orfeão da Feira.
2. Intervenção no Monumento ao Espírito Feirense e sua envolvente, dando-lhe o respeito que merece e que está atualmente quase abandonado. Intervenção ao nível de jardins, iluminação e limpeza e preservação de cada “Freguesia Feirense”.



Eventos culturais e Museus

1. Acesso gratuito na Viagem Medieval, a todos os feirenses residentes há mais de 1 ano, no concelho;
2. Acesso gratuito ao Perlim, a todos os feirenses residentes há mais de 1 ano no concelho.
3. Acesso gratuito a todos os Museus municipais, a todos os feirenses residentes há mais de 1 ano no concelho

Grandes Obras Estruturais do Concelho

1. Construção de uma escola secundária em Nogueira da Regedoura / Mozelos – a definir;
2. Parar com o projeto megalómano do túnel da cruz e avançar com o estudo para a construção de 3 rotundas na EN 223 de acesso ao centro da cidade (Picalhos, monumento do Feirense e em frente ao hotel Nova Cruz), com diminuição dos custos absurdos apresentados;
3. Construção de um acesso alternativo ao Hospital de São Sebastião pela EN223;
4. Construção de Centro Coordenador de Transportes na zona da Cruz/Passionistas – promessa PSD há mais de 30 anos;
5. Construção do Centro Escolar de Santa Maria da Feira (JI + EB1), usando os terrenos da escola preparatória abandonada Fernando Pessoa – processo que se arrasta por falta de poder dos diversos executivos PSD;
6. Construção de um grande pavilhão desportivo, ao serviço dos clubes desportivos Feirenses, procurando que a sua localização seja o mais central possível (UF Feira, São João de Vêr, Lourosa, Fiães ou UF de Caldas de São Jorge e Pigeiros) – localização a definir com estudo;
7. Abandonar a pretensão de investir no campo de Sanfins e construir uma pista de atletismo homologada para competição ao ar livre junto a pavilhões desportivos e próximos de freguesias onde existe clubes de atletismo – localização a definir com estudo;
8. Avançar com o edifício dos Paços do Concelho, mediante abertura de candidatura a fundos. Já foram gastos mais de 800.000,00€ em estudos pelo executivo PSD;
9. Construção de uma piscina para lazer no exterior da Piscina de Santa Maria da Feira e integrado no complexo das Piscinas (Parque da Cidade de Santa Maria da Feira);
10. Construção de um canil municipal que respeite e dê condições para o bem-estar animal.



Obviamente que temos consciência que estas propostas não serão acolhidas nem dadas seguimento por este executivo PSD, mas queremos demonstrar aos Feirenses que uma mudança inequívoca de tratamento justo e cuidado de todos, está a uma curta distância.

É o voto que decide entre continuar tudo como está, ou dar oportunidade a outros Feirenses de poderem fazer muito mais e melhor, com todas as possibilidades que os sucessivos executivos PSD tiveram de fazer mais e desperdiçaram.

Com responsabilidade e humildade, podemos afirmar que outros fariam mais e melhor!

Este é uma pequena apresentação daquilo que o Partido CHEGA pensa ser fundamental implementar neste nosso querido concelho, de forma cimentar nos próximos 8 anos a posição de liderança num distrito cada vez mais importante no panorama nacional.

Muitos outros pontos estão pensados e em análise e estudo.

Assuntos mais específicos de cada Freguesia do concelho e que estão a ser trabalhados com Feirenses do povo e que até agora não tinham voz nem participação ativa.

A seu tempo, teremos preparadas propostas diferenciadoras para poderem ser apresentados, pois Santa Maria da Feira e todos os Feirenses merecem mais!

Muito mais...

Santa Maria da Feira, 15 de setembro de 2024

Ana Carla Gamelas Diniz Antunes

(Presidente da Comissão Política Concelhia)

pelouro
**obras municipais e
desenvolvimento
económico**



Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frotas

Divisão de Gestão de Edifícios

A Divisão de Gestão de Edifícios (DGE) tem como competências proceder e promover a manutenção, conservação e gestão dos edifícios e equipamentos do património municipal ou a cargo do Município, tais como, mercado, escolas, empreendimentos habitacionais sociais, pavilhões desportivos, museus e, mais recentemente, as unidades de saúde, em articulação com outros serviços competentes, tendo ainda os equipamentos destinados a realizações de interesse público.

Considerando que o Município possui um grande número de ativos físicos (aproximadamente 230) e que esta divisão promove nestes os mais variados trabalhos de manutenção e conservação, bem como, no apoio à realização de vários eventos, nomeadamente, no que concerne à instalação de palco, de infraestruturas elétricas, de abastecimento e drenagem de águas, agrupam-se os mesmos em seis grandes grupos apresentados na tabela 1:

Tabela 1 - Grupos de ativos

Designação	
Património municipal ou a cargo	Edifícios municipais
	Áreas desportivas (pavilhões, recintos e piscinas)
	Edifícios arrendados
	Unidades de Saúde
Parque escolar e de ensino	1.º Ciclo
	2/3.º Ciclos
Parque habitacional social	
Espaços públicos e de lazer	Espaços de lazer
	Parques infantis
	Sanitários públicos
	Em espaços verdes
Infraestruturas várias	Fontanários e espelhos de água
	Iluminação pública não convencional
	Reservatórios
	Outros
Apoio a eventos	Cultura
	Desporto
	Juventude
	Outros/ Entidades externas



Para o ano de 2025, a DGE tem como objetivos fundamentais:

- continuar com a implementação, de forma gradual, de um plano de intervenção/manutenção nos vários ativos municipais;
- continuar com a melhoria das condições dos espaços sanitários e de refeição de jardins-de-infância e escolas básicas;
- melhorar as acessibilidades em alguns dos edifícios municipais;
- expandir o procedimento para reabilitação de fachadas de alguns dos ativos físicos municipais;
- implementar um procedimento para reabilitação de coberturas de ativos físicos municipais;
- implementar um procedimento para execução de manutenção preventiva de elementos construtivos em ativos físicos municipais.

Para além dos objetivos mencionados anteriormente, a DGE continuará a desenvolver as seguintes atividades:

- execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários edifícios pertencentes ao património municipal ou a seu cargo, ao nível elétrico, de pichelaria, trolharia, serralharia, carpintaria e outras pequenas reparações, sejam estas executadas por administração direta ou através de procedimento de contratação pública;
- execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, nas várias artes mencionadas no ponto anterior e outras pequenas reparações;
- execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do Parque Habitacional Social do concelho, nas várias artes acima referidas e outras pequenas reparações;
- execução de manutenção e conservação de espaços públicos e de lazer, nas várias artes acima referidas e outras pequenas reparações;
- execução de trabalhos de manutenção e conservação das diversas infraestruturas públicas a cargo do Município, nas várias artes acima referidas e outras pequenas reparações;
- apoio aos mais variados eventos efetuados ao longo do ano, sejam eles promovidos diretamente pelo Município, tais como, Imaginarius, Viagem Medieval, Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense, entre outros, como aqueles que são promovidos pelas diversas associações do concelho, em parceria com o município, com maior incidência ao nível da pichelaria, eletricidade e carpintaria.

Por forma a garantir a resposta às solicitações que são efetuadas ao longo do ano, por administração direta, ainda que seja expectável que o número de assistentes operacionais possa vir a aumentar durante o ano de 2025, não se prevê a necessidade de aquisição de viaturas ligeiras para transporte das brigadas.

No entanto e, em coordenação com todo o Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frotas, no sentido de uniformizar a gestão de equipamentos, esta divisão julga ser imprescindível a aquisição de uma plataforma elevatória articulada, sendo que a disponibilidade em estaleiro deste tipo de equipamento facilitará o acesso e a manutenção das várias coberturas dos edifícios, a manutenção de fachadas e o apoio na instalação de infraestruturas nos mais diversos eventos.

Prevê-se ainda ser necessário considerar a aquisição de pequenas máquinas de utilização corrente, entre outros aparelhos de utilização do quotidiano e de desgaste rápido, nomeadamente, equipamentos de proteção coletiva e individual específicos para o normal funcionamento das operações quotidianas. Para o próximo ano, é ainda expectável o lançamento de vários procedimentos de contratação pública para a reabilitação de fachadas, de coberturas e de manutenção preventiva em ativos físicos municipais.

Divisão de Rede Viária e Trânsito

Um dos principais objetivos do executivo, no atual mandato, é a continuidade da requalificação urbana e remodelação da rede viária, numa melhoria contínua, prevendo-se que em 2025 seja dado seguimento a essa requalificação, com forte impacto ao nível da segurança rodoviária e do bem-estar do utente em espaço público.

No que respeita às questões de acessibilidade, o município continuará o seu plano de construção e reabilitação das zonas pedonais, visando a circulação acessível, com segurança e conforto de peões, contando para isso com a colaboração das juntas de freguesia, prevendo-se a requalificação de passeios e espaços públicos.

Ao nível dos trabalhos de administração direta, será dada continuidade às intervenções urbanas de proximidade pelas diversas freguesias do município, através de obras de pequena dimensão, nomeadamente, arranjo de passeios, colocação de espelhos, pintura de passadeiras, sinalização horizontal e vertical, redes pluviais e pavimentações, com o objetivo de dar resposta a várias situações reportadas pelas juntas de freguesia.

No trânsito, prevemos a continuidade da atualização das posturas de trânsito das freguesias do concelho, adaptando-as às novas circunstâncias geográficas e populacionais. Prevê-se ainda que seja dado início ao procedimento para a implementação de um Regulamento Municipal de Trânsito.

Por fim, e de acordo com o quadro da transferência de competências para as autarquias locais dos diversos arruamentos da rede rodoviária nacional, refira-se que o município continuará a investir no reforço do quadro de pessoal e equipamentos, de apoio às brigadas associadas à rede viária, permitindo que as operações de manutenção correntes e urgentes sejam realizadas com mais

celeridade e qualidade, perseguindo aquela que é uma das razões da sua existência.

Unidade de Gestão de Frotas e Estaleiro

As obras de reabilitação dos espaços de oficinas e armazéns municipais, concluídas no segundo trimestre de 2023, continuam a ser o principal objetivo da Unidade, uma vez que permitem agora a revitalização e organização da oficina da mecânica. Com avanços significativos durante o ano de 2024, o processo continuará a evoluir no próximo ano, entrando numa fase de conclusão relativamente à sua parte mais operacional.

Considerando o processo de descentralização de competências para o município, as viaturas afetas à área da Saúde vieram acrescentar um número significativo às viaturas já existentes que importa gerir. É também necessário dotar e renovar a frota automóvel de viaturas com características adequadas ao transporte de crianças e promover formação específica e obrigatória para o exercício destas funções. Um outro objetivo da Unidade de Gestão de Frotas e Estaleiro para 2025 é a criação de parcerias com estabelecimentos de ensino da especialidade, assim como a dotação de novos equipamentos por forma a adequar a oficina à frota atual, alvo de renovação nos últimos anos. Pretendemos promover a formação contínua aos seus motoristas, considerando a evolução tecnológica das viaturas, nomeadamente as híbridas e BEV - 100% elétricas.

Igualmente relevante é a atualização e aperfeiçoamento de competências na área da eco condução, condução defensiva e formação relativa à legislação que suporta os diferentes serviços prestados pela Unidade, garantindo um nível de conhecimentos com a qualidade necessária à prestação de serviços. Desta forma, promovemos uma maior eficiência e segurança com impactos na durabilidade dos equipamentos e no Ambiente.

A Unidade de Gestão de Frota e Estaleiro tem vindo a tomar conhecimento da intenção de diferentes setores em adquirir equipamentos pesados que necessitam de capacidade de transporte para os respetivos locais de trabalho. Neste sentido, e por forma a rentabilizar os trabalhos das brigadas operacionais da administração direta, será necessário adquirir um trator pesado com o respetivo semirreboque (vulgo *trailer*).

Departamento de Obras Municipais

O **Departamento das Obras Municipais (DOM)** agrega os serviços de duas divisões, a de Estudos e Projetos e a de Fiscalização de Empreitadas, prevendo, cada uma, a prossecução das suas atividades que a seguir se discriminam.

A **Divisão de Estudos e Projetos (DEP)** e as três unidades orgânicas agregadas à mesma (Gabinete de Arquitetura, Gabinete de Engenharia e Gabinete de Gestão de Energia e Eficiência Energética) têm como principais funções:

- elaboração e coordenação de estudos ou projetos, de construção, restauro de edifícios, requalificação urbana, paisagismo, urbanismo e infraestruturas;
- preparação de concursos das obras municipais;
- assegurar a disponibilidade atempada dos projetos para as empreitadas, necessários para formular candidaturas a fundos comunitários e para celebrar contratos-programa ou protocolos com outras entidades públicas ou privadas;
- gestão de contratos (prestações de serviços para a elaboração de projetos);
- dar apoio técnico e efetuar um acompanhamento às obras projetadas;
- acompanhamento técnico da iluminação pública e na área de eficiência energética;
- assegurar a gestão dos contratos de fornecimento de energia e gás do município.

De acordo com os investimentos previstos e tarefas solicitadas à divisão, ao longo de 2025, a DEP prevê vir a concluir 76 projetos de obra por empreitada já em desenvolvimento ou a iniciar, dando cumprimento aos diversos objetivos estratégicos desta câmara municipal. No desenvolvimento destes projetos serão tidas em conta metodologias, quando aplicável, para uma utilização racional da energia, apostando no aumento da sua eficiência e na produção de energia renovável para autoconsumo.

De destacar os projetos em desenvolvimento nas áreas da Saúde e da Educação, que serão objeto de financiamento europeu, mas também os de requalificação dos centros urbanos das freguesias e da melhoria das condições da circulação rodoviária.

A **Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE)** e o Gabinete de Coordenação de Segurança, Projeto e Obra que lhe está adstrito prosseguirá, durante o ano de 2025, com as atividades que lhe estão afetas, materializadas na fiscalização de empreitadas de obras públicas municipais, desde a assinatura do contrato até à entrega em definitivo dessas empreitadas ao município. Continuará a desenvolver a atividade de coordenação de segurança em obra dessas mesmas empreitadas, assegurando que as entidades executantes cumprem os requisitos da legislação em vigor em matéria de segurança e saúde no trabalho. Irá ainda assegurar a assessoria técnica ao júri na análise de propostas dos vários tipos de procedimentos para contratação de serviços e empreitadas, procedendo à análise e ordenação das propostas, conforme critérios definidos no correspondente procedimento.

Face aos procedimentos de contratação já lançados até à data, prevê-se que a DFE venha, em 2025, a concluir a fiscalização e a coordenação de segurança dos 47 contratos de empreitada em execução aos quais acrescerão as obras que irão ser lançadas a concurso durante o ano 2025. Esta tarefa será assegurada não só pelos meios humanos do próprio município, como também através de serviços externos contratados para o efeito.

A DFE assegurará ainda a gestão dos períodos de garantia de cinco anos das 223 obras que fiscalizou anteriormente.

Unidade de Desenvolvimento Económico

A promoção do desenvolvimento económico de um território é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população local e para o fortalecimento da estrutura socioeconómica do concelho. São muitas as ações desenvolvidas que visam o robustecimento da economia, seja através da atração de investimentos, apoio às indústrias e ao comércio local, estabelecimento de parcerias, ações de capacitação, como também pela promoção do turismo e atividades culturais, criando um ambiente propício para o crescimento económico sustentável.

As autarquias locais têm assumido um papel cada vez mais preponderante na promoção da economia nos seus territórios. A proximidade das autarquias com as comunidades e os agentes locais permite uma compreensão mais detalhada das necessidades e potencialidades específicas em cada área (turismo, cultura, economia, saúde, educação, entre outras), possibilitando a implementação de programas e iniciativas que são mais eficazes e ajustados às realidades locais.

O Município de Santa Maria da Feira caracteriza-se por uma forte dinâmica empresarial e tem pautado a sua atuação por uma forte aposta na criação de uma nova e mais ágil forma de relacionamento com empresas e investidores, nomeadamente através da disponibilização de informação relevante, simplificação de processos e de um acompanhamento dedicado e orientado para o apoio e atração de novas empresas, bem como na facilitação de processos de qualificação e internacionalização da economia local.

O projeto Bizfeira continua a ser o motor agregador das atividades conducentes à operacionalização da estratégia de desenvolvimento económico e de dinamização da economia do território, assente naquilo que é a estratégia do executivo camarário para o desenvolvimento económico local, que passa pelo estímulo da competitividade das empresas, pela redução do desemprego e pela atração de investimento de elevado valor acrescentado. Com o foco em potenciar a economia local, procura-se criar momentos de incentivo à colaboração entre diferentes setores da economia, de forma a criar um ecossistema empresarial mais integrado e resiliente.

A operacionalização desta estratégia está incumbida à Unidade de Desenvolvimento Económico (UDE) que, em articulação direta com o executivo camarário, coloca em prática um conjunto de atividades que vise a prossecução dos objetivos nesta matéria, mais especificamente: disponibilização de uma equipa

dedicada com um interlocutor único que acompanha o investidor durante todas as fases do investimento, desde a receção da intenção do investimento até à sua instalação final; dinamização das atividades industriais e de serviços, dotando os empresários de informação relevante para o investimento, funcionando como serviço de aconselhamento e dinamizador de atividades que contribuam para a modernização do tecido empresarial; promoção de iniciativas de diplomacia económica e eventos empresariais que incentivem a interação entre empresários e outras entidades essenciais para o desenvolvimento económico.

O Município de Santa Maria da Feira procura assim numa escala mais micro adaptar-se aquilo que são os grandes desafios económicos do nosso país, que passam por incentivar o investimento em setores estratégicos que potenciem a sustentabilidade económica e ambiental do país e, consequentemente, do território.

As empresas operam num cenário altamente exigente, sujeitas a diferentes mutações, influenciado pelas alterações tecnológicas, económicas e sociais. Para se manterem competitivas e sustentáveis, as empresas precisam de estar atentas a uma série de desafios que afetam as suas estratégias e o cumprimento dos seus objetivos que, atualmente, passam por: a) transformação digital, exigindo que se adaptem rapidamente às novas tecnologias, aos sistemas de gestão integrados, inteligência artificial e automação de processos; b) sustentabilidade e responsabilidade social, a crescente preocupação com questões ambientais e sociais estão cada vez mais a exigir às empresas a adoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis; c) a mudança no comportamento dos consumidores, cada vez mais exigentes e informados procuram produtos e serviços que atendam às suas necessidades específicas e correspondentes aos seus valores pessoais, como sejam sustentabilidade e responsabilidade social; d) a inovação e a competitividade, requer às empresas um conhecimento mais audaz das ferramentas de inovação de forma a manter a competitividade no mercado global; e) a globalização dos mercados com a possibilidade de expansão do seu negócio para mercados internacionais; f) atração de capital humano, num mercado de trabalho competitivo torna-se cada vez mais premente o desenvolvimento de estratégias eficazes para atrair e reter profissionais qualificados. Nesta perspetiva e alinhado com os grandes desafios económicos a nível internacional, nacional e local, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira procura, na sua estratégia, implementar e disseminar algumas políticas que incidem na educação e qualificação da força de trabalho, no apoio à inovação tecnológica e à digitalização da economia. Assim, pretende-se criar um ambiente propício ao crescimento do ecossistema empreendedor, à promoção de um desenvolvimento económico que seja sustentável do ponto de vista ambiental, aproveitando as oportunidades da economia verde e das energias renováveis e na simplificação dos processos de forma a melhorar a eficiência dos procedimentos administrativos, visando facilitar a atividade empresarial e atrair mais investimentos. Em suma, o Município de Santa Maria da Feira deve prosseguir com uma estratégia integrada que fortaleça não apenas os setores industriais estabelecidos, mas também estimule o crescimento de novos setores emergentes, com um foco significativo em inovação, tecnologia e qualificação profissional, garantindo que o concelho permaneça competitivo no cenário global.

No ano de 2025, a UDE propõe desenvolver as seguintes ações:

Projeto Bizfeira

- a) Manter o contato, *in loco*, com as empresas locais é essencial para dar a conhecer o trabalho que é promovido no âmbito do desenvolvimento económico, através do projeto Bizfeira. Por via do convite ao registo na plataforma digital Bizfeira, pretende-se garantir o mapeamento das empresas e a atualização da base de dados do tecido empresarial;
- b) Disseminar e atualizar os diversos conteúdos do foro económico, incluindo notícias, oportunidades de negócios e de emprego, sistemas de incentivo, dossiês temáticos, notas informativas, fichas de negócios, entre outros, bem como a divulgação de iniciativas relevantes para as empresas locais;
- c) Ajustar qualitativamente os conteúdos e funcionalidades da plataforma Bizfeira, de forma a melhorar a sua capacidade de resposta aos desafios constantes dos agentes económicos, simultaneamente, comunicar fatores de diferenciação do território, promovendo e dando visibilidade às empresas instaladas no território;
- d) Os atendimentos são uma atividade primordial deste serviço, através dos quais procuramos que empreendedores e investidores tenham acesso a um conjunto de informações, orientações e recursos necessários para auxiliar na tomada de decisão de abertura do negócio ou a sua expansão. Além disso, o atendimento personalizado permite identificar as necessidades específicas de cada situação, facilitando a criação de soluções à medida;
- e) Fórum Bizfeira - Realizado anualmente, reúne empresários e entidades importantes para o desenvolvimento económico. O evento, que inclui a participação de diferentes entidades, *talks*, *workshops*, *networking* e exposição de produtos inovadores, oferece uma oportunidade para as empresas analisarem os desafios do mercado global. O objetivo é permitir que as mesmas tenham acesso a informações relevantes, que possam estabelecer parcerias estratégicas e que estejam despertas para dar resposta aos desafios da nova economia, especialmente no contexto da transformação digital e dos desafios ambientais;
- f) Promover ações de esclarecimento e de *networking* sobre temas que se mostrem relevantes para os nossos empresários.

Atração de Investimento

Promover o território e atrair investimento envolve destacar as vantagens competitivas de uma região e construir uma imagem que seja apelativa para investidores. Num cenário global onde são muitos os municípios a competir entre si, é fundamental ter uma estratégia eficaz de promoção do concelho, enfatizando determinados atributos únicos, nomeadamente: a localização estratégica, a rede de infraestruturas, a mão-de-obra qualificada, as competências locais e os recursos naturais diferenciadores. Essa abordagem não só eleva a competitividade local, como também é vital para atrair

investimento direto estrangeiro. Esses investimentos trazem capital, tecnologia avançada, conhecimento e acesso a redes globais, além de estimular parcerias estratégicas com empresas locais, impulsionando a inovação e o crescimento económico.

Para atingir esse objetivo, serão realizadas ações de diplomacia económica que visam criar e fortalecer canais de comunicação com várias entidades das áreas económica, científica, tecnológica e sociocultural. Esse processo inclui a manutenção e reforço das relações com as associações empresariais que representam o ecossistema empresarial de Santa Maria da Feira, bem como com as entidades responsáveis pela captação de investimentos.

Comércio Local

a) Projeto Vai-me à loja

Vai-me à Loja – Iniciativa dedicada ao comércio, restauração e alojamento, pelo que é pretensão dar continuidade ao trabalho até aqui realizado que consiste na visita, *in loco*, aos estabelecimentos deste setor de atividade e conhecer a oferta existente no concelho. Pretende-se também sensibilizar os empresários da existência de uma plataforma, que tem por objetivo divulgar gratuitamente estes negócios. Esta plataforma é o reflexo do compromisso de investir na inovação e apoiar a transformação digital dos negócios do comércio local de Santa Maria da Feira.

b) Candidatura Bairro Comercial Digital “Vai-me à Loja – Centro Histórico”

Em resultado da aprovação da candidatura Bairro Comercial Digital “Vai-me à Loja – Centro Histórico”, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, integrada na medida «Bairros Comerciais Digitais» (Aviso de Abertura de Concurso n.º 12/C16-i02/2023), surge a necessidade de contratualizar um conjunto de serviços e equipamentos para dar cumprimento ao objetivo desta candidatura. Este projeto contribuirá para a competitividade dos operadores económicos do centro histórico de Santa Maria da Feira, assente no uso avançado de tecnologia como catalisador das potencialidades já dinamizadas neste território, apostando numa visão de complementaridade entre as várias propostas de valor da oferta do Bairro Histórico (gastronomia, comércio e serviços, cultura, património, etc.).

Em 2025, daremos continuidade à operacionalização/aquisição de um conjunto de serviços, atividades e equipamentos que visem a concetualização, implementação e divulgação do ecossistema de economia digital do Bairro Comercial Digital “Vai-me à Loja - Zona Histórica”, em consórcio com a Associação Empresarial da Feira. Paralelamente, haverá também um conjunto de iniciativas conducentes à promoção da capacitação dos empresários, cujos estabelecimentos estão instalados na área delimitada do Bairro Comercial Digital. Serão igualmente dinamizadas algumas iniciativas de cariz cultural que visam animar o bairro e promover a vinda de mais pessoas a este local, tendo por finalidade incrementar o número de visitas ao comércio e restauração.

Áreas de Acolhimento Empresarial

A melhoria das condições de operação e instalação das empresas é uma prioridade fundamental, por isso, a requalificação urbanística e ambiental continuará a ser promovida.

Para assegurar o cumprimento das exigências regulamentares, é essencial garantir que os proprietários dos lotes industriais cumpram as condições estabelecidas em contrato, pelo que continuaremos a acompanhar os processos de licenciamento, em estreita parceria com os Serviços de Urbanismo.

a) Candidatura - Rede Urbana (RU) Transição, Sustentabilidade e Inteligência Urbanas para a (nova) Indústria

A Rede Urbana (RU) Transição, Sustentabilidade e Inteligência Urbanas para a (nova) Indústria envolve 14 entidades da Região Norte, mais especificamente, os representantes de todas as CIM's da Região Norte e 5 Municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), sendo Santa Maria da Feira o líder. De realçar que do território da AMP, estarão também representados nesta operação os Municípios de Oliveira de Azeméis, Paredes, São João da Madeira, Trofa e Vale de Cambra.

Esta RU contribuirá para a qualificação de Espaços Industriais/Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)/Zonas Industriais (ZI) em que as preocupações ambientais, a transição energética, e a persecução da neutralidade carbónica estarão presentes, quer ao nível do território, quer ao nível das empresas, criando condições para a atratividade e retenção de pessoas e empresas, bem como contribuir para a competitividade regional.

Esta Rede Urbana (RU) tem por base explorar o potencial de um conjunto de novas tecnologias voltadas para a eficiência energética, a sustentabilidade e a preservação ambiental que fazem parte do domínio da Nova Indústria.

Esta candidatura tem a duração de 36 meses, pelo que é intenção garantir o cumprimento dos seguintes objetivos estratégicos:

- diagnosticar e aprofundar o conhecimento acerca das AAE existentes, seus problemas de funcionamento, passivos ambientais existentes e situações que são obstáculos à competitividade empresarial e à qualidade da vida urbana;
- desenvolver iniciativas de contacto com AAE com boas práticas no tratamento das questões ambientais;
- envolver as empresas e autarquias na capacitação para a implementação de princípios de intervenção fundamentais ao nível da economia circular, da requalificação ambiental, da promoção da biodiversidade, da construção sustentável, das comunidades de energia/fontes de energia renováveis, da eficiência energética, do tratamento e reciclagem de resíduos, articulação com malhas urbanas, etc.;
- desenvolvimento de um projeto piloto com a adoção dos melhores princípios orientadores.

O envolvimento dos 14 parceiros no projeto proposto para este ITI RU “Transição, Sustentabilidade e Inteligência Urbanas para a (nova) Indústria”, contempla um conjunto de atividades estruturantes que serão descentralizadas para cada parceiro, embora no quadro de uma estreita articulação e interdependência entre elas, salvaguardando a coesão e a integração entre os membros do consórcio, nomeadamente:

- 1) Caracterização e Diagnóstico das Áreas de Localização Empresarial do Norte de Portugal, tendo por base as preocupações ambientais, eficiência energética e as questões da neutralidade carbónica. Pretende-se criar medidas e ações nas seguintes vertentes: espaços verdes/paisagem (Ruído, Qualidade do Ar e Ecossistema Local), arquitetura do parque – edificações (Eficiência Energética), mobilidade e transporte; energia e produção; infraestruturas de gestão de resíduos; redes de fibra ótica e tecnologia 5G, risco e emergência (sinalização e a adequação de zonas de risco com medidas preventivas segundo a tipologia) e monitorização das infraestruturas base.
- 2) Testar e experimentar soluções decorrentes do documento estratégico, ao nível das questões ambientais, eficiência energética, economia circular, entre outros, com o intuito de desenvolver projetos piloto de sustentabilidade ambiental e transição climática.
- 3) Programa de capacitação, ação e animação em torno dos temas e áreas fundamentais da Nova Indústria e dinamização do trabalho em rede;
- 4) Identificação e caracterização de *benchmarks* e desenvolvimento dos respetivos estudos de caso (Urbanismo Industrial, Economia Circular, Transição Energética), com a realização de visitas nacionais e internacionais para conhecimento de novas soluções que possam ser replicadas nos territórios alvo da presente candidatura;
- 5) Elaboração de conteúdo promocional – *newsletters*, brochuras, *flyers*, bem como dinamização de sessões temáticas;
- 6) Definição de objetivos e estratégias que garantam a implementação eficiente dos mesmos e que a respetiva avaliação forneça o *feedback* das medidas que visam alcançar os resultados exatáveis.

b) ITI RU Intrarregional “Norte (nova) indústria”

O Município de Santa Maria da Feira integrou o conjunto de entidades que submeteram a candidatura Rede Urbana (RU) “Norte (nova) indústria” liderada pelo Município de Penafiel e pela Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa (TeS), a qual assenta no potencial de um conjunto de novas tecnologias que integram o universo da Nova Indústria (tecnologias digitais com elevado potencial de geração de novos modelos de negócio, tecnologias digitais de produção e tecnologias de novos materiais com elevado potencial de utilização na valorização de recursos endógenos e criação de novas condições de competitividade aos territórios de mais baixa densidade). Este racional é coerente com a territorialização destas emergências de Nova Indústria em função dos estádios de transição industrial em curso em cada região, pretendendo-se elaborar um estudo de diagnóstico dos sistemas de inovação em formação na Região Norte e do estágio de transição industrial atual.

Será um projeto com a durabilidade de 36 meses, com o envolvimento de nove parceiros entre CIM's e municípios.

Transição ecológica e climática

O desenvolvimento sustentável e a criação de territórios mais resilientes são hoje um desafio de todos os setores.

O *Good for Beesness* é um projeto integrado na dimensão da Transição Ecológica e Climática do Plano de Ação 2030 que tem por objetivo apoiar as empresas na concretização dos seus objetivos, no âmbito da inovação sustentável. Este projeto está integrado na estratégia para a biodiversidade e ecossistemas do Município de Santa Maria da Feira que se encontra alinhado com as principais estratégias europeias e internacionais. O foco principal é o aumento da biodiversidade, nomeadamente dos polinizadores, tais como abelhas silvestres, borboletas e outros grupos normalmente negligenciados e fortemente afetados pela expansão urbana, poluição, alterações climáticas e pelo uso de pesticidas e medidas desadequadas de gestão.

Importa ainda referir que, as questões de sustentabilidade são cada vez mais valorizadas, principalmente para as empresas conscientes dos impactos ambientais e sociais. Adotar práticas sustentáveis não é apenas uma responsabilidade ética, mas também uma vantagem competitiva. As empresas que adotam este tipo de práticas conseguem reduzir custos, melhorar a eficiência, minimizar riscos e tornam-se mais apelativas para os consumidores que estão mais exigentes, favorecendo o acesso a mercados diferenciados.

O município, enquanto agente do poder local, ao implementar políticas públicas que promovam a gestão eficiente dos recursos naturais, garante um equilíbrio entre crescimento económico e preservação ambiental e da biodiversidade. Neste âmbito, é responsabilidade do município fornecer informações que ajudem as empresas a definir estratégias nas áreas de conservação da natureza e biodiversidade, além de divulgar os apoios e incentivos disponíveis para projetos relacionados a essas áreas.

Formação e Talento

A empregabilidade é uma prioridade estratégica para o município, que reconhece a importância de alinhar a oferta do sistema educativo às necessidades de recursos humanos das empresas locais, além de atrair e reter profissionais qualificados. Esse alinhamento é essencial para aumentar a competitividade das empresas já estabelecidas e atrair novos investimentos para a região. Uma força de trabalho qualificada e empregada contribui para a inovação e competitividade das empresas locais, tornando o concelho mais atrativo para novos empreendimentos e talentos.

Com esse objetivo, o município pretende proporcionar aos alunos do 3.º ciclo uma visão aprofundada das empresas locais, permitindo que conheçam detalhadamente os setores económicos predominantes em Santa Maria da Feira e suas potencialidades. Isso será feito por meio de visitas a empresas de

diferentes setores, como parte de um programa a ser implementado pelo Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, com o apoio desta unidade.

Nesta matéria, continuaremos a colaborar estreitamente com a ALPE (Agência Local em Prol do Emprego), não apenas fornecendo suporte informativo a potenciais empreendedores, mas também facilitando a articulação entre a oferta e a procura de empregadores e empregados, que frequentemente veem no município um ponto agregador entre os diferentes organismos.

Ao promover a criação de empregos e a qualificação profissional, o concelho não apenas melhora a qualidade de vida dos seus habitantes, mas também atrai investimentos e estimula o crescimento de novos negócios.

Gabinete de Qualidade e Auditoria

Nos últimos anos, temos assistido a uma mudança de paradigma na Administração Pública através, designadamente, da implementação de modelos de gestão mais eficazes, eficientes e promotores de uma melhor interação com os cidadãos.

Neste contexto, a Qualidade e a Auditoria continuam a assumir, cada vez mais, um papel predominante no processo de reformulação e modernização dos modelos de gestão nos serviços públicos, pelo que, em 2025, o Gabinete de Qualidade e Auditoria (GQA) dará prosseguimento ao trabalho que tem vindo a desenvolver, colaborando na implementação de boas práticas e estratégias para otimizar o desempenho organizacional e aumentar a satisfação dos munícipes.

Assim sendo, o GQA, com intuito de materializar o seu propósito com destaque e não descurando a sua atividade corrente, focar-se-á, sobretudo, nas intenções descritas nos domínios que se seguem, nomeadamente:

1. Qualidade

- contribuir para o fortalecimento do sistema de gestão da qualidade certificado, com base no desencadeamento de ações decorrentes da análise do contexto organizacional e através da implementação de metodologias que contribuam para a otimização dos processos, tornando-os mais eficazes e eficientes;
- consolidar o sistema de gestão da qualidade implementado nas áreas de Educação, Juventude e Desporto e garantir a extensão do âmbito assinalado no certificado de conformidade;
- potenciar a ferramenta *Dundas Business Inteligente* para aprimorar a análise aos dados/informações alusivos ao desempenho das atividades e, conseqüentemente, auxiliar a gestão de topo e os responsáveis dos processos a tomar de decisões que possam criar valor;
- promover, internamente, ações de formação, informação e sensibilização, no sentido de capacitar os trabalhadores de conhecimentos e ferramentas que contribuam para o desenvolvimento de uma “cultura” assente nos princípios da qualidade;



- uniformizar o procedimento interno de “Tratamento de Reclamações, sugestões e elogios” de forma transversal;
- conceber uma plataforma de apoio à gestão e controlo documental (incluindo referenciais normativos) e à gestão de riscos (associados à atividade desenvolvida pelos serviços).

2. Auditoria

- Elaborar o programa de auditorias internas e externas realizadas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e garantir a respetiva realização. Tais auditorias são indispensáveis para avaliar a conformidade dos requisitos aplicáveis e assegurar a manutenção da certificação, de acordo com o referencial NP EN ISO 9001:2015;
- Reforçar os mecanismos de controlo interno e acompanhar o tratamento das constatações registadas em sede de auditoria interna e externa;
- Realizar auditorias no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos (PPR) e da Proteção de Dados, a fim de contribuir para o cumprimento do que se encontra instituído e identificar eventuais inconformidades.

3. Programa Cumprimento Normativo (Decreto-Lei n.º 109-E/2021, 9 de dezembro e Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro)

- Dar continuidade à implementação de mecanismos de avaliação do programa de cumprimento normativo, visando avaliar a respetiva eficácia e garantir a sua melhoria;
- Proceder à revisão e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR). Elaborar relatório intercalar e anual sobre a execução do mesmo;
- Dar seguimento às denúncias de atos de corrupção e infrações conexas nos termos do disposto na legislação que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

4. Proteção de Dados

- Operacionalizar a conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e o programa de privacidade e proteção de dados, dando resposta às questões que se colocam originadas, nomeadamente, pela evolução tecnológica e pela crescente globalização dos mercados.

Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

Num contexto onde os vários segmentos de público são cada vez mais exigentes, interessados e participativos, a importância da Comunicação Autárquica é cada vez maior. Assim, é intenção desta divisão continuar a apostar em comunicar diariamente de forma célere, rigorosa, criativa e esclarecedora, tendo como principais objetivos a cabal informação dos nossos munícipes e a promoção externa do nosso território.

Consciente do seu papel fundamental na consolidação da “marca” Santa Maria da Feira, a Divisão de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais continua a acreditar que só o trabalho em equipa é capaz de produzir os resultados que permitem cimentar a ligação do município às suas gentes, quer as que habitam o seu território, quer as que se encontram espalhadas pelos vários locais do mundo. As múltiplas áreas que integram esta unidade orgânica – Assessoria de Imprensa, *Design*, Gestão de Meios e Publicidade, Multimédia, Gestão do Portal e Redes Sociais, Relações Públicas/Protocolo e Relações Internacionais – têm procurado, sistematicamente, encontrar o equilíbrio entre a comunicação tradicional e a digital, cientes de que o nosso público continua a ser muito heterogéneo. Se os mais jovens privilegiam os canais digitais, outras gerações preferem os meios tradicionais por os considerarem mais inteligíveis e credíveis.

Fruto de longos anos de investimento na promoção de boas relações de cooperação entre a comunicação social local, regional e nacional, este serviço tem conseguido cimentar a sua presença nos vários meios de comunicação social, em múltiplas áreas da intervenção municipal, resultando numa maior afirmação e valorização do nosso território. Em 2025 é nosso objetivo continuar esse percurso.

O Portal Municipal continua a ser uma das ferramentas de comunicação privilegiadas no contacto com o munícipe. No entanto, tendo em conta o longo prazo decorrido desde a sua atualização, o *site* é, aos dias de hoje, demasiado rígido e de difícil atualização. É nosso propósito torná-lo mais expedito na manipulação, promovendo uma maior flexibilidade e conseqüente modernização. Nessa conformidade, será dado início ao procedimento para a sua reformulação.

Ainda ao nível das ferramentas digitais, constitui também um objetivo para 2025 iniciar a atividade do município nas redes sociais X e LinkedIn e criar novas páginas de facebook e instagram para alguns projetos de maior relevância como, por exemplo, Ciclo de Órgão de Tubos de Santa Maria da Feira, Festival de Cerveja com Lúpulo Feirense ou Artes em Itinerância.

Para além do trabalho quotidiano que tem como desígnio a divulgação atempada, clara e criativa das atividades e propostas da autarquia, continuamos apostados na recolha e tratamento de conteúdos multimédia dedicados a pessoas e lugares notáveis de Santa Maria da Feira, com o propósito de preservar histórias e memórias do nosso território num espólio documental que pretendemos em permanente atualização.

O *storytelling* continuará a ser uma forma de contar histórias que iremos privilegiar na procura de fidelização do nosso público, pois que é notória a crescente exigência de quem nos lê e vê.



Ao nível das relações internacionais, as atividades vão centrar-se na execução do programa da área definido pelo executivo camarário. Entre as várias propostas, destaque para o planeamento, acompanhamento e receção de representantes e/ou delegações institucionais internacionais e para o apoio institucional e cultural às comunidades feirenses no mundo.

Será dada continuidade aos projetos de democracia participativa e mobilidade urbana sustentável, cofinanciados, Colaborar e Cocriar o bem-estar em Santa Maria da Feira | PAOITI – AMP SUL e Beyond the Urban, URBACT.

As relações internacionais prosseguirão, naturalmente, a apoiar projetos desenvolvidos na área da gemação de cidades.

pelouro
**administração, finanças e
modernização administrativa**

Administração, Finanças e Modernização Administrativa

O Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa, como estrutura mais orientada para a prestação de serviços destinados a satisfazer as necessidades e solicitações dos munícipes, cidadãos e outros interessados, assume, para o ano de 2025, o sério propósito de aumentar o nível de qualidade e eficácia de resposta a tais solicitações.

Ainda que este Pelouro se configure como uma estrutura de apoio transversal, é dela que depende, nomeadamente, a pasta da modernização administrativa. É, pois, neste domínio que, em 2025, se pretende prosseguir com mais acuidade a reorganização e agilização de procedimentos, a desmaterialização de processos, tornando os mesmos mais intuitivos, quer para os utentes internos, quer para os externos, na medida em que estes são decisivos para o desenvolvimento económico e social.

O orçamento para o exercício de 2025 assume os princípios base nos quais assentou a gestão dos últimos anos de transparência, rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os Feirenses. Será dada continuidade ao equilíbrio das contas do Município e, simultaneamente, tendo em conta os efeitos provocados pela conjuntura mundial, com aumento generalizado do custo de vida, defender as famílias e os mais vulneráveis, assumindo-se assim como um orçamento inclusivo.

O ano de 2025 contará também com o enquadramento algo complexo dos fundos comunitários. Terminada a execução do Quadro Comunitário Portugal 2020, o Portugal 2030 entrará em execução administrativa e financeira, sendo uma importantíssima fonte de financiamento para os diversos projetos deste Município, e espera-se que os mesmos contribuam para os desejados efeitos da coesão territorial e da competitividade do território. Este Município tem como expectativa que as empresas nele sediadas saibam tirar o melhor proveito desses fundos por via do recurso ao Sistema de Incentivos. Conjugadas todas estas medidas, espera-se das mesmas que o território deste Concelho resulte mais atraente para a fixação da população, para o crescimento desta, persistindo o objetivo de criar melhores condições habitacionais, usando as medidas configuradas para este efeito, designadamente, o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Contando que se encontrem suavizadas as condicionantes que marcaram os anos de 2023/2024, com os efeitos acumulados da Pandemia, da Guerra na Ucrânia, da Crise energética, da Guerra no Médio Oriente, poderão ainda subsistir algumas consequências negativas também para a gestão municipal, nomeadamente no que respeita ao aumento de custos das obras, a escassez de mão-de-obra em diversos setores de atividade e o aumento do seu custo.

Administração Geral

Contratação Pública

Para o ano de 2025, numa política de continuidade, a atuação da Divisão da Administração Geral tem como objetivo, como já assinalado na nota introdutória, prestar serviços numa melhoria contínua com a aposta na reorganização dos processos administrativos, simplificação e inovação dos procedimentos.

Assim, com o intuito da concretização do seu propósito, constitui objetivo da Divisão da Administração Geral para 2025 um especial enfoque na formação contínua, a fim de atualizar e aperfeiçoar competências, por forma a capacitar os seus recursos humanos, mormente na área da contratação pública e da fiscalização pelo Tribunal de Contas, face aos constantes desafios que as respetivas legislações impõem.

No âmbito da Gestão de Contratos, compete à Administração Geral assegurar a preparação dos procedimentos relacionados com a fase da formação dos contratos públicos, tendo em conta as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos (CCP), em resposta às solicitações para o efeito apresentadas pelos demais serviços municipais. Estes procedimentos são tramitados, preferencialmente, através de plataforma eletrónica. Este serviço assegura a elaboração de todos os contratos do Município, a formalizar em conformidade com as regras da contratação pública (vg. empreitada de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços); compete-lhe ainda a análise, recolha e tratamento de toda a documentação necessária à sua elaboração, controlo e arquivo.

Em associação com estas competências, a Administração Geral assume como objetivo desenvolver na plataforma eletrónica mecanismos de controlo na fase de execução dos contratos públicos, garantindo-se a otimização da função do gestor do contrato, (figura prevista no CCP) a fim de prestar apoio e orientar os gestores dos contratos nos procedimentos administrativos a adotar no âmbito da execução dos contratos públicos. Em estreita ligação com os serviços municipais, compete a esta área, também no ano de 2025, ainda:

- (i) desenvolver estudos, análises e um painel de indicadores com vista à avaliação do impacto da execução de contratos públicos no Município;
- (ii) promover junto do serviço a adoção de boas práticas de gestão dos contratos;
- (iii) potenciar a comunicação interna com os gestores dos contratos, garantindo -se o suporte à decisão por parte do órgão competente para a decisão de contratar;
- (iv) controlar os pedidos de informação internos e externos e assegurar a respetiva resposta;
- (v) assegurar a conformidade legal dos protocolos celebrados, bem como a centralização do seu registo e tratamento; e ainda a organização e remessa de processos, sujeitos a visto/fiscalização, para o Tribunal de Contas.

É de salientar que neste serviço as competências que lhe estão adstritas têm uma componente legislativa predominante, destacando-se que toda e qualquer decisão administrativa, desde a mais simples à mais complexa, de acordo com o caso concreto sobre a qual recaiu, implica da parte do titular do órgão decisor que a profere e por ela é responsável, a devida fundamentação. Para qualquer ato administrativo praticado pelo Município, a respetiva fundamentação deve ser clara, objetiva e coerente, em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo (CPA). Desta feita, é essencial para o controlo da legalidade e adequada juridicidade da atividade administrativa e formulação de fundamentações adequadas e consistentes dos atos administrativos, e pela especificidade e grau de exigência desta tarefa, deve ser feita uma aposta acrescida em 2025 na formação e qualificação dos colaboradores.

Controlo metrológico

A garantia do controlo metrológico na área geográfica do Município, considerando que este, como último desiderato, promove a defesa do consumidor e proporciona à sociedade em geral, e aos cidadãos em particular, a garantia do rigor das medições. Pela atuação e impacto positivo que este serviço tem no tecido empresarial do concelho, em 2025 vai continuar a apostar-se na expansão do mesmo, de forma a dar resposta às solicitações das empresas deste concelho, assegurando as normas legais emanadas pelo Instituto Português de Qualidade, bem como dar continuidade à implementação do *software* GEFISEME.

O Serviço de Metrologia reúne atualmente as condições necessárias ao reconhecimento da qualificação para Primeira Verificação, após Reparação e Verificação Periódica de instrumentos de pesagem não automático, de indicação contínua e descontínua, classes de exatidão II, III e IIII, alcance 18Kg e 6000Kg, respetivamente, Primeira Verificação e Verificação Periódica de Massas M1- alcance 1mg a 20kg e M2 e M3, 100mg a 20kg, Primeira Verificação e Verificação Periódica dos contadores de tempo (bilhar e de ténis de mesa); e mais recentemente para a Primeira Verificação e Verificação Periódica de Parquímetros.

O Município já procedeu à aquisição de 1000 Kg, o qual era requisito necessário para o aumento das qualificações do SMM nos seguintes domínios: Primeira Verificação, após Reparação, e Verificação Periódica de instrumentos de pesagem não automáticos, de equilíbrio automático, semi-automático e não automático, de indicação contínua e descontínua, para 6000 Kg, e, por essa razão, está qualificado para as 6 toneladas e ainda para a Primeira Verificação e Verificação Periódica dos Parquímetros, estando a aguardar por parte da empresa gestora os parquímetros para Verificação, permitindo assim aumentar o universo de serviços do SMM no concelho.

Continua prevista a mudança deste serviço para novas instalações, que se irão localizar no Edifício dos Armazéns Gerais (Estaleiro Municipal), onde já são armazenadas as massas de classe M", bem como as MMM, cujas obras de beneficiação irão prever um espaço dedicado aos SMM com área laboratorial, que irá permitir potenciar ainda mais o serviço da Metrologia. As atuais instalações são exíguas e não reúnem as condições mais adequadas, pois dispõem apenas de um espaço afeto ao

atendimento ao público, apoio administrativo e uma zona laboratorial destinado ao controlo metrológico, não permitindo assegurar a separação física entre a zona destinada à realização dos ensaios e as restantes. Realça-se, portanto, a necessidade urgente de realização das correspondentes obras para melhor albergar este serviço.

Mercado Municipal

No que respeita ao mercado municipal, a infraestrutura tem sido uma aposta do Município e continua a ser, já que existe a pretensão de o posicionar, como referência, na dinâmica da comunidade, manter a identidade social e comunitária e catapultar a inovação, a dinamização socioeconómica e o emprego, e sempre com a preocupação da defesa do ambiente, com a divulgação e materialização de medidas de apoio à valorização e comercialização dos produtos locais. Tendo o edifício do Mercado Municipal, sido submetido a obra de reabilitação, intervenção de restauro e modernização, o Município tem ainda como intuito em 2025 a revitalização do comércio tradicional de proximidade. Neste sentido, é necessário estabelecer um regime específico e atualizado para o mercado municipal, resultando assim na necessidade de harmonização e atualização do regulamento do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, que atualmente se encontra desajustado da realidade social e económica. Por outro lado, e decorrente das recentes obras de requalificação efetuadas ao edifício do Mercado Municipal, vão ser estabelecidas novas regras disciplinadoras da organização e funcionamento do mercado municipal, que permita aos seus ocupantes um melhor desempenho da sua atividade, com a conseqüente melhoria da sua prestação, onde a defesa do consumidor, nomeadamente, aspetos de higiene e sanitários, e a proteção do ambiente, constituem aspetos privilegiados.

No âmbito da promoção do comércio Local e Tradicional, é desiderato do Município que o mercado municipal tenha um papel fundamental no tecido económico municipal, assumindo-se como espaço que promova cadeias curtas entre produtor e consumidor e garanta uma oferta diversificada de produtos de produção local e frescos. Competindo à DAG toda a gestão administrativa do mercado municipal, desde logo, zelar pelo cumprimento do Regulamento do Mercado Municipal, a prática dos atos relativos à atribuição e reserva de espaços de venda (bancas, lugares de terrado, lojas exteriores e interiores), e reserva de espaços; promover os processos concursais, aquando da concessão da licença de ocupação dos lugares de venda seja de presumir que haja mais do que um interessado na sua ocupação, é efetuada a arrematação em hasta pública ou proposta em carta fechada; a emissão das licenças, averbamentos, caducidade, transmissão, editais; cálculo das taxas e sua cobrança; a organização de um cadastro de todos os comerciantes, a atualização de um processo individual de cada operador, dos titulares de ocupação permanente ou temporária, rececionar e tramitar as reclamações; licenciamento das atividades de cada evento ali promovido (através as licenças de Recinto Itinerante, Improvisado, de Ruído, as MCP, etc.) Posto isto, a necessidade de atualização do Regulamento do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, atualmente desajustado da realidade social e económica, é desejável que este se torne num

instrumento contendo novas regras disciplinadoras da organização e funcionamento do mercado, permitindo aos seus ocupantes um melhor desempenho da sua atividade, com a consequente melhoria da sua prestação, onde a defesa do consumidor, nomeadamente, aspetos de higiene e sanitários, e a proteção do ambiente, constituem aspetos privilegiados. Pelo que, em 2024, deu-se início ao processo de revisão do Regulamento do Mercado Municipal, o qual se pretende concluído e a vigorar no próximo ano. Dotar o mercado de ferramentas de análise e de estudos de natureza prospetiva, com vista à melhor definição de estratégias de desenvolvimento da economia local, com particular incidência no setor das atividades económicas e com especial ênfase em matéria de Comércio no Mercado. Apostar na implementação da digitalização das atividades económicas de Santa Maria da Feira, através de ferramentas e conteúdos digitais dirigidos ao ecossistema, com vista a potenciar, promover e modernizar as respetivas atividades. É ainda objetivo para 2025:

- (i) propor e desenvolver ações de sensibilização, capacitação e informação no sentido de operar mudanças comportamentais que conduzam ao desenvolvimento e alavancagem do setor e que promovam o conhecimento e a disseminação de boas práticas;
- (ii) promover a proteção, divulgação e manutenção do comércio histórico e tradicional, contribuindo para a valorização da sua identidade, sustentabilidade e diversidade local;
- (iii) capacitar os agentes do setor das atividades económicas, por forma a promover a modernização e sustentabilidade dos negócios, a competitividade e um relacionamento de excelência com o seu público;
- (iv) promover a sustentabilidade da atividade económica representada no mercado municipal, através da criação, monitorização e acompanhamento de zonas de crescimento sustentável;
- (v) promover a organização, a gestão e a modernização do Mercado, e
- (vi) coordenar a definição da estratégia de desenvolvimento e o cumprimento das normas vigentes em matéria de comércio.

Fiscalização Administrativa

No domínio da fiscalização administrativa, na dependência da DAG, é nosso objetivo para 2025 apostar em ferramentas que permitam uma gestão mais eficaz e eficiente, sustentada na georreferenciação dos processos de fiscalização nas diversas áreas de atuação, mormente das ocupações de domínio público, sob a administração da fiscalização administrativa.

Sucedem que este Serviço tem tido um reforço de competências, por um lado, decorrente da transferência de competências na área da cultura, no que diz respeito à exploração das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo e, como tal, tem na sua missão o controlo da exploração destas modalidades quando circunscritas à área territorial do Município. De igual modo, como resultado do crescimento populacional na cidade e restante concelho, e da nova cultura

enraizada na tendência do uso de esplanadas que, aliada às alterações climáticas, com as estações do ano menos definidas, permite o seu uso das mesmas durante quase todo o ano, naturalmente com ênfase para os meses mais quentes, e que tem contribuído para o aumento da instalação das esplanadas e consequente verificação do cumprimento dos requisitos legais. Como consequência, prevê-se que em 2025 venha a ocorrer um aumento das denúncias que, não sendo exclusivamente neste domínio, pois outras queixas/reclamações haverá, seja de ruído, de publicidade, de venda ambulante, etc., e que implicam a sua verificação, análise e consequente resposta e ação corretiva.

Não menos importante, será até de realçar, pela área de abrangência e complexidade do mesmo, a necessidade de fiscalizar de modo intensivo:

- (i) o contrato a celebrar entre o Município e entidade externa, em matéria de concessão de utilização privativa para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, com todas as suas implicações, processos de ocupação do espaço público com mobiliário urbano, gerir as denúncias daí derivantes, desde logo, o acompanhamento permanente que se impõe na remoção das situações que configurem ilícitos, por constituir matéria suscetível de controvérsia e, de crucial importância, o controlo na utilização da área da nova publicidade a instalar, a análise prévia dos requisitos para a sua implantação, o que deve ser feito em tempo útil para inviabilizar o deferimento tácito por falta de resposta do serviço, o consequente levantamento de autos. A fiscalização vai ter um papel crucial e em estreita colaboração com o respetivo gestor do contrato e equipa, a quem competirá a monitorização, e assegurar o cumprimento do Regulamento Municipal nesta matéria;
- (ii) o funcionamento do mercado municipal, a atividade dos operadores económicos e o cumprimento do Regulamento do Mercado Municipal (RMM), bem como propor as sanções/coimas aplicáveis. E ainda, nessa senda, o controlo e combate à venda ambulante ilícita, acarretando assim um aumento das áreas de fiscalização e consequente incremento das funções adstritas, o que implicará um ajustamento e redefinição das funções da Fiscalização Administrativa, pelo que se apostará na definição de um gabinete de fiscalização administrativa, com competências definidas e com a autonomia que se impõe nesta atividade.

Esta área vai continuar, em 2025, a desenvolver as seguintes atividades:

- a) Apreciar processos de ocupação e de utilização do espaço público promovidas por quaisquer entidades;
- b) Apreciar pedidos de averbamento, cancelamento e prorrogação de licenças e de autorizações de ocupação e de utilização do espaço público;
- c) Apreciar processos de afixação e inscrição de mensagens publicitárias.

É ainda objetivo propor e desenvolver ações de sensibilização, capacitação e informação no sentido de operar mudanças comportamentais que conduzam ao desenvolvimento e alavancagem do setor e que promovam o conhecimento e a disseminação de boas práticas, e aposta no reforço da equipa da fiscalização, pelos motivos atrás referidos, bem como a aquisição de uma viatura a alocar a esse serviço. Propor e desenvolver ações de sensibilização e informação no sentido de operar mudanças comportamentais, que conduzam a uma melhor observância das normas estabelecidas.

No domínio da gestão do Cemitério Municipal, a aposta vai no sentido da otimização da gestão do espaço, da melhoria das condições e reforçar a implementação da respetiva aplicação a fim de agilizar e melhorar os procedimentos. No entanto, importa referir que o cemitério municipal já não tem capacidade para as atuais necessidades locais, por atualmente estar praticamente lotado, tendo atingido a sua capacidade máxima e, por conseguinte, com dificuldades em dar resposta às solicitações.

No domínio das licenças e taxas, e na senda do já referido para a fiscalização, é premente desenvolver, coordenar e implementar uma estratégia relativa à gestão da publicidade e ocupação do espaço público, considerando o contrato a celebrar com entidade externa, e otimizar a aplicação da Medidata, que auxilie os recursos humanos num sentido mais proativo, a fim de obviar as autorizações/licenciamentos conseguidos através de eventual deferimento tácito, que em nada contribui para o ordenamento do território, e igualmente minimizar ações que possam culminar em reclamações.

Gestão Financeira e Patrimonial

A Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial tem por missão a gestão financeira e orçamental municipal e, neste âmbito, pretende dar continuidade às ações desencadeadas durante o ano de 2024, através da reorganização dos serviços, planeamento, análise e controlo, no sentido de otimizar os recursos.

Esta análise e controlo prende-se com um acompanhamento e controlo permanente da execução das Grandes Opções do Plano e de gestão das alterações aos documentos previsionais.

Compete ainda a esta divisão a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, o relatório da Prestação de Contas e da Prestação de Contas consolidadas, de forma a garantir, em tempo oportuno, a disponibilização da informação económica e financeira do Município, aos órgãos de gestão camarária, à Direção-Geral das Autarquias Locais, e demais *stakeholders* externos.

No âmbito da Contabilidade de Gestão, pretende-se, para 2025, continuar a aprimorar a informação, de forma a que seja possível obter uma melhor qualidade na informação para a elaboração de relatórios de apoio à tomada de decisão por parte do executivo municipal.

A diversidade e dispersão do vasto património municipal, com características e tipologias significativamente diversas, representam um enorme desafio, ao registo e atualização da informação de inventário e cadastro. Por conseguinte, a gestão deste parque é uma tarefa complexa e depende de informação disponível e partilhada com os restantes serviços.

De forma a colmatar algumas ineficiências, foi desenvolvido um Manual de Procedimentos, que permite implementar novas metodologias, de forma a melhorar a qualidade e facilitar o acesso à informação e monitorização do património municipal.

No que respeita à atualização do inventário e cadastro dos bens imóveis, dar-se-á seguimento ao esforço do registo e regularização dos ativos municipais, com a conformação matricial, predial e cadastral das infraestruturas, resultantes da delegação de competências.

Quanto ao inventário e cadastro dos bens do domínio público municipal, dar-se-á continuidade à sua regularização com vista à eliminação das reservas apresentadas pelos Revisores Oficiais de Contas na Prestação de Contas de 2023.

A identificação, regularização e inventariação de todo o património imóvel, nomeadamente edifícios, construções e terrenos, só ficará completa com a correspondente georreferenciação, situação prevista na aplicação “Mirante”, pelo que o sucesso desta tarefa dependerá da colaboração estrita da divisão de Topografia e Informação Geográfica.

No que diz respeito ao Gabinete de Cobranças e Execuções Fiscais estamos focados em melhorar a eficiência e a modernização dos processos e procedimentos existentes. Prosseguindo na redução das dívidas antigas através de cobrança voluntária e, quando necessário, cobrança coerciva em sede de execução fiscal e ainda, não menos importante, monitorizar mensalmente a dívida para limitar o seu crescimento.

No âmbito da Modernização Administrativa, pretendemos implementar a faturação eletrónica e outras iniciativas de modernização, otimização e simplificação de processos. O acesso Web à Linha SCOT também é um objetivo facilitador do acesso *online* para melhor eficiência e a acessibilidade dos serviços.

Essas medidas não só ajudarão a melhorar a eficiência na cobrança de dívidas, mas também contribuirão para a modernização dos serviços municipais, tornando-os mais acessíveis e eficientes para os cidadãos.

Tecnologias de Informação

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação

Com base na visão estratégica do executivo para as tecnologias de informação e no planeamento do ano corrente, o objetivo para o próximo ano é dar continuidade às iniciativas em curso, garantir a conclusão das atividades que não foram implementadas e ampliar as capacidades tecnológicas do Município com novas ações que promovam a eficiência, modernização e integração dos sistemas e processos. O foco estará na consolidação dos avanços obtidos e na expansão dos serviços digitais, garantindo uma resposta mais eficiente e integrada às necessidades do Município e dos cidadãos.

Durante 2025 pretende-se continuar as ações descritas nos pontos seguintes.

1. Continuação da Transformação Digital

Manteremos o foco na transformação digital dos serviços, dando continuidade às ações iniciadas no ano anterior e incorporando novas iniciativas. As atividades incluem:

- **Conclusão das atividades em curso:** finalização da implementação da nova estrutura orgânica e otimização dos fluxos de trabalho, dando seguimento aos processos iniciados no ano anterior;
- **Integração das redes das escolas com a rede da Câmara Municipal:** foco na unificação das infraestruturas de rede para proporcionar um ambiente mais seguro e integrado, facilitando a gestão de acessos e serviços;
- **Implementação do registo de ponto biométrico:** Integração do sistema de registo de ponto biométrico para todos os colaboradores das escolas, garantindo maior controlo e transparência;
- **Gestão centralizada do serviço de impressão:** Otimização dos recursos de impressão, garantindo uma gestão mais eficiente e reduzindo custos operacionais.

2. Implementação de Novos Sistemas e Software

Para complementar os avanços realizados, serão implementadas novas soluções tecnológicas que permitirão uma maior digitalização dos serviços e melhor atendimento aos cidadãos:

- **Serviço online de submissão de processos:** implementação de um sistema que permita a submissão *online* de processos e a consulta do estado dos mesmos, promovendo a desburocratização e a transparência no acompanhamento de processos administrativos;
- **Sistema de Informação Geográfica (SIG):** desenvolvimento de um novo portal para o Sistema de Informação Geográfica, disponibilizando informações georreferenciadas do Município e facilitando a consulta de mapas, dados de urbanismo e de uso do solo;

- **Remodelação de sites institucionais:** renovação de alguns sites da esfera da Câmara Municipal, incluindo a modernização do site da Biblioteca e do site dedicado ao Castelo, melhorando a navegação e a acessibilidade das informações para os cidadãos e visitantes.
- **Plataformas de gestão de processos internos com motor de workflow:** implementação de plataformas de gestão de processos internos para substituir registos manuais mantidos em ficheiros *Excel*. Esta mudança irá facilitar a gestão e o acompanhamento dos processos internos dos serviços, aumentando a eficiência e permitindo uma melhor visualização dos fluxos de trabalho e o cumprimento de prazos e objetivos.

3. Projeto “Bairros Digitais”

No próximo ano, será implementado o projeto "Bairros Digitais", que tem como objetivo alavancar o comércio local na zona histórica do Município e introduzir novas funcionalidades relacionadas com *Smart Cities*. Este projeto visa a modernização e dinamização dos bairros históricos através da utilização de tecnologia de ponta para promover a inovação e a eficiência urbana, incluindo:

- **Sensorização IoT:** implementação de sensores inteligentes para recolha de dados em tempo real sobre a ocupação de espaços, gestão ambiental e segurança.
- **Gestão de estacionamento:** instalação de sensores para monitorizar a disponibilidade de lugares de estacionamento, facilitando o estacionamento e a mobilidade dos visitantes e residentes;
- **Contagem de pessoas e fluxos de visitantes:** análise do fluxo de pessoas nos bairros para melhor planeamento urbano e suporte ao comércio local;
- **Sensorização ambiental:** instalação de sensores para monitorizar a qualidade do ar e outros parâmetros ambientais;
- **Expansão da rede Wi-Fi pública:** aumento da cobertura de rede *Wi-Fi* gratuita para os cidadãos e visitantes nos bairros históricos;
- **Painéis digitais informativos:** instalação de painéis digitais que exibam informações úteis aos cidadãos, como horários de transportes, eventos e informações turísticas.
- **Paragens de autocarros com painéis informativos:** modernização das paragens de autocarros com painéis digitais que informam sobre os horários e rotas dos transportes públicos em tempo real.

4. Investimento em Recursos Humanos

O desenvolvimento contínuo da equipa de TI é essencial para garantir a adaptação às novas soluções e processos:

- **Capacitação e formação:** formação contínua da equipa para garantir a adaptação às novas ferramentas e tecnologias implementadas, com foco em cibersegurança, gestão de redes e automação de processos.

- Melhoria da equipa com a contratação de profissionais para áreas específicas: reforço da equipa com a contratação de profissionais especializados em áreas estratégicas, como gestão (de projetos, SLAs, revisão de contratos incluindo otimização financeira dos mesmos e implementação do framework ITIL) e cibersegurança.
- Reforço da equipa técnica existente: contratação de novos elementos para responder ao aumento das solicitações, resultantes do crescimento do universo do parque informático e do número de utilizadores dos serviços municipais, com especial foco na integração de serviços na área da educação e saúde.

5. Melhoria da Comunicação e Colaboração

Pretende-se dar continuidade ao aprimoramento da comunicação e a colaboração internas, promovendo o uso de ferramentas digitais e colaborativas:

- Expansão da utilização do Office 365: consolidar o uso das ferramentas do Office 365 para colaboração e comunicação entre as equipas.
- Intranet personalizada por departamentos: Desenvolver sites intranet dedicados a cada departamento, facilitando o compartilhamento de informações e a colaboração interna.

6. Modernização da Infraestrutura de TI

Será dada continuidade à modernização dos equipamentos e à melhoria da infraestrutura de TI:

- Renovação e ampliação da infraestrutura de rede: atualização dos equipamentos de rede para suportar a integração das escolas e outros serviços municipais;
- Melhoria da cobertura Wi-Fi: expansão da cobertura Wi-Fi para as escolas integradas, garantindo um ambiente digital mais seguro e eficiente.
- Soluções de backup e armazenamento seguro: implementação de novas soluções de *backup* e armazenamento para mitigar riscos de perda de dados e aumentar a segurança.

7. Cibersegurança

A cibersegurança continuará a ser uma prioridade estratégica. Implementaremos medidas adicionais para garantir a proteção dos sistemas e dos dados:

- Certificação ISO 27001: Início do processo de certificação para garantir o alinhamento com as melhores práticas de segurança da informação.
- Implementação de políticas de segurança mais robustas: Revisão e atualização das políticas de acesso e segurança para proteger informações sensíveis.
- Formação em cibersegurança: Realização de formações periódicas para todos os colaboradores, garantindo uma cultura de segurança cibernética em toda a organização.

Este plano estratégico reflete o compromisso do Município em garantir a melhoria contínua dos serviços através da inovação tecnológica e da digitalização. A conclusão das atividades pendentes do plano anterior, aliada às novas iniciativas, permitirá modernizar as suas operações, aumentar a eficiência dos serviços e oferecer uma melhor experiência aos cidadãos. Com estas ações, estamos confiantes de que estaremos mais bem preparados para enfrentar os desafios do próximo ano e continuar a prestar serviços de alta qualidade à comunidade.

Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

A Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, da qual faz parte o Gabinete de Gestão de Pessoal, tem como missão desenvolver e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, através de um ambiente de envolvimento e corresponsabilização, sempre numa ótica de adequação do capital humano às necessidades dos serviços, com vista à melhoria contínua dos serviços prestados ao Município. Conscientes do desafio que representa pôr em prática a nossa missão, propomos o desenvolvimento e a continuidade de algumas ações/projetos, nas várias áreas da Gestão de Recursos Humanos, nomeadamente:

Gestão de Competências/Carreiras

Gerir Recursos Humanos traduz-se na definição e implementação de estratégias com vista à compatibilização dos interesses dos trabalhadores com as necessidades dos serviços.

A Mobilidade Interna, seja a mobilidade entre carreiras, ou entre serviços (internos ou externos), é um exemplo desse tipo de estratégias, uma vez que através da mobilidade poder-se-á promover a satisfação das necessidades dos serviços, ao mesmo tempo que se promove o incremento dos níveis motivacionais dos trabalhadores envolvidos.

Por esse motivo, em 2025, continuaremos a apostar nesta ferramenta de Gestão de Recursos Humanos.

A Formação Profissional poderá também contribuir para a compatibilidade de interesses anteriormente referida, assumindo-se como uma forma objetiva de dotar os trabalhadores das competências necessárias para fazer face às exigências dos serviços, pelo que estamos convictos de que esta continuará a ser uma aposta ganha no ano de 2025.

Nesse sentido, continuaremos a procurar os parceiros que nos possam auxiliar nesta matéria, quer sob o ponto de vista financeiro (formação financiada) quer sob o ponto de vista pedagógico, auxiliando-nos no acesso a formadores e a projetos formativos de qualidade.

Assim, em 2025, para além da satisfação das necessidades de formação dos nossos trabalhadores, por via de implementação do plano de formação do MSMF, pretendemos pôr em prática um programa

de acolhimento dos novos trabalhadores, que terá um duplo objetivo, isto é, facilitar a sua integração no posto de trabalho e, ao mesmo tempo, promover a construção de uma identidade própria e comum a todos os trabalhadores do Município, que se traduza no ADN do Município enquanto Empregador Público.

Medicina, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

É inequívoca a importância que a adoção de boas práticas em matéria Medicina, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho tem para o sucesso de qualquer organização.

Nesta conformidade, em 2025, para além de assegurarmos o cumprimento das obrigações legais do Município, nesta matéria (elaboração / atualização da análise de riscos dos postos de trabalho, realização de exames de admissão, periódicos ou ocasionais, desenvolvimento de ações de sensibilização/ formação em matéria de segurança, realização de auditorias aos postos de trabalho, etc.) pretendemos também promover a saúde e bem-estar dos trabalhadores numa perspetiva mais completa. Com esse intuito, os trabalhadores terão ao seu dispor um serviço de medicina curativa que será assegurado por um(a) médico(a) de clínica geral.

Modernização Administrativa

A desmaterialização dos processos contribui para a desburocratização dos serviços, tornando-os mais ágeis, mais eficazes e eficientes.

Seguindo esta linha de pensamento, através da implementação de medidas/projetos como o “Portal do Trabalhador”, desmaterialização dos processos individuais, “indexação” do sistema biométrico de gestão de assiduidade ao processamento de salários, a tramitação do procedimento administrativo em formato digital, são alguns dos exemplos do que nos propomos a executar neste âmbito, ao longo do ano de 2025.

Responsabilidade Social do MSMF

Enquanto entidade promotora das medidas CEI (beneficiários de Subsídio de Desemprego) e CEI+ (beneficiários de Rendimento Social de Inserção) em articulação com Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., prosseguiremos com a execução das mesmas, com o intuito de contribuir para a melhoria dos níveis de empregabilidade e de promover a reinserção no mercado de trabalho de cidadãos que se encontram em situação de desemprego, melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com contextos laborais. Pretendemos assim evitar o risco do seu isolamento, a sua desmotivação e marginalização, colocando as suas capacidades no apoio a atividades socialmente úteis e comunitariamente necessárias.

Os estágios curriculares também se inserem nesta ótica de responsabilidade social. Assim, sempre que possível, o Município continuará a acolher os jovens que se encontrem a finalizar os seus ciclos de estudo, nos vários serviços e mediante a disponibilidade destes, com o intuito de lhes proporcionar um contacto com o mundo de trabalho, usufruindo de novas práticas e saberes.

Contratação Pública e Gestão de Armazéns

A contratação pública visa garantir transparência, igualdade de oportunidades para os concorrentes e a obtenção dos melhores produtos ou serviços pelo melhor preço possível, enquanto cumpre os regulamentos e procedimentos legais estabelecidos.

A contratação pública de bens, serviços e empreitadas rege-se, entre outros diplomas legais, pelo Código dos Contratos Públicos, (CCP) diploma aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. O CCP é um diploma que regula duas grandes matérias, a formação e a execução de contratos públicos, ou seja, por um lado, identifica o que são contratos públicos, e, por outro lado, disciplina, umas vezes de forma imperativa, outras vezes de forma complementar, aspetos muito importantes da execução desse contrato.

Para garantir o normal funcionamento ou fazer face a necessidades extraordinárias do Município, este carece de efetuar contratos de diferentes tipos (empreitadas, aquisição e locação de bens e aquisição de serviços). Na verdade, as despesas envolvidas em todas essas aquisições representam uma grande fatia orçamental.

Torna-se assim imprescindível que o processo de aquisição respeite os princípios da legalidade, justiça e transparência. Muitos dos procedimentos adotados seguem a via de concurso público, e mesmo de concurso público com publicidade internacional.

É necessário sensibilizar os beneficiários para a relevância da matéria da contratação pública, demonstrando que se, por um lado, o cumprimento da legislação nacional e europeia em matéria de contratação pública é essencial para a boa gestão dos fundos, o seu incumprimento, por outro lado, pode levar à aplicação de correções financeiras, com a conseqüente perda de financiamento.

Com a descentralização nas áreas da saúde e da educação, o número de procedimentos aumentou em 2024 e será ainda superior no ano de 2025, nomeadamente devido às candidaturas a fundos comunitários, como é o caso do PRR.

Cada vez é mais frequente o Município deparar-se com a necessidade de encetar procedimentos públicos com publicidade internacional, pois o aglutinar de áreas comuns entre as existentes e que crescem com a descentralização, a opção não poderá ser outra, quer na aquisição de bens quer de serviços. Exemplo disto são os procedimentos de segurança, limpeza, telecomunicações, seguros, transportes, AVAC, viaturas, eletricidade, entre outros.

Temos previstos procedimentos de otimização, de forma de a serem concretizados fornecimentos contínuos, que auxiliam ao bom funcionamento das compras e que os armazéns sejam céleres na sua tramitação.

Continuaremos a apostar numa constante evolução e aperfeiçoamento “circuito de gestão documental digital, totalmente desmaterializado”. A grande aposta será no âmbito da Qualidade, onde se pretende implementar a avaliação de cada fornecedor no ato em que cada serviço requisitante

valida a respetiva fatura; esta nova função permitirá avaliar de imediato a qualidade do bem ou serviço fornecido (e não trimestralmente).

Por fim, um outro objetivo da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Armazéns, em 2025, é a formação contínua dos seus recursos humanos, de forma a atualizar e aperfeiçoar competências, garantindo o nível de conhecimentos, com a qualidade necessária, à prestação dos serviços de Contratação Pública, quer na perspetiva das alterações legais aguardadas, quer na implementação de novas medidas de eficiência.

Julgado de Paz

1. Enquadramento

O Julgado de Paz de Santa Maria da Feira é um tribunal, que resulta de um protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

É, portanto, um tribunal de âmbito concelhio, ao dispor dos munícipes para auxiliar na resolução de litígios de natureza civil, tais como conflitos de consumo, arrendamento, condomínio, falta de pagamento de bens ou serviços, incumprimentos contratuais, direitos de propriedade, acidentes de viação, responsabilidade civil, pedidos de indemnização cível, entre outros.

A atuação dos Julgados de Paz centra-se na justa composição de litígios, de forma simples, rápida e económica e, face às suas características, o Julgado de Paz tem aproximado os munícipes da Justiça, designadamente, pela informalidade e simplicidade dos procedimentos, pelo baixo custo e pela maior celeridade processual, o que se traduz num reforço efetivo da tutela do preceito constitucional do acesso ao direito.

É um serviço vocacionado para a participação ativa dos cidadãos na resolução dos seus conflitos, privilegiando a mediação e a conciliação para a obtenção de acordo entre as partes. Não obstante, e esgotadas as possibilidades de resolução “amigável” do litígio, é garantida a realização de um julgamento justo e imparcial, bem como a prolação da respetiva sentença, que tem o valor de sentença proferida por tribunal de 1.^a instância.

2. Número de processos

Para o ano 2025, prevê-se atingir os 180 processos.

3. Formação

A formação contínua dos recursos humanos é um dos fatores que mais contribui para a melhoria dos serviços. Dotar os trabalhadores de novos conhecimentos, novas competências, novos métodos, ou apenas reforçar o *know-how* já adquirido, é o início de um processo de melhoria, sempre bem-vindo em qualquer organização.

Neste sentido, é importante a frequência de ações da formação por parte dos funcionários afetos ao Julgado de Paz de Santa Maria da Feira, relacionadas com a tramitação processual e funcionamento dos Julgados de Paz, bem como, em matérias conexas, como direito civil, processo civil, direito do consumo, direito condominial, direito do arrendamento, entre outros.

Além da formação no âmbito das competências técnicas, é muito vantajoso prover os funcionários de “*soft skills*”, potenciando o desenvolvimento das competências de caráter pessoal, que muito auxiliam o cumprimento da função deste serviço. Formações na área do atendimento ao público, relacionamento interpessoal, inteligência emocional, gestão de conflitos, entre outras, trariam novas competências, o que elevaria a qualidade do serviço prestado aos utentes.

4. Recursos Humanos

Atualmente, o Julgado de Paz dispõe de uma equipa estável de 2 elementos, a ser complementada com um terceiro elemento.

5. Alargamento da rede dos Julgados de Paz

O Julgado de Paz de Santa Maria da Feira apresenta um grande potencial para ampliar a sua rede de utentes, tendo em consideração a recorrente procura por cidadãos dos concelhos limítrofes, com particular incidência quanto aos concelhos de Ovar, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis.

Considerando que o Município de Santa Maria da Feira integra a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, onde se desenvolvem projetos comuns com os concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Vale de Cambra e Espinho, pode ambicionar-se a criação do Agrupamento de Julgados de Paz de Terras de Santa Maria, alargando assim a competência territorial deste Julgado de Paz.

6. Conclusão

A atividade desenvolvida pelo Julgado de Paz tem-se pautado pela eficácia do serviço, não obstante todas as dificuldades e vicissitudes.

Para o ano vindouro, este serviço manterá o seu foco na pacificação social e na realização de uma justiça próxima, simples, célere e económica.

Gestão de Financiamentos e Planeamento Estratégico

Após um ano desafiador como foi o de 2024, marcado pelo encerramento do PORTUGAL2020, a continuidade do PRR e o início do PORTUGAL2030, prevê-se que 2025 seja um ano intenso, com o desenvolvimento de um volume significativo de investimentos.

No que se refere ao PRR, 2025 será, por um lado, um ano de continuidade, no que se refere aos investimentos na área da saúde (requalificação/construção de USF's) e Sistema de Informação Cadastral Simplificado (Balcão Único do Prédio).

Por outro lado, será o ano de conclusão de investimentos, nomeadamente os aprovados no âmbito PAOITI – Comunidades Desfavorecidas, do projeto “Vai-me à Loja- Centro Histórico | Bairro Comercial Digital de Santa Maria da Feira”, projeto de intervenção digital urbana (*smart city*), e do projeto “HfPT – Health from Portugal”, em parceria com cerca de 90 entidades de destaque em Portugal na área da saúde.

Em 2025, no contexto do PORTUGAL2030, o Município direcionará seus esforços para investir nas áreas que estejam ao seu alcance.

No que se refere em concreto ao Plano de Ação AMP2030, 2025 ficará marcado pelas aprovações e início da execução dos projetos incluídos no Quadro de Investimento Prioritários – QIP, cujas candidaturas ocorreram no final de 2024. O QIP de Santa Maria da Feira engloba investimentos de diversas áreas, desde modernização administrativa, eficiência energética, gestão de resíduos, círculo urbano da água, mobilidade ativa, infraestruturas de ensino básico, promoção do sucesso escolar e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis. Tem associado uma comparticipação comunitária (FEDER e FSE+) de cerca de 27 milhões de euros para um investimento estimado de cerca de 32 milhões de euros, para executar até 2027.

Para além do Portugal2030 e do PRR, o Município de Santa Maria da Feira, mantém-se atento a todas as possibilidades de financiamento, nacionais e europeias, continuando com uma atitude de atenção e empenhada, aproveitando os meios financeiros colocados à disposição, prosseguindo na procura por apoios disponíveis em prol do desenvolvimento do Concelho.

Em suma, em 2025, daremos continuidade à realização de investimento, com um vasto conjunto de projetos, obras e eventos em todas as áreas da gestão municipal e por todo o Município, cumprindo os objetivos assumidos e aproveitando os Fundos Comunitários disponíveis e que continuam a ser uma excelente oportunidade, com uma atenção redobrada aos que integram as Iniciativas Comunitárias geridas diretamente pela Comissão Europeia.

Atendimento e Gestão de Informação

A Divisão de Atendimento e Gestão de Informação integra os serviços da Unidade de Atendimento Municipal, da Unidade de Arquivo Municipal e do Expediente Geral. **Unidade de Atendimento Municipal**

No que diz respeito ao Atendimento Municipal, as ações definidas têm como foco melhorar o atendimento e a experiência do cidadão.

As decisões referentes ao serviço de atendimento têm sempre como premissa o foco no cidadão e são centradas em princípios que priorizam a satisfação, a resolução eficiente de problemas e a melhoria contínua dos serviços. Para garantir que tais decisões refletem essas prioridades, todos os processos são estruturados com vista a definir, em primeiro lugar, a forma como se pretende entregar

o serviço com o maior impacto e valor acrescentado para o cidadão, sendo depois definidas quais as condições internas e ferramentas que devem ser implementadas por forma a garantir que o trabalho das equipas seja realizado com a máxima eficiência.

Com a abertura do Atendimento Municipal, em junho de 2023, foram implementados os canais remotos de atendimento, que até então, apesar de serem canais que já eram disponibilizados pelo Município, como o caso do email e do telefone, não estavam inseridos numa estratégia alargada de atendimento, nomeadamente, numa lógica de serviço de atendimento integrado.

Importa referir que os princípios fundamentais da estratégia de atendimento são a:

- **Autonomia**, através da transformação digital e da criação de condições que permitam que, tendencialmente, as interações com o Município possam ser feitas sem necessidade de deslocação ao serviço presencial.
- **Transparência**, através da consulta e acompanhamento dos processos e do acesso à informação.
- **Proximidade**, através de um atendimento cada vez mais humanizado e centrado nas necessidades do cidadão, independentemente de se tratar de um canal remoto ou presencial.

Canais de Atendimento remoto (*Contact Center*), garantir o atendimento aos cidadãos por múltiplos canais:

- Telefone (linha direta para a equipa do atendimento)
- E-mail (respostas automatizadas e personalizadas)
- Balcão *Online* (submissão de pedidos em alternativa ao canal presencial)

Em 2025, a aposta estratégica vai continuar a incidir na estruturação dos canais remotos, com vista a que seja possível aumentar a eficácia da gestão destes canais e reduzir os custos de ineficiência verificados pela falta da existência de ferramentas que permitam uma gestão mais eficiente dos mesmos.

Desde logo, é necessário garantir a evolução da plataforma para submissão de pedidos, o Balcão *Online*, integrando novas funcionalidades com valor acrescentado e que melhorem a experiência do cidadão, bem como, dotá-lo de características que garantam a verificação automática de requisitos dos pedidos, minimizando alguns constrangimentos atuais.

No que diz respeito ao canal telefónico e ao email, está previsto implementar uma nova ferramenta que permita uma gestão mais eficiente destes canais, nomeadamente, através de um *software* através do qual seja possível gerir todos os pedidos e interações através de um sistema de *tickets*.

Unidade de Arquivo Geral Municipal

O Arquivo Municipal atravessa um período de transformação decorrente da premente necessidade de controlo, avaliação, preservação e acesso à informação/documentação arquivada, priorizando a

economia de recursos e a eficiência e qualidade dos serviços prestados a todos os utilizadores internos ou externos à organização.

O plano de atividades do Arquivo Municipal, para o ano de 2025, centra-se maioritariamente em três campos de ação, direcionados à gestão documental, gestão de arquivo e a gestão do acesso

O Arquivo Municipal, no âmbito da sua missão, definiu objetivos e assume:

Gestão documental: avaliação de massas documentais acumuladas

- coordenar a transferência organização, inventariação e avaliação dos arquivos intermédios;
- proceder à organização e migração de inventários para o sistema eletrónico de gestão de arquivo;
- orientar o retorno e armazenamento da documentação nas instalações do arquivo municipal.

Gestão de arquivo: transferências, organização e descrição

- prosseguir com a descrição e armazenamento dos documentos de arquivo permanente
- articular, em parceria com cada serviço:
- auto de entrega - remessa anual de documentos a transferir para o arquivo;
- auto de eliminação - remessa anual de documentos a eliminar, cujos prazos de conservação administrativo já se encontrem expirados.

Gestão do acesso à informação: acesso, difusão, e divulgação da memória organizacional

- gerir pedidos de acesso à informação e facilitar o acesso à documentação pública custodiada pelo arquivo;
- prosseguir a digitalização de séries documentais do arquivo permanente;
- promover o acesso digital ao nosso património documental;
- incentivar a investigação histórica e construção de memórias.

pelouro
**cultura, educação,
juventude e turismo**

“Os valores de paz, liberdade, progresso social, igualdade de direitos e dignidade humana, consagrados na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, não são menos válidos hoje...” Kofi Annan

O planeamento para o exercício de 2025, último ano deste ciclo autárquico é, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de múltiplas partidas.

Evidencia um pensamento holístico para as áreas da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, áreas que se retroalimentam, complementam e expandem, pois, na verdade, têm na essência o propósito da construção do ser e das comunidades.

Um alinhamento que se funda numa consciência de missão, numa cultura de gestão com base em evidências e no foco da melhoria contínua. O considerar de referenciais comuns, nomeadamente no alinhamento de todas as ações e projetos, concorrerem para o concretizar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como um fio condutor anual comum para a programação que, em 2025, é dedicada à construção do Progresso pela Paz.

Na Educação, o arranque pleno do Plano de Promoção do Sucesso Escolar, ancorado num novo projeto, denominado Literacias para o Mundo, que se funda no princípio da universalidade, que é, por assim dizer, que os programas e atividades deste projeto são de acesso equitativo para todos os alunos da rede de ensino público do concelho. Não posso deixar de destacar a promoção da literacia em natação para todos os alunos do 4º ano de escolaridade ou o programa de autoconhecimento, aproximação ao mundo do trabalho e orientação vocacional Click, que pretende contribuir para a desmistificação de percursos profissionalizantes e sobretudo para escolhas consistentes e amadurecidas, preparadas entre o 7º e o 9º ano de escolaridade.

Na Cultura, são diversas as iniciativas. Importa assinalar o 10º aniversário do projeto de programação do Cineteatro António Lamoso, que junta a Orquestra de Jovens ao Capitão Fausto, e também a intenção de disponibilizar uma nova medida no Programa de Apoio à Cultura – a Medida 4 – que dá resposta ao apoio à

qualificação de infraestruturas associativas, numa perspetiva de manutenção, conservação, melhoria de condições de acessibilidade, eficiência energética ou planos de segurança das sedes das associações com atuação na área da Cultura.

Celebraremos o centenário do nascimento do Mestre António Joaquim, promoveremos uma exposição temporária de vulto, dedicada aos vasos gregos, com a participação de Álvaro Siza e o envolvimento de prestigiadas personalidades e instituições nacionais e internacionais. Num plano de promoção da história local não podemos deixar de dar relevância ao apoio à edição da obra “Os Loios em Portugal”, de Pedro Villas-Boas.

Assinalaremos os 25 anos da nova Biblioteca Pública de Santa Maria da Feira com a edição dos volumes 2, 3, 4, 5 e 6 da obra do seu fundador, Vaz Ferreira, “A Vila, o Concelho e o Castelo – onde nasceu Portugal”, assim como o lançamento de um novo festival, o Livrar – Festival do Livro, Futuro e Progresso, focado nas novas gerações Z e Alfa.

Abriremos um programa para o apoio à recuperação de Coretos, Moinhos, Canastros, Alminhas ou Lavadouros Públicos, promovendo a salvaguarda de um importante património associado à memória e cultura popular.

No campo da internacionalização, assumiremos um papel relevante na *Association de la Route Européenne du Papier*, assim como concluiremos os ciclos e projetos estruturantes de Santa Maria da Feira – Cidade Criativa UNESCO na área da Gastronomia, cujo ponto alto é a realização da conferência internacional Food4Thought.

No Turismo, será iniciado o processo com vista à certificação de Santa Maria da Feira enquanto destino turístico sustentável pela Green Destinations.

Na área da Juventude, importa destacar a apresentação do primeiro Plano Estratégico para a Juventude, que nos trará, para além de uma proposta de plano de ação, um diagnóstico factual e atual, apontando direções futuras, pois a juventude é, fundamentalmente, futuro!

No horizonte de conclusão deste ciclo, uma palavra de agradecimento a toda a equipa municipal, com particular memória à Etelvina Araújo.

CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TURISMO

01	02	03
<p>Equipamentos: Biblioteca Municipal Biblioteca Pública de S. Paio de Oleiros Biblioteca Padre Domingos Moreira 34 Bibliotecas Escolares 7 polos (Argoncilhe, Escapães, Lourosa, Milheirós de Poiares, Souto, Fiães e Arrifana) 3 bibliotecas itinerantes</p>	<p>Equipamentos: Museu Convento dos Lóios Museu do Papel Terras de Santa Maria Castelo de Santa Maria da Feira Castro de Romariz</p>	<p>Equipamentos: Cineteatro António Lamoso Imaginarius Centro de Criação</p>
Rede de leitura pública	Património cultural	Promoção cultural
04	05	06
<p>Equipamento: Loja Interativa de Turismo</p>	<p>Equipamentos: 112 edifícios escolares Escola de Educação Rodoviária</p>	<p>Espaços: Loja Ponto Já Eurodesk</p>
Turismo	Educação	Juventude

Para 2025, o Município compromete-se a alinhar as suas ações nas áreas da cultura, educação, juventude e turismo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este alinhamento visa assegurar que todas as iniciativas contribuam para um desenvolvimento inclusivo e sustentável, focando em cinco pilares essenciais: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Dimensão	ODS	Nº de Ações	Público-Alvo
Rede de Leitura Pública	ODS 4 e 10	19 ações	Crianças, jovens e adultos que procuram melhorar as suas competências de leitura e alfabetização.
	ODS 4 e 16	19 ações	Crianças, adolescentes, jovens e adultos, bem como pais, educadores, professores e grupos comunitários.
Património Cultural	ODS 11 e 12	12 ações	Especialistas em conservação, comunidade local, escolas e turistas.
	ODS 8 e 12	13 ações	Turistas interessados em cultura e história, operadores

	ODS 4 e 15	21 ações	turísticos e comunidade local. Alunos de todas as idades, educadores, professores, historiadores amadores e cidadãos locais.
Promoção Cultural	ODS 10 e 11	7 ações	Todos os cidadãos, independentemente de idade, origem étnica ou condição socioeconómica.
	ODS 4	13 ações	Alunos de escolas da rede pública, professores, famílias e cidadãos interessados.
	ODS 8 e 9	10 ações	Artistas locais de todas as idades, níveis de experiência e disciplinas artísticas.
Turismo	ODS 8 e 12	4 ações	Turistas conscientes e comunidade local.
	ODS 11 e 12	20 ações	Turistas interessados em experiências diversificadas, municípios que procuram oportunidades económicas.
Educação	ODS 4	40 ações	Crianças em idade escolar e com menos oportunidades
	ODS 4 e 12	6 ações	Alunos de todas as idades, professores e educadores
	ODS 5 e 12	6 ações	Alunos com deficiência, minorias étnicas, géneros e famílias desfavorecidas.
Juventude	ODS 4 e 10	12 ações	Jovens de todas as origens, em especial com menos oportunidades.
	ODS 8 e 9	2 ações	Jovens aspirantes a empreendedores e jovens à procura de emprego.

Santa Maria da Feira, Cidade Criativa da UNESCO, na área da gastronomia

Santa Maria da Feira, reconhecida como Cidade Criativa da UNESCO na área da Gastronomia, assume um compromisso profundo e abrangente com a valorização e inovação do seu património gastronómico. Este reconhecimento não só celebra a rica tradição culinária da cidade, mas também estabelece uma plataforma robusta para integrar práticas sustentáveis e educacionais em diversas áreas. Para concretizar este objetivo, as ações previstas serão trabalhadas de forma integrada e articulada nas esferas da cultura, educação, juventude e turismo. O intuito é promover uma abordagem holística que permita à cidade não apenas preservar, mas também dinamizar e reimaginar o seu legado gastronómico. Através de um conjunto de iniciativas, Santa Maria da Feira pretende criar um impacto duradouro, promovendo a salvaguarda e a inovação do seu património alimentar em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estas iniciativas vão desde conferências e eventos internacionais, como a Conferência da Rede de Cidades Criativas e a Reunião Anual das Cidades da Gastronomia, até à implementação de projetos locais focados na educação alimentar e na proteção do património gastronómico. A cidade também se empenhará em produzir um

documentário sobre o icónico Pão Doce, promover intercâmbios internacionais e explorar a interseção entre gastronomia e outras formas de arte.

Santa Maria da Feira, Cidade Criativa da Unesco, na área da gastronomia	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	    
Objetivo	Consolidar Santa Maria da Feira como uma Cidade Criativa da UNESCO na área da gastronomia, promovendo a salvaguarda e inovação do património gastronómico local, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Através de iniciativas educativas, culturais e de intercâmbio internacional, fomentar práticas alimentares sustentáveis e saudáveis, reforçando a cooperação global dentro da Rede de Cidades Criativas da UNESCO e posicionando a cidade como um exemplo de excelência e inovação no campo da gastronomia.
Atividade/projeto	Rede de Cidades Criativas UNESCO
Ações a desenvolver	Conferência da Rede de Cidades Criativas (Queretaro) Reunião Anual das Cidades da Gastronomia (Mérida)
Público-alvo	Representantes das Cidades Criativas da UNESCO
Calendarização	julho de 2025
Atividade/projeto	Plano Municipal de Alimentação Saudável, Consciente e Sustentável (UIS, UAGE e GT)
Ações a desenvolver	Promoção e avaliação dos hábitos alimentares da comunidade escolar; Intervenção didática com vista à alteração do padrão de consumo; Avaliação de resultados.
Público-alvo	Comunidade escolar dos JI e 1º ciclo
Calendarização	Ao longo do ano letivo 2024/2025
Atividade/projeto	Hub do PG: Investigação, Salvaguarda, Proteção e Transmissão de Património Gastronómico (GT, MCL)
Ações a desenvolver	Mapeamento do Património Gastronómico e sua classificação nutricional; Entrevistas a pessoas referenciadas pelos presidentes de Junta de Freguesia; Desenvolvimento duma ferramenta de classificação nutricional do Património Gastronómico; Promoção de ações de formação e capacitação específicas.
Público-alvo	Comunidade do concelho de Santa Maria da Feira
Calendarização	Ao longo de 2025
Atividade/projeto	Documentário sobre o Pão Doce de Santa Maria da Feira
Ações a desenvolver	Apresentação pública
Público-alvo	Público nacional e internacional
Calendarização	Abril
Atividade/projeto	FOOD 4 Thought - Conferência Internacional (BM e GT)
Ações a desenvolver	Organização e coordenação da Conferência Internacional
Público-alvo	Cidades criativas, comunidade científica e escolar da área de gastronomia e nutrição
Calendarização	Abril
Atividade/projeto	Diversity FOOD (UIS e BM)
Ações a desenvolver	Protocolo ONGD – Rosto Solidário Intercâmbios Erasmus + Intercâmbios internacionais
Público-alvo	Alunos e professores dos cursos de gastronomia; profissionais de gastronomia
Calendarização	Até abril

Atividade/projeto	TemperART (DGC e GT)
Ações a desenvolver	Relacionamento das MediaArts e Circo Contemporâneo com a Gastronomia; Desenvolvimento de projeto
Público-alvo	Público nacional e internacional
Calendarização	Até abril

Gestão cultural

O plano de atividades e orçamento apresentado tem como objetivo dar continuidade às diretrizes estratégicas voltadas para a inovação, criatividade, sustentabilidade e valorização do património cultural. Sob o tema "Progresso", que reflete a visão de uma comunidade dinâmica, inclusiva e criativa, o plano procura consolidar e enriquecer a identidade cultural do concelho de Santa Maria da Feira. Para isso, propõe-se fomentar o desenvolvimento de um ecossistema cultural participativo e diversificado, alinhado às melhores práticas internacionais de gestão cultural. O foco do plano recai sobre duas áreas: a ampliação do acesso à cultura e a promoção da internacionalização. A gestão cultural será orientada para garantir um ambiente que amplie a abrangência das iniciativas culturais locais, além de fortalecer a presença e competitividade da produção cultural num cenário global. As ações previstas para 2025 são delineadas com base em princípios operacionais que promovem a eficiência na alocação de recursos, a inovação nos formatos de criação e distribuição cultural, e a sustentabilidade financeira e ambiental, refletidos nas seguintes propostas:

Festa das Fogaceiras	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	 
Objetivo	Fortalecer o sentido de identidade e coesão comunitária em Santa Maria da Feira através da celebração e valorização das tradições locais, promovendo o envolvimento ativo da população e o reconhecimento do património cultural associado à fogaça.
Ações a desenvolver	<p>Programa civil e religioso: Organização do cortejo, missa, e procissão, reforçando a ligação da comunidade com as suas tradições religiosas.</p> <p>Programação cultural: "3 Concertos 3 Casas" que promove a descentralização cultural; Concerto de Encerramento com Filarmonia e Circo e que envolverá as 4 bandas filarmónicas locais; Promoção da gastronomia local associada à fogaça integrando a tradição na vivência contemporânea (GT).</p>



	Mediação cultural (DEJ): Desenvolvimento de atividades educativas e culturais com escolas e outras comunidades, fomentando o conhecimento e o respeito pela história local. Projeto Comunitário: Ponto Fogaça, projeto comunitário de confeção de casacos tradicionais para as meninas fogaceiras, envolvendo voluntários e promovendo a coesão comunitária.
Público-alvo	Público geral, infantil, familiar e jovem.
Calendarização	Janeiro de 2025

Imaginarium	
ODS	 
Objetivo	Promover as artes performativas, com destaque para as artes de rua e o circo contemporâneo, através de uma programação anual que integra capacitação, criação artística e mediação cultural. O festival procura ser um ponto de encontro internacional para artistas e público, refletindo sobre progresso e criatividade. A programação anual é dividida em quatro segmentos centrais: programação principal, familiar, criações/coproduções e o concurso internacional MAIS Imaginarium. Cada segmento equilibra os processos de capacitação e criação artística com a mediação, participação e fruição cultural, proporcionando uma experiência enriquecedora para o público.
Ações a desenvolver	Programação principal e segmentos complementares: O festival incluirá segmentos centrais como a Programação Principal, Imaginarium Infantil, Imaginarium PRO e o Concurso Internacional MAIS Imaginarium. Cada segmento trará propostas inovadoras que desafiam o público a refletir sobre o progresso e suas múltiplas facetas: o que foi, o que é e o que será. Será tecnologia sinónimo de progresso? Que alternativas podemos encontrar? Não obstante as múltiplas possibilidades, sobressai uma imperativa: o progresso é alimentado de criatividade. Imaginarium PRO: Este segmento é dedicado aos profissionais das artes performativas, oferecendo espaço para conversas, formações e networking. O Imaginarium PRO visa fortalecer a colaboração entre artistas, produtores e programadores, promovendo a criação de novas parcerias e cruzamentos interdisciplinares. Este segmento reflete o crescente carácter internacional e profissional do festival, consolidando Santa Maria da Feira como um epicentro criativo. Imaginarium Acessível (GT): Focado em garantir que o festival seja inclusivo para todos, o Imaginarium Acessível desenvolve iniciativas que asseguram a acessibilidade de espetáculos e atividades para pessoas com deficiência. Esse segmento inclui adaptações como língua gestual, e mobilidade facilitada, reforçando o compromisso do festival com a diversidade e a inclusão. Interações culturais e gastronómicas (GT e DGC): Projetos como Sabores Imaginarium e Street Food Imaginarium continuarão a promover a interação entre gastronomia e artes performativas, enriquecendo a experiência dos visitantes e destacando a dimensão cultural do festival. Destaque para o TemperART, uma chamada internacional que integra gastronomia e artes performativas, reforçando Santa Maria da Feira como uma Cidade Criativa da UNESCO. Residências artísticas e cooperação internacional: O projeto Green Streets of Europe dará continuidade às residências artísticas, culminando em apresentações de "work in progress". Essa iniciativa reforça o compromisso do festival com a sustentabilidade e a inovação, através da cooperação internacional.
Público-alvo	Público geral, incluindo famílias, crianças, adolescentes, e profissionais das

	artes.
Calendarização	Julho a outubro de 2025

Centro de Criação	
ODS	  
Objetivo	O Imaginarius Centro de Criação (ICC) é um espaço dedicado à inovação e à criatividade, com uma programação anual centrada em três pilares principais: criação artística, capacitação e mediação cultural, e cooperação nacional e internacional. O objetivo é incentivar a criação e circulação de obras artísticas, além de proporcionar oportunidades de capacitação para profissionais da área e fortalecer as redes de cooperação internacionais.
Ações a desenvolver	<p>Criação artística: Realização de residências artísticas de âmbito local, nacional e internacional, proporcionando um espaço de experimentação e desenvolvimento criativo.</p> <p>Capacitação e mediação cultural: Organização de ações de capacitação e mediação cultural, incluindo workshops, conferências e programas de formação, visando aproximar a comunidade dos processos artísticos.</p> <p>Cooperação internacional: O ICC irá estabelecer e manter parcerias estratégicas com redes e festivais internacionais, como a Circostrada, garantindo a representatividade do centro em eventos de relevância global nas áreas de circo contemporâneo e teatro de rua. Essas parcerias facilitarão o intercâmbio cultural e a criação de novas colaborações. O ICC garantirá a presença de programadores nos principais circuitos de programação e festivais, como parte das suas atividades de cooperação internacional. Esta participação visa expandir as oportunidades de circulação para as obras criadas no ICC e fortalecer as redes de colaboração internacional.</p>
Público-alvo	<p>Criação artística: Artistas locais, nacionais e internacionais.</p> <p>Capacitação e mediação cultural: Comunidades locais, artistas, associações e funcionários.</p> <p>Cooperação internacional: Programadores.</p>
Calendarização	<p>Programação: julho a outubro de 2025.</p> <p>Acolhimento de residências artísticas: setembro de 2024 a julho de 2025.</p> <p>Cooperação internacional: setembro de 2024 a agosto de 2025.</p>

Cineteatro António Lamoso	
ODS	
Objetivo	O Cineteatro António Lamoso (CTAL) visa ser um centro cultural dinâmico, oferecendo uma programação regular e diversificada, que promove a difusão de novos valores estéticos e culturais. Alinhado com a política cultural do Município de Santa Maria da Feira, o CTAL trabalha para construir e fidelizar públicos, incentivando o consumo de bens culturais.
Ações a desenvolver	<p>Programação regular: Diversificação da programação, com espetáculos de música, teatro, dança, novo circo, cruzamentos disciplinares e gastronomia, em parceria com a RTCP – Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.</p> <p>Acolhimento de projetos da comunidade: Facilitação do acesso aos espaços do CTAL para projetos da comunidade, promovendo a inclusão e a participação ativa dos cidadãos.</p> <p>Mediação cultural:</p>



	Desenvolvimento de iniciativas de mediação cultural, incluindo workshops, oficinas e exposições, visando aproximar diferentes públicos da oferta cultural disponível.
Público-alvo	Público geral, infantil, familiar, jovens/adolescentes, adultos, e diversidade funcional.
Calendarização	1.ª temporada: janeiro a maio de 2025. 2.ª temporada: setembro a novembro de 2025.

LaB InDança	
ODS	 
Objetivo	Criar um espaço inclusivo onde pessoas com e sem deficiência possam experienciar a dança, promovendo uma nova visão sobre a diferença e a inclusão nas artes. O projeto LaB InDança visa expandir a participação em dança contemporânea, oferecendo oportunidades para experimentação e criação.
Ações a desenvolver	Aulas regulares de dança contemporânea: Sessões semanais focadas em pessoas com e sem deficiência, proporcionando um ambiente inclusivo para a prática da dança. Residências artísticas: Organização de residências artísticas por ciclos quadrimestrais, onde serão exploradas novas criações e experimentações em dança, com partilhas informais ao longo do ano. Capacitação e mediação cultural: Promoção de ações de capacitação semestrais, visando educar e sensibilizar as comunidades locais, artistas, e organizações sobre a inclusão na arte. Estágio de dança: Abertura de um estágio de dança contemporânea a pessoas que não têm qualquer tipo de experiência na área da dança, mas que têm curiosidade de experimentar um estágio de iniciação à dança contemporânea.
Público-alvo	Pessoas com e sem deficiência, com idade ≥ 16 anos; Comunidades locais, artistas, associações.
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025.

Orquestra Criativa SMF	
ODS	 
Objetivo	Desenvolver projetos musicais que exploram a interseção entre arte e vida, promovendo a experimentação sonora e o envolvimento da comunidade em atividades criativas. A Orquestra Criativa SMF é um espaço de inovação, onde diferentes formas de expressão artística se unem para criar experiências únicas.
Ações a desenvolver	Aulas regulares: Sessões musicais semanais ao longo do ano, seguindo o calendário escolar, abertas a crianças, jovens, seniores e pessoas com deficiência. Cocriação de música aquática e subaquática: Projeto de pesquisa sonora que combina elementos de música experimental com a exploração de fenómenos sonoros da água, criando uma experiência imersiva e inovadora. Laboratório musical da Páscoa: Programa de atividades que cruza várias disciplinas artísticas, permitindo aos participantes explorar e expressar as suas emoções num ambiente de liberdade criativa. Concertos: Realização de até seis concertos de pequeno e médio formato, com caráter



	comunitário e intergeracional, dentro e fora do concelho. Publicações e gravações: Redação, edição e apresentação de um livro que compila 15 anos de experiências e boas práticas da Orquestra Criativa SMF. Gravação e edição de um CD com músicas originais da Orquestra, com distribuição prevista para 2026.
Público-alvo	Crianças, jovens, seniores, população com deficiência e público geral.
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025.

Artes em Itinerância	
ODS	
Objetivo	Promover a descentralização e desconcentração das atividades culturais no território de Santa Maria da Feira, levando a arte a diferentes freguesias e comunidades, e fortalecendo a democracia cultural e a valorização do património local.
Ações a desenvolver	Implementação de projetos de artes performativas, como teatro, música, cinema, artes de rua e circo, em várias freguesias do concelho, incentivando a participação e o acesso à cultura em diferentes áreas geográficas.
Público-alvo	Público geral, famílias e jovens.
Calendarização	Junho, julho, agosto e setembro de 2025.

Fora dos Eixos - Festival Internacional de Marionetas	
ODS	 
Objetivo	Estabelecer-se como um festival de referência no panorama das marionetas, promovendo a criatividade, a inovação e a arte das marionetas através de uma programação diversificada e internacional. O festival procura oferecer experiências únicas que encantam e educam o público sobre essa forma de expressão teatral.
Ações a desenvolver	Programação de 4 dias: Realização de uma programação intensa e variada durante 4 dias. Mediação cultural: Desenvolvimento de projetos de mediação cultural em colaboração com escolas e outras comunidades.
Público-alvo	Público geral, com foco em crianças, jovens e famílias.
Calendarização	Setembro de 2025.

Ciclo de Órgão de Tubos de Santa Maria da Feira	
ODS	
Objetivo	Preservar e promover o património histórico-cultural religioso e musical de Santa Maria da Feira através da realização de concertos em órgãos de tubos. Este ciclo de concertos visa divulgar a riqueza e diversidade da música para órgão, contribuindo para a valorização do património local.
Ações a desenvolver	Concertos: Organização de seis concertos de entrada gratuita, realizados em igrejas do concelho que possuem órgãos de tubos (Nogueira da Regedoura, Mosteirô, Sanguedo, Santa Maria da Feira: Matriz e Misericórdia e Santa Maria de Lamas). Os concertos contarão com a participação de organistas de renome, que interpretarão obras de compositores portugueses e estrangeiros.
Público-alvo	Público geral, famílias, jovens e comunidades locais.
Calendarização	De 2 de novembro a 7 de dezembro de 2025.

Ação Cultural	
ODS	 
Objetivo	Favorecer a descentralização e a promoção de oportunidades de contacto com as múltiplas vertentes da cultura, através de coproduções de projetos e atividades que estimulem hábitos culturais no território de Santa Maria da Feira.
Ações a desenvolver	<p>Cor(p)o Metropolitano: Projeto intermunicipal e de carácter popular, de criação coletiva e colaborativa em comunidade, em parceria com a Área Metropolitana do Porto, unindo vozes oriundas dos 17 municípios.</p> <p>Sons do Património: Agregação e valorização do património cultural através de projetos intermunicipais, que destacam a importância da memória e identidade locais.</p> <p>Invasões Francesas: Encenações históricas que relembram o massacre de 17 de abril de 1809 em Arrifana, promovendo o conhecimento histórico e o turismo cultural.</p> <p>4505 F.I.A.E.S.: Projeto educativo e cultural que utiliza a rua como palco, destacando as valências académicas e performativas da comunidade escolar de Fiães.</p> <p>ModaFeira: Evento que promove o comércio local e incentiva novos criadores, fortalecendo a economia e a identidade cultural do concelho.</p>
Público-alvo	Público geral. Escolas, associações e comunidade local.
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025.

Protocolos de Parceria	
ODS	  
Objetivo	Reforçar as parcerias culturais locais, visando a criação artística, produção, e programação cultural de atividades e projetos de relevância para o território de Santa Maria da Feira. Esses protocolos procuram garantir a continuidade e a sustentabilidade das iniciativas culturais que contribuem para o desenvolvimento da comunidade.
Ações a desenvolver	<p>Ballet Contemporâneo do Norte (BCN): Programação de espetáculos de dança contemporânea e atividades de mediação cultural, envolvendo profissionais e a comunidade educativa.</p> <p>Basqueiro – Associação Cultural: Organização do Festival Basqueiral (música alternativa) e Basqueirart (arte contemporânea), além de curadorias musicais (indie/alternativo) no CTAL.</p> <p>CiRAC - Círculo de Recreio Arte e Cultura de Paços de Brandão: Realização do FIMUV – Festival Internacional de Música de Paços de Brandão.</p> <p>Casa da Gaia – Argoncilhe: Organização do Festival Internacional de Folclore – Danças do Mundo, promovendo a diversidade cultural através da dança.</p> <p>Federação das Coletividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira: Apoio ao associativismo concelhio e à Viagem Medieval, eventos que reforçam a identidade e coesão comunitária.</p> <p>Liga dos Amigos da Feira: Edição e publicação da Revista Villa da Feira, um veículo importante para a divulgação da história e cultura local.</p>

	Orquestra Filarmónica Portuguesa: Realização de concertos que contribuem para a formação e apreciação musical no território, envolvendo artistas, especialistas e a comunidade escolar.
Público-alvo	Público geral. Profissionais, artistas e especialistas. Comunidade escolar (ensino artístico especializado).
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025.

Programa de Apoio à Cultura – PAC	
ODS	   
Objetivo	O Programa de Apoio à Cultura (PAC) foi implementado para proporcionar uma visão abrangente do apoio à cultura e aos agentes culturais de Santa Maria da Feira. O objetivo é apoiar a criação local, as parcerias de programação e a difusão cultural, promovendo a participação colaborativa e incentivando o surgimento de novos projetos criativos e inovadores.
Ações a desenvolver	<p>Medida 1 – Criação Local: Subprograma 1.1: Apoio anual para a criação, dinamização e implementação de projetos culturais promovidos por pessoas coletivas sem fins lucrativos. Subprograma 1.2: Apoio para pessoas singulares, como artistas e criativos independentes, com foco na criação e produção artística.</p> <p>Medida 2 – Parcerias de Programação: Subprograma 2.1: Apoios plurianuais a projetos de grande impacto no território. Subprograma 2.2: Apoios anuais para iniciativas que se alinhem com a política cultural do Município.</p> <p>Medida 3 – Apoio às Atividades Pontuais: 1.ª Fase (março a maio) e 2.ª Fase (julho a novembro): Apoios anuais de carácter pontual para aquisição ou aluguer de equipamentos de som e luz, aquisição, aluguer ou reparação de instrumentos musicais e/ou instrumentos tradicionais; aquisição de trajes, fardamento ou figurinos; aluguer de transportes; aquisição de bens, serviços e materiais de cenografia para a produção de artes performativas, artes circenses e para produção de eventos culturais (palcos, camarins, estruturas, etc.).</p> <p>Medida 4 e Medida 5 (Novas Medidas de Apoio): Revisão do regulamento municipal em vigor, por forma a ter em consideração a integração de novas medidas para apoiar obras de manutenção, eficiência energética e outras necessidades emergentes de infraestruturas culturais, assim como para ajustar e rever medidas já existentes, de modo a simplificar o processo de candidaturas/apoios, desmaterializando-o e tornando-o mais acessível a todos os agentes do território.</p>
Público-alvo	Entidades sem fins lucrativos: Associações culturais, fundações, cooperativas. Pessoas singulares: Artistas e criativos independentes.
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025.

Museus, Património Cultural e Turismo

Definidos os temas **Progresso** e **Paz** para o ano de 2025, os diferentes serviços da Divisão apresentam um conjunto de atividades e projetos voltados para uma

diversidade de públicos, mais ampla e exigente, reforçando uma educação de qualidade e uma aprendizagem inclusiva. Este plano visa fomentar a igualdade de oportunidades e preparar caminhos futuros com base no desenvolvimento sustentável nas áreas da cultura, educação e turismo. Os museus municipais e o património edificado assumem um papel central na salvaguarda e divulgação da herança cultural e patrimonial das comunidades. Através de ações e projetos culturais e educativos, incentivam a aprendizagem ao longo da vida, com o objetivo de promover uma cultura acessível e inclusiva para todos.

No setor do turismo, é essencial criar oportunidades inovadoras e diferenciadoras, antevendo um aumento significativo no número de turistas e, conseqüentemente, novos desafios. A sustentabilidade surge como premissa fundamental para criar um ambiente propício ao turismo de maior qualidade, sendo também uma inspiração e fator de transformação do setor.

I. Rede Municipal de Museus

Os museus são centros ativos de divulgação cultural e patrimonial e, neste sentido, assumem-se como proporcionadores de uma oferta cultural diversificada, facilitando o acesso público e inclusivo à educação, à formação e à aprendizagem ao longo da vida.

Rede Municipal de Museus	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	  
Objetivo	A Rede Municipal de Museus tem como objetivo ser um centro ativo de divulgação cultural e patrimonial, oferecendo uma programação cultural diversificada que facilite o acesso inclusivo à educação, formação e aprendizagem ao longo da vida. Através de suas atividades, visa promover o envolvimento das comunidades locais com o património cultural, garantindo uma participação abrangente e acessível para todos os públicos.
Atividade/projeto	ABC do Concelho (DMPCT/UIS) Do Papel à Escrita (MCL/MP) A Menina de Papel (MP/BM) Pássaros de Papel. Papel com Penas (MP/ZOO Lourosa) A Castanha é de Quem a Apanha – S. Martinho (MP/ML)
Ações a desenvolver	Oficinas pedagógicas nos museus, nas escolas, IPSS, Zoo de Lourosa, Museu de Lamas e outras entidades; Visitas orientadas ao Castelo, Castro de Romariz, Museu Convento dos Lóios e Museu do Papel
Público-alvo	Comunidade escolar (pré-escolar ao 3.º ciclo), seniores e famílias.
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025.

Adesão a Iniciativas Culturais (Municipais, Nacionais e Internacionais)	
ODS	  
Objetivo	O objetivo da adesão a iniciativas de âmbito Municipal, Nacional e Internacional é integrar os museus municipais nas principais atividades e eventos culturais, tanto a nível local como global. Ao participar nas comemorações e efemérides relacionadas com o património e coleções, os museus pretendem não só promover as tradições e valores culturais das suas comunidades, mas também reforçar a sua visibilidade e relevância no cenário cultural nacional e internacional. Isso permite uma maior troca de conhecimento e práticas, contribuindo para a preservação e valorização do património cultural.
Atividade/projeto	<p>Municipais: Festa das Fogaceiras Semana Santa de Santa Maria da Feira Imaginarius Viagem Medieval em Terra de Santa Maria Regresso às Origens Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense Natal em Santa Maria da Feira</p> <p>Nacionais e internacionais: À Descoberta do Turismo Industrial (abril) Dia Internacional de Monumentos e Sítios (18 de abril) Dia Internacional dos Museus (18 de maio) La Nuit des Musées (maio) Jornadas Europeias da Arqueologia (junho) Jornadas Europeias do Património (setembro) Dia Internacional do Turismo (27 de setembro) Dia Internacional da Paz (21 de setembro) Dia Mundial do Origami (11 novembro)</p>
Ações a desenvolver	Visitas guiadas e encenadas Oficinas pedagógicas Performances artísticas
Público-alvo	Público em geral Comunidade escolar Comunidade sénior e famílias
Calendarização	Abril, maio, junho, setembro, novembro

1. Museu Convento dos Lóios

Orientar e promover a salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural e humano são objetivos que se pretendem ver fortalecidos nas relações de colaboração e partilha do Museu com as suas comunidades.

Exposições temporárias	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	  
Objetivo	Facilitar o acesso à cultura e ao património através de exposições temporárias, como meio privilegiado de mediação, promovendo o conhecimento e novas interpretações sobre o património e a nossa identidade
Atividade/Projeto	Mestre António Joaquim – 100 anos do nascimento
Ações a	Exposição temporária de reproduções de obras do Mestre em grande formato,

desenvolver	a serem expostas em espaços públicos da cidade
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	Maio a julho
Atividade/Projeto	No tempo dos Deuses e dos Heróis. Coleções de vasos gregos em Portugal
Ações a desenvolver	Exposição de âmbito nacional em parceria com a FLUP Parcerias com colecionadores privados e museus nacionais Projeto da autoria do Arquiteto Álvaro Siza Vieira
Público-alvo	Público em geral Comunidade científica Museus parceiros Colecionadores Embaixada Grega em Portugal Comunidade sénior e famílias Público com necessidades especiais Comunidade escolar de todos níveis de ensino
Calendarização	Maio a outubro

Programação de Mediação Cultural e Educativa Oficinas anuais

ODS	
Objetivo	Constituem-se importantes instrumentos de divulgação do património material e imaterial, contribuindo para a interpretação e a apropriação identitária das comunidades.
Atividade/Projeto	Cores & Artes Uma Aventura na Cortiça Oficina Memórias O Mais Belo Castelo!
Ações a desenvolver	Visita ao núcleo temático + oficina pedagógica
Público-alvo	Comunidade escolar: pré-escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico Comunidade sénior Público com necessidades especiais
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade/Projeto	Domingo da Família
Ações a desenvolver	Oficina pedagógica visando os temas Progresso e Paz e Japão (Cultura e Tradições)
Público-alvo	Famílias
calendarização	janeiro a dezembro

Oficinas temáticas

ODS	
Objetivo	Valorizar tradições e património cultural por meio de oficinas práticas e visitas educativas para diversos públicos.
Atividade/Projeto	Cumprindo a Tradição O Foral da Feira e Terra de Santa Maria De Fio em Fio: Iniciação à Tecelagem Azulejos: Fragmentos de Memórias O Jogo do Moinho Scriptorium Vamo-nos Ver Gregos!
Ações a desenvolver	Visita ao núcleo temático ou exposição temporária + Oficina pedagógica



Público-alvo	Público em geral Famílias; público sénior Público com necessidades especiais Comunidade escolar: pré-escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico
Calendarização	janeiro a dezembro
Oficinas sazonais	
ODS	  
Objetivo	Oferecer experiências educativas e culturais temáticas para diversos públicos durante festividades e estações do ano, por meio de visitas e oficinas.
Atividade/Projeto	É Páscoa no Museu É Verão no Museu É Natal no Museu
Ações a desenvolver	Visita efetuada com base no tema tratado Oficina pedagógica
Público-alvo	ATL e centros de estudo, IPSS Comunidade sénior e famílias Público com necessidades especiais
Calendarização	Férias escolares da Páscoa e do Natal Férias de verão
Projetos educativos escolares	
ODS	  
Objetivo	Sensibilizar (no museu e nas escolas) para a importância do Património Cultural seja material ou imaterial, arqueológico, histórico ou outro, tendo como principal foco o despertar de crianças e jovens para a preservação e salvaguarda de um património que é de todos nós.
Atividade/Projeto	Clube dos Arqueólogos Descobrir Artes e Ofícios Museu... fora de Portas
Ações a desenvolver	Oficinas pedagógicas no Museu e nas escolas Sessões de partilha no Museu e nas escolas Visita aos sítios arqueológicos: Castro de Romariz e Castelo da Feira
Público-alvo	Público escolar: 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico; 5.º, 6.º do 2.º Ciclo do Ensino Básico 7.º anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico Secundário e cursos profissionais;
Calendarização	2025
Outros estudos e projetos	
ODS	  
Objetivo	Consolidar o museu como referência em Museologia e Património Cultural, através de estudos científicos e projetos inovadores que valorizam suas coleções e produções culturais.
Atividade/projeto	Serigrafias de Álvaro Siza
Ações a desenvolver	Execução de serigrafias de desenhos da autoria do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, patentes no catálogo e exposição “No tempo dos Deuses e dos Heróis. Coleções de vasos gregos no Norte de Portugal”
Público-alvo	Colecionadores Oferta institucional
Calendarização	maio
Atividade/projeto	Edição sobre a exposição e autor Álvaro Siza Vieira

Ações a desenvolver	Edição de livro
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	maio
Atividade/projeto	Os Lóios em Portugal (título não definitivo)
Ações a desenvolver	Publicação sobre a congregação dos Lóios em Portugal da autoria de Pedro Villas-Boas Tavares et all
Público-alvo	Comunidade científica Estudantes universitários Público em geral
Calendarização	Janeiro/fevereiro

2. Museu do Papel Terras de Santa Maria

Intrinsecamente ligado ao papel, pela sua cultura, tradições e história, o **Japão** estará presente em exposições e oficinas sobre origamis, bem como na cerimónia do chá, no teatro de sombras ou na oficina de encadernação. O conceito **progresso** será abordado na apresentação da exposição temporária da empresa *Corex - Papeleira Core Board*, dando a conhecer a modernização de um sector que, ainda hoje, se considera relevante para a economia do concelho.

Exposições temporárias	
ODS	
objetivo	Realizar e promover exposições temporárias para valorizar o património cultural e artístico, envolvendo diversas comunidades, sejam escolares, artísticas, artesanais e empresas da região que trabalham ou fabricam o papel, o cartão e afins.
Atividade/Projeto	ORIGAMIS – Tammy Messias
Ações a desenvolver	Exposição temporária e oficinas
Público-alvo	Público em geral Famílias Grupos escolares Público com necessidades especiais
Calendarização	Outubro/dezembro
Atividade/projeto	COREX – Papeleira Core board
Ações a desenvolver	Exposição temporária Visita guiada à empresa Parceria: Papeleira Core board, S. Paio de Oleiros
Público-alvo	Público em geral Famílias Grupos escolares Público com necessidades especiais
Calendarização	Maio/julho
Atividade/projeto	Comunidade Escolar – exposições
Ações a desenvolver	Com o papel do museu o artista sou eu Presépios ecológicos
Público-alvo	Público escolar Famílias



Calendarização	Junho, novembro, dezembro
-----------------------	---------------------------

Programação de Mediação Cultural e Educativa	
Oficinas anuais	
ODS	  
Objetivo	Promover oficinas numa perspetiva de educação e aprendizagem, assim como de valorização do património museológico papelheiro.
Atividade/projeto	O Engenho da Lourença A Reciclagem do Papel O Cartucho de Mercearia Origami/Kirigami Tangram
Ações a desenvolver	Visita ao núcleo temático + Oficina pedagógica
Público-alvo	Grupos escolares: pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Público com necessidades especiais Sénior Famílias
Atividade//Projeto	Maleta Pedagógica
Ações a desenvolver	Oficina pedagógica
Público-alvo	IPSS e escolas
Calendarização	janeiro a dezembro
Oficinas temáticas	
ODS	  
objetivo	Oferecer oficinas temáticas para explorar e valorizar práticas culturais e artísticas, atendendo a diversos públicos ao longo do ano.
Atividade/projeto	A 5ª na Fábrica
Ações a desenvolver	Visita orientada ao fabrico industrial com as máquinas em funcionamento.
Público-alvo	Público em geral.
Calendarização	fevereiro a julho; setembro a novembro.
Atividade/projeto	Introdução à Encadernação: costura japonesa e costura portuguesa
Ações a desenvolver	Oficinas
Público-alvo	jovens (>14 anos) e adultos
Calendarização	Março a setembro
Atividade/projeto	O papel e as 4 estações Papeleiros por um dia
Ações a desenvolver	Visita ao museu Oficina pedagógica Criação de teambuilding
Público-alvo	Famílias Públicos com necessidades especiais Público em geral
Calendarização	Distribuídas pelas 4 estações do ano: março a outubro
Atividade/projeto	Cestaria em Papel
Ações a desenvolver	Oficina Mostra dos trabalhos Formador: Claudiane Xavier
Público-alvo	Famílias, Público em geral
Calendarização	fevereiro a maio

Atividade/projeto	Sonhadores de Papel
Ações a desenvolver	hora de conto + construção de caça-sonhos Mostra dos trabalhos Formador: Susana Conceição
Público-alvo	Famílias, Público em geral
Calendarização	julho a setembro
Oficinas sazonais	
ODS	  
Objetivo	Oferecer oficinas sazonais para explorar e criar temas festivos com papel, atendendo a diversos públicos ao longo do ano.
Atividade/projeto	Carnaval de Papel Páscoa de Papel Moinho de Papel Natal de Papel
Ações a desenvolver	Oficina pedagógica
Público-alvo	Público em geral Grupos escolares: pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico Famílias Público com necessidades específicas Sénior
Calendarização	fevereiro, março/abril, julho/agosto novembro/dezembro

Projetos em Comunidade	
ODS	  
Objetivo	Fomentar a interação e o envolvimento das comunidades da indústria papelreira e o seu <i>saber-fazer</i> do papel, registando memórias e vivências das práticas quotidianas da indústria do papel.
Atividade/projeto	Merenda à Papeleiro
Ações a desenvolver	Visita orientada ao fabrico industrial com as máquinas em funcionamento. Partilha do saber-fazer. Merenda.
Público-alvo	Comunidade papelreira – operários das antigas fábricas de papel, cartão e sacarias
Calendarização	27 abril
Atividade/projeto	Turno da Noite
Ações a desenvolver	Visitas guiadas, espetáculos, oficinas
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	18 maio
Atividade/projeto	Semana Aberta 24º Aniversário MP
Ações a desenvolver	Visitas orientadas; oficinas; exposição
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	21 a 26 de outubro
Atividade/projeto	Conhece o Museu do Papel de olhos fechados
Ações a desenvolver	Visita orientada aos diferentes espaços do museu, com áudio descrição; Disponibilização de réplicas das máquinas para tatear.
Público-alvo	Público em geral; Público com necessidades específicas
Calendarização	janeiro a novembro
Atividade/projeto	Ao Som do Rio Maior
Ações a Desenvolver	Cerimónia do chá – Japão Judo no jardim – CDFeirense

	A Cura pela Arte – Maria João Valério (psicóloga)
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	Janeiro a dezembro

II. Património Cultural Material e Imaterial

1. Castro de Romariz

A construção do Centro Informativo do Castro de Romariz é um dos principais objetivos para uma melhor compreensão da visita da estação arqueológica. Antes da sua construção, e por imperativos legais, é necessário a execução de trabalhos arqueológicos que auxiliem na confirmação da existência, no subsolo, de vestígios de ocupação humana, na área de implantação que é sugerida para a construção deste equipamento. Através do protocolo celebrado entre o Município e a Voltado a Poente – Associação Cultural (associação que, no contexto da Medida 2 do Programa de Apoio à Cultura, organiza anualmente a atividade Regresso às Origens, um evento de recriação de vivências das populações que habitaram este povoado), serão articuladas as visitas guiadas, tal como se tem registado nos últimos anos.

2. Castelo da Feira

Vão prosseguir as intervenções de conservação e restauro em todo o monumento e, paralelamente, considerando os objetivos traçados, é proposta a elaboração do projeto de musealização, tendo por base a sua história, evolução e as transformações arquitetónicas realizadas ao longo dos séculos, bem como a produção de alguns meios de divulgação do monumento.

Divulgação	
ODS	  
Objetivo	Desenvolvimento e produção de meios de comunicação e interpretação do monumento, valorizando a informação e divulgação para diferentes tipos de públicos
Atividade/projeto	Site do Castelo Guia do Castelo Projeto Museológico do Castelo
Ações a desenvolver	Definição e elaboração do Projeto Museológico para o Castelo, com base nos resultados das recentes escavações arqueológicas dos últimos anos. Decorrente deste PM, desenvolvimento de brochuras, prospectos, direcionados a diferentes tipos de público
Público-alvo	Público em geral; Público escolar; Sénior
Calendarização	2025
Programação Cultural	

ODS		  
Objetivo	Promoção e acolhimento de atividades culturais que constituam elementos de grande atratividade e promoção do monumento, podendo ser de programação própria ou em parceria com entidades externas e entidades do Grupo Municipal.	
Atividade/projeto	Concertos de Música Jantares temáticos Visitas com recriação Observatório astronómico	
Ações a desenvolver	Concertos de música clássica ou outra (2 a 3) Recriações históricas Gastronomia Observação de fenómenos astronómicos em parceria com a UA	
Público-alvo	Público em geral Famílias Empresas	
Calendarização	fevereiro, março, abril, julho/agosto (Viagem Medieval) novembro/dezembro	

3. Mercado Municipal de Santa Maria da Feira

O Mercado Municipal, requalificado e renovado, é um importante ponto de encontro social e comercial da cidade, onde produtores locais, artífices e mercadores se reúnem para oferecer uma variedade de produtos frescos e de qualidade como frutas, legumes e outros produtos endógenos da região. Símbolo de convivência comunitária e reflexo do património e da identidade local, onde a tradição e a modernidade se encontram, irá proporcionar aos visitantes e turistas uma experiência autêntica da vida cultural e gastronómica da cidade e da região.

Mercado Municipal		
ODS		    
Objetivo	Consolidar o Mercado Municipal como um polo de dinamização económica, cultural e turística, promovendo os produtos locais e regionais, e proporcionando uma experiência genuína e sustentável tanto para os residentes como para os visitantes, através da integração da tradição e da modernidade.	
Ações a desenvolver	Coordenação, planeamento e gestão operacional pelo Gabinete de Turismo; Desenvolvimento de estratégias de marketing e comunicação para a promoção do mercado; Estabelecimento e gestão de parcerias com produtores, artesãos e instituições culturais; Planear, produzir e promover os mercados e atividades mensais do projeto. Mercado de S. Sebastião (18 a 20 de janeiro); Mercado do Fumeiro (22 a 23 de fevereiro); Mercado da Primavera (22 a 23 de março); Mercado da Páscoa (12 a 21 de abril); Mercado Vintage & 2ª Mão (10 a 11 de maio) Evento Enogastronómico 1 (7 a 8 de junho)	

	Evento Enogastronómico 2 (19 a 20 de julho) Mercado das Colheitas (14 e 15 de setembro) Mercado do Halloween (26 e 27 de outubro) Mercado do Magusto (9 a 10 de novembro) Mercado do Mel (20 a 21 de dezembro)
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	2025

4. Património Rural e Tradicional

A atividade rural ao longo dos séculos deixou-nos um património cultural, edificado e paisagístico de grande riqueza identitária que é importante manter e preservar, podendo funcionar como motor social, cultural e até económico das populações. Contudo, muitos destes elementos encontram-se degradados, ameaçando a sua sobrevivência e o seu papel na memória coletiva. A implementação de um programa de financiamento de incentivo e apoio à recuperação e preservação de Moinhos (cereais e caulino), Canastos/Espigueiros, Coretos, Alminhas, Tanques e lavadouros Públicos, direcionado às Juntas de Freguesia do Concelho, visa a sua valorização enquanto recurso de desenvolvimento local e turístico, garantindo também que as gerações futuras possam usufruir deste legado singular.

Programa de valorização e recuperação do património rural e tradicional	
ODS	
Objetivo	Promover a recuperação e preservação de estruturas patrimoniais tradicionais, como moinhos, canastos, coretos, alminhas e lavadouros públicos, enquanto património identitário, garantindo a sua conservação e incentivando o turismo rural e o desenvolvimento local sustentável.
Ações a desenvolver	<p>Elaboração de normas reguladoras: definição de programa de financiamento e apoio, beneficiários das ações, objeto das intervenções, tipologia das intervenções a submeter, critérios de seleção e elegibilidade, monitorização, divulgação.</p> <p>Abertura das candidaturas</p> <p>Divulgação e Promoção</p>
Público-alvo	Juntas de Freguesia
Calendarização	Janeiro a dezembro

III. Turismo

O setor do Turismo enfrenta desafios significativos, mas também apresenta novas oportunidades, especialmente com o crescimento projetado para o setor. A sustentabilidade é um fator-chave para a inovação e transformação da atividade

turística, promovendo experiências mais autênticas, personalizadas e ligadas ao território. No entanto, essa evolução depende de uma abordagem colaborativa entre entidades públicas, empresas, sociedade civil e os próprios turistas. O foco continuará a ser o desenvolvimento de produtos turísticos, como o Turismo Gastronómico, Religioso, de Natureza, Industrial, Acessível e Sustentável, com o objetivo de posicionar Santa Maria da Feira como um dos principais destinos turísticos em âmbito nacional e internacional.

Turismo Gastronómico	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	  
Objetivo	Posicionar Santa Maria da Feira como um destino gastronómico de excelência, promovendo a criatividade culinária e preservando o património alimentar local.
Atividade/projeto	Programa de promoção do turismo gastronómico de Santa Maria da Feira
Ações a desenvolver	Valorização da Fogaça de Santa Maria da Feira (IGP) Mercados e feiras gastronómicas que promovem o consumo da Fogaça e outros produtos locais Eventos gastronómicos e festivais temáticos Criação de rotas e experiências gastronómicas Promoção internacional e redes colaborativas Ações de comunicação e marketing: promoção digital e redes sociais Colaboração com restaurantes e hotéis Documentário e promoção cultural.
Público-alvo	Público em geral, turistas, visitantes, comunidade escolar
Calendarização	Janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Festa da Colheita do Lúpulo
Ações a desenvolver	Apoio logístico Criação de um pacote experiência da colheita do lúpulo que engloba visita guiada à plantação, colheita e separação do lúpulo, e degustação da cerveja artesanal Promoção e divulgação desta experiência
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	setembro
Atividade/projeto	Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense (DGC e GT)
Ações a desenvolver	Planeamento, programação, logística, divulgação e execução.
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	outubro
Turismo Acessível	
ODS	  
Objetivo	Garantir a inclusão de todos os visitantes, promovendo um turismo adaptado às necessidades específicas de cada indivíduo, com acessibilidade em todas as atividades e eventos turísticos.
Atividade/projeto	Acesso público e inclusivo
Ações a desenvolver	Missa Solene da Festa das Fogaceiras em LGP Concelho Inclusivo: Freguesias em LGP (disponibilizar o nome das juntas



	de freguesia do concelho em Língua Gestual Portuguesa) Vídeo turístico em LGP Imaginarius Acessível Viagem Medieval Acessível
Público-alvo	Público com necessidades específicas Público em geral
Calendarização	Janeiro a agosto
Turismo Sustentável	
ODS	
Objetivo	Garantir a inclusão de todos os visitantes, promovendo um turismo adaptado às necessidades específicas de cada indivíduo, com acessibilidade em todas as atividades e eventos turísticos.
Atividade/projeto	Certificação de Santa Maria da Feira – Destino Turístico Sustentável – Green Destinations
Ações a desenvolver	Gestão processual com a Green Destination Reuniões de acompanhamento Recolha de informação para o preenchimento dos 84 critérios do Green Destination Standard Suporte para a criação de Boas Práticas da candidatura ao Top 100 Realização de ações de capacitação e envolvimento dos agentes económicos locais Revisão dos critérios, preparação da auditoria e seu acompanhamento
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	2025
Turismo Religioso	
ODS	
Objetivo	Garantir através de eventos e do património religioso concelho uma experiência turística enriquecedora, proporcionando aos visitantes a oportunidade de explorar e vivenciar a espiritualidade e a tradição local.
Atividade/projeto	Caminhos de Santiago Caminhos de Fátima
Ações a desenvolver	Produção de brochura; Sinalização e pedido de certificação de novo itinerário complementar.
Público-alvo	Público em geral, peregrinos
Calendarização	2025
Atividade/projeto	Semana Santa de Santa Maria da Feira
Ações a desenvolver	Gestão de protocolo com o grupo Gólgota Ações de apoio e colaboração na logística do evento.
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	1º quadrimestre de 2025
Atividade/projeto	Natal em Santa Maria da Feira
Ações a desenvolver	Gestão da iluminação nas ruas da cidade e em pontos de interesse do concelho Visitas Guiadas ao Centro Histórico Workshops Gastronómicos Natalícios
Público-alvo	Público em geral e Famílias
Calendarização	Novembro e dezembro de 2025 e janeiro 2026
Promoção Turística	
ODS	
Objetivo	Divulgar de forma inovadora e estratégica a singularidade e diversidade de

	Santa Maria da Feira como destino turístico, utilizando ferramentas digitais e tradicionais para atingir públicos nacionais e internacionais.
Atividade/projeto	Portal Turístico Linha de Atendimento ao Turista Material Promocional Merchandising Publicidade (Turismo) Guia turístico Feiras de Turismo: BTL... Outros eventos promocionais e de Turismo
Ações a Desenvolver	Elaboração de brochuras para os vários temas Desenvolvimento de campanhas e anúncios publicitários Revistas da especialidade, Golden Book – Desfrutar o Norte de Portugal, entre outros
Público-alvo	Público em geral
Calendarização	2025

Bibliotecas

“Uma biblioteca é uma casa onde cabe toda a gente”

Mafalda Milhões

No ano em que se comemora 25 anos, neste edifício, a biblioteca municipal afirma-se como um espaço plural de acesso livre e ilimitado à informação, ao conhecimento, ao pensamento e à cultura, essencial para o desenvolvimento de uma comunidade livre, justa, forte e sustentável. O plano de atividades da biblioteca municipal para 2025 pretende homenagear os 25 anos deste equipamento e do serviço público que presta à comunidade, enfatizando um conjunto de propostas, de diferentes leituras, para todos os públicos. Uma celebração do livro e da leitura, do livre e gratuito acesso à informação fidedigna, às literacias, à educação formal e informal ao longo da vida, à inclusão, à participação cívica, à estimulação do pensamento crítico, criativo e sustentável, ao desenvolvimento individual, às artes e à cultura. Reflete, no fundo, a consolidação de projetos passados, as constantes e iminentes inovações presentes, sempre com os olhos no futuro, no progresso e florescimento desta Casa, que é de todos para todos.

Promoção da leitura

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
	   
Objetivo	Criar e fortalecer hábitos de leitura desde o nascimento até à idade maior, com uma programação pluridisciplinar, diversificada e equilibrada, para públicos de todas as idades, dentro e fora de portas. Renovar, de forma consistente e oportuna, o fundo documental e disponibilizar o maior número de documentos para empréstimo, em todas as áreas do conhecimento.
Atividade/projeto	Nascido para ler
Ações a desenvolver	Sessões de micro contos e atividades de estimulação visual e sonora para a primeira infância, que visam apresentar álbuns, jogos e músicas adequados a este público.
Público-alvo	Famílias com bebés, a partir dos 6 meses aos 3 anos e creches
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Á descoberta da biblioteca – visitas educativas
Ações a desenvolver	Visitas guiadas à biblioteca com o intuito de dar a conhecer os espaços e serviços, promover a inscrição de novos leitores, o empréstimo de documentos e dinamizar horas do conto, adaptadas ao grupo.
Público-alvo	Público escolar, a partir dos 3 anos
Calendarização	janeiro a dezembro (5 a 10 sessões)
Atividade/projeto	Estafeta de contos: conto com(tigo)
Ações a desenvolver	Partindo da biblioteca municipal, esta estafeta percorre as bibliotecas escolares, apresentando novos contadores e formas de contar histórias, com o envolvimento dos professores bibliotecários e da comunidade escolar.
Público-alvo	Professores bibliotecários e público escolar
Calendarização	janeiro a junho
Atividade/projeto	Encerramento da XIII estafeta de contos: Conto com(tigo)
Ações a desenvolver	Ponto final da estafeta de contos que regressa à biblioteca, após percorrer as bibliotecas escolares inscritas, celebrando um percurso que envolve, anualmente, os professores e centenas de alunos. Esta sessão é dividida em duas partes: entrega da estafeta com a dramatização de um conto, apresentada pelos professores bibliotecários e alunos envolvidos e um espetáculo com um contador de histórias convidado.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	maio ou junho (1 sessão)
Atividade/projeto	Contos sobre rodas
Ações a desenvolver	Disponibilizar a todas as IPSS, visitadas pelo Bibliobus, sessões de hora do conto, orientadas pelo núcleo pedagógico da biblioteca.
Público-alvo	Crianças das creches e jardins de infância das IPSS
Calendarização	janeiro a dezembro (6 a 10 ações)
Atividade/projeto	Histórias de matusalém
Ações a desenvolver	Desenvolvem-se exercícios de desenvolvimento cognitivo, partilham-se histórias e memórias e convida-se à interação entre mediadores e utentes.
Público-alvo	Seniores em contexto de Lar e Centro de Dia
Calendarização	janeiro a dezembro (5 a 10 sessões)
Atividade/projeto	Ler o mundo com outros olhos
Ações a desenvolver	Ações de mediação de leituras, que podem ser sobre literatura, artes plásticas e exploração de conteúdos interativos, dirigida à Cerci e Casa Ozanam, desenvolvidas a pensar na estimulação cognitiva, interação e comunicação entre os grupos.
Público-alvo	Jovens e adultos com necessidades educativas especiais
Calendarização	janeiro a dezembro (5 a 10 sessões)
Atividade/projeto	Semana da leitura

Ações a desenvolver	Propostas de promoção do livro e da leitura, articuladas com os diferentes agrupamentos, integradas na celebração da semana da leitura, promovida pelas escolas.
Público-alvo	Público escolar (do pré-escolar ao secundário)
Calendarização	março (a definir pelos agrupamentos) (4 a 8 sessões)
Atividade/projeto	Comunidade de leitores para jovens
Ações a desenvolver	Oficinas de promoção da leitura, dirigidas a um público jovem/adulto, com o intuito de apresentar livros, suscitar curiosidade para novas leituras e despertar o prazer de ler.
Público-alvo	Alunos do ensino secundário
Calendarização	janeiro a dezembro (4 a 8 sessões)
Atividade/Projeto	Clube de leitura da Biblioteca Municipal
Ações a desenvolver	Dinamizado pela Dra. Rute Cerqueira, este clube reúne pessoas que partilham o gosto pelos livros, que, de forma informal e descontraída, partilham ideias e discutem leituras comuns.
Público-alvo	M/18 anos
Calendarização	Bimestral, janeiro a dezembro
Atividade/projeto	A ler...
Ações a desenvolver	Promoção de encontros entre os leitores e os autores, acolhendo e acompanhando apresentações de livros, de todos os géneros literários e para todas as faixas etárias, na biblioteca municipal e nos polos.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Destaque mensal: Escritores dos países da União Europeia
Ações a desenvolver	Ao longo de 2025, a biblioteca selecionará, mensalmente, um autor da União Europeia, visando ampliar o conhecimento sobre a cultura e a literatura dos países membros.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	Mensal
Atividade/projeto	Destaque bimestral: Património material e imaterial, gastronomia criativa, progresso, paz, sustentabilidade e Japão
Ações a desenvolver	Com o destaque bimestral, abordar assuntos atuais, relevantes, os 17 ODS da agenda 2030 e explorar os temas transversais à programação cultural e educativa do município.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	Bimestral
Atividade/projeto	Exposição: Século XX em revista
Ações a desenvolver	Exposição de revistas estrangeiras, nacionais e locais, publicadas ao longo do século XX.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	março, abril, maio

Acesso à informação

ODS	
Objetivo	Garantir o acesso universal e contínuo à informação, à coleção e à educação formal e informal, promovendo o conhecimento em todas as áreas do saber, tanto presencialmente como online. Prestar serviços de referência de qualidade e manter informação pertinente e atual, na nossa página e redes sociais.
Atividade/projeto	Biblioteca virtual
Ações a desenvolver	Disponibilização de acesso a todos os leitores inscritos aos serviços virtuais da biblioteca, nomeadamente, catálogo, bases dados científicas da EBSCO, plataforma PressReader, agregador de catálogo da Rede Metropolitana de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana do Porto e

	BiblioLed – plataforma de leitura e empréstimos digital de e-books.
Público-alvo	Leitores da biblioteca
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Nova página web
Ações a desenvolver	Atualização da página web da biblioteca, no sentido de a tornar mais interativa e intuitiva, possibilitando maior facilidade de acesso à informação.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	abril a dezembro

Desenvolvimento individual, criatividade, imaginação, experimentação, socialização e empatia

ODS	      
Objetivo	Manter a programação regular dos clubes, com inovadas temáticas, técnicas e materiais que estimulam a aprendizagem, a descoberta de saberes e sabores, a partilha e conexão entre a comunidade. Complementar a coleção de jogos (didáticos, tabuleiro e estratégia), do espaço ludoteca, promovendo a aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo, a diversão e interação entre diferentes públicos, de todas as faixas etárias.
Atividade/Projeto	Artes decorativas
Ações a desenvolver	Estes workshops promovem uma aprendizagem ativa e participativa, onde o conhecimento é adquirido através da experimentação e prática, uma oportunidade para a educação técnica, o desenvolvimento criativo, a promoção da sustentabilidade, a interação social e a valorização cultural.
Público-alvo	M/18 anos
Calendarização	Bimestral, de janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Tricot
Ações a desenvolver	Dinamização do clube do tricot para preservar esta tradição artesanal e desenvolver habilidades motoras e cognitivas, promovendo a expressão criativa, valorizando os benefícios emocionais e sociais e fomentando uma profunda conexão com a herança cultural.
Público-alvo	Jovens e adultos – iniciantes e praticantes de tricot
Calendarização	Quinzenal, de janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Costura
Ações a desenvolver	As oficinas de costura têm como objetivo incentivar a criatividade, a sustentabilidade e o empoderamento pessoal.
Público-alvo	M/18 anos
Calendarização	Bimestral, de janeiro a dezembro
Atividade/Projeto	Gastronomia
Ações a desenvolver	No contexto de Santa Maria da Feira Cidade Criativa de Gastronomia da UNESCO, serão desenvolvidas diversas sessões do Clube da Gastronomia, para diferentes públicos, baseadas em cinco linhas de ação: a preservação e promoção da riqueza culinária da região, o fortalecimento da identidade cultural, o estímulo de hábitos de alimentação saudável e sustentável e o conhecimento da cozinha do mundo.
Público-alvo	M/18 anos e famílias
Calendarização	Mensal, de janeiro a dezembro
Atividade/Projeto	Jogos
Ações a desenvolver	Na ludoteca serão dinamizadas sessões do clube de jogos, para todas as faixas etárias, com propostas e formas de jogar para cada grupo específico.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	Mensal, de janeiro a dezembro

Literacias	
ODS	      
Objetivo	Dinamizar, acompanhar e acolher programas de literacia e capacitação no âmbito da promoção do livro e do acesso digital à informação.
Atividade/projeto	EBSCO discovery service (EDS)
Ações a desenvolver	Ações de formação para dar a conhecer e incentivar a promoção e o uso do serviço EDS – EBSCO Discovery Service, com o objetivo de facilitar e melhorar as pesquisas nas bases de dados científicas disponíveis.
Público-alvo	Estudantes e docentes do ISVOUGA
Calendarização	janeiro a dezembro (1 sessão)
Atividade/Projeto	Promoção da leitura - formação
Ações a desenvolver	Capacitação, em áreas específicas da promoção do livro e da leitura, de mediação prática, com o objetivo de poder implementar os conhecimentos adquiridos, em contexto profissional, com grupos escolares e famílias, quer na biblioteca, bibliotecas escolares ou IPSS's.
Público-alvo	Animadores socioculturais / Professores bibliotecários / Serviços educativos municipais
Calendarização	abril a dezembro (1 ação)
Atividade/projeto	Clube de leitura para pais e filhos
Ações a desenvolver	Articulado entre a mediadora Joana Ribas e a biblioteca, este clube visa incentivar a leitura em família, promovendo encontros regulares onde pais e educadores exploram livros e discutem leituras para fortalecer o vínculo familiar e desenvolver o hábito de leitura, entre todos os membros da família.
Público-alvo	Pais e educadores
Calendarização	janeiro a dezembro (11 sessões)
Atividade/projeto	Literacia financeira
Ações a desenvolver	Sessões de literacia financeira, que visam compreender conceitos básicos, como orçamento, poupança, investimentos, crédito e gestão de dívidas, que capacitem os jovens e adultos a administrar melhor o dinheiro, a planear melhor o futuro e a evitar armadilhas financeiras.
Público-alvo	M/18 anos
Calendarização	janeiro a dezembro (3 sessões)
Atividade/projeto	Literacia da saúde
Ações a desenvolver	Estas sessões visam desconstruir mitos, reduzir comportamentos de risco e capacitar os participantes com conhecimentos e habilidades necessários para compreender, avaliar e utilizar informações de saúde, de forma a tomar decisões informadas sobre o seu bem-estar e estilo de vida.
Público-alvo	Público geral (2 sessões)
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade/projeto	Projeto e-mili@
Ações a desenvolver	Acolher e apoiar, na biblioteca e nos polos de leitura, as sessões do projeto e-mili@ dinamizado pela Divisão Social da Câmara Municipal;
Público-alvo	Idosos do concelho
Calendarização	janeiro a dezembro
Serviços de proximidade itinerâncias	
ODS	      
Objetivo	Aproximar a biblioteca e os seus serviços à comunidade, reconhecendo o papel da biblioteca no centro do tecido social.
Atividade/projeto	Polos
Ações a desenvolver	Reforçar o papel dos polos, em contexto local e na rede de leitura, atualizando os seus espaços, equipamentos, fundos documentais e

	organizando atividades de promoção de leitura para os fregueses onde estão localizados.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	janeiro a dezembro
Atividade/projeto	SABE – Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares
Ações a desenvolver	Persistir no trabalho de fortalecimento da relação cooperativa com a Rede de Bibliotecas Escolares, consolidar o trabalho normalizado em rede, apoiar a atualização de fundos e a requalificação de espaços e equipamentos das 34 bibliotecas escolares do concelho. Realização do Concurso Interconcelhio de Leitura – ConCIL- fase municipal, em articulação com a Coordenadora Interconcelhia da RBE. O objetivo principal deste concurso é estimular o gosto e o prazer da leitura, com vista à melhoria do domínio da língua portuguesa, da compreensão leitora e dos hábitos de leitura.
Público-alvo	34 Bibliotecas Escolares Alunos do 1.º, 2.º, 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário de escolas públicas e privadas do concelho de Santa Maria da Feira.
Calendarização	janeiro a dezembro ConCil – fevereiro e março
Atividade/projeto	Bibliobus
Ações a desenvolver	Este projeto de reconhecido valor visa aproximar a biblioteca às instituições do nosso concelho. O bibliobus leva livros e leituras, disponibiliza literatura, cinema e música aos diferentes públicos que trabalham e frequentam estas instituições.
Público-alvo	46 IPSS do Município (crianças, seniores e técnicos)
Calendarização	Mensal, janeiro a dezembro
Atividade/Projeto	Leitura em espaço público
Ações a desenvolver	Este projeto é uma resposta inclusiva às necessidades das comunidades periféricas do concelho, promovendo o acesso universal à informação e ao conhecimento. Ao combater as desigualdades de acesso, fomentar a leitura e o consumo cultural, a iniciativa contribuirá para o desenvolvimento intelectual e cultural da população.
Público-alvo	Municípios das freguesias de Canedo, Vale, Vila Maior, Lobão, Gião, Louredo, Guisande, Paços de Brandão, Nogueira da Regedoura e Rio Meão
Calendarização	Quinzenal, janeiro a dezembro
Atividade/projeto	A Biblioteca vai à praia
Ações a desenvolver	Projeto sazonal de promoção do acesso ao livro e à leitura, num espaço lúdico e de lazer, a Praia Fluvial da Mâmoa. A carrinha da biblioteca leva equipamento de verão adequado para proporcionar um espaço de agradável leitura, apresentação de sugestões, utilização da internet, dinamização de atividades e de consulta de revistas e jornais.
Público-alvo	Utilizadores da Praia Fluvial da Mâmoa
Calendarização	julho e agosto
Atividade/projeto	Leituras em linha (LEL)
Ações a desenvolver	Este é mais um projeto de aproximação a diferentes públicos, neste caso, às empresas e aos seus utilizadores. Uma carrinha equipada que visita, quinzenalmente, empresas do nosso território, em horário de almoço e/ou lanche com vista a promover a divulgação do livro e da leitura, disponibilizando literatura, cinema, música, internet e acesso a pagamento de serviços.
Público-alvo	Funcionários de 17 unidades fabris do Município
Calendarização	Mensal, janeiro a dezembro

Acesso ao conhecimento e às tradições locais	
ODS	 
Objetivo	Preservar e permitir o acesso a dados, conhecimento e tradições locais. Garantir a preservação do fundo de história local e a digitalização de documentos de história local (jornais, revistas e materiais gráficos).
Atividade/projeto	Exposição: Fogaceiras em retrospectiva
Ações a desenvolver	Esta exposição pretende divulgar e valorizar os documentos históricos, integrados na coleção de história local. Inclui diversos materiais: jornais, livros, fotografias, postais, cartazes, flyers, publicados ao longo dos anos, que ajudam a narrar e preservar a memória coletiva sobre esta tradição secular com profunda relevância na identidade local.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	janeiro

Projetos em rede	
ODS	  
Objetivo	Realizar atividades de promoção da leitura e artísticas, individualmente ou em rede, promovendo a identidade local, a memória coletiva, o património e as tradições locais, e participar em atividades de elevado relevo da programação municipal, potenciando novos leitores e dando a conhecer os serviços da biblioteca municipal.
Atividade/projeto	A menina de Papel, em parceria com o Museu do Papel Difusão da Tradição das Fogaceiras (DB e UIS) Dia da Família (DB e DEJ) Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense (DB e GT) Imaginarius (DB e DGC) SMF Youth Days (DB e GJ) S. Nicolau (DB e GT)
Ações a desenvolver	A menina de Papel – Sessões interativas sobre a história e valorização do papel, em colaboração com o Museu do Papel. Difusão da Tradição das Fogaceiras – Sessões com vídeos, fotos e jogos sobre a Festa das Fogaceiras. Dia da Família – Sessão de sensibilização para o uso da biblioteca e empréstimo de livros. Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense – Presença no festival com exposição de livros sobre gastronomia e enologia. Imaginarius – Presença no evento com divulgação de obras sobre artes de rua. SMF Youth Days – Sessão de divulgação de serviços e publicações gráficas (novelas gráficas e mangá). S. Nicolau – Destaques bibliográficos, mostras, oficinas (luminárias) e sessões de cinema sobre o Natal.
Público-alvo	A menina de papel – Alunos do 1º ano Difusão da tradição das fogaceiras – Alunos do 3º ano, do 1º ciclo Dia da Família – Famílias Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense - Público geral Imaginarius – Público geral SMF Youth Days - Jovens S. Nicolau - Famílias, público geral
Calendarização	A Menina de Papel – Janeiro a dezembro (6 sessões) Difusão da Tradição das Fogaceiras – janeiro Dia da Família – Maio (1 sessão) Festival da Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense – Outubro Imaginarius – 22 a 25 de maio

	SMF Youth Days – Julho (1 sessão) S. Nicolau – Novembro e dezembro
--	---

Extensão Cultural	
ODS	
Objetivo	Promover o diálogo intercultural, a diversidade cultural e permitir o acesso às artes. Organizar e apoiar atividades culturais no âmbito da nossa programação, da programação cultural municipal e/ou dos agentes culturais locais, para todos os públicos. Acolher e apoiar atividades externas de âmbito cultural, científico, cívico, recreativo e/ou outros.
Atividade/projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Exposições de artes plásticas: Ofício da Solitude II, Maria Beatitude, Barbara Rocha, Free Your Art, Gil - Oficina de artes plásticas - Espetáculos de teatro, música, dança e contos - O poema instante - Universo da literatura e da gastronomia (em criação) - Cinema
Ações a desenvolver	<p>Exposições de artes plásticas: Realização de exposições de arte contemporânea, abordando pintura, escultura, fotografia e outras formas artísticas para promover a reflexão sobre tendências e questões atuais.</p> <p>Oficina de artes plásticas: Oficinas práticas durante interrupções letivas, explorando diversas técnicas de artes plásticas.</p> <p>Espetáculos de teatro, música, dança e contos: Promoção de 5 espetáculos de diversas expressões artísticas, como complemento à programação cultural.</p> <p>O poema instante: Sessão de poesia espontânea com Ana Sara Daniel, criando poemas a partir de conversas com o público.</p> <p>Universo da literatura e da gastronomia: Instalações interativas que unem literatura e gastronomia, com degustação. Estreia na conferência internacional Food4.thought.</p> <p>Cinema: Projeção regular de 37 sessões de cinema para famílias, jovens/adultos e grupos escolares, com diversidade de filmes.</p>
Público-alvo	<p>Exposições de artes plásticas: Público geral</p> <p>Oficina de artes plásticas: Crianças, jovens e famílias</p> <p>Espetáculos de teatro, música, dança e contos: Público geral</p> <p>O poema instante: Público geral</p> <p>Universo da literatura e da gastronomia: Público geral</p> <p>Cinema: Público geral</p>
Calendarização	<p>Exposições de artes plásticas: janeiro a dezembro</p> <p>Oficina de artes plásticas: abril a dezembro (20 a 24 sessões)</p> <p>Espetáculos de teatro, música, dança e contos: março a dezembro (5 sessões)</p> <p>O poema instante: 21 de março</p> <p>Universo da literatura e da gastronomia: abril a dezembro</p> <p>Cinema: janeiro a dezembro (37 sessões)</p>

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 - ODS	
ODS	
Objetivo	Combater a desinformação, promover a inclusão, a integração, a participação cívica, a sustentabilidade e o trabalho em redes nacionais e internacionais. Potenciar atividades de acolhimento e integração de imigrantes.
Atividade/projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade e bom senso - Naple Sister Libraries



	<p>- Rede das Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da Unesco</p> <p>- Rede Metropolitana de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana do Porto</p> <p>- Projeto Europeu CLAD – Citizens & Libraries against Disinformation</p> <p>- Núcleo de interesse: Bom dia Ucrânia!</p> <p>- Book Club: take a look, it's IN a book</p>
Ações a desenvolver	<p>Sustentabilidade e bom senso: Realização de ações de apoio a professores e monitores sobre os ODS, com um kit contendo livros, desdobráveis e atividades relacionadas com os 17 ODS.</p> <p>Naple Sister Libraries: Continuação do projeto Naple Sister Libraries, com a divulgação atividades e partilha de experiências com bibliotecas da rede.</p> <p>Rede das Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da Unesco: Partilha de boas práticas, divulgação mensal de atividades e participação no 8º encontro da Rede.</p> <p>Rede Metropolitana de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana do Porto: Participação em ações e reuniões da Rede, com foco na partilha de recursos e acessibilidade à leitura.</p> <p>Projeto Europeu CLAD – Citizens & Libraries against Disinformation: Desenvolvimento de ações participativas com foco em temas como Minorias, Ambiente, Cultura Urbana e Identidades Europeias.</p> <p>Núcleo de interesse: Bom dia Ucrânia!: Disponibilização de uma coleção de livros em língua ucraniana para apoiar imigrantes ucranianos.</p> <p>Book Club: take a look, it's IN a book: Encontros bimestrais de leitura em inglês e português, com debates em inglês, dinamizados por Katherine Decina.</p>
Público-alvo	<p>Sustentabilidade e bom senso: Alunos a partir do 5º ano</p> <p>Naple Sister Libraries: Bibliotecas da rede e público geral</p> <p>Rede das Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da Unesco: Bibliotecas da rede e público geral</p> <p>Rede Metropolitana de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana do Porto: Bibliotecas da rede e público geral</p> <p>Projeto Europeu CLAD – Citizens & Libraries against Disinformation: Público geral</p> <p>Núcleo de interesse: Bom dia Ucrânia!: Imigrantes ucranianos</p> <p>Book Club: take a look, it's IN a book: Público geral</p>
Calendarização	<p>Sustentabilidade e bom senso: Janeiro a dezembro</p> <p>Naple Sister Libraries: Janeiro a dezembro</p> <p>Rede das Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da Unesco: Janeiro a dezembro</p> <p>Rede Metropolitana de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana do Porto: Janeiro a dezembro</p> <p>Projeto Europeu CLAD – Citizens & Libraries against Disinformation: Junho de 2024 a junho de 2026 (24 meses)</p> <p>Núcleo de interesse: Bom dia Ucrânia!: Janeiro a dezembro</p> <p>Book Club: take a look, it's IN a book: Bimestral, janeiro a dezembro</p>

Serviços de qualidade

ODS		  
Objetivo	Melhoria contínua na prestação de serviço público à nossa comunidade. Renovação de certificado de qualidade.	
Atividade/projeto	Sistema de Gestão de Qualidade	
Ações a desenvolver	Assegurar serviços de qualidade, renovando o Certificado ISO EN 9001:2015, mantendo uma taxa mínima de satisfação de 90% e promovendo o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores.	
Público-alvo	Público geral	

Calendarização	janeiro a dezembro
-----------------------	--------------------

25 anos BSMF	
ODS	    
Objetivo	Assinalar os 25 anos da Biblioteca Municipal com uma programação festiva, diversificada e inclusiva.
Atividade/projeto	Livrar – Festival do livro, futuro e progresso
Ações a desenvolver	Este festival visa analisar o futuro e o progresso da biblioteca, tendo em conta as novas gerações e a resposta às necessidades emergentes da comunidade. Pretende, de forma ímpar, cultural e artística, pensar, sentir e discutir o Amanhã! Focado em três dimensões fundamentais: as leituras, o pensamento e os serviços educativos e/ou itinerantes, o Livrar apresenta uma programação rica e diversificada, que inclui feira do livro, exposições, oficinas de escrita criativa, ilustração, tertúlias, apresentação de livros, workshops, instalações artísticas, espetáculos teatrais e musicais, entre outros. Conta com a presença de ilustradores, escritores, músicos, artistas e contadores de histórias de renome. Este festival marca dois momentos em concreto, a data de abertura ao público da Biblioteca Municipal neste espaço (17 de junho) e a data de inauguração oficial do equipamento (28 de julho), numa perspetiva de homenagem aos 25 anos passados, ao presente e ao futuro da biblioteca e dos que nela cabem.
Público-alvo	Público geral
Calendarização	17 de junho a 28 de julho

Educação

Para 2025, o Município de Santa Maria da Feira reafirma o seu compromisso com a educação, alinhando-se aos valores da Paz e Progresso. O plano para o ano letivo de 2024/2025 adota uma abordagem holística que vai além do conhecimento académico, promovendo o desenvolvimento de competências e valores essenciais.

O plano inclui também investimentos significativos na melhoria das instalações escolares, na ação social escolar e no apoio à família. Serão realizados trabalhos abrangentes nas infraestruturas das escolas para garantir ambientes de aprendizagem modernos e seguros, com melhorias em salas de aula, bibliotecas e espaços de recreio. Entre os projetos relevantes, destaca-se o novo projeto Natação para Tod@s que será implementado para garantir o acesso universal à prática de natação.

O município continuará a integrar as redes de participação, como a Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras e a Associação Internacional de Cidades Educadoras. Estas parcerias são fundamentais para a partilha de boas práticas e para criar novas oportunidades de aprendizagem. O município também reforçará o seu compromisso com programas de cooperação, como o Eixo Atlântico e a parceria com a Área Metropolitana do Porto (AMP), permitindo o desenvolvimento de projetos em áreas chave da intervenção municipal e supramunicipal.

Administração e Gestão Escolar

Comunidade escolar (previsão para o ano letivo 2024/25)

Grau de Ensino	N.º alunos	Nº alunos c/ NSE	Nº de turmas
Educação pré-escolar	2058	43	99
1º ciclo do ensino básico	4230	178	263
2º ciclo do ensino básico	1929	121	101
3º ciclo do ensino básico	3210	239	163
Cursos de Educação Formação ensino secundário	15	2	1
Cursos Profissionais	1587	63	62
EFA	466	14	29
EFA	39	0	2
Total	13534	660	720

Grau de Ensino	escalão A	A-NEE	SE-NEE	B-NEE	escalão B	sem escalão	escalão C	Total
pré-escolar	94	19	17	2	116	1670	145	2063
1º CEB	219	64	96	12	393	2963	484	4231
2º CEB	89	37	63	18	178	1390	155	1930
3º CEB	165	90	100	32	315	2262	249	3213
Cursos de Educação Formação	0	0	2	0	0	13	0	15
Secundário	35	0	14	1	67	1420	33	1570
Cursos Profissionais	8	1	12	36	27	358	24	467
Total	610	211	304	101	1096	10076	1090	13489

Cantinas e Refeitórios		Refeições Escolares	
Cantinas Escolares	30	EPE	262241
Refeitórios Escolares Adjudicados (Uniself)	52	1º CEB	507057
Refeitórios Escolares Não adjudicados (IPSS)	41	Restantes níveis de ensino	363096
Gestão Direta	2	Gestão Direta	108735
Total	125	Total	1241129
		Restrições Alimentares:	275

Grau de Ensino	circuitos especiais dentro do concelho		circuitos especiais fora do concelho	
Educação pré-escolar	22		6	
1º ciclo do ensino básico	54		31	
2º ciclo do ensino básico	7		14	
3º ciclo do ensino básico	20		38	
ensino secundário	2		19	
Cursos Profissionais	4		5	
Total	109		113	

Nº de crianças inscritas AAAF	Nº de alunos inscritos CAF
1622	1198

Ação Social Escolar

Programa vale-oferta material escolar 1º CEB	
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
Objetivo	Garantir que 100% dos alunos do 1.º CEB beneficiários dos escalões A, B e C recebam e beneficiem do vale-oferta para material escolar, promovendo a equidade.
Condições de participação	O código deve ser utilizado num único estabelecimento comercial aderente até 30 de novembro de 2025.
Ações a desenvolver	Apresentação do escalão de abono de família na escola; Emissão do vale-oferta; Coordenação com a Associação Empresarial da Feira; Coordenação com os estabelecimentos comerciais aderentes; Comunicação e divulgação; Monitorização do processo.
Público-alvo	Alunos do 1º CEB beneficiários do Escalão A, B e C
Calendarização	Setembro a novembro de 2025

Refeições escolares	
ODS	
Objetivo	Melhorar a nutrição escolar com opções saudáveis e diversificadas, assegurar a segurança e qualidade alimentar por meio de formação e monitorização, e promover práticas alimentares sustentáveis na comunidade escolar.
Condições de participação	Realizar o registo na plataforma SIGA; Entregar declaração do escalão de abono de família na escola; Apresentar declaração médica que ateste as restrições alimentares, se aplicável; Manter as informações sobre necessidades alimentares atualizadas na plataforma; Fazer o carregamento do cartão municipal da educação para o pré-pagamento das refeições; Efetuar a marcação e requisição das refeições através da plataforma SIGA, conforme o procedimento estabelecido.
Ações a desenvolver	Garantir o fornecimento de refeições saudáveis, incluindo opções com proteína vegetal; Notificar os responsáveis sobre o fornecimento ajustado para alunos com restrições alimentares; Assegurar o cumprimento dos rácios das Assistentes Operacionais afetas ao serviço de refeições; Realizar formação contínua em Higiene e Segurança Alimentar; Implementar visitas anuais a cantinas e refeitórios escolares para garantir a conformidade; Promover sessões educativas e práticas alimentares sustentáveis na comunidade escolar, no âmbito do Programa Municipal de Alimentação

	Saudável, Consciente e Sustentável; Implementar um programa focado em refeições com opções sustentáveis e conscientes - Programa Municipal Prato Sustentável.
Público-alvo	EPE, 1.º CEB, 2.ºCEB, 3.º CEB e Secundário
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Regime escolar	
ODS	
Objetivo	Promover hábitos alimentares saudáveis entre crianças da EPE e do 1.º CEB oferecendo diariamente leite e produtos lácteos e frutas duas vezes por semana.
Condições de participação	Inscrição no Programa; Apresentar candidatura para as restrições alimentares, se aplicável.
Ações a desenvolver	Garantir a distribuição diária de leite e produtos lácteos (iogurte e queijos) às crianças do EPE e 1.º CEB, seguindo o calendário estabelecido; Organizar e supervisionar a distribuição de frutas e produtos hortícolas duas vezes por semana; Receber e processar as candidaturas para restrições alimentares, assegurando que as necessidades específicas são atendidas; Notificar os responsáveis sobre o fornecimento ajustado para alunos com restrições alimentares; Comunicar e disponibilizar o cronograma de distribuição de frutas e produtos hortícolas às escolas com antecedência; Monitorizar a entrega dos produtos alimentares para garantir conformidade com os padrões e cronogramas; Avaliar a eficácia do programa com base no feedback de pais, responsáveis e escolas, e ajustar conforme necessário.
Público-alvo	EPE, 1.º CEB
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Transportes escolares	
ODS	
Objetivo	Garantir o transporte escolar para 100% dos alunos que se candidataram e que residem a mais de 3 km da escola ou que têm necessidades de saúde específicas. Assegurar que todos os alunos legalmente enquadráveis que solicitarem este apoio o recebam. Atribuição de recursos financeiros aos agrupamentos de escolas para aquisição de serviços de transportes para visitas de estudo e/ou atividades lúdico pedagógicas.
Condições de participação	Realizar o registo na plataforma SIGA; Submeter os documentos necessários para a candidatura; Adquirir o Passe Andante e realizar os carregamentos necessários; Visitas de estudo.
Ações a desenvolver	Elaborar o plano de transporte escolar; Abrir candidaturas na plataforma SIGA; Acompanhar e monitorizar a utilização do transporte escolar, avaliar a eficácia do programa e realizar ajustes conforme necessário.
Público-alvo	EPE, 1.º CEB, 2.ºCEB, 3.º CEB e Secundário
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Bolsas de estudo	
ODS	

Objetivo	Garantir o acesso equitativo à educação, proporcionando bolsas de estudo no ensino secundário e superior, com o objetivo de aumentar em 5% o número de bolsas atribuídas em 2025.
Condições de participação	Realizar o registo na plataforma SIGA; Submeter os documentos necessários para a candidatura; Cumprir com os requisitos definidos no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo do Município de Santa Maria da Feira.
Ações a desenvolver	Elaborar o plano de transporte escolar; Abrir candidaturas na plataforma SIGA; Acompanhar e monitorizar a utilização do transporte escolar, avaliar a eficácia do programa e realizar ajustes conforme necessário.
Público-alvo	Alunos do ensino secundário e ensino superior
Calendarização	Outubro de 2024 a junho de 2025

Apoio à família

Atividades de animação e apoio à família/ Componente de apoio à família	
ODS	
Objetivo	Apoiar as famílias, oferecendo acompanhamento às crianças na Educação Pré-Escolar (EPE) e no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), antes e após o horário escolar, bem como durante as pausas escolares. Assegurar que todas as crianças e alunos que necessitem deste programa tenham acesso. Ajustar a oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componentes de Apoio à Família (CAF) sempre que se justifique a necessidade e desde que se encontrem reunidos os requisitos.
Condições de participação	Inscrição na plataforma SIGA; Entrega do escalão de abono de família, se aplicável; Submissão da documentação necessária no processo de candidatura; Realizar pré-carregamentos do cartão municipal de educação para pagamento do serviço.
Ações a desenvolver	Elaborar e divulgar o plano de atividades e apoio; Abrir e monitorizar as candidaturas na plataforma SIGA; Receber e verificar os documentos necessários para cada candidatura; Coordenar a emissão e gestão dos cartões municipais de educação; Assegurar a comunicação eficaz com as famílias sobre prazos, requisitos e procedimentos.
Público-alvo	EPE, 1.º CEB
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Gestão do pessoal não docente

Onboarding do pessoal não docente	
ODS	
Objetivo	Garantir que 100% do novo pessoal não docente complete o processo de integração dentro dos primeiros 30 dias de contratação, alcançando pelo menos 90% de satisfação com a eficácia do onboarding.
Condições de participação	Ser um novo colaborador integrado na carreira de pessoal
Ações a desenvolver	Desenvolver um plano de integração, incluindo cronograma de atividades e objetivos; Realizar formações e orientações sobre processos de gestão escolar, responsabilidades do cargo e práticas operacionais, incluindo em áreas



	específicas como apoio a alunos com necessidades especiais, gestão de conflitos e competências administrativas; Acompanhamento e mentoria durante período inicial de trabalho; Integração social e profissional na equipa.
Público-alvo	Pessoal não docente (Assistentes operacionais e assistentes técnicos)
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Planeamento e Gestão de Recursos e Infraestruturas

Parque escolar

Jardins de infância	25
Escolas Básicas 1º CEB	18
Escolas Básicas integradas (JI e EB1)	32
Escolas Básicas de 2º/3º CEB	11
Escolas Secundárias	3
Total estabelecimentos	89
Total edifícios	112

Investimento

Construção/ Requalificação/ Ampliação de escolas	
ODS	    
Objetivo	Desenvolver e aprovar os programas-base para a ampliação da EB de Presinha em Vila Maior, a remodelação e ampliação da EB de Aldeia em Sanfins, e a conclusão do programa-base para o Centro Escolar de Caldas de São Jorge, garantindo que todos sejam finalizados e aprovados até ao segundo trimestre de 2025.
Ações a desenvolver	<p>Desenvolver o programa-base para a ampliação da Escola Básica de Presinha em Vila Maior, incluindo todas as especificações e requisitos necessários. <i>Prazo: Primeiro trimestre de 2025;</i></p> <p>Desenvolver o programa-base para a remodelação e ampliação da Escola Básica de Aldeia em Sanfins, que integrará o Jardim de Infância de Gândara e criando novos espaços. <i>Prazo: Primeiro trimestre de 2025;</i></p> <p>Desenvolver o programa-base para a construção do Centro Escolar de Caldas de São Jorge, que integrará a EB de Caldelas, o JI de Igreja e o JI de Arcozelo. <i>Prazo: Segundo trimestre de 2025;</i></p> <p>Coordenar com as partes envolvidas (Diretores dos Agrupamentos de Escolas, coordenadores de estabelecimento de ensino, associações de pais e Presidentes de Juntas de Freguesia) dos projetos de intervenção e rever os programas-base para assegurar que atendem às necessidades e exigências especificadas, ajustando conforme necessário. <i>Prazo: Contínuo até a finalização.</i></p> <p>Submeter os programas-base finalizados para aprovação e garantir a sua aprovação dentro dos prazos estabelecidos. <i>Prazo: Até o final do segundo trimestre de 2025.</i></p>
Público-alvo	EB Presinha, Vila Maior; JI de Igreja, em Vila Maior; EB Aldeia, Sanfins; JI Gândara, Sanfins; EB Caldelas, Caldas de S. Jorge; JI Arcozelo, Caldas de S. Jorge; JI Igreja, Caldas de S. Jorge.



Calendarização	Janeiro a junho de 2025
-----------------------	-------------------------

Modernização dos equipamentos escolares	
ODS	  
Objetivo	Realizar o diagnóstico e a atualização dos equipamentos nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo, garantindo ao mesmo tempo a transferência contínua de recursos financeiros para a modernização dos equipamentos no 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário. Concluir o diagnóstico e a atualização de 100% dos equipamentos nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo até 2025, mantendo a transferência regular de recursos financeiros para o 2.º e 3.º ciclos e o ensino secundário.
Ações a desenvolver	Proceder ao levantamento detalhado do estado de todos os equipamentos escolares utilizados nas atividades educativas na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, identificando as necessidades de reparação ou substituição; Implementar uma política de substituição de mobiliário e equipamentos degradados ou em condições inadequadas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo, priorizando as situações mais críticas; Desenvolver uma base de dados centralizada para registar as particularidades sobre cada equipamento, incluindo o histórico de manutenção, para facilitar o acompanhamento contínuo; Continuar a proceder às transferências de recursos financeiros para os agrupamentos de escolas relativas ao equipamento, material didático e mobiliário do 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, em conformidade com o contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação; Implementar um plano contínuo de apetrechamento das escolas e jardins-de-infância, substituindo equipamentos obsoletos por novos recursos, como ecrãs interativos e computadores; Elaborar relatórios de execução para monitorizar as despesas e assegurar a continuidade e a eficácia dos recursos financeiros transferidos para o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário.
Público-alvo	Agrupamentos de escolas
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Gestão

Intervenções no parque escolar	
ODS	  
Objetivo	Realizar intervenções contínuas no parque escolar, priorizando pequenas reparações e melhorias, para assegurar um ambiente de aprendizagem seguro e adequado. Realizar pequenas reparações e intervenções no parque escolar de forma contínua, com o objetivo de concluir 90% das solicitações de intervenção dentro de um prazo de 30 dias a partir da identificação do problema.
Ações a desenvolver	Identificar e priorizar as necessidades de pequenas reparações nas escolas e jardins-de-infância; Executar reparações pontuais, como a manutenção de infraestruturas e pinturas de interior e exterior; Monitorizar regularmente o estado das instalações para identificar novas necessidades de intervenção; Envolver a comunidade escolar na identificação de problemas e sugestões de melhorias;



	<p>Realizar a pintura interior dos edifícios da EB Vergada em Mozelos, JI Aldriz em Argoncilhe, JI n.º 2 Santa Maria da Feira e EB Santo António em Rio Meão durante o terceiro trimestre;</p> <p>Efetuar a pintura exterior dos edifícios do JI Cruz em Santa Maria da Feira e do JI Chão do Rio em Fiães durante o terceiro trimestre;</p> <p>Substituir a caixilharia no refeitório da EB Fonte Seca em São João de Ver, EB Aldeia Nova em Lourosa, e JI Padrão em São Miguel de Souto durante o segundo semestre;</p> <p>Substituir a caixilharia no JI Portela em Paços de Brandão e JI Santo António em Escapães durante o terceiro semestre;</p> <p>Colocar tapete de relva natural na EB Pousadela, em Nogueira da Regedoura, EB Beira, em Gião, e EB Dr. Sérgio Ribeiro, em Lourosa, durante o segundo semestre;</p> <p>Colocar sombreamento no JI Padrão em São Miguel de Souto durante o segundo trimestre;</p> <p>Elaborar o procedimento concursal para a manutenção e certificação dos equipamentos desportivos nos estabelecimentos escolares durante o primeiro trimestre.</p>
Público-alvo	Jl e EB1
Calendarização	Janeiro a dezembro de 2025

Auxílios económicos

ODS	 
Objetivo	Garantir a atribuição contínua de auxílios económicos aos Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia para suportar os custos com material didático e de desgaste, pequenas obras e reparações, expediente e limpeza dos estabelecimentos de EPE e 1.º CEB da rede pública.
Ações a desenvolver	<p>Desenvolver e conferir os procedimentos para a atribuição de auxílios económicos, garantindo que todos os critérios e processos estejam atualizados de acordo com a rede escolar e com os apoios a atribuir;</p> <p>Proceder à transferência dos auxílios económicos para os Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos;</p> <p>Monitorizar a utilização dos auxílios económicos e avaliar a eficácia dos mesmos nos encargos com material didático, pequenas obras, expediente e limpeza.</p>
Público-alvo	Jl e EB1
Calendarização	Janeiro e agosto de 2025

Projeto de Intervenção nos Parques Escolares (PIPE)

ODS	  
Objetivo	Melhorar os espaços recreativos dos JI e das EB1 através da pintura de recreios e da criação de áreas verdes, promovendo ambientes de aprendizagem mais saudáveis e estimulantes.
Ações a desenvolver	<p>Realizar uma avaliação das condições atuais dos recreios nas 6 escolas selecionadas;</p> <p>Desenvolver um plano detalhado das intervenções para a pintura dos campos desportivos e a criação de espaços verdes, incluindo especificações e cronograma;</p> <p>Coordenar e supervisionar a execução das pinturas conforme os projetos desenvolvidos;</p> <p>Garantir a integração dos espaços verdes com as atividades recreativas existentes;</p>

	Avaliar a satisfação das escolas e ajustar as intervenções conforme necessário.
Público-alvo	JI e EB1
Calendarização	Fevereiro a outubro de 2025

Encargos com as instalações	
ODS	  
Objetivo	Assegurar a continuidade do fornecimento eficiente de produtos de limpeza e higiene, expediente e fardamento para os estabelecimentos de ensino, garantindo ambientes de aprendizagem limpos e seguros, e condições adequadas de trabalho para as assistentes operacionais.
Ações a desenvolver	<p>Monitorizar e garantir o fornecimento contínuo de produtos de limpeza, higiene e expediente para os estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário;</p> <p>Tramitar os pedidos de produtos de limpeza e higiene para EPE e 1.º CEB através da plataforma SIGA;</p> <p>Garantir a distribuição regular e adequada dos produtos fornecidos para os estabelecimentos de ensino;</p> <p>Estabelecer um sistema de acompanhamento e feedback para monitorizar a eficácia dos fornecimentos e ajustar conforme necessário;</p> <p>Coordenar o fornecimento de fardamento, calçado e equipamentos de proteção individual para assistentes operacionais, garantindo que todos recebam os materiais necessários para suas funções;</p> <p>Assegurar a conformidade com as normas de segurança e conforto.</p>
Público-alvo	Agrupamentos de escolas
Calendarização	Fevereiro a outubro de 2025

Intervenção Socioeducativa

Literacias para o mundo

Literacia financeira	
ODS	 
Objetivo	Promover a literacia financeira através da educação e sensibilização para a tomada de decisões financeiras conscientes e a importância da poupança e sustentabilidade.
Condições de participação	Inscrição prévia para atividades específicas. Participação em sessões de sensibilização e workshops.
Ações a desenvolver	<p>ABC da Poupança e Sustentabilidade: Sessões de sensibilização para alunos do 3º e 4º ano do 1º CEB.</p> <p>Literacia Financeira – No poupar é que está o ganho: Programas para 6º ano do 2º CEB e 8º ano do 3º CEB.</p> <p>Literacia Financeira Jovens: Introdução a finanças pessoais e orçamento familiar para 8º ano.</p> <p>Literacia Financeira ISVOUGA: Sessões de sensibilização para alunos do Ensino Secundário.</p>
Público-alvo	Alunos do Ensino Básico Secundário.
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia científica



ODS	 
Objetivo	Expandir as competências STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) aos alunos do ensino básico, especialmente nas áreas das ciências, robótica, programação e engenharia.
Condições de participação	Sujeito a candidatura durante o período estabelecido para o efeito.
Ações a desenvolver	Robótica e programação (EPE). Literacia científica (EPE e 2º ano de escolaridade). TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação (1º ano de escolaridade) Makers - Sessões científicas e tecnológicas (2º ano de escolaridade) Hora de Programar I e II (3º e 4º ano de escolaridade, respetivamente) Sessões de realidade virtual e realidade aumentada (1º CEB). Sessões de "Tudo é Engenharia em ti. Engenharia és Tu" (9º ano de escolaridade).
Público-alvo	Alunos do Ensino Básico das escolas públicas do concelho.
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia em competências socioemocionais

ODS	 
Objetivo	Assegurar que os alunos do 1º CEB tenham acesso a programas de desenvolvimento socioemocional, com ênfase no autoconhecimento, regulação emocional, empatia, comunicação assertiva e resiliência.
Condições de participação	Inclusão automática para alunos do 1º CEB; participação voluntária para programas avançados em anos posteriores. Participação ativa dos alunos e envolvimento das suas famílias nos programas.
Ações a desenvolver	Implementação do programa "CalmaMente" para alunos do 4º ano. Continuidade do No Bully Portugal: Programa Anti-Bullying "Escola Com Empatia". Formação de professores em estratégias de apoio socioemocional.
Público-alvo	Alunos do 1º CEB, em particular do 4º ano
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia para o mercado de trabalho

ODS	 
Objetivo	Preparar os alunos para o mercado de trabalho, explorando diferentes indústrias e carreiras, com ênfase na valorização da indústria local e desenvolvimento de competências para o futuro. Promover a qualificação e a empregabilidade dos alunos e adultos através do desenvolvimento de competências essenciais para o mercado de trabalho global, garantindo uma formação que integre experiências práticas, digitais e internacionais.
Condições de participação	Inscrição/candidatura.
Ações a desenvolver	Roteiro do conhecimento – APPICAPS; Programa CLICK – Autoconhecimento, orientação e aproximação ao mercado de trabalho; Programa Erasmus+ Ensino e Formação Profissional; Programa Erasmus+ Educação de Adultos: IOS – Improving Our Skills.
Público-alvo	Alunos do ensino básico e secundário – APPICAPS; 3º CEB – Click; Professores, formadores, técnicos, dirigentes, aprendentes: Erasmus+ ensino e formação profissional;



	Professores, formadores, técnicos, dirigentes, aprendentes adultos: Erasmus+ educação de adultos
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia para a sustentabilidade	
ODS	 
Objetivo	Promover a consciência ambiental e a mobilidade sustentável entre os alunos do 1.º CEB e sensibilizar a comunidade educativa em geral para questões ambientais e de mobilidade segura.
Condições de participação	Inscrição aberta para todos os alunos e turmas interessadas nas atividades específicas. A inscrição pode ser feita através dos responsáveis pelos projetos em cada escola. As atividades e ações serão adaptadas conforme as necessidades e idades dos participantes.
Ações a desenvolver	Pé na Estrada: Atividades práticas e campanhas de sensibilização focadas na mobilidade sustentável e segurança rodoviária. (Alunos do 1.º CEB). Aprender em Rodas» EER: Prevenção rodoviária e mobilidade ativa junto da comunidade em geral. Pé na estrada pequenos» EER: educação e prevenção rodoviária com sessões de sensibilização no jardim de infância. Pé na estrada médios» EER: educação e prevenção rodoviária com sessões de sensibilização para o 2.º ano do 1.º CEB. Pé na estrada mobilidade a pé» EER: prevenção rodoviária e mobilidade sustentável com sessões de sensibilização e ações a pé pelo circuito da escola. (5º ano) Pé na estrada mobilidade em rodas» EER: prevenção rodoviária e mobilidade sustentável com sessões de sensibilização e ações em bicicleta pelo circuito da escola. (7º ano) Prevenção para todos» EER: educação e prevenção rodoviária para toda a comunidade. Eco-escolas: sessões de sensibilização. (Educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB, ensino secundário e educação profissional).
Público-alvo	Alunos do 1.º CEB. Comunidade educativa em geral (incluindo pré-escolar, 2.º e 3.º CEB, e ensino secundário).
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia para a saúde	
ODS	 
Objetivo	Promover o desenvolvimento físico e emocional das crianças através da prática regular de atividades físicas e relaxamento.
Condições de participação	Inscrição prévia nos projetos e atividades específicas. Cumprimento das normas e orientações das atividades e projetos.
Ações a desenvolver	"Brincar com o Movimento": Sessões lúdicas para incentivar o exercício físico regular. "Natação para Tod@s": Aulas de natação. "A Hora do Super Quinas": Atividades motoras e desportivas para promover a atividade física. "Ioga": Sessões de relaxamento para apoiar o bem-estar emocional e físico. "VIVES Santa Maria da Feira": Campo de férias de verão que oferece uma programação diversificada para o desenvolvimento integral das crianças e jovens, promovendo uma ocupação saudável e construtiva durante as férias.
Público-alvo	Crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º CEB, devidamente inscritos

	nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Participação universal para alunos do 4.º ano no projeto "Natação para Tod@s" inscritos nas AEC. Alunos do ensino básico (campos de férias)
Calendarização	Ao longo do ano letivo: "Brincar com o Movimento," "Natação para Tod@s," "A Hora do Super Quinas," e "loga". Durante as férias de verão: "VIVES Santa Maria da Feira".

Literacia cultural	
ODS	 
Objetivo	Assegurar que 100% dos alunos do 1º ao 4º ano participem em atividades culturais até 2025, fortalecendo a identidade cultural e o conhecimento do património local.
Condições de participação	Inscrição.
Ações a desenvolver	" ABC do Concelho " com visitas ao património cultural. (1º CEB) "Reinventar o traje das fogaceiras": concurso e exposição (1º CEB, IPSS) "Tradição das Fogaceiras": sessões de sensibilização e atividades culturais. (1º CEB)
Público-alvo	Alunos do 1º CEB IPSS
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia artística	
ODS	 
Objetivo	Expandir o acesso às atividades artísticas e promover a expressão criativa e a inclusão para todos os alunos, com um foco especial nos alunos com necessidades especiais.
Condições de participação	Aberta para todos os alunos interessados em participar nas atividades artísticas. Em projetos específicos, pode ser necessário um processo de seleção ou inscrição. Projetos serão adaptados para incluir alunos com necessidades especiais, garantindo acessibilidade e participação plena. A participação de pais, encarregados de educação e a comunidade local é incentivada em eventos e exposições.
Ações a desenvolver	Brincar com as Expressões: Atividades práticas focadas na expressão corporal, teatro, dança e outras formas de expressão artística, promovendo a criatividade e a inclusão (AAAF). Projeto Erasmus+ Youth - enhancing inclusivity for youths with special needs through multidisciplinary integration approach: Programas inclusivos de Teatro, Dança, Arte, loga e Desporto adaptados às necessidades dos jovens com necessidades especiais através da criação de clubes inclusivos transnacionais e locais. Instalação Coletiva de Natal (AAAF e CAF) Instalação Coletiva dos Afetos (AAAF e CAF) Instalação Coletiva do Imaginarius Infantil (AAAF e CAF) Exposição: Duendes e os seus presentes na Fábrica de Brinquedos (CAF) O Nosso Presépio: concurso e exposição (Educação pré-escolar, 1º ensino básico e ensino secundário).

Público-alvo	Alunos da educação pré-escolar ao ensino secundário. Alunos com necessidades especiais. Comunidade educativa, incluindo pais e encarregados de educação.
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia para a Inclusão e Sucesso Escolar

ODS	 
Objetivo	Promover a inclusão, o sucesso escolar e o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente aqueles em risco de insucesso ou com dificuldades de aprendizagem, através de intervenções personalizadas e de uma equipa multidisciplinar.
Condições de participação	Alunos devem ser identificados através de rastreio inicial, avaliação pelos professores, ou sinalização por parte dos agrupamentos de escolas. Participação ativa dos alunos, bem como o envolvimento das suas famílias, nos programas de intervenção propostos. Participação em sessões de acompanhamento e avaliações periódicas para monitorar o progresso e ajustar as estratégias de intervenção conforme necessário. Colaboração entre a equipa multidisciplinar, professores e outras partes interessadas para garantir uma abordagem coordenada.
Ações a desenvolver	Criação e mobilização de Equipas Multidisciplinares : Estabelecimento de equipas para trabalhar diretamente com os alunos e suas famílias, oferecendo acompanhamento personalizado. Implementação de Programas EPIS : Execução dos projetos "Sucesso 2040," "Geração de Sucesso," e "Mediadores para o Sucesso Escolar" para atender diferentes necessidades ao longo das etapas educativas. Monitorização e avaliação: Produção de relatórios regulares sobre o progresso dos alunos e a eficácia das intervenções, com ajustes contínuos às estratégias implementadas.
Público-alvo	Educação pré-escolar: Crianças de 5 anos que, após rastreio, sejam identificadas com funções executivas básicas subdesenvolvidas. 1.º CEB: Alunos, especialmente aqueles em início de ciclo (1.º ano), que revelem dificuldades ou risco no sistema de rastreio. 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário: Alunos que tenham histórico de insucesso ou abandono escolar, ou que apresentem fatores de risco de insucesso ou abandono futuro. Alunos identificados com dificuldades de aprendizagem: Devidamente sinalizados pelos professores e agrupamentos de escolas.
Calendarização	Ao longo do ano letivo

Literacia para a cidadania

ODS	 
Objetivo	Promover a cidadania ativa e a participação democrática entre crianças, jovens, famílias e a comunidade educativa. Fortalecer os laços familiares, fomentar a participação ativa na comunidade educativa e na vida cultural do concelho, e promover a inclusão e aceitação das diferenças.
Condições de participação	Assembleia de Crianças : Ser aluno do 4.º ano e participar em atividades que promovam a cidadania e a participação ativa. Prémios de Mérito : Ser aluno do 9.º ano, 12.º ano ou finalista ensino superior numa das escolas do concelho e cumprir os critérios de mérito definidos, como desempenho académico, comportamento exemplar e participação em atividades extracurriculares. Dia da Família : Participação aberta a todas as famílias e membros da



	<p>comunidade educativa, sem necessidade de inscrição prévia.</p> <p>Ações de Capacitação sobre Autismo: Participação aberta a todos os membros da comunidade educativa, com inscrições durante as pausas letivas.</p> <p>Grupo de Cuidadores de Crianças e Jovens com Deficiência em Idade Escolar: Participação aberta a todos os cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar.</p> <p>XVIII Jornadas da Educação: Participação aberta a todos os membros da comunidade educativa mediante inscrição prévia.</p>
Ações a desenvolver	<p>Assembleia de Crianças: Desenvolver e implementar atividades que incentivem a participação ativa das crianças em processos de decisão e desafios quotidianos. Articular conteúdos programáticos com vivências práticas e desafios do quotidiano para promover uma cidadania ativa.</p> <p>Prémios de Mérito: Estabelecer parcerias com escolas e universidades para identificar os alunos elegíveis. Definir e comunicar os critérios de seleção para o prémio de mérito. Organizar a cerimónia de entrega de prémios para reconhecer e valorizar publicamente os alunos selecionados.</p> <p>Dia da Família: Fortalecer os laços familiares através de atividades culturais, educativas e recreativas que envolvam toda a comunidade educativa. Promover a oferta cultural e educativa do Município, incentivando a participação das famílias em eventos e atividades. Realizar workshops e exposições que fomentem a cidadania ativa e a coesão social.</p> <p>Ações de Capacitação sobre Autismo: Realizar workshops e sessões informativas durante as pausas letivas, focadas na consciencialização sobre a perturbação do espectro do Autismo. Desenvolver materiais educativos e recursos para apoiar a inclusão de alunos com autismo nas escolas. Promover discussões e partilhas de experiências para aumentar a compreensão e empatia em relação ao autismo.</p> <p>Grupo de Cuidadores de Crianças e Jovens com Deficiência em Idade Escolar: Realizar sessões regulares de capacitação e apoio, oferecendo ferramentas e estratégias para melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens com deficiência. Criar um espaço de partilha de experiências e apoio mútuo entre os cuidadores. Colaborar com profissionais de saúde e educação para fornecer informações atualizadas e práticas sobre o cuidado de crianças com deficiência.</p> <p>XVIII Jornadas da Educação: Planeamento e execução das jornadas de educação, com foco na reflexão e partilha de boas práticas no âmbito da educação. Facilitação de sessões de debate e workshops para a comunidade educativa sobre os desafios e oportunidades no sistema educativo atual. Oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional através de palestras e formação contínua.</p>
Público-alvo	<p>Alunos do 4.º ano do 1.º ciclo (Assembleia de Crianças)</p> <p>Alunos do 9.º ano, 12.º ano e finalistas do Ensino Superior (Prémio Rotary)</p> <p>Famílias e membros da comunidade educativa (Dia da Família)</p> <p>Comunidade educativa, incluindo professores, assistentes operacionais, pais e outros profissionais envolvidos no processo educativo (para Ações de Capacitação sobre Autismo)</p> <p>Cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar</p>

	Professores, educadores, diretores, assistentes operacionais, técnicos de educação e outros profissionais envolvidos na área da educação (XVIII Jornadas da Educação)
Calendarização	<p>Assembleia de Crianças: ao longo do ano letivo</p> <p>Prémios de Mérito: novembro de 2025</p> <p>Dia da Família: 11 de maio de 2025</p> <p>Ações de Capacitação sobre Autismo: Durante as pausas letivas</p> <p>Grupo de Cuidadores de Crianças e Jovens com Deficiência em Idade Escolar: ao longo do ano letivo</p> <p>XVIII Jornadas da Educação: novembro de 2025</p>

Juventude

Em 2025, o Município de Santa Maria da Feira reafirma o seu compromisso com a juventude através de um plano inspirado nos valores da Paz e Progresso. Este plano procura atender às necessidades dos jovens em áreas como educação, emprego, cultura, saúde e associativismo, com a cidadania como pilar central. O Gabinete da Juventude desenvolverá e coordenará programas focados na educação e formação profissional, apoio ao empreendedorismo e promoção da cultura e criatividade. Será incentivada a participação ativa em ações sociais e comunitárias, incluindo voluntariado, projetos culturais e intergeracionais. A inclusão social e o apoio a associações juvenis e grupos informais serão priorizados, promovendo um ambiente dinâmico e integrador.

Participação cívica e cidadania ativa

Jovem Autarca	
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
Objetivo	Promover comportamentos de cidadania ativa e participação cívica, com o objetivo de alcançar 85% de satisfação entre os participantes em relação às atividades desenvolvidas.
Condições de participação	Sujeito a candidatura durante o período estabelecido para o efeito. O período de abertura de candidaturas será publicado no site e nas redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, bem como divulgado nos meios de comunicação locais.
Ações a desenvolver	<p>Divulgação em todos os agrupamentos escolares do concelho;</p> <p>Período de candidaturas;</p> <p>Campanha eleitoral;</p> <p>Dia das eleições;</p> <p>Tomada de Posse;</p> <p>Reuniões quinzenais de trabalho durante um ano;</p> <p>Fim de semana residencial formativo;</p> <p>Visita à Assembleia da República;</p> <p>Momentos de representação;</p> <p>Encontro anual Jovem Autarca;</p>

	Medidas a implementar pela equipa Jovem Autarca.
Público-alvo	Jovens entre os 13 e os 17 anos que estudam e/ou residem no concelho de Santa Maria da Feira
Calendarização	Ao longo do ano de 2025

PIJ – Programa de Apoio e Incentivo Juvenil de Santa Maria da Feira	
ODS	  
Objetivo	Garantir um apoio efetivo às organizações de juventude, incentivando-as a desenvolver uma programação regular e a avaliar as atividades realizadas. O objetivo é fortalecer a dinâmica dessas organizações e estimular o desenvolvimento do concelho, com a meta de aumentar em 10% o número de candidaturas ao PIJ (Programa de Incentivo à Juventude).
Condições de participação	Sujeito a candidatura durante o período estabelecido para o efeito. O período de abertura das candidaturas será divulgado no site e nas redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, bem como nos meios de comunicação locais.
Ações a desenvolver	Período de divulgação; Período de candidaturas; Avaliação das candidaturas; Processo de monitorização e avaliação das candidaturas apoiadas;
Público-alvo	Associações juvenis e equiparadas, associações de estudantes, grupos informais de jovens e jovens singulares
Calendarização	Fevereiro – dezembro 2025

Inclusão Social e Igualdade

Desafia-TE!	
ODS	   
Objetivo	Promover a aquisição de diferentes competências através de experiências de educação não formal; proporcionar aos jovens um ambiente informal de partilha de experiências; promover o contacto com diferentes realidades do mundo do trabalho; estabelecer redes de contacto com vários agentes com competência em matéria de emprego e formação profissional; fomentar os valores de cidadania ativa bem como reforçar a participação dos jovens nas mais variadas ações que permitam a sua inclusão social, visando que 80% dos participantes no projeto Desafia-Te, no final do seu percurso escolar, completem o 12º ano de escolaridade.
Condições de participação	Sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. A participação é voluntária.
Ações a desenvolver	- Sessões de divulgação do projeto em todos os agrupamentos escolares; - Entrevistas individuais de seleção dos participantes; - 24 sessões realizadas semanalmente; - Fim de semana formativo – Vidas Ubuntu;
Público-alvo	Jovens entre os 14 e os 18 anos.
Calendarização	Ao longo de 2025

Juventude on the road	
ODS	 
Objetivo	Fomentar a proximidade entre o Gabinete da Juventude e os jovens do concelho de Santa Maria da Feira, promovendo o conhecimento sobre os diversos programas e projetos desenvolvidos pelo município. O objetivo é alcançar uma taxa de 75% de satisfação entre os participantes em relação às

	atividades realizadas.
Condições de participação	Gratuito
Ações a desenvolver	1 ação de proximidade e informação em todos os agrupamentos escolares do concelho de Santa Maria da Feira
Público-alvo	Jovens a partir dos 12 anos.
Calendarização	Maio de 2025

Cultura e Lazer

Ciclo de workshops – Jovens Cri@tivos

ODS	 
Objetivo	Robustecer momentos de socialização, aprendizagem e diversão, ocupando os tempos livres dos jovens e visando atingir uma taxa de 85% de satisfação entre os participantes em relação às atividades desenvolvidas.
Condições de participação	A participação requer inscrição obrigatória e o pagamento de um valor, que será ajustado à tipologia de cada workshop. Este valor poderá estar sujeito a descontos, de acordo com a nova política de acesso e valorização de bens culturais em equipamentos e projetos sob gestão direta do Município.
Ações a desenvolver	Processo de divulgação e candidaturas nos três momentos do ciclo de workshops; 14 Workshops a serem realizados durante os três períodos de interrupção letiva.
Público-alvo	Jovens entre os 12 e os 25 anos.
Calendarização	Períodos de interrupções letivas da Páscoa, Verão e Natal.

Festival da Juventude SMF ou Festival da Juventude de Santa Maria da Feira

ODS	 
Objetivo	Envolver ativamente os jovens, oferecendo espaços de aprendizagem que potencializem as suas competências e os aproximem dos organismos que atuam na área da Juventude. O objetivo é alcançar 85% de satisfação entre os participantes em relação às atividades desenvolvidas.
Condições de participação	Sujeito a inscrição. O período de candidaturas será publicado no site e nas redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, bem como nos meios de comunicação locais.
Ações a desenvolver	Processo de divulgação e candidaturas; SMF Street Food; SMF Art Market; SMF Concurso de Bandas; Festival da Juventude.
Público-alvo	Jovens entre os 12 e os 30 anos.
Calendarização	Julho de 2025

SMF Youth Talks

ODS	 
Objetivo	Reforçar momentos de aprendizagem, partilha, consciencialização e crescimento, despertando a sensibilidade, a reflexão e a consciência crítica dos jovens em relação a assuntos pertinentes da atualidade. O objetivo é alcançar 85% de satisfação entre os participantes em relação às atividades desenvolvidas.
Condições de participação	A participação requer inscrição obrigatória e o pagamento de 4€. Este valor poderá estar sujeito a descontos, conforme a nova política de acesso e



	valorização de bens culturais em equipamentos e projetos sob gestão direta do Município.
Ações a desenvolver	Processo de Divulgação e Candidaturas; 2 SMF Youth Talks.
Público-alvo	Jovens entre os 16 e os 30 anos.
Calendarização	setembro de 2025

Free your heART	
ODS	 
Objetivo	Encorajar e promover o surgimento de jovens talentos no campo artístico, com o objetivo de alcançar 85% de satisfação entre os participantes em relação às atividades realizadas.
Condições de participação	Sujeito a candidatura durante o período estabelecido para o efeito. O período de abertura das candidaturas será divulgado no site e nas redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, bem como nos meios de comunicação locais.
Ações a desenvolver	Exposição circulante Free Your heART 2025 nos vários agrupamentos escolares de Santa Maria da Feira; Exposição circulante Free Your heART 2025 num município da AMP; Momento formativo Free Your heART; Divulgação e Candidaturas; Processo de seleção; Cerimónia de anúncio de resultados; Abertura da exposição na BMSMF.
Público-alvo	Jovens entre os 13 e os 25 anos. Categoria A – Jovens entre os 13 e os 17 anos. Categoria B – Jovens entre os 18 e os 25 anos.
Calendarização	Apresentação de candidaturas – maio de 2025; Inauguração da exposição em espaço público, com comunicação dos resultados do concurso e atribuição de prémios –agosto 2025.

Voluntariado

Imaginarium Participa	
ODS	   
Objetivo	Estimular comportamentos de cidadania ativa e sensibilizar para as artes, com o objetivo de alcançar 85% de satisfação entre os participantes em relação às atividades realizadas.
Condições de participação	Sujeito a candidatura. O período de candidaturas será publicado nas redes sociais da Câmara Municipal e do Gabinete da Juventude, bem como no site do Imaginarium – Festival Internacional de Teatro de Rua, além de ser divulgado nos meios de comunicação locais.
Ações a desenvolver	Divulgação do programa em vários estabelecimentos de ensino secundário e universitário; Fase de candidaturas; Entrevistas de seleção; Formação Inicial; Festival Imaginarium.
Público-alvo	Jovens a partir dos 16 anos.
Calendarização	Maior de 2025

Plano Estratégico Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira



Reconhecendo a importância de compreender as necessidades e aspirações dos jovens do concelho, será dada continuidade ao processo de auscultação e participação iniciado em 2024 para elaborar o Plano Estratégico Municipal da Juventude. Desenvolvido em colaboração com diversos atores locais, este plano visa estabelecer uma estratégia para implementar medidas concretas. Como documento orientador, o plano guiará futuras ações em prol da juventude.

Grupos e redes de participação e auscultação



Em 2025, o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira continuará a convocar a juventude e atores locais para contribuir nas políticas de Juventude através do **Conselho Municipal da Juventude**, promovendo um espaço de debate e construção conjunta. Também se dará continuidade à participação no **Conselho Metropolitano de Vereadores da Juventude** e em grupos de trabalho como o Youth Monitor e o Grupo Estratégico Metropolitano para a Juventude, visando a cooperação intermunicipal e o desenvolvimento integral dos jovens. Para reduzir o desemprego jovem e promover a qualificação, o Gabinete continuará a integrar o **Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem**, coordenado pela Dypall, que reúne municípios para enfrentar os desafios do desemprego jovem pós-pandemia. No âmbito da cidadania global e oportunidades europeias, o Gabinete continuará a participar na rede **Eurodesk Portugal**, facilitando o acesso dos jovens a informações e oportunidades europeias. Paralelamente, a rede HUB, com parceiros internacionais, continuará a divulgar e a promover oportunidades através do **Programa Erasmus+**, reforçando o crescimento e a inclusão social. Ainda nesta lógica, o Gabinete manterá a sua participação na rede **Europe Goes Local**, que explora e aperfeiçoa práticas de trabalho juvenil a nível municipal, envolvendo órgãos públicos, ONGs, e trabalhadores juvenis.

pelouro
**ação social, saúde,
proteção civil e bem-estar
animal**

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SAÚDE E HABITAÇÃO

Num território que se pretende coeso, o município continuará a apostar no envolvimento de todos os atores locais que integram a Rede Social concelhia e que atuam em prol da coesão social do nosso concelho, na otimização dos recursos de intervenção e na ativação de respostas necessárias, adequadas e inovadoras, dirigidas à população mais vulneráveis, em especial os idosos, as crianças e jovens em risco, as pessoas portadoras de doença mental, as vítimas de violência doméstica, as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e dos jovens à procura do 1º emprego, as minorias étnicas, e os migrantes.

Esta estratégia continuará a ter como objetivos primordiais, o favorecer da qualidade de vida das pessoas, comunidade e suas organizações, incorporando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fazendo despertar as organizações para a promoção, interação e descoberta de novas soluções em conjunto, capacitando, simultaneamente, os atores institucionais para a mudança em torno de uma construção sustentável e descentralizada.

Assim, em 2025, iremos priorizar as seguintes estratégias de ação:

- Assegurar o acesso a **Habitação** adequada às famílias que, por situações de carência e vulnerabilidade várias, estão excluídas do acesso à mesma, dando continuidade à política estabelecida na Estratégia Local de Habitação, considerando as candidaturas submetidas ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e os instrumentos financeiros disponíveis;
- Assegurar a continuidade da **gestão integrada do Parque de Habitação Municipal** e do trabalho de inserção social e comunitária dos residentes, segundo princípios de equidade, sustentabilidade e justiça social, e promover respostas que proporcionem apoios às famílias com baixos rendimentos e não enquadráveis em soluções de realojamento, para a melhoria das condições de higiene, conforto e acessibilidade nas suas habitações;
- Continuar a **qualificar as organizações sociais sem fins lucrativos** na utilização dos instrumentos necessários para a prossecução dos seus fins, racionalizando decisões e aproveitando recursos de forma eficiente, por um lado, e, por outro, dar continuidade às formações de dirigentes, pessoal técnico e não técnico das instituições sociais sem fins lucrativos, com o objetivo de as dotar de ferramentas de inovação e gestão, visando a sua sustentabilidade futura;
- Continuar a desenvolver programas de desenvolvimento social local inovadores, ou seja, promover medidas e ações direcionadas para o bem-estar das comunidades e das pessoas das

várias freguesias e uniões de freguesias, nomeadamente através da execução do **Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas (PACD AMP)**, e dos dois **Contratos Locais de Desenvolvimento Social**;

- Dar continuidade à política de apoio às **Migrações**, por um lado, no acolhimento e integração dos emigrantes que se encontram em dificuldades e pretendam regressar ao país de origem e, por outro, dos imigrantes que sejam acolhidos no município;

- Continuar a executar os programas municipais dirigidos à população sénior, assentes no estímulo ao envelhecimento ativo, participado, informado e com elevados indicadores de saúde e bem-estar, assentes na execução do **Programa Raízes do Afeto**, através do Movimento e Bem-Estar, Walking Football, E-mili@, Passeios na Minha Terra, FAROL;

- Corresponsabilizar as entidades, permitindo uma atuação mais rápida e flexível perante situações urgentes e emergentes, através de processos e de dinâmicas de Desenvolvimento Local ou Comunitário, nomeadamente através dos **Protocolos de Cooperação entre a Autarquia e Entidades privadas sem fins lucrativos**;

- Mobilizar e envolver as comunidades locais e todos os atores, protagonistas, instituições e serviços pertinentes, numa lógica de Governança Local Partilhada e Participativa, através da realização da **VIII Edição do Mosaico Social**, e paralelamente ao estímulo da atividade dos **Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias**, entendidos como órgãos de partilha, diálogo e proximidade para o desenvolvimento sustentável;

Por fim, e porque as estratégias de ação devem assentar em documentos estratégicos fundamentais para o planeamento e monitorização das políticas e abordagens locais, serão elaboradas a **Carta Social Municipal** e a **Estratégia Municipal de Saúde**, que irão apoiar a definição de linhas orientadoras e estratégias de intervenção para o nosso concelho nestas áreas.

DIVISÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete de Gestão do Património Habitacional

1. Gestão Social do Parque Habitacional

Assente numa intervenção integrada e interinstitucional, em 2025, garantir-se-á a gestão social dos 23 empreendimentos habitacionais, nas suas diferentes vertentes, assegurando-se o trabalho de proximidade. Continuar-se-á a efetuar: atendimento/acompanhamento social à população realojada; análise social dos pedidos de coabitação, transferência, autorização de permanência temporária;

atualização da composição social dos agregados familiares e respetivo diagnóstico; intervenção social direta; apoio técnico aos representantes dos moradores; garantia do cumprimento das normas de utilização dos espaços comuns; prevenção/mediação de conflitos; e realização de visitas domiciliárias e vistorias.

1.1. Programa Habitar

Em articulação com o setor da manutenção, em 2025, será dada continuidade à realização de vistorias ao parque habitacional municipal em termos de espaços comuns e espaço habitacional. Complementarmente, e numa perspetiva de inclusão e bem-estar social, promover-se-á a participação dos grupos mais vulneráveis residentes nos empreendimentos habitacionais nos programas de intervenção em curso. Prevê-se, ainda, a reformulação do Manual do Morador, por forma a elaborar um instrumento de gestão social integrada que agregue todos os procedimentos e estabeleça regras ao nível da utilização dos fogos de habitação social, propriedade do município.

1.2. Procura habitacional

Em consonância com a Estratégia Local de Habitação e a Política de Habitação do Município, em 2025, garantir-se-á o atendimento/acompanhamento dos pedidos de habitação, bem como a atualização sistemática do diagnóstico das carências habitacionais.

1.3. Programa de realojamento

Em 2025, no âmbito deste programa, assegurar-se-á a análise e avaliação das solicitações passíveis de enquadramento no regime excecional, enquanto situações prioritárias e em situação de emergência social previstas na Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto. Perspetiva-se, ainda, a abertura de procedimento concursal para atribuição de habitação social, assim como a monitorização do diagnóstico e acompanhamento dos processos de procura habitacional, referente às soluções habitacionais previstas na Estratégia Local de Habitação.

2. Sinalizações/Solicitação Internas e Externas

Numa lógica de concertação da intervenção das parcerias locais, em 2025, será dada continuidade ao acompanhamento de situações decorrentes de sinalizações/solicitações de entidades parceiras, internas e externas, designadamente ações de despejo; elaboração de pareceres técnicos ao nível da Saúde, Ministério Público, Forças de Segurança, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, entre outros.

3. Gestão Financeira da Habitação

Em 2025, e em cumprimento com a estratégia de gestão traçada, o município continuará a efetuar uma gestão integrada do seu Parque Habitacional de Arrendamento e um acompanhamento mensal célere e atendo a todos os inquilinos residentes. Será ainda efetuada a atualização ordinária dos valores de renda, em conformidade com o enquadramento legal em vigor; dar-se-á continuidade ao Plano Excecional de Recuperação de Dívida; e manter-se-á a representação do município nas assembleias de condóminos legalmente constituídas.

Gabinete de Promoção e Manutenção de Habitação

1. Gestão da Manutenção e Conservação

Enquanto resposta ativa e integrada que exalta o bem-estar dos moradores, em 2025, o município manterá a metodologia existente, nomeadamente ao nível do planeamento de ações de diagnóstico essenciais para assegurar a avaliação do estado de conservação dos edifícios e de apoio à definição de estratégias de intervenção de conservação ou de reabilitação (enquadradas em candidaturas ao programa 1.º Direito) em sete empreendimentos; da realização de vistorias enquadradas na gestão da utilização do parque (cerca de 20 fogos); da análise e resposta às participações de deficiências apresentadas pelos inquilinos ou outros; da programação e acompanhamento de ações de intervenção preventiva e corretiva e preparação de recursos (cerca de 15 fogos); e do acompanhamento dos trabalhos de conservação e manutenção.

Prevê-se, também, para 2025, assegurar trabalhos de manutenção em cerca de oito habitações devolutas do parque habitacional, decorrentes da cessação de contratos de arrendamento, com vista a restabelecer as condições de habitabilidade para realojamento.

2. Promoção de Habitação

Tendo presente a Estratégia Local de Habitação, o Acordo de Colaboração celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., enquadrado no 1º Direito – Programa do Apoio ao Acesso à Habitação, perante as 54 candidaturas submetidas ao referido programa (até 30 de março de 2024) e a atual conjuntura de medidas de financiamento público, presente na Resolução de Conselho de Ministro n.º 129/2024, de 25/09, em 2025, dar-se-á continuidade à execução de estudos e projetos e instrução de procedimentos de empreitadas e de outros serviços necessários para a prossecução dos investimentos candidatados, priorizando a execução da reabilitação de: sete empreendimentos municipais (Feira-Balteiro, Lobão, Mozelos, Rio Meão, Sanguedo, Santa Maria de Lamas e São Paio de Oleiros), dois edifícios escolares desativados na freguesia de Canedo e um edifício habitacional da Junta de Freguesia de Escapães e a construção de quatro empreendimentos a enquadrar nos regimes de arrendamento apoiado (2) e arrendamento acessível (2).

3. Outras Medidas de Apoio Habitacional

3.1. Residências partilhadas

Com a perspetiva de criação de novas residências partilhadas, por forma a colmatar a necessidade de resposta habitacional dos agregados unipessoais, em 2025, será dada continuidade ao trabalho articulado com os parceiros locais. Manter-se-á, ainda, o apoio técnico às seis residências já protocoladas, localizadas nos empreendimentos habitacionais de Fiães (2), Lourosa (1), Sanguedo (1), Guisande (1) e São João de Ver (1).

3.2. Apoio excecional no domínio da Habitação

No seguimento do trabalho desenvolvido ao nível do Programa Concelho Solidário – Medida B, em 2025, continuar-se-á a promover o trabalho em rede, garantindo-se, numa lógica de complementaridade, a operacionalização deste apoio. Tendo presente a conjuntura atual dos custos inerentes às obras de reabilitação, prevê-se uma revisão dos limites dos apoios a conceder, no sentido de uma melhor adequação e eficácia desta resposta.

3.3. Autoconstrução

Para 2025, será assegurado o acompanhamento desta medida, enquanto solução que permitirá às famílias obter uma resposta de habitação própria e permanente, e que complementa o leque de oferta das medidas que integram a Política Municipal de Habitação.

GABINETE DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

1. Programa Raízes do Afeto

1.1. Medida de atividade física e desporto e participação ativa das pessoas idosas - Programa Movimento e Bem-Estar

Em parceria com 47 entidades (35 IPSS's / Associações Culturais e Recreativas e 12 Juntas de Freguesias e União de Freguesias), em 2025, o município continuará a dinamizar o Programa Movimento e Bem-Estar, dirigido a todos os seniores residentes no concelho. Através de várias atividades (Ginástica de Manutenção; Hidroginástica; Caminhadas Temáticas; Jogos de Natal e da Páscoa; Ensino da Dança; Walking Football; Matinés Dançantes) continuar-se-á a gerar momentos de convívio, de partilha e de ativação das dimensões sociais, motoras e cognitivas, culminando com a realização da XIX Edição das Olimpíadas Séniores.

1.2. Medida de promoção educativa e acesso à sociedade de conhecimento - Programa e-mili@

Apostando na capacitação digital, financeira e cívica dos participantes seniores, o Programa e-mili@ continuará, em 2025, a proporcionar momentos de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos

com a dinamização dos pontos socioeducativos, adotando uma metodologia em que coexistem a literacia digital, a literacia financeira, a literacia em saúde, através do projeto “Abecedário da Saúde”, e a literacia jurídica. Serão também privilegiadas outras ações lúdico-recreativas e culturais, em articulação com iniciativas de outros projetos e programas municipais, numa lógica de partilha e de promoção da proximidade.

1.3. Medida de criação de respostas especializadas para idosos – Programa de Apoio aos Cuidadores Informais

Membro da Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais desde 2021, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira dará continuidade, em 2025, às diligências, parcerias e iniciativas que tem vindo a efetuar para que a missão do cuidar seja reconhecida, criando respostas de promoção de cuidado aos cuidadores.

No âmbito dos projetos “Envelhe(S)er” e “SMS – Saúde Mental e Sucesso”, o município dinamizará ações de apoio, formação e capacitação diferenciadas dirigidas aos cuidadores informais, em estreita articulação com a UCC – Unidade de Cuidados Continuados Feira (Unidade Local de Saúde Entre Douro e Vouga) e a Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião.

1.4. Medida de conservação do património cultural e de memória coletiva das comunidades – Programa Passeios na Minha Terra

Em 2025, o programa “Passeios na Minha Terra” continuará a permitir que os seniores, visitando diferentes locais/cidades do nosso país, partilhem saberes entre si, estreitando laços de amizade, para além de enriquecimento cultural, nomeadamente nos aspetos relacionados com a história local do roteiro que será traçado.

1.5. Medida de apoio na luta contra as condições de pobreza crónica de pessoas idosas – Cartão Feira Sénior

Em 2025, o programa Cartão Feira Sénior continuará a sua intervenção junto da população sénior do concelho, enquanto resposta complementar para a dignificação e melhoria das suas condições de vida, traduzindo-se numa estratégia de apoio social e económico que permita atenuar as situações de pobreza e exclusão social e privilegiando uma intervenção diferenciada, ajustada à conjuntura atual das políticas sociais nacionais. Procurar-se-á, ainda, dar continuidade a uma divulgação do programa junto da comunidade.

1.6. Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial de Saúde

Município aderente da Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial de Saúde desde 2017, o Município de Santa Maria da Feira pretende, em 2025, continuar a participar nas iniciativas dinamizadas pela Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas,

assim como partilhar com outros membros, através da plataforma disponível, as iniciativas desenvolvidas pelo município e que se enquadram nos objetivos desta Rede. Prevê-se, ainda, e na base da elaboração do Plano Gerontológico, articular iniciativas comuns com a Rede.

1.7. Programa de monitorização da hipertensão arterial

Em 2025, o Município, em parceria com a Unidade Local de Saúde Entre Douro e Vouga, dará continuidade ao desenvolvimento de projetos inovadores associados à saúde pública preventiva, utilizando a transição digital dos sistemas de saúde para a melhoria de qualidade de vida dos munícipes, nomeadamente pelo reforço e alargamento do programa de monitorização da hipertensão arterial, estando, este trabalho, enquadrado na Agenda “HfPT – Health from Portugal”, dinamizado pela Health Cluster Portugal.

2. Estratégia Municipal de Saúde

No âmbito da Operação Integrada do Território de Intervenção da AMP Sul, “Planeamento, Estratégia, Capacitação e Avaliação do Impacto”, em 2025, será concluída a elaboração do documento estratégico “Estratégia Municipal de Saúde do Município de Santa Maria da Feira”. Devidamente enquadrado e alinhado com o Plano Nacional e Municipal de Saúde, este documento prevê a promoção de programas de prevenção da doença, atuando com especial incidência, ao nível de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, cumprindo assim novas competências na área da saúde.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Gabinete da Rede Social e Inovação

1. Rede Social

1.1. Instrumentos estratégicos de planeamento social

Tomando por referência documentos estratégicos, em particular o Plano de Recuperação e Resiliência e a Agenda 2030: Enquadramento e Perspetivas para a Década, o Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025 é, no fundo, um documento de planeamento atualizado que espelha o trabalho que se tem vindo a desenvolver e articulado com o definido no Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas.

Assim, em 2025, prosseguir-se-á a dinamização das iniciativas previstas no documento, em estreita articulação com os restantes programas em curso, e serão lançadas iniciativas junto dos parceiros da Rede Social concelhia com vista à elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Social 2026-2030. Prevê-se ainda a elaboração da Carta Social Municipal, que será um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio, sendo, por isso, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais.

1.2. Fóruns sociais de freguesia e de união de freguesias

Os fóruns sociais de freguesia e de união de freguesias, enquanto espaços partilhados de diagnóstico, de debate e de definição de problemas, desafios e prioridades com incidência na área social, priorizam a corresponsabilização para a ação e para a definição e execução de respostas de proximidade, sendo, por isso, um compromisso de cogestão e de ação partilhada. Com base nestes pressupostos e numa perspetiva integrada e sistémica, pretende-se, em 2025, retomar o trabalho desenvolvido junto e pelos fóruns sociais, apoiando e reforçando o trabalho dos mesmos. Pretende-se ainda acompanhar e capacitar todos os protagonistas envolvidos nestes processos, desde autarcas e técnicos a dirigentes institucionais.

1.3. Programa de formação/capacitação, acompanhamento e avaliação

Integrado na operação individual “Capacitar em Rede”, aprovada no âmbito da candidatura ao Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas, e em parceria com entidades académicas reconhecidas, pretende-se, em 2025, dinamizar um programa de formação/capacitação e empoderamento que permita que os parceiros da Rede Social concelhia sejam munidos de ferramentas para a inovação dos sistemas, sejam capacitados para aumentar as parcerias e os compromissos locais em prol do desenvolvimento social local e tenham a possibilidade de aprofundar os conhecimentos sobre a realização social do território.

Este programa de formação/capacitação, acompanhamento e avaliação permitirá que os parceiros disponham de ferramentas úteis com vista à elaboração de documentos que assegurem a eficácia e a eficiência de programas e projetos desenvolvidos em parceria e em rede.

1.4. Sistemas de informação e comunicação da Rede Social

Assente nos princípios da proximidade, articulação e parceria, o gabinete da Rede Social, em 2025, apresentará uma nova Plataforma Colaborativa, que, integrada na operação individual “Capacitar em Rede”, aprovada no âmbito da candidatura ao Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas, impulsionará o desenvolvimento da interação e proximidade do setor social no seio da comunidade que integra a Rede Social concelhia, servindo de ponto de encontro interativo e informativo baseada na transferência de conteúdos digitais.

1.5. Mosaico Social 2025

O Mosaico Social é uma iniciativa, de carácter bienal, promovida pelo Município de Santa Maria da Feira, através da sua Rede Social concelhia, desde 2009, naquela que é a maior montra de serviços e projetos sociais do concelho de Santa Maria da Feira.

Com o objetivo de divulgar os serviços e projetos existentes no concelho, promover o seu conhecimento junto da população, reforçar e consolidar a cultura de parceria aberta e eficaz, através do intercâmbio de boas práticas e metodologias entre instituições, proporcionar o aumento das

competências e desempenho das organizações da economia social e celebrar, homenagear e capacitar todos quantos diariamente trabalham na área social, em 2025, realizar-se-á a VIII Edição do Mosaico Social, na localidade de Santa Maria da Feira.

1.6. Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga, Conselho Metropolitano de Vereadores de Ação Social e de Saúde da Área Metropolitana do Porto e Associação de Municípios Terras de Santa Maria

Através destas plataformas são pensados e elaborados documentos estratégicos de planeamento e ações conjuntas, participados e concertados, que traduzem propostas comuns aos seus membros integrantes de modo a poderem ser enquadradas em candidaturas nacionais ou comunitárias, e a otimizar recursos no desenvolvimento social da região respeitante à Plataforma Supraconcelhia. Nesta lógica, em 2025, o município continuará a estar representado na Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Entre Douro e Vouga (coordenada pelo Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social), no Conselho Metropolitano de Vereadores de Ação Social e de Saúde da Área Metropolitana do Porto; e na Associação de Municípios Terras de Santa Maria.

1.7. Protocolos de parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

Reforçando a sua aposta em potenciar ações/projetos que permitam uma maior proximidade aos problemas e às populações e numa lógica de intervenção multidisciplinar e localizada, o município continuará, em 2025, a dinamizar os protocolos de parceria com as entidades abaixo:

- **Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira** – ações de prevenção/tratamento das dependências, projetos de inclusão social e emergência social; medidas de apoio social, em articulação com rede social concelhia, nomeadamente através do fundo de emergência social e do atendimento e acompanhamento psicológico, individualizado e/ou em grupo e às famílias sinalizadas no âmbito das parcerias e dos Fóruns Sociais;
- **Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL** – ações no âmbito da empregabilidade; da inovação e empreendedorismo social; da capacitação institucional; da recuperação do parque habitacional e manutenção de espaços; do apoio ao conforto habitacional dos idosos e pessoas portadoras de deficiência mais carenciadas; da violência doméstica; da intervenção familiar e parental; da prevenção e sinalização de situações de risco ou de pré risco em crianças e jovens dinamizando formas mais inovadoras de atuação; da promoção da igualdade de género e da conciliação da vida profissional e familiar; da emergência social e apoio alimentar;
- **Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação** – ações de prevenção das dependências; projetos de inclusão social e escolar de crianças e jovens em

risco de abandono e insucesso escolar; ações de promoção de competências pessoais, sociais e parentais das famílias;

- **Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam** – atividades terapêuticas e de reabilitação integrada, destinadas a pessoas com problemas de saúde mental;
- **Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer** – atividades junto da população sénior, ao nível da difusão da cultura, prática do desporto, ocupação dos tempos livres e de lazer.

1.8. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos

Através do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos, o município procurará assegurar, em 2025, e assente numa lógica de parceria estreita, a promoção de novas respostas sociais e a melhoria das já existentes, concedendo mecanismos de apoio financeiro, mediante a apresentação de candidaturas, às instituições/organizações que intervêm na área social. De forma a adequar e ajustar os apoios à realidade socioeconómica destas entidades, e perante os desafios atuais, prevê-se, em 2025, a revisão do Regulamento existente.

1.9. Outros Protocolos de Cooperação

1.9.1. Protocolo de cooperação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Dando cumprimento ao Protocolo de Cooperação celebrado, em 2017, entre o Município e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, em 2025 continuar-se-á a apoiar, com dois técnicos, a atividade da CPCJ, permitindo, desta forma, uma intervenção integrada, holística e transversal no domínio da promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens em perigo do concelho.

1.10. Projeto “Mobilidade para Todos”

Em parceria com a Rede Social concelhia, as equipas do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, a Provedoria Municipal para as Pessoas com Deficiência, a Divisão de Educação e Juventude e a Divisão do Desporto, este projeto continuará, em 2025, a dar resposta a situações emergentes de falta de mobilidade, permitindo que os munícipes tenham acesso aos diversos serviços e atividades promotoras de uma cidadania plena.

2. Plano de Ação das Operações Integradas do Território de Intervenção AMP Sul

Financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Plano de Ação das Operações Integradas do Território de Intervenção AMP Sul surge da consciência dos desafios cada vez mais exigentes de resposta aos problemas sociais, da importância do trabalho em rede e de parceria e de

uma maior necessidade de inovar. Através desta candidatura, o Município de Santa Maria da Feira, juntamente com outros municípios da área de intervenção da AMP Sul, definiu um conjunto de respostas sociais diferenciadoras, através da alavancagem e prossecução de iniciativas centradas na participação dos cidadãos, nas organizações, na responsabilidade social e na solidariedade.

Após período de submissão e análise de candidatura, o concelho de Santa Maria da Feira, designado para a Coordenação da UTL AMP Sul, viu serem aprovados os 28 projetos apresentados, sendo que, destes, 16 têm como beneficiário final o Município de Santa Maria da Feira; quatro como beneficiário final a Cooperativa Casa dos Choupos; quatro como beneficiário final a Unidade Local de Saúde; dois como beneficiário final a Associação de Municípios Terras Santa Maria, um como beneficiário final o Centro Social Paroquial do Vale e um como beneficiário final a Cerci-Feira. Os 28 projetos aprovados correspondem a um financiamento de 8.282.400,00€, divididos por componente imaterial e infraestrutural.

Neste sentido, através de uma equipa multidisciplinar e na sequência de iniciativas já desenvolvidas, em 2025, o Município de Santa Maria da Feira continuará a acompanhar, executar e dinamizar as iniciativas propostas nos vários projetos que, no seu conjunto, pretendem contribuir para uma intervenção integrada e multidimensional, geradoras da melhoria das condições de vida das populações, contando, para isso, com o envolvimento de todos os atores locais.

Gabinete de Intervenção Social e Comunitária

Programa Concelho Solidário

1.1. Concelho Solidário – Atribuição de Prestações Pecuniária de Carácter Eventual a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do Município de Santa Maria da Feira

Considerando o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e a atual realidade socioeconómica, o Município, em 2025, operacionalizará um novo Regulamento para a atribuição de apoios financeiros em situações de carência económica e de risco social a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, contribuindo, de forma assertiva, para uma proteção especial a estes grupos. Este novo regulamento, que substitui a Medida A do Concelho Solidário – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, permitirá abranger famílias em situação de vulnerabilidade, com baixos rendimentos, denominadas como de classe média baixa, e que não se encontram abrangidas por outras medidas de apoio social.

1.2. Rede de restaurantes e padarias solidárias

Em 2025, pretende-se que esta resposta de emergência alimentar seja alargada, continuando a apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica através da disponibilização gratuita de refeições diárias e pães.

1.3. Mercado da Solidariedade

Dinamizado através da parceria existente com a Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial, CRL. e a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sanguedo, o Mercado de Solidariedade continuará em 2025 a ser uma resposta de apoio alimentar aos grupos populacionais mais vulneráveis, através das parcerias com entidades de comercialização e da dinamização de campanhas de recolha de alimentos.

2. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Santa Maria da Feira (SAAS) e Rendimento Social de Inserção (RSI)

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu no seu artigo 12.º, o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social e concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. O Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto concretizou a transferência de competências em matéria de Ação Social, e as Portarias n.º 63/2021 e n.º 65/2021, de 17 de março regulamentaram a operacionalização, em matéria de Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS), de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, e o acompanhamento da componente de inserção aos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Sendo uma competência do município, e recorrendo ao conhecimento e experiência adquiridos pelas instituições com quem foram estabelecidos Protocolos de Cooperação para a execução destas iniciativas, em 2025, pretende-se continuar a assegurar respostas de proximidade aos cidadãos, de integrar as respostas, recursos e medidas sociais existentes, e de potenciar as dinâmicas de desenvolvimento que decorre da vitalidade da Rede Social, sendo intenção manter o modelo de funcionamento existente desde abril de 2023, através da continuidade dos 13 Protocolos de Cooperação entre o Município e as 13 IPSS's que manifestaram a sua intenção.

Desta forma, o município continuará a encetar todos os esforços para assumir, com sustentabilidade, todas estas competências, procurando elevar a um patamar superior o trabalho que tem vindo a ser realizado, em conjunto com a Rede Social concelhia, assumindo-se numa melhoria da qualidade dos serviços prestados às pessoas.

3. Programa Municipal de Incentivo à Natalidade

Implementado em 2022, o Município de Santa Maria da Feira continuará, em 2025, a atribuir um apoio financeiro de até 1 800,00€ a todas as crianças residentes no concelho até complementarem 3 anos de idade, assim como apostar numa nova divulgação da iniciativa junto de toda a comunidade. Prevê-se, ainda, através da aplicação de inquérito por questionário junto dos candidatos, a avaliação da iniciativa, assim como o impacto da mesma no contexto familiar.

4. Migrações

4.1. Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)

Em 2025, o Gabinete de Apoio ao Emigrante 2.^a Geração continuará a prestar apoio técnico aos emigrantes nas diversas áreas (segurança social, emprego, legalização de viaturas, equivalência/reconhecimento académicos, entre outras). Em articulação com o Gabinete de Desenvolvimento Económicos e Empresarial e o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, o GAE de Santa Maria da Feira continuará, também, a promover as potencialidades culturais, sociais e económicas do seu território junto das comunidades portuguesas.

4.2. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Em 2025, o CLAIM de Santa Maria da Feira, com vista a facilitar o processo de integração dos imigrantes e cidadãos estrangeiros que residem no nosso concelho, continuará a disponibilizar contacto e atendimento permanente, recorrendo às plataformas digitais, prestando informação geral em diversas áreas; a apoiar os cidadãos deslocados da Ucrânia que se encontram em território nacional, orientando-os para medidas especiais que sejam aprovadas pelo Governo; e combater o tráfico de seres humanos em estreita colaboração com os parceiros que atuam nestas áreas.

Para o ano de 2025, será ainda dada continuidade à parceria com o Consulado da Venezuela, tendo em vista a realização de atividades consulares em Santa Maria da Feira; à articulação com o Centro Tecnológico do Calçado para o Acolhimento e Integração de Jovens oriundos da CPLP; e ao permanente acompanhamento da Lei dos Estrangeiros.

No âmbito do projeto “Abraços que a Feira Sabe Dar”, integrado no PACD, será elaborado o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes; o livro “Objetos com História” com a população imigrante; e dinamizados dois Laboratórios de Língua Portuguesa “Acolhe +”. Continuar-se-á a dinamizar, ainda, as iniciativas “Conversas com Fogaça”.

4.3. Registo de cidadãos de países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

Em articulação com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA, I.P.), as Forças de Segurança, a Segurança Social, as Conservatórias do Registo Civil, a Autoridade Tributária e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o município continuará, em 2025, a emitir Certificados de Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, de acordo com a Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto.

4.4. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais

Em 2025, o município continuará a partilhar com a Rede Portuguesa das Cidades Interculturais produtos elaborados pelo CLAIM de Santa Maria da Feira (guia de boas vindas, materiais pedagógicos, conteúdos de aprendizagem da Língua Portuguesa, glossário e guias de acolhimento).

4.5. Acolhimento de refugiados

Na sequência do Protocolo de Acolhimento de Refugiados celebrado com o Conselho Português dos Refugiados (CPR), em julho de 2016, e tendo em linha de conta a atual situação evidenciada pelo fenómeno dos refugiados/crise dos refugiados, o município continuará em 2025, à semelhança dos anos anteriores, a disponibilizar-se para o acolhimento de refugiados.

5. Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5G

Com vista ao reforço das políticas de inclusão social e no combate à pobreza, em 2025, está previsto o arranque de dois Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 5ª Geração no território de Santa Maria da Feira, concentrando as intervenções nos grupos populacionais que evidenciam fragilidades mais significativas e promovendo a mudança tendo em conta os fatores de vulnerabilidade. Tendo sido considerado o Desemprego como vulnerabilidade social do concelho de Santa Maria da Feira, os projetos a implementar no território têm como ações obrigatórias as definidas no Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação. Considerando a população residente no concelho e as categorias de financiamento foram decididos desenvolver dois projetos CLDS's 5G: "Direitos & desafios Inova+" para as freguesias mais litorais do concelho e "Direitos&Desafios Em Rede" para as freguesias mais interiores do concelho.

6. Respostas de intervenção na área da igualdade de género e da não discriminação

6.1. Espaço Trevo – Estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica e de género

Em 2025, o Espaço Trevo continuará a intervir junto da comunidade através da operacionalização da Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e de Género nos municípios que integram o território de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra. Será, ainda, dada continuidade à dinamização de sessões de capacitação, prevenção e promoção da segurança, promovendo uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e de não discriminação.

6.2. Espaço Arruda

Sendo uma resposta de intervenção psicológica com agressores de violência doméstica e de género, promovida pela Cooperativa da Casa dos Choupos, em parceria com o Município de Santa Maria da Feira, e em estreita articulação com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais Entre Douro e Vouga, o Espaço Arruda, continuará a intervir, em 2025, junto de agressores, prevendo-se como meta o acompanhamento de cerca de 50 pessoas.

6.3. Plano Municipal para a Igualdade de Género (PMIND)

Com o objetivo de promover a igualdade de direitos, liberdades e oportunidades e contribuir para os objetivos definidos na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 e para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Gabinete de Igualdade e Não Discriminação do Município, em 2025, prevê dinamizar cinco campanhas de informação e sensibilização junto da comunidade no sentido de assinalar o Dia Internacional da Mulher (8 de março); Dia Internacional da Família (15 de maio); Dia da Igualdade Salarial (5 de novembro); Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro) e o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro). Prevê-se, ainda, a realização de um Encontro de Partilha de Boas Práticas que permita a partilha de experiências na área da igualdade de género, cidadania e não discriminação.

7. Bolsa Local de Voluntariado

Em parceria com a Cooperativa Casa dos Choupo, a Bolsa Local de Voluntariado continuará, em 2025, a promover a prática do voluntariado, dirigido à população jovem e sénior, assim como a sensibilizar as organizações concelhias, públicas e privadas, para os projetos de voluntariado.

Na sequência do trabalho já desenvolvido, será dada continuidade à gestão e atualização da base de dados de registo dos voluntários; à realização de entrevistas e, posterior, encaminhamento de voluntários para projetos e iniciativas concelhias, e à formação de voluntários.

Prevê-se, ainda, a continuidade dos programas de voluntariado intergeracional (jovem e sénior) nas instituições concelhias; de voluntariado de proximidade, através da dinamização de ações de esclarecimento, informação e sensibilização junto de pessoas identificadas pelos parceiros e interessadas na prática do voluntariado; e do Quiosque do Voluntariado, promovendo-se a divulgação da Bolsa Local de Voluntariado junto dos parceiros da Rede Social concelha e dos agrupamentos de escola.

Por forma a assinalar o Dia Internacional do Voluntariado (5 de dezembro de 2025), prevê-se a dinamização de uma ação de sensibilização dirigida a crianças e jovens, nas escolas e/ou centros de estudo do concelho.

8. Plano Municipal de Prevenção Primária de Toxicodependências/Alcoolismo – Núcleo Prevenir

Através das parcerias instituídas, em 2025, o Município de Santa Maria da Feira dará continuidade a todo o trabalho desenvolvido no âmbito do Núcleo Prevenir, resposta municipal com o propósito de dinamizar projetos e iniciativas concelhias, no âmbito da prevenção primária das toxicodependências/alcoolismo. Neste sentido, prevê-se elaborar um diagnóstico do contexto recreativo noturno em Santa Maria da Feira; constituir um grupo de mediadores sociais, através da captação, sensibilização e formação de jovens, numa lógica de educação pelos pares; e dinamizar

programas de sensibilização junto de crianças em idade escolar e pais/educadores, numa lógica de educação para a saúde e prevenção de comportamentos de risco.

9. GIP – Gabinete de Inserção Profissional

Sendo um gabinete de proximidade, o GIP do Município de Santa Maria da Feira facilita na resolução e desburocratização de todas as questões referentes ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Focando-se na tutoria individual, na exploração de percursos formativos e profissionais e no esclarecimento de dúvidas/questões, o GIP do Município de Santa Maria da Feira continuará, em 2025, a disponibilizar informação formativa e profissional para jovens e adultos desempregados; a prestar apoio na procura ativa de emprego e a acompanhar de forma personalizada os desempregados em fase de inserção e reinserção profissional; a captar e gerir ofertas de emprego junto de entidades empregadoras, assim como a encaminhar candidatos; e a divulgar ofertas de emprego/formação e medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo.

10. Provedoria Municipal dos Cidadãos Portadores de Deficiência

No sentido de promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas com deficiência e respetivas famílias, a Provedoria Municipal dos Cidadãos Portadores de Deficiência, em 2025, procurará reforçar a auscultação junto dos munícipes, de forma a responder às suas necessidades, assim como fortalecer a articulação com os seus parceiros estratégicos na prossecução dos interesses e legítimos direitos dos seus munícipes.

Neste âmbito, propõe-se a divulgar as funções, competências e atividade da provedoria junto da comunidade; reforçar a articulação entre provedorias congéneres e outras entidades com intervenção junto de pessoas portadoras de deficiência; participar em Conselhos Locais para concertação de sinergias e eventuais parcerias; apoiar cidadãos ou entidades municipais no âmbito dos direitos, produtos de apoio, formação ou emprego, habitação, transportes, estacionamento; promover seminários, ações de formação e sensibilização sobre as dinâmicas, necessidades e dificuldades sentidas pelas pessoas portadoras de deficiência, procurando sensibilizar, também, os organismos públicos para a eliminação de barreiras arquitetónicas, digitais e comunicacionais; promover ações que visem a inclusão social desta população, privilegiando contextos coletivos informais; divulgar respostas sociais que contribuam para a qualidade de vida desta população e seus familiares; e acompanhar e promover projetos e programas considerados inovadores.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

A proteção civil desempenha um papel determinante no bem-estar e segurança da nossa comunidade, apesar do seu trabalho passar quase despercebido, notando-se mais no período de maior aflição, como incêndios, cheias e acidentes graves.

Todavia, o trabalho da Proteção Civil além de ser indispensável nestes momentos de catástrofe, é também determinante no dia-a-dia, assumindo um papel preventivo, evitando problemas de maior.

O SMPC tem assumido uma vertente de prevenção e sensibilização relevante, pois cada um de nós é também um agente de proteção civil.

Iremos manter os programas e projetos de capacitação e educação para o risco, tal como o programa A Proteção Civil e as Escolas – Um Caminho em Comum, o Programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras, programas de segurança de proximidade, entre outros. Informar, formar e promover a adoção de condutas de segurança pela população, atendendo às características próprias dos diversos grupos que a constituem, é o fator mobilizador dos agentes de Proteção Civil.

A atividade de proteção civil tem caráter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da administração pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.

O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Santa Maria da Feira é a unidade orgânica da Câmara Municipal que assegura o funcionamento de todos os organismos municipais na prossecução das atividades de proteção civil, bem como centraliza, trata e divulga toda a informação relevante neste âmbito.

O serviço está dimensionado em função do exercício da atividade de proteção e socorro, face às características da população e dos riscos existentes no território municipal, e apoia tecnicamente o presidente da câmara, enquanto responsável da política de proteção civil, desencadeando, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e recuperação, adequadas em cada caso.

Se é certo que a prioridade é a prevenção, a verdade é que dado haver fenómenos imprevisíveis tanto a nível natural como tecnológico, é necessário dispor-se de proteção civil eficiente para que numa dada situação de emergência a salvaguarda e segurança das populações, bens e património dos munícipes sejam assegurados. Pretendemos elevar o patamar de articulação entre agentes e serviços de proteção civil e otimização da gestão de meios, recursos de emergência e de tecnologias, com a implementação de uma central única municipal e de um sistema de videovigilância urbana.

Torna-se assim indispensável planear e organizar os recursos disponíveis localmente e diagnosticar situações de risco preparando respostas eficazes. É necessário adquirir/requisitar equipamentos,

viaturas e sinalização de emergência e demais (sinais de perigos vários; gelo; derrocadas, derrames...).

A proteção civil pretende através de exercícios práticos, ou seja, simulacros, fortalecer laços entre os parceiros da proteção e socorro, para que se garanta a eficácia das operações. A experiência tem mostrado que só com treinos e exercícios é possível diminuir os tempos de reação dos organismos e entidades intervenientes, com nítida melhoria na execução e na coordenação das operações.

Ainda no âmbito da descentralização de competências na área da Proteção Civil, será necessário dar uma maior resposta aos riscos e interesse da prevenção de incêndios em edifícios, e, por isso, iremos acrescentar um conjunto de medidas e ações no âmbito da segurança contra incêndios, garantindo um incremento na segurança das populações.

Conscientes da atividade de relevante interesse municipal que os bombeiros desempenham, da importância da qualidade do seu trabalho, e da necessidade de manter a motivação dos mesmos, continuaremos a apoiar financeiramente e materialmente os nossos “soldados da paz”, através das medidas vigentes no Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais, Protocolo das Equipas de Intervenção Permanentes e apoios correntes.

O presente plano, enquanto instrumento de gestão financeira, procura identificar e fixar um conjunto de objetivos estratégicos para o desenvolvimento da atividade da proteção civil municipal, em 2025, em consonância com as atribuições da estrutura municipal de proteção civil e com a competência legal.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Desde a sua criação em 2005, que o Gabinete Técnico Florestal (GTF) de Santa Maria da Feira apoia tecnicamente a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (substituída em 2023 pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais – CMGIFR), sendo o responsável pela elaboração/atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e pelo acompanhamento da execução das ações propostas nesse plano.

Faz também a elaboração/atualização anual do Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (POM), que integra o PMDFCI. Atualmente, este gabinete participa nas reuniões técnicas da comissão sub-regional de gestão integrada de fogos rurais, desenvolvendo os trabalhos necessários de elaboração do programa sub-regional de ação, sob coordenação da Área Metropolitana do Porto (AMP), e Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), que, depois de concluído, irá substituir o PMDFCI em vigor.

Este gabinete é ainda responsável pela elaboração de pareceres relativos a projetos de arborização/rearborização de espaços florestais bem como ao enquadramento de projetos de edificação em meio rural no PMDFCI e/ou PDM, nomeadamente, na cartografia de risco de incêndio e no DL 82/2021 de 13 de outubro, na sua versão mais atualizada, apresentando-os nas reuniões da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) para emissão de parecer, tornado obrigatório pelo referido Decreto.

Desempenha ainda funções de fiscalização e notificação dos proprietários florestais, no âmbito da legislação de defesa da floresta contra incêndios, e de coordenação da recuperação e manutenção da Mata das Guimbras.

É também responsável pelos trabalhos de controle/eliminação de ninhos de vespa asiática, pelo acompanhamento do programa de controlo da vespa da galha do castanheiro e colabora na gestão da plataforma das queimas e queimadas, registando/autorizando estas ações e esclarecendo os munícipes de como o fazer individualmente.

Para 2025 propõe-se que este gabinete continue a coordenar os trabalhos de amostragem de plantas hospedeiras e deteção de focos de infeção pela bactéria *Xylella fastidiosa* neste concelho.

Este gabinete é ainda o gestor da zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (ZCM 6646-ICNF), cuja concessão foi renovada por um período de mais 6 anos, após a publicação do Despacho VPCD-PS/037/2022 de 12 de janeiro. Os limites físicos da ZCM foram melhor ajustados à realidade do território sendo próximos dos anteriores, e as suas normas de funcionamento mantêm-se idênticas aos anos anteriores. A tramitação administrativa dos processos de candidatura e emissão de autorização especial de caça, continuarão a ser efetuados na Divisão de Administração Geral – Taxas e Licenças, do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico desta câmara.

Descritas as suas atividades, discrimina-se de seguida o orçamento que propõe para as realizar para o ano de 2025.

1. GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

O presente plano e orçamento para 2025 para o Gabinete Médico Veterinário Municipal refere-se apenas ao conjunto de programas, campanhas, protocolos, equipamentos e material a implementar ou a dar continuidade, que envolvem despesas orçamentais, não contemplando as restantes atividades que lhe estão atribuídas por lei, no âmbito da saúde e bem-estar animal e na defesa da saúde pública (Decreto-lei n.º 116/98, de 5 de maio).

1.1. Centro Veterinário Municipal (CVM)

1.1.1. Gestão da população animal (adoções, tratamentos, ocisões)

Estima-se para 2025 a entrada de cerca de 500 animais (cães e gatos) a intervencionar (animais recolhidos no CVM Feira), adoções externas (animais previstos no protocolo em vigor com a

Associação AANIFEIRA) e da colaboração com outras APA's (Associações de Proteção Animal), tais como a Associação Cão ou Sem Casa.

Propõe-se assim, manter o protocolo de **adoções** (vacina tetravalente para cães (Esgana, Parvovirose, Hepatite e Leptospirose), vacina trivalente para gatos (Coriza e Panleucopénia Felina), com reforço no intervalo de 3 a 4 semanas e posteriormente anual, desparasitação interna (lombrigas e ténias) e externa (pulgas, moscas, mosquitos e carraças).

Acrescem a estes cuidados os já obrigatórios por lei, a vacinação antirrábica de forma trienal, o microchip, a esterilização (recorrendo ao Canil Intermunicipal da AMTSM (CIAMTSM), a um CAMV (Centro de Atendimento Médico Veterinário) prestador de serviços, ao cheque veterinário da OMV (Ordem dos Médicos Veterinários) ou outros cuidados necessários de **tratamento**.

Face à entrada da Lei n.º 27/2016 (lei da esterilização obrigatória e não abate de animais em centros de recolha oficiais), a **ocisão** de animais está apenas contemplada para situações de animais com comportamento muito agressivo e animais em manifesto sofrimento, não tratável. Neste sentido, recomenda-se adquirir apenas a quantidade mínima de medicação necessária para estas situações, sobretudo por necessidade de contenção para manipulação de animais em stress ou com comportamento mais nervoso.

1.1.2. Alimentação animal

Devido ao período de permanência dos animais, superior ao previsto, em virtude da sobrelotação do CIAMTSM e da AANIFEIRA e colocação dos canídeos no CVM Feira em lista de espera prolongada, muitas vezes superior a um ano, torna-se necessário adquirir alimentação animal de qualidade adequada para os animais alojados no CVM Feira (ração seca e húmida para cães adultos e para cachorros), bem como alimentação complementar (snacks fundamentais para recompensa animal /educação/ajuda na contenção) para cães e gatos.

1.1.3. Equipamentos de captura e contenção animal

É necessário proceder ao reforço e renovação por desgaste natural de uso de material de captura (armadilhas de captura, laços, redes, jaulas de contenção, jaulas de transporte de vários tamanhos), EPI's (luvas de proteção anti mordeduras) e melhoramento do ambiente de abrigo dos animais (estrados, renovação das estruturas de alimentação) e dotar os mesmos de lâmpadas infravermelhos de aquecimento, sobretudo nos meses de inverno e/ou para cachorros ou animais mais debilitados.

1.1.4. EPI's específicos: vestuário e calçado

Torna-se necessário proceder à renovação do vestuário do médico veterinário municipal, do assistente operacional afeto ao CVM Feira e do assistente técnico que acompanha os trabalhos da campanha de vacinação e identificação eletrónica nas freguesias.

O material a adquirir envolve: pijamas cirúrgicos, socas de proteção em borracha, fatos de proteção para a chuva, casaco polar, polos e t-shirts de trabalho. Propõe-se que todo este equipamento venha com logotipo do município e/ou CVM Feira para imediata identificação do serviço municipal em visitas ou em campanhas, diligências ou vistorias.

Propõe-se também efetuar novos crachás identificativos com logotipo CVM Feira.

1.1.5. Campanha de vacinação antirrábica e identificação eletrónica pelas freguesias

Torna-se assim necessário proceder à aquisição de:

- Roll-up's para divulgação dos vários serviços/campanhas/programas do serviço MVM/CVM (campanhas de adoção, escolas, campanha de vacinação, gabinete mvm e cvm feira);
- Rolos de senhas de vez, mesas e cadeiras dobráveis (renovação de material de desgaste rápido).

1.1.6. Placas Identificativas e vinil decorativo – CVM

Para melhor identificação das áreas do CVM, deverão ser idealizadas e colocadas placas identificativas. Deverão também ser identificadas as áreas exteriores (fachada da entrada, receção, salas de vacinação e de avaliação, imagens e dizeres relacionados com animais de companhia e mensagens de incentivo à adoção, vacinação, esterilização e ao não abandono animal).

1.2. Campanhas, programas e assistência veterinária

1.2.1. Campanha: Não ao Abandono, Sim à Esterilização (NASE)

Face ao sucesso crescente da adesão dos munícipes nas edições anteriores da campanha de municipal: “Não ao Abandono, Sim à Esterilização”, propõe-se a continuidade, em 2025, do programa nos mesmos moldes de 2024, aberta a todos os munícipes de Santa Maria da Feira (reembolso parcial das esterilizações, no valor indexado aos apoios ICNF concedidos do ano anterior). Prevê-se cerca de 300 candidaturas este ano.

1.2.2. Campanha: Não ao Abandono, Sim à Esterilização (NASE) Solidária

Adicionalmente, será sempre desejável eleger como prioridade os setores mais carenciados da nossa população alvo (situações de carência socio-económica). Para o efeito, e para as situações de comprovada insuficiência económica, propõe-se num período de um a dois meses de candidaturas abertas, implementar uma campanha extraordinária de esterilização gratuita de cães e gatos, a campanha NASE Solidária.

Como benefício comum a médio/longo prazo no controlo da reprodução de animais de companhia, muitas vezes descontrolada, teremos a redução do número de ninhadas indesejadas e assim um controlo e redução na proliferação de animais errantes e por conseguinte na sobrelotação atual e constante do CVM Feira e do CIAMTSM;

O custo das intervenções cirúrgicas e do microchip da campanha NASE Solidária ficará a cargo da autarquia a 100% (recebendo e amortizando posteriormente e parcialmente o valor respetivo dos

apoios ICNF para campanhas solidárias), sendo as cirurgias efetuadas na sala apropriada para o efeito, em Centro de Atendimento Médico Veterinário (CAMV) prestador de serviços ou mediante programa Cheque Veterinário da OMV;

1.2.3. Campanha: Promoção de Adoções e do Não Abandono Animal nos outdoors do concelho

O Município de Santa Maria da Feira deverá apostar, em 2025, numa campanha em todo o concelho de promoção do Centro Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira (CVM Feira), dos animais que dispõe para adoção, bem como apelando ao não abandono, utilizando os medias e principalmente os outdoors públicos, vídeos publicitários, sessões fotográficas profissionais e regulares dos animais adotados para divulgação entre outros materiais e formas de divulgação.

A necessidade de dar a conhecer os serviços que dispomos e das condições de adoção de animais no CVM Feira são imprescindíveis, face ao estado de sobrelotação com conseqüente falta de espaço para recolhermos mais animais errantes/matilhas, com a brevidade e conforme seria desejável.

No fundo, pretende-se dar o destaque necessário à área do bem-estar animal, divulgação do equipamento municipal e dos serviços à população.

Para complemento das campanhas de apoio e sensibilização, algumas até já apoiadas parcialmente pelo Estado, no caso de campanhas de sensibilização, dispomos no CVM Feira, em permanência, de vários materiais e brindes promocionais (lápiz, esferográficas, panfletos, porta-sacos para apanha de dejetos, autocolantes/crachás, entre outros).

1.2.4. Programa: Captura/Esterilização/Devolução (CED) de Gatos Errantes

O artigo 9.º da Portaria 146/2017, de 26 de abril estabelece as regras a que devem obedecer os chamados Programas CED (Captura, Esterilização e Devolução), como forma de gestão da população de gatos errantes.

Neste momento, é imperativo continuarmos a implementar um programa de apoio CED no concelho de Santa Maria da Feira, face ao aumento de pedido de felinos errantes no território. Não dispomos de alojamentos adequados para esta espécie (gatil) e o gatil da AANIFEIRA, parceria da Câmara Municipal em protocolo, está sobrelotado.

Este tipo de programa é monitorizado pela Câmara Municipal, através do Gabinete Médico Veterinário Municipal. As esterilizações são efetuadas na sala apropriada para a esterilização que dispomos no CIAMTSM ou mediante Cheque Veterinário a entregar ao(à) cuidador(a).

Neste momento, o programa de apoio, sem protocolo com associação, é baseado nestes moldes, em <https://cm-feira.pt/web/guest/col%C3%B3nia-de-gatos-de-rua-ced->.

Temos, atualmente, mais de 120 cuidadores/as e mais de 430 animais esterilizados gratuitamente e devolvidos em locais identificados.

Para 2025, propõe-se efetuar um protocolo com associações locais para auxiliarem na captura de gatos de rua, identificar as colónias, colocando sinalética e alojamentos adaptados para o efeito em locais definidos, ficando claro que naquele local existe uma colónia de gatos supervisionada pelo município e com um(a) cuidador(a) associado.

1.2.5. Programa: assistência veterinária a animais de famílias carenciadas do município

Propõe-se, recorrendo ao Cheque Veterinário da OMV, auxiliar em cuidados de saúde veterinários (cirurgias ou medicação), os animais de famílias carenciadas, nas situações validadas e encaminhadas pela Ação Social do município.

1.2.6. Assistência veterinária clínica externa de apoio ao CVM Feira

Este tipo de situações cada vez mais frequentes (animais errantes atropelados, animais que carecem de tratamento cirúrgico/internamento, animais recebidos por processos de maus tratos), têm sido tratadas como prioritárias, recolhendo e encaminhando os animais acidentados para um Centro de Atendimento Médico Veterinário (CAMV), onde são avaliados, medicados e tratados cirurgicamente, se necessário, ficando as despesas a cargo do município, caso o animal não possua microchip ou detentor conhecido.

Propõe-se a continuidade deste serviço mediante prestação de serviços com um ou vários CAMV's ou recorrendo ao programa Cheque Veterinário da OMV, utilizando assim toda a rede de CAMV's aderentes.

1.3. Protocolos com associações de proteção animal (APA's)

1.3.3. AANIFEIRA

Com a celebração do protocolo assinado entre a AANIFEIRA e o Município de Santa Maria da Feira, para a prossecução das atividades desta associação em prol do bem-estar animal, envolvendo o pagamento mensal de 1000 € + 30€ por animal errante acolhido e, estimando cerca de 300 animais (cães e gatos) submetidos para apoio em 2025, propõe-se estender aos 12000€ fixos, mais 9000€ para animais acolhidos, perfazendo um total anual de 21.000€.

De referir, que o município oferece adicionalmente aos 30€ por animal, a vacinação (vacinação antirrábica e a polivalente) e a identificação eletrónica destes animais.

1.3.4. Ordem dos Médicos Veterinários (Programa de Apoio de Saúde Preventiva a Animais em Risco - Cheque Veterinário)

Com a celebração do protocolo assinado entre a Ordem dos Médicos Veterinários e o Município de Santa Maria da Feira, ficamos munidos de uma ferramenta de gestão aplicável a:

- Animais errantes capturados pelos Centros de Recolha Oficiais (CRO);

- Colónia de gatos sob a responsabilidade da autarquia;
- Animais de famílias carenciadas (devidamente identificadas pelo município aderente, segundo a legislação em vigor) e possibilidade de unificar procedimentos consoante a nossa área de intervenção.

Teremos em 2025 cheques veterinários destinados a:

1 - Atividades abrangidas por este programa incidem sobre a implementação do Plano de Cuidados de Saúde Veterinária (PCSV) aos animais em risco, enquadráveis nas alíneas a) e b) seguintes, mediante a atribuição de Cheques Veterinários:

- a) Animais errantes capturados pelos Centros de Recolha Oficiais (CRO);
- b) Colónia de gatos sob a responsabilidade da autarquia;
- c) Animais de famílias carenciadas (devidamente identificadas pelo Município aderente, segundo a legislação em vigor).

Existirá assim uma liberdade de escolha do local de prestação de serviços veterinários, quer para os municípios beneficiários de apoios, quer para o próprio município, que optará pelo CAMV aderente mais perto da área de ocorrência ([rede de CAMV's aderentes](#)).

Os Cheques Veterinários passíveis de serem emitidos são:

- a) Cheque veterinário médico (CVM);
- b) Cheque veterinário cirúrgico (CVC);
- c) Cheque veterinário de identificação (CVI), inclui a aquisição do Boletim Sanitário;
- d) Cheque veterinário de tratamento (CVT), com 3 patamares;
- e) Cheque veterinário de análises (CVA), com 2 patamares;
- f) Cheque veterinário CED (CVCED);
- g) Cheque veterinário CED + Raiva (CVRCED);
- h) Cheque veterinário Raiva (CVR).

pelouro
**urbanismo, planeamento,
transportes e mobilidade**

URBANISMO, PLANEAMENTO, TRANSPORTES E MOBILIDADE

Concluir as metas estabelecidas para o mandato 2021/2025 é objetivo central do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade (PUPTM) para o ano de 2025. O exercício do planeamento – disciplina que concentra todas as áreas do pelouro – tem como principal competência harmonizar e coordenar as várias atividades e necessidades do território, assegurando uma adequada organização e utilização do solo, na perspetiva da valorização dos seus ativos ambientais, humanos, património material e imaterial, mobilidade, habitação, infraestruturas urbanas e paisagísticas, tendo como finalidade projetar o território para o futuro, perspetivando a equidade socio-espacial. E é nesse contexto que estão em curso trabalhos de importantes instrumentos de gestão territorial, que procuram atingir este objetivo, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) e o Plano de Urbanização da Cidade de Santa Maria da Feira (PU), cuja conclusão ocorrerá em 2025.

Ao mesmo tempo, haverá a necessidade de adaptar estes planos e regulamentos municipais em vigor, além de alguns procedimentos de trabalhos afetos à gestão do planeamento e do urbanismo, às alterações do programa do Governo Português designado *Simplex*, e às demais alterações legislativas que o atual governo entretanto anunciou, que, entre outras, introduzem alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Estes instrumentos estabelecerão um conjunto de normas de carácter programático e regulamentar, baseadas em modelos de organização espacial, de desenho urbano e de um conjunto de leis algumas das quais que já se encontram em vigor. A sua conclusão, no próximo ano, constitui-se como fundamental para a implementação de ações que visam assegurar uma adequada organização e utilização do território, executando, ao longo do prazo da sua vigência, a estratégia da política para um desenvolvimento socioeconómico equilibrado, para a melhoria da qualidade de vida, para a gestão responsável dos recursos naturais, do património cultural e da proteção do ambiente.

Por imposição do disposto na legislação em vigor, que condiciona a aplicação de normas específicas a partir de 2025, é fundamental avançar nestes trabalhos. Tendo como base os princípios orientadores da lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estes instrumentos e normas procurarão promover o reforço da coesão territorial, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, otimizando a capacidade das infraestruturas urbanísticas existentes, apostando na colmatação dos tecidos urbanos, na regeneração dos espaços públicos, na estruturação dos sistemas de acessibilidades e de mobilidade, assegurando assim as funções urbanas de forma coordenada, sistemática e equitativa. No que depende das equipas do Município, estes trabalhos serão concluídos, sendo assim possível assegurar a continuidade da integração física, funcional e visual das operações urbanísticas, da

evolução da estrutura urbana e o reforço da sua rede, bem como a localização de novas infraestruturas, atividades e equipamentos.

Por outro lado, as atenções em 2025 serão dirigidas para o avanço na modernização dos sistemas e métodos de trabalho, concluindo os projetos em curso de renovação das plataformas “Mirante” e “Nortear”. Está, igualmente, em curso o desenvolvimento de novos métodos de simplificação processual nos serviços de atendimento ao público. No seu conjunto, estas soluções, uma vez concluídas e devidamente testadas, permitirão uma maior eficácia, melhores tempos de resposta e, conseqüentemente, melhores serviços aos munícipes.

Em 2025 prevê-se, ainda, a execução dos procedimentos de contratação pública de implementação do sistema de micromobilidade elétrica, dos abrigos e dos posteletes, ficando, assim, concluídas as principais estratégias para a mobilidade elétrica, a par do acompanhamento da implementação da Rede Unir, da responsabilidade da Área Metropolitana do Porto (AMP).

Dando continuidade à programação estratégica de promoção do desenvolvimento territorial estabelecida no Plano de 2024, propõe-se dar continuidade aos seguintes objetivos:

- Objetivo Estratégico 1 (OE1): Desenvolvimento e Concretização de Instrumentos de Gestão Territorial de Âmbito Municipal – Plano Diretor Municipal (em revisão) e Planos de Urbanização
- Objetivo Estratégico 2 (OE2): Contributo do planeamento para a estratégia municipal para a habitação;
- Objetivo Estratégico 3 (OE3): Estratégia de reabilitação e sustentabilidade urbana;
- Objetivo Estratégico 4 (OE4): Estratégia para mobilidade e transportes;
- Objetivo Estratégico 5 (OE5): Estratégia para a gestão urbanística;
- Objetivo Estratégico 6 (OE6): Estratégia para a gestão da informação geográfica.

OE1: Desenvolvimento e concretização de instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal – Plano Diretor Municipal (em revisão) e planos de urbanização, planos de pormenor e unidades de execução

Na execução deste objetivo estratégico, uma das prioridades para o ano 2025 é a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Sendo o principal instrumento de gestão territorial do Município, a conclusão deste procedimento é de extrema relevância, uma vez que, por um lado, promove-se um ajuste da estratégia de desenvolvimento territorial ao modelo territorial e à política municipal de solos, e, por outro, dá-se resposta à necessária adaptação imposta pela legislação em vigor.

O prazo estabelecido no RJGT para incluir no PDM as regras de classificação e qualificação dos solos foi prorrogado até 31 de dezembro de 2024. Contudo, face às dificuldades na capacidade de

resposta das entidades externas, que coordenam e avaliam a revisão, e as constantes alterações legislativas, que resultam em adaptações de pareceres e consequentes alterações nos elementos instrutórios do Plano, tem havido, nos últimos anos, prorrogações de prazo, sendo previsível que ocorra nova prorrogação desse prazo.

Com o avanço do processo de revisão do PDM (concluído o período de acompanhamento), a Câmara Municipal deverá proceder à abertura de um período de discussão pública, fase na qual serão realizadas eventuais sessões descentralizadas pelas freguesias do Município (ou agrupamentos de freguesias) onde o Plano será apresentado à população, prestados esclarecimentos técnicos e disponibilizados meios de participação pública, promovendo-se um desenvolvimento mais democrático, sustentável e participativo.

Após a aprovação e implementação do PDM, a monitorização será um importante trabalho a desenvolver pela equipa, envolvendo várias etapas, sendo necessário produzir relatórios que informem sobre o progresso da implementação do plano, a partir de um conjunto de indicadores do sistema de monitorização e as condições de revisão que farão parte do seu conteúdo. Estes dados são fundamentais para o acompanhamento das dinâmicas do território municipal e determinantes na avaliação da sua implementação e na verificação dos resultados. Isto é, se os objetivos delineados no modelo de ordenamento estão a ser cumpridos ou se, por outro lado, justificam-se ajustes na sua concretização.

A monitorização do PDM será, portanto, essencial na concretização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável do Município, alinhado com as políticas públicas e com os objetivos definidos (e com o modelo territorial), fundamentais à materialização da sua eficácia.

Com a entrada em vigor do novo PDM será, também, necessário adequar os regulamentos e planos municipais ao novo instrumento territorial, sendo de suma importância a sua realização em articulação com os restantes serviços do Município.

Dando cumprimento ao respetivo regime jurídico, o gabinete do PDM tinha como objetivo para 2024 a delimitação de uma nova Reserva Ecológica Nacional (REN), de acordo com as novas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR), procedimento que se encontra em desenvolvimento e que se prolongará até 2025, bem como a sua implementação. O prazo está, mais uma vez, dependente da capacidade de resposta das entidades que acompanham a sua elaboração, constituindo-se como uma condicionante de relevo no quadro das restrições de utilidade pública.

A programação prevista para a execução do PDM será feita através de Unidades Operativas Planeamento e Gestão (UOPG) e, nesse sentido, paralelamente aos trabalhos de revisão, já se encontram em elaboração sob a forma de planos de urbanização, planos de pormenor ou unidades de execução. É o caso do Plano de Urbanização da Cidade de Santa Maria da Feira, que se encontra na fase de estudo de propostas, cujos trabalhos se preveem concluídos em 2025.

Encontram-se igualmente em curso estudos urbanísticos de suporte à programação de outras unidades de execução e de apoio à gestão urbanística, com o objetivo de garantirem uma intervenção integrada de planeamento. Estes instrumentos são imprescindíveis para uma melhor clarificação dos procedimentos de análise, algo que se considera urgente face às pressões urbanísticas que a sede do concelho, as áreas de urbanização concentrada, centrais e periféricas, as áreas de urbanização descontínua e fragmentada e áreas de edificação dispersa a estruturar.

OE1 (a 10 anos)

- Adequação dos instrumentos de gestão do território (IGT) a novas políticas e desafios;
- Acompanhamento e colaboração na gestão urbanística e territorial;
- Monitorização da execução do PDM a médio/longo prazo;
- Monitorização dos planos de urbanização (PU), entretanto, finalizados;
- Continuidade na elaboração de planos de urbanização em áreas de desenvolvimento proeminente/estratégico e áreas de expansão territorial;
- Elaboração de planos de pormenor (PP) em áreas de urbanização descontínua e fragmentada e áreas de edificação dispersa a estruturar.

OE1 (a 5 anos)

- Implementação e monitorização do PDM;
- Monitorização e avaliação das dinâmicas territoriais;
- Desenvolvimento do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), de acordo com a legislação em vigor;
- Implementação do Plano de Urbanização da Cidade de Santa Maria da Feira;
- Elaboração de planos de urbanização para áreas de urbanização concentrada e sua posterior implementação/gestão;
- Início da concretização das UOPG e SUOPG previstas no Plano Diretor Municipal;
- Adequação da gestão urbanística aos regulamentos dos planos (PDM e PU);
- Continuidade na elaboração de estudos de pormenor de apoio à gestão urbanística no garante de uma intervenção integrada de planeamento.

OE1 (2025)

- Conclusão e implementação do Plano Diretor Municipal;
- Preparação e implementação do período de discussão pública – sessões de divulgação (discussão pública) do PDM;
- Delimitação e implementação de uma Reserva Ecológica Nacional, de acordo com as novas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR);
- Finalização da elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Santa Maria da Feira;

- Elaboração de estudos de pormenor para a concretização das unidades de execução prevista no Plano Diretor Municipal;
- Elaboração de estudos de pormenor de apoio à gestão urbanística no garante de uma intervenção integrada de planeamento;
- Desenvolver as UOPG e SUOPG que se encontram definidas no PDM;
- Colaboração na gestão urbanística e territorial.

OE2: Contributo do planeamento para a Estratégia Municipal da Habitação

Relativamente à Estratégia Municipal da Habitação, o PUPTM trabalha em parceria com o Pelouro da Ação Social, Saúde, Proteção Civil e Bem-estar Animal (PASSPCBEA), nomeadamente, através de estreita colaboração com as divisões de Planeamento e da Habitação, de cada um dos pelouros.

No decurso do ano de 2024, houve a articulação da programação da execução da Estratégia Local de Habitação com os objetivos de programação do PDM, no âmbito da revisão em curso, numa convergência de objetivos, integrando o tema da habitação como uma política estratégica do Município.

Como resposta às dinâmicas e necessidades de habitação, de forma a assegurar a capacitação das infraestruturas urbanísticas necessárias através da sua incorporação nos diversos instrumentos de gestão territorial, em 2024 deu-se início à elaboração da Carta Municipal da Habitação de Santa Maria da Feira, em simultâneo com a aprovação da “Declaração Fundamentada de Carência Habitacional”. Nesse sentido, até ao final de 2024 conclui-se a estrutura documental que dará suporte à Carta Municipal de Habitação, que servirá de base para a sua elaboração, no decurso 2025.

OE2 (a 10 anos)

- Monitorização e avaliação da Carta Municipal de Habitação de Santa Maria da Feira (CMH SMF), a médio e longo prazo, enquanto instrumento de planeamento em matéria de habitação com vista à implementação da política municipal de habitação;
- Acompanhamento das opções estratégicas da AMP no âmbito da Estratégia NORTE 2030, em matéria de habitação, para o ciclo 2021-2027.

OE2 (a 5 anos)

- Consulta pública da Carta Municipal de Habitação de Santa Maria da Feira (CMH SMF);
- Implementação e Monitorização da Carta Municipal de Habitação de Santa Maria da Feira (CMH SMF);
- Elaboração e comunicação de resultados da Carta Municipal de Habitação de Santa Maria da Feira (CMH SMF), em articulação com demais instrumentos de planeamento territorial e documentos estratégicos em matéria de resposta da política de habitação

(Estratégia Local de Habitação de Santa Maria da Feira - ELH).

OE2 (2025)

- Elaboração da Carta Municipal de Habitação de Santa Maria da Feira (CMH SMF).

OE3: Estratégia de Reabilitação e Sustentabilidade Urbana

A estratégia de reabilitação urbana que o Município tem vindo a adotar, desde a aprovação das Operações de Reabilitação Urbana, em 2022, resultou na implementação de medidas e apoios municipais com vista a promover um processo de transformação do espaço urbano, fomentando a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios por parte dos particulares e prevendo um programa de intervenções em espaço público.

Em 2025 será dada continuidade ao acompanhamento da operacionalização das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e respetivas Operações de Reabilitação Urbana (ORU), nomeadamente quanto aos processos de licenciamento urbanístico, informando e divulgando as medidas, fornecendo o apoio solicitado pelos técnicos externos, elaborando e emissão de pareceres e certidões em matéria da reabilitação urbana em razão da localização em ARU e em razão da convergência com os objetivos das ORU.

A política de reabilitação urbana encetada em anos anteriores manter-se-á, continuando a divulgação e promoção dos instrumentos financeiros, benefícios fiscais e municipais afetos às Áreas de Reabilitação Urbana e respetivas Operações de Reabilitação Urbana.

Por outro lado, será concluído o regulamento municipal dos apoios municipais previsto nos documentos estratégicos de programação de reabilitação urbana (ORU/PERU) (PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana) e que se encontra em fase final de elaboração.

OE3 (a 10 anos)

- Monitorização e reavaliação da Estratégia de Reabilitação Urbana e Sustentabilidade Urbana;
- Acompanhamento das opções estratégicas da AMP no âmbito da Estratégia NORTE 2030, em matéria de Reabilitação Urbana e Sustentabilidade Urbana, para o ciclo 2021-2027.

OE3 (a 5 anos)

- Monitorização e avaliação das ORU – elaboração de relatório (art.º. 20-A RJRU);
- Reavaliação/operacionalização das ARU/ORU;
- Implementação e monitorização do regulamento municipal dos apoios/incentivos municipais previstos nos documentos estratégicos e programação de reabilitação urbana;
- Implementação do plano de ação de divulgação de reabilitação urbana;
- Elaboração do um plano de ação de divulgação de reabilitação urbana incluindo ações diversas (digital e de proximidade);
- Realização de dinâmicas de sensibilização e informação ao nível dos diferentes agentes locais.

OE3 (2025)

- Acompanhamento da execução das ações prevista para as ARU e respetivas ORU (sistemáticas) – obra pública;
- Monitorização das ORU – elaboração de relatório (art.º. 20-A RJRU);
- Elaboração do regulamento municipal dos apoios municipais previsto nos documentos estratégicos de programação de reabilitação urbana (ORU/PERU);
- Acompanhamento e colaboração na gestão urbanística;
- Elaboração e emissão de pareceres e certidões em matéria da reabilitação urbana em razão da localização em ARU e em razão da convergência com os objetivos das ORU.

OE4: Estratégia para a mobilidade e transportes

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) é um documento estratégico e operacional que pretende definir a estratégia global de intervenção em matéria de planeamento e gestão da mobilidade e transportes, sendo um documento estratégico orientado para a melhoria da qualidade de vida da população, para a humanização do espaço público e para o incremento da qualidade do ambiente urbano. O PMUS teve o seu início em 2023, com a fase de caracterização e diagnóstico, enquanto em 2024 foi desenvolvido trabalho para encontrar soluções sustentadas de mobilidade que resolvam os problemas relacionados com a circulação automóvel, estacionamento e segurança rodoviária, priorizando, contudo, as questões relacionadas com a promoção dos modos suaves, nomeadamente, a circulação pedonal e ciclável, por forma a viabilizar a adoção de políticas de gestão da mobilidade mais salubres. Para 2025 prevê-se a sua conclusão, a partir da qual será definida a estratégia de intervenção a implementar, através de propostas de ações, emanadas do documento finalizado, para os diferentes modos de deslocação.

Uma dessas ações – em paralelo com uma aposta na construção de infraestruturas pedonais e cicláveis em rede, por todo o concelho – será executar o procedimento público com vista à instalação e operação de serviços de partilha em modos suaves de transporte. Este procedimento público será aberto à concorrência de diversos operadores, visando a continuidade de utilização das trotinetes e

bicicletas elétricas, incrementando melhoria na gestão da sua utilização no espaço público, criando pontos de partilha, alargando a atual área do projeto-piloto a outras áreas estratégicas do território, e propondo zonas de estacionamento obrigatório para as e-bikes e trotinetes elétricas.

Em dezembro de 2023 entrou em funcionamento o novo sistema de transporte público rodoviário na Área Metropolitana do Porto (AMP), a Rede Unir. As dificuldades do início da operação suscitaram um volume de trabalho acrescido para a Divisão de Planeamento e para o Gabinete de Mobilidade e Transportes (GMT), com conseqüente alteração dos objetivos delineados no Plano para 2024. Foi necessário, ao longo do ano 2024, garantir um serviço de apoio permanente aos munícipes, sobre a informação de linhas e de horários. Além da realização semanal de relatórios, sobre as situações de incumprimento ou dificuldades dos utentes, no sentido de colaborar com a Área Metropolitana do Porto (AMP), contribuindo para a estabilização da rede, que arrancou de forma tumultuosa e com uma grande necessidade de revisão do modelo iniciado. Prevê-se que em 2025 esta necessidade seja amenizada, com a entrada em funcionamento da Empresa Metropolitana de Transportes, que implementará um sistema de monitorização da operação.

Em 2025, o GMT concentrará a sua ação na implementação da rede de paragens e de abrigos de transportes coletivos rodoviários do Município e na instalação de placas informativas (postaletes). Estas placas vão apresentar uma imagem uniforme em todo o território, sendo um elemento fundamental para a disponibilização de informação clara, objetiva e eficiente aos utilizadores, contribuindo para uma maior procura do serviço.

Outro dos objetivos para 2025 é retomar o estudo da proposta de implementação de um projeto-piloto de transporte flexível, com o objetivo de criar outras soluções de mobilidade que possam complementar o sistema de transportes já existente. O referido projeto-piloto terá como finalidade dar resposta a situações onde o transporte coletivo de passageiros é inexistente ou não ofereça uma resposta ajustada às necessidades dos cidadãos, designadamente em regiões de baixa densidade populacional. O transporte flexível deve complementar e não substituir o sistema de transportes já existente, articulando-se com os diferentes modos de transporte rodoviário e ferroviário existentes, servindo horários com baixa procura, de forma a promover a mobilidade sustentável dos munícipes e a redução do uso do veículo privado. O transporte flexível pode ser implementado após a estabilização da atual rede de transportes públicos e, numa primeira fase, deve iniciar-se através de um conjunto de ensaios, com o objetivo de validar o recurso a um sistema de agendamento das viagens através de uma plataforma digital, bem como verificar as condições de exploração, através de um projeto piloto de carácter provisório, experimental e de duração limitada. Trata-se de uma das ações previstas no PMUS.

OE4 (a 10 anos)

- Implementação e monitorização do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável;
- Monitorização e melhoria dos serviços de transporte coletivo rodoviário.

OE4 (a 5 anos)

- Implementação de transporte flexível em Santa Maria da Feira;
- Dotar os abrigos de transportes com informação (física e/ou digital) relativa a itinerários e horários das linhas de transporte público rodoviário,
- Planos de promoção da acessibilidade de SMF (PPA SMF);
- Monitorização e adaptação da rede de carregamento elétrico;
- Monitorização da rede de micromobilidade elétrica partilhada.

OE4(2025)

- 1.ª fase de implementação das propostas de ação do Plano de Mobilidade Urbano Sustentável (PMUS);
- Monitorização do projeto de implementação da rede de postos de carregamento de veículos elétricos;
- Implementação da rede de paragens (postaletes e abrigos de transporte) no concelho de Santa Maria da Feira;
- Monitorização, em parceria com a Área Metropolitana do Porto, do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na AMP;
- Implementação e monitorização da rede de micro mobilidade elétrica partilhada;
- Implementação de um projeto-piloto de Transporte Flexível em Santa Maria da Feira.;

OE5: Estratégia para a gestão Urbanística

A Divisão de Gestão Urbanística (DGU) e a Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo (DAAU) trabalham em parceria na tentativa de dar resposta ao contínuo crescimento do número de processos urbanísticos, procurando manter a eficácia e a constante melhoria do serviço ao munícipe. Muitos são os fatores que contribuem para este fenómeno, nomeadamente a dinâmica da economia local, os pedidos de informação prévia perspetivando a revisão do Plano Diretor Municipal, ou a obrigatoriedade de comunicação de início de obras isentas de controlo prévio, imposta pelas recentes alterações legislativas. Torna-se por isso necessária, em 2025, uma revisão dos recursos das duas divisões, nomeadamente no redimensionamento dos postos de trabalho previstos no quadro de pessoal do Município, com o objetivo de reforçar as respetivas equipas.

A par dessa iniciativa, tendo sempre em vista a melhoria da prestação de serviços, com maior eficácia, rigor e transparência, a modernização dos serviços e a diversificação das formas de atendimento manter-se-á como caminho a trilhar em 2025.

Este ano deverá ficar marcado pela entrada em fase de reengenharia de fluxos e procedimentos, produção e testagem da nova plataforma designada “Nortear” que tornará o serviço mais eficiente e menos suscetível a quebras. Na verdade, a plataforma em uso, pioneira em 2005, mantém-se em

funcionamento com resultados ainda hoje muito satisfatórios, mas assenta em tecnologia antiga e em vias de ficar obsoleta, pelo que se impunha uma modernização, processo que deverá ser concluído em 2025. De resto, o ano de 2025 manter-se-á marcado pela modernização da tramitação digital dos procedimentos urbanísticos, desde logo potenciando a receção em formato digital de todos os processos entrados. O balcão digital de entrada de requerimentos para procedimentos urbanísticos tem vindo a apresentar um crescimento sustentado, o que acompanha o atendimento presencial, telefónico e, muitas vezes, também por correio eletrónico, para os munícipes que nos procuram no Balcão Único.

Na mesma linha, a melhoria e agilização dos serviços prestados impõe a simplificação da comunicação com o munícipe no que respeita, nomeadamente, a reprodução de documentos, propondo-se o recurso a mensagens SMS ou similares dando nota da conclusão da tarefa, do seu custo e forma de pagamento.

A revisão do Plano Diretor Municipal e as últimas alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e as portarias entretanto publicadas (Portarias n.º 71-A/2024 e 71-B/2024, ambas de 27 de fevereiro) implicam a revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) e das Taxas Urbanísticas. A DGU e a DAAU vão contribuir ativamente na concretização dos objetivos definidos nestes diplomas, trabalhando nas suas diferentes medidas, das quais se destacam o alargamento do âmbito das comunicações prévias e das situações de isenção de controlo prévio, a eliminação dos alvarás de licença de construção e de autorização de utilização, a eliminação da autorização de utilização quando tenha existido obra sujeita a um controlo prévio – substituindo-se essa autorização pela mera entrega de documentos –, a alteração no modo de contagem dos prazos procedimentais, a alteração do regime dos prazos de execução das obras, a eliminação de exigências decorrentes do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), a simplificação de procedimentos em matéria dos projetos de especialidades, medidas destinadas a tornar os procedimentos mais semelhantes nos vários Municípios do País, a simplificação do processo de reclassificação de solo rústico em solo urbano (com finalidade industrial, de armazenagem ou logística ou de habitação a custos controlados), a agilização dos procedimentos de aprovação de planos de urbanização e planos de pormenor, através da eliminação do acompanhamento da elaboração dos mesmos pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e da eliminação da fase de concertação, entre outras.

A Divisão de Gestão Urbanística (DGU) e a Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo (DAAU) continuarão a garantir a colaboração técnica, no âmbito das suas competências, com os demais gabinetes dos diversos pelouros do Município, nomeadamente no apoio à habitação, ao património, à rede viária, aos estudos e projetos, à proteção civil e às tarefas de higiene e segurança alimentar necessárias aos eventos culturais e desportivos do Município e das juntas de freguesia.

A DAAU vai manter, em 2025, o processo de digitalização e desmaterialização de todos os milhares de documentos que constituem todos os processos urbanísticos existentes nos arquivos do Município.

OE5(a 10 anos)

- Estratégia para a modernização da gestão urbanística e de atendimento ao munícipe;
- Desenvolvimento das plataformas SIG para a gestão integradas e sistemática dos vários serviços do Município.

OE5 (a 5 anos)

- Balcão Único;
- Arquivo digital dos processos urbanísticos;
- Modernização da plataforma do sistema de gestão documental.

OE5 (2025)

- Otimização dos serviços do Balcão Único no referente aos procedimentos urbanísticos e ao atendimento técnico afeto às divisões do pelouro;
- Desenvolvimento da plataforma do sistema de gestão documental (“Nortear”);
- Revisão do RPDM e RMUE.

OE6: Estratégia para a gestão da Informação Geográfica

A informação geográfica é uma ferramenta fundamental para ordenar, classificar e planear a cidade e nesse sentido é essencial a todo o exercício de planeamento e urbanismo. Torna-se, assim, necessário aprimorar a tecnologia da informação para melhor servir este propósito e fomentar a sua atualização e fiabilidade com estratégias de progresso tecnológico, de evolução de conhecimentos dos recursos humanos ligados a esta área e a implementação de práticas de disseminação e atualização da informação.

Neste sentido, na Divisão de Topografia e Informação Geográfica (DTIG) continuará a ser delegada a responsabilidade de efetuar todas as tarefas de georreferenciação, todos os levantamentos topográficos, cadastrais e planos de alinhamentos solicitados pelos diversos serviços municipais, promovendo o conhecimento do território e a tomada de decisões rápidas e informadas pelos restantes serviços municipais que fazem uso deste tipo de informação. Será também dada

continuidade à elaboração de toda a documentação de suporte (levantamentos, alinhamentos, cálculo de materiais, plantas de cedências ao domínio público) à execução de protocolos com as juntas de freguesia no âmbito da mobilidade e melhoria das condições de circulação da rede viária municipal, bem como ao acompanhamento e execução em obra.

Em 2025 iremos otimizar o sistema UAV (vulgo “drone”), recentemente adquirido, que permitirá uma evolução na realização de levantamentos aerofotogramétricos e topográficos tornando estes processos mais simples, eficientes e com capacidade de recolher um elevado número de dados num curto espaço de tempo. É de realçar a capacidade destes sistemas para alcançar áreas de difícil acesso sem a necessidade de intervenção humana direta, o que aumenta a segurança no trabalho e a abrangência dos levantamentos, proporcionando resultados mais completos e eficientes.

No âmbito do urbanismo, com a utilização do *upgrade* da nova plataforma “Nortear”, a topografia dará outro salto tecnológico, passando a realizar autos de implantação de obras privadas ou fiscalização de implantações municipais utilizando computadores portáteis no terreno. O sistema oferece vantagens significativas na marcação, piquetagem e fiscalização de obras, especialmente para o setor da topografia e acompanhamento de obra. Equipados com ecrãs táteis de alta resolução e suporte, permitem a anotação direta em planos e desenhos digitais, facilitando ajustes e decisões em tempo real no local da obra. Além disso, a sua portabilidade e durabilidade fazem destes dispositivos ideais para ambientes de trabalho exigentes. A integração perfeita com o *Microsoft Office* e outras ferramentas profissionais assegura que a comunicação e a gestão de projetos sejam eficientes e fluídas, contribuindo para um fluxo de trabalho mais ágil e colaborativo.

Já a Unidade de Informação Geográfica (UIG) continuará a munir todos os serviços municipais de um vasto conjunto de informação geográfica, necessário à análise e tomada de decisões técnicas das suas esferas de atuação. Esta tarefa exige um permanente esforço interno de atualização da informação constante do sistema Mirante. Os últimos anos têm sido de viragem tecnológica no que diz respeito à informação geográfica municipal, sendo que em 2024 foi lançada uma renovada plataforma de informação geográfica Mirante e em 2025 daremos continuidade à implementação nessa plataforma das funcionalidades de emissão de plantas, de importação de ficheiros, de pesquisas e de exportação de ficheiros.

Também ao nível interno, em 2025, daremos continuidade ao desenvolvimento e parametrização da plataforma Mirante Intranet, que dotará os técnicos municipais de ferramentas e funcionalidades atuais e que ajudarão nas suas tarefas e decisões diárias. Também foi dada continuidade à migração dos *workflows* de trabalho existentes para esta nova plataforma. Em 2025 pretende-se continuar o desenvolvimento de soluções internas, nomeadamente para as seguintes áreas: levantamentos topográficos e estudos de alinhamentos, gestão de cadastro, transações e compromissos, gestão de projetos e empreitadas, gestão do cadastro arbóreo, gestão da rede viária (pavimentações e sinalização), gestão da rede de águas pluviais e ainda no desenvolvimento económico.

Paralelamente, foram implementados alguns *dashboards* geográficos que permitem obter indicadores estatísticos e monitorizar o território. Estes *dashboards* permitem ainda obter rápidas respostas, geográficas ou alfanuméricas (por meio de mapas, gráficos, tabelas, etc.) para utilizadores não especializados em sistemas de informação geográfica. Este trabalho terá continuidade em 2025 com a construção de outros *dashboards* de monitorização de aspetos que venham a ser necessários.

Em 2024 também teve início a criação de um catálogo de metadados geográficos, mas ainda de uma forma embrionária. Este catálogo irá permitir a pesquisa, visualização e acesso ao conjunto de serviços de dados geográficos, de âmbito municipal e nacional, com base no conteúdo de fichas de metadados. Estes deverão ser compatíveis com o perfil nacional de metadados e com a Diretiva *Inspire*. Este catálogo facilitará ainda a pesquisa e acesso a toda a informação geográfica que o Município dispõe, facilitando o seu uso pelos vários utilizadores, com informação muito útil, como, por exemplo, as datas de execução, de inserção da informação, quem a produziu, o grau de exatidão, entre outras. Em 2025 pretende-se que este catálogo fique disponível para o público em geral e para os serviços internos.

O Balcão Único do Prédio (BUPi), cuja gestão é da competência da Unidade de Informação Geográfica, encontra-se agora ao abrigo do investimento RE-CO8-i02.04 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo”, da componente C08 do PRR, cuja candidatura foi aceite em 2024 e irá estender-se até junho de 2026. O balcão BUPi de Santa Maria da Feira encontra-se, portanto, em pleno funcionamento, garantindo um serviço de excelência e proximidade ao munícipe.

Também em 2024 foi adicionado às competências do BUPi de Santa Maria da Feira o procedimento de Conciliação Administrativa, procedimento este que é desencadeado, para já, apenas a requerimento do interessado, quando este verifica a existência de sobreposição de polígonos ou a necessidade de acertos de extremas. Para este efeito o Município nomeou quatro técnicos conciliadores (que também são técnicos BUPi), dois com formação em Ciências Geográficas e dois com formação em Direito.

Em cada pedido, o conciliador notifica os interessados não requerentes da existência de sobreposição, para virem ao procedimento de conciliação proceder, juntamente com o interessado requerente, à harmonização de extremas conflitantes. Caso não aconteça este acordo, é designada data e hora para a audiência de conciliação. Após a audiência de conciliação é elaborada ata subscrita pelos intervenientes. Este procedimento tem um carácter contínuo no tempo, pelo que será realizado também em 2025.

A utilização da tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) na topografia representa uma evolução significativa na forma como os dados topográficos são integrados e utilizados em projetos de construção e infraestrutura. O BIM permite que os dados capturados no terreno, como relevos, contornos e pontos de referência, sejam incorporados diretamente em modelos digitais

tridimensionais. Esta integração facilita a visualização detalhada e a análise precisa do terreno, permitindo uma melhor coordenação entre as equipas de *design*, engenharia e construção. Além disso, a capacidade de atualizar e gerir os dados em tempo real assegura que todas as partes envolvidas tenham acesso às informações mais recentes, melhorando a precisão e reduzindo o risco de erros durante o desenvolvimento do projeto. A combinação do BIM com a topografia não só otimiza o planeamento e a execução das obras, mas também contribui para uma gestão mais sustentável e eficiente dos recursos ao longo do ciclo de vida do projeto. Neste contexto, daremos início à preparação da topografia para receber e exportar ficheiros BIM.

Num contexto de melhoria contínua dos recursos afetos a todas as atividades desenvolvidas, daremos continuidade à renovação de equipamentos de topografia e ao *software/hardware* necessário para o desenvolvimento dos objetivos a que nos propomos. Também no que diz respeito aos recursos humanos, estando a área da informação geográfica sempre em plena atualização tecnológica, apostaremos fortemente na formação dos recursos humanos afetos a estes serviços, já de si altamente qualificados e motivados.

Em resumo, continuaremos a trabalhar no sentido de tornar a informação geográfica um recurso decisivo no suporte à decisão, empenhados no desenvolvimento deste sistema geográfico transversal, integrado com os restantes sistemas municipais e próximo do centro de decisão, refletindo a estratégia municipal, com uma missão assente em objetivos claros, capazes de dotar o Município de uma verdadeira infraestrutura de dados municipal, baseado em padrões normalizados e harmonizados de atuação, adotando as boas práticas no domínio da informação geográfica, designadamente as decorrentes da Diretiva *Inspire* e da Diretiva de Dados Abertos e Reutilização da Informação do Sector Público.

Objetivos Estratégicos a 10 anos

- Monitorização das transformações no território;
- Desenvolvimento das plataformas SIG para a gestão integradas e sistemática dos vários serviços do Município;
- Sistemas inerciais de vídeo, fotografia e LIDAR – Sistema RoadSurvey;
- Cadastro Predial/BUPI.

Objetivos Estratégicos a 5 anos

- Monitorização das transformações no território;
- Modernização da topografia clássica - utilização de “laser scanning” para a realização de levantamentos topográficos e arquitetónicos (interiores/exteriores);
- BUPI/ Conciliação Administrativa;
- Evolução da plataforma Mirante;

- Cadastro Predial Municipal.

Objetivos Estratégicos para 2025

- Evolução da plataforma de informação geográfica Mirante;
- Desenvolvimento de *workflows* de serviços de informação geográfica;
- Continuação da criação do catálogo de metadados geográficos;
- Continuidade do balcão de atendimento BUPi e Conciliação Administrativa;
- Modernização da topografia clássica - utilização de Drone para monitorização urbanística e atualização cartográfica;
- Continuação da execução do cadastro municipal;
- Atualização dos meios e instrumentos da topografia.

pelouro
**ambiente, jardins e espaços
verdes, paisagem urbana e
desporto**



AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

As Autarquias desempenham um papel crucial na proteção do ambiente, na gestão de recursos naturais, na fiscalização e na educação ambiental. Através de suas ações, podem contribuir para a construção de cidades mais sustentáveis e com melhor qualidade de vida para seus habitantes.

Atuando em áreas como a gestão de resíduos, a gestão da água (abastecimento e saneamento), a promoção da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas naturais e as alterações climáticas, a gestão ambiental do território é um processo complexo e desafiante, que exige um esforço conjunto de todos os atores envolvidos para garantir um futuro mais sustentável para as nossas cidades.

O plano de atividades para 2025 traça a estratégia para a atuação do Município, visando garantir a qualidade de vida da população, a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, estando para isso definidos seis eixos de ação prioritários:

- Eixo I** - Gestão de resíduos urbanos;
- Eixo II** - Educação e sensibilização ambiental
- Eixo III** - Abastecimento de água e saneamento
- Eixo IV** - Gestão de ecossistemas
- Eixo V** - Alterações climáticas
- Eixo VI** - Recursos hídricos

Eixo I – Gestão de resíduos urbanos

A gestão de resíduos urbanos e limpeza urbana é um dos maiores desafios das autarquias e tem um impacto muito relevante na qualidade de vida população. Com a obrigatoriedade de cumprimento de metas de redução de resíduos e aumento das quantidades encaminhadas para reciclagem, durante o ano 2025 será dada continuidade aos serviços existentes, numa perspetiva de melhoria contínua, assim como tomadas novas medidas de forma a garantir um Concelho mais limpo e sustentável, nomeadamente:

- Recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana - acompanhamento do contrato de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana do Concelho de Santa Maria da Feira;
- Recolha seletiva trifluxe – acompanhamento do serviço realizado pela SULDOURO, S.A., enquanto entidade gestora, responsável pela receção e tratamento de resíduos urbanos e pela recolha seletiva (ecocentros, ecopontos e porta-a-porta);
- Recolha de “monstros”, que consiste na recolha ao domicílio de resíduos urbanos volumosos, pretendendo-se melhorar a disponibilidade deste serviço em toda a área do Concelho;

- Recolha de óleos alimentares usados - acompanhamento dos serviços prestados no âmbito do protocolo para Recolha e Valorização de Óleos Alimentares Usados, pretendendo-se alargar a rede de oleões de forma a garantir uma melhor cobertura do Concelho;
- Gestão dos resíduos produzidos pelo Município que, enquanto entidade produtora, está obrigado a cumprir determinados requisitos legais relacionados com o acondicionamento, transporte e destino final desses resíduos. Assim, continuará a ser realizada a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do Município, tais como papel/cartão e embalagens de plástico e metal dos vários gabinetes, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, resíduos provenientes de limpeza de montureiras e outros;
- Expansão do projeto de recolha de resíduos hospitalares injetáveis (grupo IV), produzidos por doentes ambulatoriais – equiparados a RU, em parceria com algumas farmácias;
- Recolha de Biorresíduos (alimentares e verdes) – acompanhamento do contrato de recolha seletiva porta-a-porta e transporte a destino final de biorresíduos;
- Projeto de compostagem doméstica, que tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro, através do tratamento na origem, e o aumento da consciencialização ambiental da população, pretendendo-se aumentar o número de participantes do projeto;
- Implementação de serviço de recolha de Resíduos de Construção e Demolição, provenientes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações, efetuadas pelo próprio proprietário ou arrendatário;
- a necessária gestão dos serviços de Limpeza Urbana que não estão incorporadas no contrato existente, nomeadamente os decorrentes de eventos realizados/apoiados pelo Município (Imaginárius, Viagem Medieval e Perlim).

Eixo II – Educação e sensibilização ambiental

A educação ambiental desempenha um papel crucial na construção de um futuro mais sustentável. A mesma é fundamental para consciencializar as pessoas sobre os desafios ambientais que enfrentamos e para promover mudanças de comportamento que contribuam para a preservação do planeta.

A proteção da biodiversidade é cada vez mais um desafio e uma obrigação de todos. A responsabilidade acrescida da Autarquia nesta área leva-nos a desafiar a população em geral, alertando para a importância da biodiversidade existente em cada pedaço de cidade, jardim, rio, pequeno canteiro ou em cada árvore. Assim, serão promovidos momentos de consciencialização da responsabilidade individual e coletiva no âmbito da sustentabilidade do Planeta, assente na temática da biodiversidade.

Com este projeto pretende-se desafiar e provocar os cidadãos para participarem ativamente na manutenção e construção da biodiversidade, através de três pilares fundamentais: conhecer / refletir / agir.

Assim, serão desenvolvidas ações de partilha de conhecimentos, de reflexão e de capacitação, dirigidos a diferentes públicos, visando a biodiversidade que podemos encontrar diariamente nos nossos percursos, bem como a oportunidade de todos participarem na construção de novos ecossistemas.

Sendo a educação ambiental um investimento para o futuro, as nossas crianças são um público alvo de excelência, pelo que serão desenvolvidas ações direcionadas para as escolas, com temáticas diversificadas, mas mantendo o foco na biodiversidade que podemos encontrar em cada pequeno espaço que nos rodeia e promovendo o contacto com a natureza.

Serão, ainda, desenvolvidas ações e campanhas de sensibilização ambiental sobre diversas temáticas, com especial atenção à gestão de resíduos urbanos e proteção da biodiversidade.

Ao promover a consciencialização, a participação dos cidadãos e a mudança de comportamentos, a educação ambiental contribui para a proteção da biodiversidade e para a construção de um mundo mais sustentável para as presentes e futuras gerações.

Eixo III – Abastecimento de água e saneamento

Os serviços de abastecimento de água e saneamento são cruciais para a saúde pública, o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações.

Assim, em 2025, dar-se-á continuidade à gestão dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais – em articulação com as Concessionárias, Indaqua Feira, S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. (anteriormente designada por SIMRIA - Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro) e Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM).

Apesar do Município já se encontrar com taxas de cobertura dos serviços de 98% para a rede de abastecimento de água e 97% para a rede de saneamento, há, ainda, trabalho a realizar para servir toda a população. Desta forma, em 2025, serão executadas novas extensões das redes de abastecimento de água e saneamento com o objetivo da cobertura total do Município.

Prevê-se, ainda, a construção dos 3 reservatórios de água em falta, contemplados no âmbito do Programa de Investimentos Municipal da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Santa Maria da Feira, passando assim a garantir-se a reserva de água, em caso de avaria grave, durante 48 horas, o que constitui um indicador de excelência da fiabilidade do sistema de acordo com as melhores práticas, na atualidade.

Também está prevista a ampliação das ETAR's de Fiães, de Argoncilhe e do Inha, de forma a dotá-las de capacidade de tratamento para a remoção de Azoto e Fósforo, bem como a execução de diagnóstico aos emissários sob gestão do Município, com vista à sua requalificação, por forma a garantir o seu bom funcionamento.

Eixo IV – Gestão de ecossistemas

- Praia Fluvial da Mâmoa

A Praia Fluvial da Mâmoa tem-se assumido como local preferencial de banhos para uma grande parte da população do Concelho e Concelhos limítrofes. Com um historial de qualidade da água que lhe permitiu ser designada, pela Agência Portuguesa do Ambiente, como excelente nos últimos 5 anos, foi distinguida com o galardão da Bandeira Azul, desde 2020 e de Praia Acessível em 2022.

Em 2025 pretende-se dar continuidade a este projeto, melhorando a sensibilização e informação ambiental dos utentes durante a época balnear, diversificando as temáticas abordadas e envolvimento de parceiros como ACES Feira, Bombeiros Voluntários de Arrifana, GNR e Biblioteca Municipal.

Numa perspetiva de melhoria contínua, de promoção da saúde pública e informação dos utentes, pretende-se realizar um Plano de Monitorização da Qualidade das Areias durante os meses de junho, julho e agosto.

- Ecossistema fluvial do Uíma

O Ecossistema Fluvial do Uíma, estende-se ao longo do Rio Uíma, surgindo da reabilitação e valorização das suas margens, e apresenta condições privilegiadas para observar de perto os *habitats* naturais, realizar percursos pedestres, com interpretação de ecossistemas ribeirinhos com estatuto de proteção e observar os ciclos de transformações anuais, num equilíbrio harmonioso entre condições naturais e sistemas humanizados.

A gestão dos parques que compõem o EFU (Parque das Ribeiras do Uíma, Parque da Chã, Parque das Termas e Parque da Várzea) é um desafio que exige a conjugação entre os conhecimentos científicos na área da biodiversidade, o envolvimento da população e a manutenção eficiente e contínua dos espaços.

Assim, pretende-se implementar um Plano de Gestão do EFU, que garanta a sua manutenção e conservação potenciando a promoção deste espaço ribeirinho junto de públicos diversificados.

- Mata do Castelo

O projeto de criação de uma mata nativa iniciou-se em 2016 com a reflorestação da Mata do Castelo, invertendo a tendência da proliferação de espécies invasoras. Os trabalhos de plantação têm sido desenvolvidos com a colaboração do Futuro - Projeto das 100 mil árvores na Área Metropolitana do

Porto, que fornece as plantas e organiza ações de plantação com equipas de voluntários. No entanto, todo o trabalho de planeamento e gestão, nomeadamente planos de plantação, limpezas e manutenção das áreas plantadas, estão a cargo do Município.

Em 2025, para além dos trabalhos de manutenção das áreas já intervencionadas, prevê-se executar a plantação da última parcela. Serão, ainda, efetuadas ações de manutenção e controlo de plantas invasoras, com recurso a grupos de voluntários. Estas ações pretendem envolver a população, criar um sentimento de pertença e promover o contacto com a natureza.

- Polinizadores

Os polinizadores são essenciais para a vida na Terra. Para se reproduzirem, mais de 90% das plantas com flor precisam da ajuda de insetos polinizadores, e estes não vivem sem as plantas, que lhes dão alimento a abrigo.

Ao proteger esses pequenos seres, estamos a garantir a produção de alimentos, a manutenção da biodiversidade e a saúde dos ecossistemas.

As ameaças são muitas e torna-se cada vez mais importante agir e consciencializar a população para este problema. Assim, concluída a estratégia de biodiversidade, ecossistemas e capital natural, importa agora promover e acompanhar a sua implementação, bem como sensibilizar todos os agentes da comunidade para a promoção e preservação de ambientes urbanos favoráveis aos polinizadores.

- Rota das Guardiãs

“Guardando” os ex-líbrs das cidades de Santa Maria da Feira e de Lourosa, as “Guardiãs do Castelo” e as “Guardiãs das Aves” são um notável conjunto de árvores e arbustos dignos de contemplação e admiração, composto por faias, sequoias, tuias, sobreiros, criptomérias, carvalhos, magnólias, cedros, castanheiros, palmeiras, loureiros, salgueiros, macadâmias, plumárias e tantas outras, que se podem encontrar quer pelas encostas que rodeiam o Castelo da Feira — na Mata das Guimbras e na Quinta do Castelo —, quer no Zoo de Lourosa. Um valioso património botânico e paisagístico que transforma a envolvente do Castelo e o Zoo em oásis urbanos de inegável beleza e interesse, que importa preservar.

Em 2025 pretende-se melhorar estes espaços, efetuando-se a manutenção da sinalética existente e colocação de nova sinalética. Serão, ainda, promovidas visitas guiadas, tanto às Guardiãs do Castelo como às Guardiãs das Aves.

Eixo V – Alterações climáticas

As alterações climáticas são um problema global que exige respostas concertadas a nível global e ações adequadas a nível local. Para limitar os impactes das alterações climáticas é preciso reduzir as

emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e adaptar às mudanças previsíveis, de forma a reduzir os efeitos negativos das alterações climáticas nos ecossistemas e na qualidade de vida da população.

Assim, em 2025, prevê-se a elaboração do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) do Município, com a definição de ações concretas e quantificadas que permitam ao Município de Santa Maria da Feira cumprir as metas estabelecidas no âmbito da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050).

Eixo VI – Recursos hídricos

A extensa rede de linhas de água que percorrem todo o Concelho, conjugada com a problemática associada às alterações climáticas, a grande dispersão populacional e a forte componente industrial, trazem grandes desafios à gestão dos recursos hídricos.

Será dada continuidade aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do protocolo de cooperação assinado entre o Município, a APA e a Indáqua, que deu origem à criação de uma equipa de fiscalização – Guardiões dos Rios, que atua em colaboração com a EPNA da GNR.

Pretende-se, também, promover medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas, que garantam simultaneamente a segurança e saúde de pessoas e bens e a valorização ambiental.

JARDINS, ESPAÇOS VERDES E PAISAGEM URBANA

Os jardins e os espaços verdes desempenham um papel essencial na melhoria da qualidade de vida das pessoas, influenciando aspetos físicos, mentais e sociais.

Vivemos num mundo cada vez mais urbanizado, com cidades que se desenvolvem rapidamente e onde as áreas impermeabilizadas aumentam exponencialmente com a pressão urbanística e vias de comunicação. Pretendemos continuar a preservar os espaços verdes no Concelho de Santa Maria da Feira e garantir que futuras gerações possam desfrutar dos benefícios que estes espaços proporcionam.

Os espaços verdes do Concelho assumem um papel essencial à qualidade de vida dos munícipes, na medida em que promovem a biodiversidade, o recreio e o lazer, para além de sustentarem e organizarem a malha urbana. São promotores de uma continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental, que integra recursos tão diversos como linhas de água, parques, jardins, árvores em arruamentos e em áreas livres de edificação que contribuem para a construção da “floresta urbana”.

Estar em contacto com a Natureza promove comportamentos saudáveis, promove também encontros sociais que favorecem as relações humanas e deixam as pessoas mais felizes e bem-dispostas. Para as crianças e jovens, o contato com espaços verdes permite ainda a descoberta e o aprimoramento de aptidões físicas e intelectuais e auxilia na melhor performance física, através de atividades ao ar livre.

A DJEVPU tem como principais objetivos:

- Dinamização e inovação do ambiente e paisagem urbana, através da intervenção e requalificação de espaços verdes públicos;
- Manutenção de parques e jardins, quer pelo recurso a prestação de serviços, quer pela administração direta;
- Proteção e fomentação da Biodiversidade;
- Construção de Espaços Verdes sustentáveis;
- Requalificação dos Espaços Verdes, ao nível das plantas utilizadas (espécies autóctones e espécies adaptáveis às condições edafo-climáticas da região de Santa Maria da Feira);
- Incrementação da participação pública na utilização e conservação dos Espaços Verdes do Concelho;
- Preservação dos Ecossistemas existentes em parques urbanos, passadiços e zonas pertencentes ao domínio publico e fazer estabilização das margens das linhas de água existentes no Concelho, segundo técnicas ancestrais;
- Controlo de Pragas e Doenças;
- Gestão sustentável dos resíduos produzidos, minimizando a sua produção (incrementar a utilização de técnicas de reciclagem no corte dos relvados);
- Redução e otimização do consumo de água, através da utilização de sistemas de rega eficientes e de sistemas de corte e controlo de rega.
- Incrementação de técnicas que promovam a sustentabilidade dos espaços;
- Fazer recolha de montureiras por todo o Concelho contribuindo para a preservação do ambiente;
- Fazer recolha de monstros;
- Fazer a gestão do Mercado Municipal, cemitério e casas de banho públicas.

Resumo das principais atividades a desenvolver:

Nos últimos anos as áreas dos espaços verdes do Concelho têm vindo a aumentar, uma vez que foram construídos novos jardins e parques urbanos. A manutenção e preservação dos jardins e espaços verdes são cada vez mais importantes para a qualidade urbana, como reflexo de harmonia entre o homem e a natureza.

Regista-se o aumento substancial das atividades desportivas e eventos de grande dimensão, em áreas verdes facto que obriga a uma manutenção e reparação bastante mais exigente e constante, destes espaços.

Cada vez mais os munícipes dão maior importância à quantidade e qualidade dos espaços verdes existentes quer na área da sua residência, quer nas cidades onde habitam.

Deste modo passamos a descrever os diferentes trabalhos e a sua periodicidade, a realizar impreterivelmente ao longo do ano de 2025, assim como os materiais, equipamentos cuja aquisição é necessária para realizar com êxito todos esses trabalhos adstritos a este Pelouro:

• **Trabalhos de manutenção de espaços verdes existentes em toda a cidade, assim como em espaços públicos em todo o Concelho** (exemplos, Empreendimentos de habitação social, Escolas, Parques, Praia Fluvial da Mâmoa, Ciclovia da Feira – percurso urbano do Cáster e terrenos envolventes pertença ao Município).

Nos trabalhos de manutenção de espaços verdes estão previstos cortes quinzenais em todos os relvados e áreas verdes existentes na cidade, limpeza e monda de canteiros, podas de rebaixamento de arbustos em canteiros, substituição de plantas mortas, vandalizadas ou furtadas e aplicação de plantas de época em canteiros e floreiras.

Para a execução destes trabalhos será necessário fazer a aquisição de material vegetal, árvores e arbustos, sementes de relvas e fertilizantes, assim como equipamento para arejamento e restauro de relvados e a renovação de equipamento de corte de relva, que se encontra obsoleto ou em fase final do ciclo de vida.

• **Trabalhos de podas de árvores localizadas em espaços públicos de todo o Concelho**

Requalificação / Restauração de pequenos espaços verdes públicos, através de trabalhos de plantação de material vegetal (como árvores e arbustos), de forma a inovar e a valorizar a paisagem, com diferentes elementos naturais através das diferentes cores, texturas, alturas, épocas de floração, entre outros.

Para a execução destes trabalhos será necessário fazer a aquisição de material vegetal, assim como equipamento de auxílio para a preparação do terreno e plantação de árvores e arbustos.

Nesta rubrica pretendemos efetuar o rebaixamento das copas das árvores, assim como a poda cirúrgica de árvores que se encontram já envelhecidas. Para a execução destes trabalhos será necessário adquirir material de poda de árvores nomeadamente, motosserras, tesouras mecânicas.

• Trabalhos de gestão de combustível

Todos os trabalhos de gestão de “Prestação de serviços de realizações de ações e trabalhos de gestão de combustível”, nomeadamente, a elaboração de fichas técnicas para cada terreno a intervir, supervisão dos trabalhos e elaboração de auto de medição.

• Outros Trabalhos

- Corte de vegetação, manutenção das vias de acesso à cidade, Espargo - Cruz, S. João de Ver – Santa Maria da Feira, Sanfins – Santa Maria da Feira, pelo menos três vezes por ano;
- Corte de vegetação e limpeza de todos terrenos pertencentes ao Município pelo menos uma vez por ano;
- Limpeza e transporte a destino final de resíduos sólidos abandonados na via pública; montureiras, monstros e entulhos (divisão de saneamento);
- Corte de vegetação e limpeza para levantamentos topográficos para a realização de estudos e projetos (setor de urbanismo);
- Corte de vegetação e limpeza das vias estruturantes Lourosa - Lamas, Espargo - Rio Meão, São João de Ver - Lamas, pelo menos duas vezes por ano;
- Apoio permanente à proteção civil, sempre que necessário;
- Gestão e limpeza do cemitério municipal, incluindo a execução de inumações e transladações, todos os dias;
- Vigilância, limpeza e desinfeção das casas de banho públicas; todos os dias;
- Vigilância, limpeza e desinfeção do mercado municipal; todos os dias com exceção do domingo;
- Apoio permanente a todos os eventos realizados pelos diferentes pelouros deste Município, *Imaginarius*, Terra dos Sonhos, Feira Medieval, Semana Santa, etc;
- Transporte e montagem de materiais para todas as escolas pertencentes ao Concelho;
- Apoio no transporte, montagem e desmontagem de todos os eventos realizados pelo pelouro da Educação, Desporto e Juventude;
- Apoio no transporte, montagem e desmontagem de todos os eventos realizados pelo pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus;
- Mudança de arquivos e de gabinetes;
- Preparação de salas para palestras e conferências (Europarque, Edifícios Municipais).

DESPORTO

O desporto é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento harmonioso do ser humano. São sobejamente conhecidas as suas vantagens para uma vida saudável e, conseqüentemente, para termos sociedades com qualidade de vida.

É também reconhecido o papel determinante que o desporto tem no desenvolvimento económico e social do território.

O movimento associativo concelhio, na sua vertente desportiva, desempenha, ano após ano, um papel preponderante no seio da comunidade.

Ciente da importância que este movimento representa a Câmara Municipal, enquanto parceira social, assume uma intervenção participativa e atenta no sentido de potenciar o desenvolvimento desta realidade, implementando, para isso, um conjunto de diretrizes de âmbito desportivo que vão de encontro às necessidades mais prementes do tecido associativo, promovendo um conjunto de medidas de apoio transparentes, equitativas e justas através do PAD - Programa de Apoio ao Desporto, cuja nova versão entrou em vigor no ano 2021.

É função da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira desenvolver uma política que, através da atividade física e do desporto, contribua para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população.

Santa Maria da Feira pretende ser um modelo de excelência na promoção do desporto como meio de contribuir para a saúde, educação, socialização e criação de valor para os seus cidadãos e comunidades desportivas, com recursos humanos qualificados e motivados para irem ao encontro das expectativas da população, promovendo a qualidade de vida no Concelho.

Assim dito, são do âmbito do Pelouro do Ambiente, Jardins, Espaços Verdes, Paisagem Urbana e Desporto (PAJEVPUD), em particular da área do Desporto: o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade desportiva; a gestão, remodelação e a proposta de construção de novas infraestruturas desportivas municipais; e ainda o apoio a outras entidades, do ponto de vista financeiro e logístico, nomeadamente ao nível associativo.

Todas estas áreas de intervenção têm como principal objetivo possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade, segundo quatro eixos fundamentais:

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II - Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III - Apoio ao Associativismo Desportivo

Eixo IV - Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Objetivos Estratégicos

- Aumentar a prática e a cultura desportiva;
- Incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva;
- Realizar a manutenção e remodelação de espaços desportivos;
- Construir espaços desportivos;

- Aumentar os recursos humanos existentes e melhorar a eficiência dos processos;
- Melhorar a resposta às solicitações dos cidadãos, clubes e comunidades;
- Promover a inovação nos serviços aos cidadãos, clubes e comunidades;
- Promover uma utilização ambientalmente correta dos recursos utilizados;
- Aumentar a qualificação dos recursos humanos em áreas estratégicas;
- Disponibilizar conhecimento e formação aos agentes desportivos;
- Divulgar a ação do Município no âmbito desportivo;
- Rentabilizar os recursos existentes;
- Aumentar o valor para os cidadãos, clubes e comunidades.

A Autarquia compromete-se, com a elaboração do seu Plano de Atividades para o ano de 2025, a manter a sua aposta nos eixos estratégicos anteriormente definidos, e que a seguir se concretizam.

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Consideramos neste eixo o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade física e desportiva, dirigidas à população em geral, com vista a aumentar a prática desportiva, sob o lema “Desporto Fazemos Bem”, destinado à população em geral, e no qual serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Run For Feira – Andar a Pé

As caminhadas têm cada vez maior implementação e uma forte presença no Concelho, com vários clubes, associações e juntas de freguesia a dinamizarem iniciativas, em parceria com a Autarquia, no âmbito do objetivo de promoção da prática desportiva.

Pretende-se dar continuidade aos projetos de desporto e bem-estar, assegurando atividades acessíveis a todos, e fomentando estilos de vida saudáveis.

Pretende-se dirigir estas iniciativas para as famílias, incentivando o desenvolvimento de uma cultura desportiva, disponibilizando conhecimento sobre os benefícios da atividade físico-desportiva.

Esta atividade voltará a funcionar durante todo o ano, contando com percursos de baixa/média intensidade, até 10 Km, abrangendo todas as freguesias do Concelho.

A avaliar pelos últimos anos, serão quase 100 caminhadas ao longo do ano, dispersas pelo Concelho de Santa Maria da Feira.

- Run For Feira – Corridas

A Autarquia, em parceria com as secções de atletismo e os clubes e do Concelho, pretende dar continuidade às provas de atletismo (estrada e pista), visando estimular a população para a prática de atividade física. Integram habitualmente o projeto, de entre outras, as seguintes provas:

Pista:

- Torneio Cristina Eduardo – Benjamins e Infantis;
- Torneio Saul Fernandes | Triatlo Técnico Distrital
- Torneio Tiago Sá;
- Torneio Cidade de Lourosa;

Estrada:

- Meia Maratona da Primavera;
- Milha Urbana *Stream* Feirense;
- Corrida do Aniversário *Runforfun*;
- Grande Prémio de Mozelos;
- *Colour Run*;
- Corrida Urbana Terras de Santa Maria;
- Corrida São João Pereira;
- Corrida de São Tiago;
- Grande Prémio de S. Paio de Oleiros;
- Corrida de Santa Maria de Lamas;
- Corrida Rosa;
- Grande Prémio de Atletismo de Caldas de S. Jorge;
- Encontro de Grupos de Corrida e Caminhada;
- *Runforfest* – São João de Ver;
- *Bio Run* Europarque;
- S. Silvestre de Santa Maria da Feira;
- S. Silvestre de Mozelos;
- Silvestre de Lourosa.

- Run For Feira – Trail

A Autarquia, em parceria com os clubes do Concelho, voltará a organizar provas de *trail*, sensibilizando assim os munícipes para a importância de prática de atividade física e promovendo o contato com a natureza.

Integram habitualmente o projeto os seguintes eventos:

- *Last Man Standing*;
- *Trail Vila Trail*;
- Trilhos Termais;
- Trilhos dos Pernetas;
- Trail Rota do Castro;
- Trilhos dos Fogaceiros;
- *Mâmoa River Trail*;
- *Backyard* Ultra Feirense;

- 24h a Correr;
- *Argon Trail*;
- *Trail do Viso*;
- *Trail das Rabanadas*.

- Run For Feira – Trail Treinos Abertos

A Autarquia, em parceria com os clubes e as secções de atletismo do Concelho, voltará a organizar o Circuito de *Trail* de Santa Maria da Feira, uma programação constituída por várias etapas, com participação gratuita e sem fins competitivos.

A iniciativa tem como principais objetivos: promover a atividade física e o contato com a natureza; desenvolver a relação das áreas do desporto, ambiente, e socialização como base num estilo de vida saudável; possibilitar aos clubes a apresentação e partilha de experiências; realizar um programa dinâmico através da participação ativa dos clubes do Concelho.

- Trepas Trilhos Carnavalesco;
- Trilhos de Canedo;
- Trilhos dos Mirtilos;
- Trilhos das “3 Pontes”;
- Trilhos da Mãmoa;
- Trilhos de Nadais;
- *Christmas Trail Run & Fun*.

- Corridas de Obstáculos

Provas com percursos que podem variar entre os 5 e os 10 km, e com cerca de 20 a 40 obstáculos. Caracterizam-se por serem eventos que promovem o espírito de equipa e a autossuperação dos participantes, proporcionando uma experiência única.

Nos últimos anos têm-se realizado no Município uma prova de obstáculos, “*Bravos Challenge*”, um evento de grande dimensão, organizado pela “Associação Bravos & Bravitas” em parceria com o Município.

- Néon Run Santa Maria Feira

Evento organizado pelo Município em parceria com a *Néon Run Portugal*. Trata-se de uma atividade de carácter lúdico e de entretenimento, mas ainda assim com uma forte componente desportiva, e ao mesmo tempo de promoção da cidade.

Um evento que faz da cor, da música e da animação as suas principais características, e que conta habitualmente com uma participação superior a 1000 pessoas.

- Cicloturismo

Programa municipal que propicia a toda a população a oportunidade de praticar atividade física em bicicleta e enraizar hábitos desportivos saudáveis. Com a intenção de captar, essencialmente, a população mais sedentária, potenciando o movimento associativo, principalmente as associações de cicloturismo, como força motivadora e mais próxima dos utentes deste desporto, realizam-se passeios que aliam a atividade física ao lazer, contemplando percursos capazes de favorecer a descoberta de locais de interesse tanto pelo Concelho como por Concelhos vizinhos, com trajetos de baixa/média intensidade, entre os 20 e os 50 km, e uma incidência nos meses de abril a outubro. Paralelamente fomentam-se parcerias com eventos de âmbito local e nacional, tais como: Granfondo Porto Gaia (com passagem por Canedo) e provas de ciclismo popular com o propósito de combinar atletas federados da modalidade com os simpatizantes da bicicleta.

- Eventos de BTT

Pretende-se continuar a promover, em parceria com as associações de BTT do Concelho, diferentes tipos de eventos competitivos e/ou de lazer, como forma de proporcionar aos intervenientes a oportunidade de praticarem a modalidade BTT de uma forma organizada.

- Grupos Informais de Corrida

A caminhar ou a correr, os participantes desta ação têm a possibilidade de fazer os seus treinos acompanhados por outros aficionados do atletismo e orientados por profissionais da modalidade.

Os anos pós Covid tem revelado o aparecimento de novos grupos informais de corrida e caminhada pelas freguesias do Município de Santa Maria da Feira, os quais têm merecido o acompanhamento da Divisão de Desporto.

São já treze esses grupos, a saber: *Night Runners*, Lourosa em Movimento, Juventude Unida de Fornos Anda Correr ou Caminhar, *Run And Fun*, *Fiães Running*, *Running Mozelos*, Grupo de Corrida de Argoncilhe, Bravos e Bravitas, *Run For Fun*, *Arrifana Running*, *Europarque Running*, *Brandoenses Running*, *Guisande Trail*.

- Desporto com vida

Calendarização de atividades para pessoas com deficiência, organizadas em estreita colaboração com diferentes instituições de âmbito local, com o fim de promover sinergias e proporcionar o acesso de todos à prática desportiva e/ou recreativa, fomentando a igualdade com base no respeito pela diferença.

- Desporto Plural

Trata-se de um projeto de inclusão pelo Desporto, promovido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e pela Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência.

“Desporto Plural” é um projeto para todos, independentemente da idade, sexo ou capacidade, pretendendo evidenciar as capacidades e secundarizar as incapacidades do indivíduo e do grupo, promovendo a integração pela diversidade, proximidade, interação e intergeracionalidade.

Todos, em especial as pessoas com deficiência, verão criadas as condições para usufruir dos inúmeros benefícios do desporto num contexto plural. Todas as pessoas, famílias e amigos, clubes e instituições locais, podem associar-se a este projeto, contribuindo gradualmente para essa integração e autonomização.

Além das atividades semanais regulares, será realizado um Torneio de Desporto Adaptado com as modalidades de ténis de mesa, *futsal* e *boccia*, promovendo a prática desportiva e o convívio entre todos os participantes.

Paralelamente a este projeto será dinamizado junto das escolas o “Desporto Plural nas Escolas”, dando oportunidade aos mais jovens de experimentar modalidades do desporto adaptado, promovendo assim a inclusão através do desporto.

Seja em organização própria, em parceria com outras entidades, como apoio às organizações dos clubes, ou em estreita ligação com outros departamentos (Divisão Social: movimento e bem-estar; Educação: atividade física no pré-escolar; Feira Viva: Europarque *running*), independentemente de ter ou não carácter competitivo, a Divisão de Desporto reforçará o seu papel de pivô da promoção da atividade física desportiva no Concelho de Santa Maria da Feira.

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Manutenção

Pretende-se assegurar a manutenção contínua dos pavilhões municipais, no que toca a pisos, pintura exterior e interior, canalizações, iluminação, equipamentos desportivos, entre outras, dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril.

É também uma preocupação deste Município permitir que as crianças usem os espaços de jogo e de recreio (parques infantis, mas não só) com segurança e conforto, conforme o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro que estabelece as condições de segurança, implantação, conceção e organização funcional dos referidos espaços.

Gestão

A Autarquia pretende manter os protocolos estabelecidos para a gestão dos seguintes equipamentos:

- Piscinas Municipais: Feira Viva;
- Pavilhão Municipal de Lourosa e Pista de Atletismo de Lourosa: Junta de Freguesia de Lourosa;
- Pavilhão Municipal de Gião/Lobão: União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande.

Será dada prioridade à contínua melhoria do serviço prestado aos clubes e utentes dos pavilhões municipais, seja através da disponibilização e atualização permanente da plataforma de gestão de horários, seja através da modernização e segurança dos seus equipamentos.

Mantém-se a gestão da cedência de horas nos pavilhões municipais por parte da Divisão de Desporto: Gião/Lobão, Lourosa, Arrifana, Fiães, S. João de Ver, Mozelos, de acordo com o regulamento de funcionamento, cedência e utilização de pavilhões desportivos municipais.

Após a aquisição e formação, pretende-se aplicar um Desfibrilhador Automático Externo (DAE) em todos os pavilhões municipais

Remodelação

Requalificação de Pavilhões Municipais

Em curso as obras de requalificação do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães.

Prevê-se a requalificação do Pavilhão Municipal de Lobão/Gião, do Pavilhão Municipal de Arrifana e do Pavilhão Municipal de Lourosa.

Requalificação de Pista de Atletismo

Requalificação da Pista Municipal de Atletismo de Lourosa.

Polidesportivos

Iniciado no ano de 2020, pretende-se dar continuidade ao plano municipal de intervenções nos polidesportivos do Município.

Parques Infantis

Iniciado no ano de 2020, pretende-se dar continuidade ao plano municipal de intervenções nos parques infantis do Município com a requalificação de espaços existentes e criação de novos espaços de jogo e recreio.

Para o ano de 2025, para além da criação de novos espaços de jogo e recreio existe a pretensão de criação de um novo parque infantil totalmente inclusivo.

Equipamentos de *Fitness* ao ar livre

Iniciado no ano de 2022, pretende-se dar continuidade ao processo de requalificação dos equipamentos de *fitness* existentes e criar novos espaços para a prática desportiva no Concelho de Santa Maria da Feira, dando prioridade às freguesias que ainda não dispõem de espaços de *fitness* ao ar livre.

Paralelamente será realizada a manutenção e verificação anual destes equipamentos, de forma a garantir o bom estado e segurança dos mesmos.

Segurança em espaços de jogo e recreio

Iniciado no ano de 2021, será dada continuidade ao plano municipal de intervenções nos espaços de jogo e recreio do Município, de acordo com uma estratégia de manutenção regular de forma a monitorizar e zelar pela segurança, conformidade, durabilidade e limpeza dos equipamentos, assim como garantir um prazo de resposta aceitável para possíveis reparações, cumprindo a legislação e outras normas em vigor.

Construção

Construção da Pista Municipal de Atletismo de Sanfins

Prevê-se o início da construção da nova Pista Municipal de Atletismo, cuja localização será em Sanfins.

Ciclovias

Prevê-se a continuação da construção de diversas ciclovias, por todo o Concelho.

***Playground* 3X3**

De forma a aumentar a oferta para a práticas de basquetebol informal prevê-se a construção de três *playground* 3X3.

Skate Parque

Dando resposta a uma pretensão dos jovens, a Câmara Municipal propõe-se avançar para a construção de um *skate* parque, devidamente enquadrado num parque urbano.

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Portal do Associativismo Desportivo

Com vista a facilitar e aprofundar as relações entre a Autarquia e as associações, surgiu o Portal do Associativismo, ferramenta que se pretende assumir como espaço privilegiado para a partilha de informação da Câmara Municipal com as associações e clubes.

Pretende-se potenciar esta plataforma de forma a que esta se torne uma ferramenta imprescindível como base de dados do movimento associativo concelhio, informativa das suas diversas atividades e iniciativas, e divulgadora de eventos desportivos.

Plano de Apoio Desporto – PAD

Após a primeira entrada em vigor, em 16 de dezembro de 2015, o ano 2021 marcou a implementação da nova versão do Programa de Apoio ao Desporto de Santa Maria da Feira, elaborada pela Divisão de Desporto, com apoio do Departamento Jurídico, e que contou com a auscultação do movimento associativo desportivo concelhio. Com esta intervenção pretendeu adaptar-se este instrumento de apoio ao desporto às características e necessidades dos tempos atuais.

O Programa de Apoio ao Desporto define os tipos e as formas de apoios a conceder pelo Município de Santa Maria da Feira para a promoção e dinamização da prática da atividade física e do desporto, estabelecendo as regras e as condições para a sua atribuição.

Os destinatários do Programa são as entidades e organizações desportivas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede ou intervenção no espaço territorial do Concelho de Santa Maria da Feira, podendo-se ainda incluir-se as organizações que, não tendo como objeto principal a atividade desportiva, desenvolvam projetos e atividades que contribuam para a promoção da prática da atividade física ou do desporto.

Podem ainda ser abrangidas no âmbito do presente regulamento entidades e organizações, legalmente constituídas, que desenvolvam e promovam atividades desportivas, tais como federações desportivas, associações distritais, entre outras.

Trata-se de um programa multidimensional, multissetorial e transversal, que visa, designadamente:

- a) Promover a prática da atividade física e desportiva como forma de reduzir a tendência para uma vida sedentária, bem como a ameaça do aumento da incidência das doenças associadas ao sedentarismo;
- b) Promover o aumento da prática do desporto pelos cidadãos, aumentando o número de praticantes nas diversas modalidades;
- c) Promover o desporto feminino;
- d) Promover a diversidade desportiva;
- e) Fomentar a participação de equipas, atletas e praticantes desportivos nas competições de âmbito local, distrital, regional, nacional e internacional;

- f) Consagrar um sistema de apoios diversificados e progressivos à prática desportiva, em função de critérios objetivos e de mérito;
- g) Promover a inclusão e a integração social;
- h) Promover a prática da atividade física e desportiva como forma de contribuir para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência;
- i) Capacitar e valorizar os agentes desportivos com vista a uma gestão racional, equilibrada, sustentada e inovadora;
- j) Promover a prática da atividade física para pessoas idosas, contribuindo para a sua saúde, bem-estar e ocupação de tempos livres, ajudando a combater a solidão e o isolamento.

Apoios à promoção da atividade física e desportiva:

- **Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens**

Visa promover o aumento dos escalões de formação, a prática desportiva feminina, incentivar e aumentar a prática desportiva das pessoas com deficiência, bem como, ampliar a oferta desportiva.

- **Medida 2 - Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais**

Visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto, com vista, designadamente, ao fomento da prática desportiva, nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento das várias modalidades desportivas, bem como ao incentivo da dinâmica do movimento associativo no Município na área do desporto.

Esta medida tende a facilitar a acessibilidade da população feirense a modalidades como o Andebol, Badminton, Basebol, Basquetebol, Ciclismo, Hóquei em Campo, Hóquei em Patins, Natação, *Squash*, Ténis de Mesa e Voleibol, cujas ofertas são significativamente insuficientes e de difícil implementação e expansão.

- **Medida 3 - Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade**

Tem como principal objetivo possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte dos cidadãos com deficiência ou incapacidade, através do apoio à prática desportiva promovida pelas entidades que acolhem aquele público-alvo, e que se traduz numa comparticipação financeira e/ou no acesso às instalações desportivas municipais.

- **Medida 4 - Apoio à participação desportiva da população sénior**

Pretende possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte da população sénior através do apoio à prática desportiva promovida pelas entidades que acolhem aquele público-alvo, e que se traduz numa comparticipação financeira e/ou o acesso às instalações desportivas municipais.

- **Medida 5 - Cedência de espaços desportivos**

Com esta medida visa-se a promoção da prática desportiva através da disponibilização de períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares, às entidades desportivas.

Além dos seus próprios pavilhões, a Autarquia, através da realização de contratos-programa com as entidades gestoras das instalações desportivas, cria uma bolsa de horários de utilização das instalações e disponibiliza-os às entidades interessadas para a prossecução das atividades físicas e desportivas.

- **Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos**

A medida 6 destina-se a apoios financeiros para:

- a) Aquisição de materiais não individuais, designadamente: balizas, redes, blocos de partida, ou similares;
- b) Manutenção de campos de jogos de relva natural destinados à prática de futebol de 11;
- c) Manutenção de campos de jogos de relva sintética destinados à prática de futebol de 11;
- d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos;
- e) Manutenção de outros espaços de jogo.

- **Medida 7 - Apoio à construção, modernização e reabilitação de instalações desportivas**

Visa melhorar as condições para a prática desportiva, proporcionar melhores condições de treino para os atletas e tornar as instalações mais modernas e seguras.

O apoio tem a natureza financeira e destina-se a:

- a) A construção ou requalificação/renovação de relvados sintéticos em campos de futebol de 11;
- b) A construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos desportivos e/ou de infraestruturas de apoio.

- **Medida 8 - Apoio à qualificação dos clubes/ associações desportivas**

Visa apoiar ações formativas dirigidas a determinado público-alvo, nomeadamente, atletas, dirigentes, treinadores, pais e encarregados de educação.

- **Medida 9 - Apoio ao apetrechamento de equipamentos de desfibrilhação automática externa (DAE) e/ou de outros equipamentos médicos, fisioterapêuticos ou de socorro.**

Com esta medida pretende-se melhorar as condições de segurança para os utilizadores das instalações desportivas, apetrechando as mesmas com equipamentos que permitam um socorro mais eficaz perante uma paragem cardiorrespiratória e de outros equipamentos que possam ser fundamentais para o tratamento e socorro dos atletas bem como equipamentos que possam ser exigidos pela lei.

- **Medida 10 - Apoio à participação em competições internacionais**

Esta medida destina-se a apoiar atletas que estejam em representação das seleções nacionais e as associações que participem em fases finais absolutas de competições internacionais, abrangendo:

- a) Deslocações de atletas, filiados em associações concelhias, que estejam em representação da seleção nacional e as respetivas federações não suportem os custos com as deslocações;
- b) Deslocações de equipas de associações concelhias que participem em fases finais absolutas de competições internacionais.

- **Medida 11 - Apoio em espécie**

A presente medida consiste na cedência de equipamentos, espaços físicos, materiais, comunicação, serviços e outros meios técnicos e logísticos necessários ao desenvolvimento de projetos, atividades ou eventos que sejam considerados de interesse municipal.

Apoios de caráter excecional a atividades de interesse municipal:

- **Atividades apresentadas por entidades concelhias:**

Este apoio destina-se a conceder uma comparticipação financeira e/ ou em espécie às entidades e organizações, legalmente constituídas, com sede e intervenção no espaço territorial do Concelho de Santa Maria da Feira e abrange ações, eventos, projetos e/ ou atividades pontuais não programadas ou de ocorrência não expectável.

- **Atividades apresentadas por entidades não concelhias**

O apoio destina-se a participar financeiramente e/ ou em espécie as entidades e organizações, legalmente constituídas, que desenvolvam e promovam atividades desportivas, tais como federações desportivas, associações distritais, entre outras, e abrange ações, eventos, projetos e/ ou atividades pontuais não programadas ou de ocorrência não expectável, desde que o evento tenha lugar no território do Concelho ou com o mesmo esse território possa ser direta ou indiretamente divulgado e/ou promovido

Requalificação de Espaços Desportivos:

- **Apoio de caráter excecional ao investimento em instalações desportivas com interesse municipal**

Este apoio destina-se a participar na construção, conservação, reabilitação ou remodelação de infraestruturas desportivas de interesse municipal de associações/clubes desportivos, bem como entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede e intervenção no espaço territorial do Concelho de Santa Maria da Feira e que desenvolvam projetos e atividades que contribuam para a promoção da prática da atividade física.



- **Apoio de caráter excepcional obras de construção ou requalificação de instalações desportivas no âmbito do licenciamento**

Este apoio destina-se a participar obras de construção ou requalificação de instalações de apoio inseridas em instalações desportivas existentes no âmbito do licenciamento obrigatório da respetiva instalação desportiva (obras de fundo no edificado de apoio existente e/ou reconstrução de instalações de apoio, desde que as mesmas sejam estritamente necessárias para o licenciamento da instalação desportiva).

Eixo IV - Apoio à Organização de Atividades Desportivas

Atividades Desportivas de organização própria e em parceria com Associações e Clubes

A Autarquia continuará a organizar atividades próprias, destinadas aos atletas e associações desportivas, bem como a apoiar as organizações de eventos e atividades dos clubes concelhios, providenciando acompanhamento técnico e logístico através da Divisão de Desporto.

De entre várias, destacam-se:

I) Âmbito Concelhio/Regional:

- Mini olimpíadas

As Mini Olimpíadas Concelhias de Santa Maria da Feira são um certame de jogos desportivos juvenis, com inspiração nos Jogos Olímpicos, que pretende mobilizar para o desporto os jovens do Concelho. Trata-se do mais antigo e importante encontro desportivo do nosso Concelho na faixa etária dos 5 aos 14 anos.

A entidade organizadora, Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira, em parceria com a Câmara Municipal, tem realizado todos os esforços no sentido de proporcionar a todos os atletas as condições imprescindíveis para que possam evoluir de forma saudável, fortalecendo laços de amizade e respeito pela lealdade desportiva.

- Corta-Mato CLDE Entre Douro e Vouga

Esta prova, além de constituir um momento de competição desportiva e um encontro entre jovens de diversas escolas da região, é sobretudo uma grande festa com movimento e muita emoção. É também a primeira experiência de muitos dos participantes num evento com estas características fora do ambiente escolar.

- Torneios de Futebol Juvenil

A Autarquia colabora com os diversos clubes que fomentam a modalidade Futebol, e que dinamizam torneios para diversos escalões de formação, com carácter inclusivo e a presença de vários clubes nacionais e internacionais.

São disso exemplo, de entre outros: Torneio de Futebol Infantil de S. João de Ver “Os Joãozinhos”; Torneio Forte Paixão – Lourosa; Torneio Internacional de Verão – Fiães; Torneio Internacional de Verão – Fiães; Torneio Terras de Santa Maria – Arrifana; Torneio Comendador – Santa Maria de Lamas; Torneio Terras de Santa Maria – Arrifana; Sérgio Oliveira Cup – Paços de Brandão.

- Volta às Terras Santa Maria – Troféu Fernando Mendes

Santa Maria da Feira é um Concelho de reconhecidos ciclistas que fizeram história no panorama nacional. Pretende-se que a Volta às Terras de Santa Maria continue a assumir-se como uma prova clássica do ciclismo português, no âmbito da parceria estabelecida com o Sport Ciclismo de São João de Ver.

- Festa do Futebol Feminino

No âmbito de um protocolo entre Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Federação Portuguesa de Futebol e Associação de Futebol de Aveiro voltará a realizar-se um Torneio de Futebol Interescolar de turmas do 1º ciclo, entre os agrupamentos de escolas do Concelho de Santa Maria da Feira, dando viva voz ao slogan “o futebol é para todos...”.

- Feira *Handball Cup*

O Feira *Handball Cup* nasce por iniciativa da secção de Andebol do Clube Desportivo Feirense, pela necessidade de promover a competição nos escalões de formação num período em que os campeonatos fazem um intervalo devido ao Natal e aproveitando também as férias escolares.

O FHCUP tem-se afirmado ao longo destes anos como um importante torneio de preparação da fase decisiva da época, distinguindo-se pela elevada competitividade que proporciona às equipas presentes em todos os escalões.

- AMB Cup

Torneio de voleibol de enorme dimensão e reputação, promovido pelos conhecidos atletas da modalidade, Miguel Maia e João Brenha, e que utiliza diversos pavilhões do Município de Santa Maria da Feira, a saber: São João de Ver, Mozelos e Fiães.

- Festival de Dança

A dança assume papel fundamental nos dias de hoje enquanto forma de expressão.

Torna-se praticamente indispensável para vivermos presentes, críticos e participantes em sociedade, sendo uma arte expressiva, cultural e interdisciplinar.

Com a organização deste novo evento, será dada a oportunidade para muitas academias, ginásios, grupos de dança, saírem do seu espaço e poderem mostrar o que fazem ao público em geral, num palco na rua.

II) Âmbito Nacional:

Como tem vindo a suceder nos últimos anos (Boccia, Ténis de Mesa, Voleibol, Andebol, Artes Marciais, *Taekwondo*, Basquetebol, etc.), a Autarquia continuará a apostar na captação de eventos de âmbito nacional (taças ou fases finais de campeonatos nacionais), e em jogos das respetivas seleções, em estreita ligação com os clubes e as federações de modalidade.

Por um lado, como forma de promoção de modalidades que ainda não existam no Concelho, por outro, como estímulo às que existem e se pretendem desenvolver ainda mais. Neste segundo caso, são fundamentais os clubes, parceiros imprescindíveis, pelo que a Autarquia continuará a apoiar as organizações de eventos e atividades das associações e clubes concelhios, providenciando acompanhamento técnico e logístico pela Divisão de Desporto.

Por exemplo, em 2024, Santa Maria da Feira apadrinhou os Campeonatos Nacionais de Ciclismo de Estrada com o objetivo de determinar o Campeão Nacional da modalidade em cada uma das diferentes categorias / escalões.

Será feita uma aposta acrescida na captação desta tipologia de eventos.

Será dado especial interesse ao desporto adaptado e ao desporto feminino.

III) Âmbito Internacional:

- Eixo Atlântico

Participação ativa, seja dos elementos da Divisão de Desporto no Grupo de Trabalho de Desporto, seja dos nossos clubes e atletas nos diversos torneios, a saber: *Taekwondo*, *Boccia*, Hóquei em Patins.

- Semana Europeia do Desporto *#be active*

De forma a assinalar a Semana Europeia do Desporto, celebrada todos os anos entre 23 e 30 de setembro, a Divisão de Desporto publicitará todas as atividades que decorram no Município no âmbito do desporto, e promoverá outras, num vasto programa de ações físico-desportivas.

- Erasmus+ Sport

Tal como noutros sectores de atividade, a Câmara Municipal começará na área do Desporto a explorar oportunidades de colaboração internacional através da pesquisa e apresentação de candidaturas a programas europeus.

Outras ações

Cerimónia de Congratulação do Mérito Desportivo

Com o intuito de reconhecer e divulgar o mérito desportivo concelhio, a Câmara de Santa Maria da Feira voltará a organizar uma Gala na qual serão entregues prémios de desempenho desportivo a atletas, agentes desportivos e entidades do Associativismo Desportivo de Santa Maria da Feira que apresentem resultados meritórios no ano em curso.

No mesmo sentido, quinzenalmente são apresentados votos de congratulação dos principais méritos desportivos individuais e coletivos em sede de Reunião de Câmara.

Neste seguimento, propõe-se dar continuidade ao evento anual que tem como principal objetivo o reconhecimento dos resultados alcançados por parte dos atletas e equipas do Concelho de Santa Maria da Feira.

Percursos Pedestres – Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira dispõe de uma rede de cerca de 160km de percursos pedestres, que permitem descobrir vários locais do Concelho.

Com uma oferta de 15 Percursos Pedestres, de extensão variável desde 2 a 20km, cada um com as suas características próprias, Santa Maria da Feira oferece serras, rios, campos.

É muito fácil descobrir um local agradável e ainda pouco explorado, perto de casa, para usufruir neste Concelho.

O PR1 SMF foi o primeiro percurso a ser sinalizado/homologado na sua totalidade, promovendo a segurança dos seus utilizadores, assim como, uma monitorização dos trilhos.

Assim, o PR1 SMF Rio Uíma é um percurso de pequena rota linear com uma distância de 4km, que percorre a UF Caldas e Pigeiros e a UF Escapães.

Para o ano de 2025 propõe-se a sinalização e homologação de um novo PR.

Carta Desportiva

A Divisão de Desporto concretizou a necessidade de atualização da Carta Desportiva Municipal, documento que compreende os dados referentes à prática desportiva no Município, desde o levantamento de todas as instalações existentes, detalhando a sua propriedade, gestão, características e condições infraestruturais; o movimento associativo feirense, compendiando todas as associações, clubes e coletividades do Município e as modalidades; bem como uma caracterização física e demográfica do Concelho, de forma a enquadrar a informação.

A criação de um documento desta magnitude mostrou-se fulcral para a compreensão do fenómeno desportivo do Município de Santa Maria da Feira, permitindo simultaneamente analisar as necessidades mais urgentes das freguesias.

Este documento serve como linha referencial que auxilie o ordenamento do território e o desenvolvimento socioeconómico da região, assumindo um papel crucial na otimização da gestão municipal dos espaços desportivos.

Este documento constitui uma peça que potencia o início do processo de monitorização de um conjunto de dados que nela constam, de forma a que esteja sempre atualizado.

Assim, em 2025, é necessário a realização de uma revisão, que contemple, entre outros, a inclusão dos seguintes dados:

1. Atualização dos dados da caracterização do Concelho de Santa Maria da Feira (população do Concelho e população escolar);
2. Inclusão de novas instalações desportivas que venham a ser construídas;
3. Atualização do estado de preservação das instalações desportivas e das informações presentes nos quadros de cada instalação desportiva;
4. Identificação das necessidades de intervenção em cada instalação desportiva (periodicidade trimestral);
5. Alteração das áreas úteis desportivas do Concelho e para cada freguesia e união de freguesias;
6. Alteração dos *déficits* das áreas úteis desportivas para o Concelho e para cada freguesia e união de freguesias;
7. Alteração dos *déficits* de cada tipologia de instalação desportiva analisada: grandes campos de jogos; pistas de atletismo; pequeno campo de jogo; pavilhões e salas de desporto; piscinas;
8. Inclusão de novos programas, atividades e eventos desenvolvidos, para cada um dos anos;
9. Alteração do número de atletas por cada clube, modalidade, escalão e género;

Por fim, salienta-se que será feita a apresentação pública do trabalho realizado.

Formação

Plano de Formação para Agentes Desportivos de SM Feira

Além da vertente eventos, é também preocupação do Município que a formação desportiva seja conduzida por técnicos, professores, treinadores e dirigentes qualificados e que tenham a possibilidade de reciclar os seus conhecimentos. Num Município que anualmente envolve e apoia milhares de praticantes, também a formação geral dos atletas e dos pais ao nível da sua cultura e educação desportiva, pode assumir-se como um fator diferenciador, assim como facilitador da intervenção dos clubes no desenvolvimento das suas atividades desportivas e das suas obrigações ao nível da sua certificação junto das federações respetivas.

**normas de execução do
orçamento municipal**

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

CAPÍTULO I

Âmbito e Regras Gerais de Execução

Artigo 1.º- Definição e Objeto

O presente articulado estabelece regras e procedimentos, complementares e necessários, à execução do orçamento em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do art.º 46.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e parte restante do mesmo diploma legal, assim como as disposições constantes, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (pontos 3.3. e 8.3.1.), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), todos nas suas redações atuais, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2025, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental, sem prejuízo das normas aplicáveis na Lei de Enquadramento Orçamental.

Sem prejuízo do disposto nas presentes normas de execução, foi aprovado em reunião de câmara de 05 de junho de 2023, a norma de sistema de controlo interno do Município de Santa Maria da Feira. As normas de controlo interno, estabelecem um conjunto de procedimentos de regulação em termos administrativos, financeiros, contabilísticos, execução do orçamento municipal, contratação pública, procedimentos de controlo, pagamentos, autorizações da despesa, celebração e formalização de contratos, disponibilidades, endividamento, existências, imobilizado, seguros, e recursos humanos.

Artigo 2.º- Âmbito de Aplicação

O presente normativo contém as disposições aplicáveis à execução do Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para 2025 atento o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente na alínea d) do n.º 1 do artigo 46.º, no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP),

no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, bem como na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo 3.º- Execução Orçamental

1. Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo o princípio da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. As unidades orgânicas são responsáveis pela gestão do conjunto de meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e da gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, que visam a minimização de custos diretos e indiretos, uma distribuição equilibrada de custos pelos sucessivos orçamentos e a não exposição a riscos excessivos.
3. Durante o ano económico de 2025, a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previsto ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), caso o Município não esteja excluído do respetivo âmbito de aplicação.
4. É extremamente importante adequar os fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, o que obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2024 e anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2024 e anteriores sem fatura associada;

- c. Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores
- d. Registo dos compromissos referentes a despesas de funcionamento, remunerações certas e permanentes, sendo que estes deverão ser efetuados pelo encargo estimado.

Artigo 4.º- Processos de despesa transitados

1. Os compromissos assumidos para anos anteriores a 2025 para os quais não foram apresentadas faturas, serão objeto de reapreciação em 2025, não podendo esse montante ser utilizado por conta do orçamento do exercício de 2025, ficando a aplicação desta verba disponível, à exceção dos procedimentos alvo de contratos/protocolos já firmados, à consideração do Presidente da Câmara Municipal ou da vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa.
2. Na transição do ano, as dotações nas rubricas do PAM e do PPI, que após o registo dos compromissos assumidos e não pagos, se revelem desadequadas, serão objeto de uma alteração orçamental permutativa, sendo as novas rubricas readequadas com autorização da vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa.

Artigo 5.º- Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM)

1. A Câmara Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal, baseados em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomarão as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reafetando através do mecanismo das alterações orçamentais (permutativas ou modificativas), as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL, que se mantém em vigor por força da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Considerando a vigência do SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020 e atendendo a que as regras de modificação do orçamento se mantém em conformidade com o ponto 8.3.1. do POCAL cumpre articular estas regras com a NCP 26 do SNC-AP, assim, as modificações são genericamente em SNC-AP designadas por “alterações” que podem ser:



- a) “Alteração orçamental modificativa” - é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor; ou
 - b) “Alteração orçamental permutativa” - é aquela que procede à alteração da composição do orçamento de receita ou de despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global.
3. As “alterações orçamentais modificativas” que:
 - a) Tenham como contrapartida receitas legalmente consignadas; empréstimos contratados; ou uma nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial, bem como as “alterações orçamentais permutativas”, são da competência da Câmara Municipal, sem prejuízo da delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal;
 - b) As demais “alterações” orçamentais são da competência da Assembleia Municipal.
 4. Os ajustamentos orçamentais de despesa consignada ou financiada por capitais alheios diretamente relacionados com a delegação de competências / projetos financiados por fundos europeus e/ou nacionais não podem ser utilizados para outros projetos não relacionados.

Artigo 6.º- Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
2. Nos termos do artigo 299-B do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, , todas as empresas são obrigadas a enviar documentos em formato eletrónico (EDI) para as entidades da administração pública, no âmbito da execução de contratos públicos.
3. O número anterior não é aplicável nos termos do código dos contratos públicos a toda a faturação relativa a aquisições realizadas por ajuste direto regime simplificado.
4. O Município de Santa Maria da Feira utiliza para a receção de documentos em formato eletrónico, o broker YETSPACE e recebe as faturas eletrónicas dos seus fornecedores por duas vias:
 - a) através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda. para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas.
 - b) através de email. Neste caso, devem enviar as faturas eletrónicas para fatura.eletronica@cm-feira.pt, sendo que devem anexar o PDF da fatura (assinado digitalmente) e o XML CIUS-PT



Para cumprimento do dispositivo legal o ficheiro tem que conter obrigatoriamente o Ano/compromisso.

5. Deste modo, deixa de ser possível os serviços municipais aceitarem a receção de faturas em papel, exceto as previstas no nº 3 do presente artigo que deverão ser enviadas, por email para financeira@cm-feira.pt.
6. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à Divisão Financeira e Gestão Patrimonial em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
7. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de manifesto interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à Divisão Financeira e Gestão Patrimonial em 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
8. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas em 6 e 7 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
9. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos são os que constam da Norma de Controlo Interno.

Artigo 7.º- Gestão dos ativos fixos tangíveis da Autarquia

A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos das Normas de Controlo Interno e as aquisições de investimentos efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de contratos ou documento equivalente, designadamente requisições externas, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 8º- Gestão de inventários de Existências

1. O stock de artigos em armazém será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.

2. A regra será a da aquisição de artigos por fornecimento contínuo com um período de armazenagem mínimo ou sem armazenamento sendo o seu fornecimento direto ao serviço requisitante.
3. Todos os artigos saídos de armazém (Existências), afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam de forma a permite a sua contabilização para efeitos da contabilidade de gestão.
4. Poderão ser fixados outros procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, em despachos para o efeito do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 9º - Contabilidade de gestão

Durante o ano de 2025 deverá ser assegurado um sistema de contabilidade de gestão que permita, sem prejuízo de outros objetivos previstos na Norma de Contabilidade Pública 27:

- a) Apurar o custo dos equipamentos e infraestruturas municipais;
- b) Apurar os custos das funções e atividades municipais;
- c) Apurar o custo total dos Investimentos municipais;
- d) Apurar os custos das unidades orgânicas;
- e) Quantificar o valor das transferências em numerário e em espécie para entidades terceiras.

CAPITULO II

Execução da Receita

Artigo 10.º- Princípios gerais para a arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição do artigo orçamental adequado, podendo, no entanto, ser cobrada para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas, preços e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor e outra legislação complementar, que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos.
4. Em conformidade com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.

Artigo 11.º- Princípios gerais para a arrecadação de receitas

Durante o exercício de 2025 é concedida uma autorização genérica para autorização de reembolsos e restituições, sempre operados por abate às receitas liquidadas, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26, até ao limite equivalente das delegações de competências para autorizações de despesas e pagamentos, respetivamente.

Artigo 12.º- Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate do atendimento Municipal, de serviços externos, ou serviços internos cobrados à distância, a entrega far-se-á até ao dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que efetuar a cobrança das receitas.

Artigo 13.º- Pagamentos em prestações

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento e devem ser autorizados nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.
2. Depois de devidamente autorizados, os planos e pagamentos em prestações devem ser remetidos para a Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial para serem objeto de registo na aplicação SNC-AP, à exceção dos registados nas aplicações próprias.
3. Excluem-se os pedidos de pagamento em prestações no âmbito dos processos de execução fiscal.

Artigo 14.º- Isenções e reduções de taxas

No exercício económico de 2025, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de € 500.000,00 como estimativa da despesa fiscal consubstanciada na concessão de isenções ou reduções de taxas previstas nos regulamentos municipais em vigor.

CAPITULO III

Execução Orçamental da Despesa

Artigo 15.º- Princípios Gerais para a Realização da Despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os seguintes princípios da NCP 26, bem assim na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2008, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis;
 - e) O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registadas mensalmente para um período deslizando de três meses;
 - f) As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, se estiverem inscritas no Orçamento e nas GOP'S, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir;
 - g) As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte;

- h) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos no número anterior no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro do ano a que respeita o crédito;
 - i) Os serviços, no prazo improrrogável definido no número anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
3. Para as adjudicações e cabimentos cujos efeitos se iniciem no ano económico seguinte e sejam efetuadas dentro dos 60 dias anteriores, ao fim do ano económico, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 22-º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, as declarações de cabimento são substituídas por declarações de suprimento, emitidas pela Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial após confirmação nos documentos previsionais do ano seguinte, sustentado pela rubrica, pela qual será onerada a despesa, após solicitação da Divisão de Contratação Pública.

Artigo 16.º- Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2025 a Divisão de Contratação Pública e Gestão de Armazéns deve utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica de contratação pública para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões.
2. A aplicação do número anterior está dispensada quando, nos termos da lei, não seja obrigatória a utilização de plataforma eletrónica de contratação pública, designadamente nos procedimentos de aquisição por ajuste direto regime simplificado e geral assim como nas consultas prévias.
3. Exceto no regime de ajuste direto simplificado em todas as requisições internas emitidas deve estar justificada a necessidade de aquisição e de realização da despesa.
4. Cumpre à Divisão de Contratação Pública e Gestão de Armazéns realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos, em articulação com os demais serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada unidade, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, assim como, nos procedimentos de aquisição por convite, pela proposta das entidades a convidar.
6. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do Código do Contratos Público (CCP), Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, todos os serviços municipais devem comunicar à Unidade responsável pelo procedimento aquisitivo, no momento da ocorrência, a



identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 17.º- Gestão de contratos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada uma das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor conjuntamente e em coordenação com o gestor de contrato formalmente nomeado.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade pode:
 - a) Propor superiormente a nomeação dos gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
 - b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela Unidade responsável pelo procedimento aquisitivo.
3. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas ao membro do executivo responsável pela unidade requisitante para que este assegure a tramitação junto dos serviços municipais competentes.

Artigo 18.º- Conferência e Registo da Despesa

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis constantes das normas de controlo interno e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas diretamente para a Divisão Financeira e Gestão Patrimonial.

Artigo 19.º- Suspensão da aquisição de bens e serviços

1. Ficam suspensas quaisquer aquisições de bens e serviços a partir do dia 15 de outubro de 2025 até ao final do mesmo ano.
2. Se, a partir da data supramencionada, existirem aquisições de bens e serviços consideradas imprescindíveis para o interesse público, estas terão que ser justificadas pelo dirigente do serviço, validadas conjuntamente pelo respetivo membro do executivo responsável e a vereadora do Pelouro de Administração, Finanças e Modernização Administrativa ou o Presidente da Câmara.
3. Cabe a cada unidade orgânica, dentro das suas atribuições e competências, assegurar a cobertura orçamental de todos os compromissos que transitam de 2024 para 2025.

Artigo 20.º- Competências para autorização da despesa e pagamentos

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
 - a) Até 149.639,47 €, o Presidente de Câmara;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
4. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 18º do DL 197/99, de 8 de junho, fica a Câmara Municipal autorizada a executar a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao montante de € 300.000,00, excluído o IVA incidente na aquisição dos bens nelas aplicadas.

5. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários, ao sexto dia útil a contar do final do mês;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

6. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

7. Sempre que esteja em causa um pagamento a efetuar por cheque ou numerário no montante dos fornecimentos dos bens ou da prestação do serviço, compete à unidade orgânica responsável do processo de despesa entregar na Divisão Financeira e Gestão Patrimonial a fatura original no dia do pagamento.

Artigo 21.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.

2. O resumo das folhas de remuneração e as correspondentes Ordens de pagamento emitidas pela Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, devem dar entrada na Divisão Financeira e Gestão Patrimonial até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.

3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

Artigo 22.º- Apoios a entidades terceiras

1. Os subsídios e apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do respetivo Pelouro ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. A decisão de conceder subsídios e apoios a entidades terceiras tem um prazo de validade de dois anos para subsídios correntes e de três anos para subsídios de capital, e assim volvido esse prazo, caso a entidade beneficiária não cumpra com as condições impostas pelo Município para o apoio ou subsidiação, a decisão considerar-se-á como automaticamente revogada.

Artigo 23.º- Apoio às competências materiais dos órgãos das Freguesias

1. Durante o exercício de 2025, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no art.º 16.º do mesmo diploma:

a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;

b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.

2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

3. A decisão de conceder subsídios e apoios às freguesias tem um prazo de validade de dois anos para subsídios correntes e de três anos para subsídios de capital, e assim volvido esse prazo, caso a entidade beneficiária não cumpra com as condições impostas pelo Município para o apoio ou subsidiação, a decisão considerar-se-á como automaticamente revogada.

Artigo 24.º- Assunção de compromissos plurianuais – Autorização Genérica

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica, favorável, à assunção de compromissos plurianuais, nos casos e condições seguintes:
 - a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
 - c) Resultem de reprogramações financeiras e alterações ao cronograma físico de execução de investimentos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
3. De acordo com o previsto no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, é concedida a devida autorização à Câmara Municipal para deliberar relativamente à abertura de procedimentos referentes a despesas que deem lugar a encargos em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, e não se encontrem abrangidos pelas disposições constantes das alíneas a) e b) do nº 1 da mesma disposição legal.
4. A autorização genérica constante do número anterior não prejudica a possibilidade de delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal prevista no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na redação introduzida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.
5. O regime previsto no presente artigo aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 a 3, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.

Artigo 25.º- Equipamento e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para a Departamento de

Tecnologias de Informação responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.

2. Os procedimentos de aquisição ficam centralizados na Divisão de Contratação Pública e Gestão de Armazéns responsável pelo procedimento aquisitivo, com base nos requisitos técnicos definidos pelo Departamento de Tecnologias de Informação.

Artigo 26.º- Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria, para serviço do município, carece sempre de autorização prévia do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências delegadas.
2. Aquando da elaboração do pedido para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias úteis, contados da data do seu regresso ao serviço.
4. Se dentro do prazo referido no número anterior, os documentos em apreço não tiverem sido entregues na Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial, deverá esta proceder à emissão da guia de reposição abatida e proceder ao encontro de contas no vencimento, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 27.º- Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos

1. Compete à Divisão Administrativa Geral a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Compete à Divisão Administrativa Geral a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do art.º 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

Artigo 28.º- Contratos e protocolos interadministrativos

1. Os protocolos e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à Divisão Financeira e Gestão Patrimonial proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

Artigo 29.º- Contratos de tarefa e avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no art.º 10º e 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos no agrupamento 01 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos no agrupamento 02.

Capítulo IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 30.º- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

Em 2025, as alusões a normas, procedimentos, autorizações e outros previstas nos artigos anteriores e referentes à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso não produzirão efeitos nem se aplicarão caso o Município esteja excluído do âmbito de aplicação do referido diploma.



Artigo 31.º - Omissões sobre a execução do Orçamento

As omissões ou dúvidas interpretativas quanto ao presente serão esclarecidas nos termos estabelecidos na NSCI, quando aplicável, ou por deliberação da Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, quando se tratarem de matérias da sua competência.

**grandes opções do
plano e orçamento municipal**

resumo do orçamento

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : RESUMIDA

Desagregar : N Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
	Receita corrente	1.573.381,00	97.775.036,00	99.348.417,00	114.246.961,00	102.567.074,00	106.443.779,00	108.071.220,00
	Receita de capital		16.608.965,00	16.608.965,00	22.113.452,00	20.003.418,00	19.006.418,00	6.369.965,00
	Receita efetiva [1]	1.573.381,00	114.384.001,00	115.957.382,00	136.360.413,00	122.570.492,00	125.450.197,00	114.441.185,00
	Receita não efetiva [2]		2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	
	Receita total [3] = [1] + [2]	1.573.381,00	114.384.003,00	115.957.384,00	136.360.414,00	122.570.493,00	125.450.198,00	114.441.185,00
	Despesa corrente	1.596.192,00	83.373.105,00	84.969.297,00	78.740.408,00	61.509.313,00	57.531.598,00	57.188.685,00
	Despesa de capital		148,00	29.759.939,00	29.760.087,00	56.630.006,00	60.407.180,00	67.373.600,00
	Despesa efetiva [4]	1.596.340,00	113.133.044,00	114.729.384,00	135.370.414,00	121.916.493,00	124.905.198,00	113.896.185,00
	Despesa não efetiva [5]		1.228.000,00	1.228.000,00	990.000,00	654.000,00	545.000,00	545.000,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]	1.596.340,00	114.361.044,00	115.957.384,00	136.360.414,00	122.570.493,00	125.450.198,00	114.441.185,00
	Saldo total [3] - [6]	-22.959,00	22.959,00					
	Saldo global [1] - [4]	-22.959,00	1.250.957,00	1.227.998,00	989.999,00	653.999,00	544.999,00	545.000,00

**orçamento e
plano orçamental plurianual**

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
	Receita corrente	1.573.381,00	97.775.036,00	99.348.417,00	114.246.961,00	102.567.074,00	106.443.779,00	108.071.220,00
R1	Receita fiscal		36.068.380,00	36.068.380,00	37.078.296,00	38.016.489,00	39.183.751,00	40.280.895,00
R11	Impostos diretos		36.068.379,00	36.068.379,00	37.078.295,00	38.016.488,00	39.183.750,00	40.280.894,00
R12	Impostos indiretos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	43.755,00	1.796.686,00	1.840.441,00	1.889.719,00	1.942.903,00	1.997.023,00	2.052.938,00
R4	Rendimentos de propriedade	250,00	3.947.241,00	3.947.491,00	4.058.204,00	4.171.835,00	4.288.644,00	4.408.726,00
R5	Transferências e subsídios correntes		49.999.831,00	49.999.831,00	63.531.781,00	50.544.693,00	52.875.349,00	52.612.492,00
R51	Transferências correntes		49.999.829,00	49.999.829,00	63.531.779,00	50.544.691,00	52.875.347,00	52.612.490,00
R511	Administrações Públicas		49.966.214,00	49.966.214,00	63.531.772,00	50.544.684,00	52.875.340,00	52.612.483,00
R5111	Administração Central - Estado Português		49.966.208,00	49.966.208,00	63.531.766,00	50.544.678,00	52.875.334,00	52.612.477,00
R5112	Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5113	Segurança Social		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
R5114	Administração Regional							
R5115	Administração Local		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
R512	Exterior - U E		33.611,00	33.611,00	3,00	3,00	3,00	3,00
R513	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R52	Subsídios correntes		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
R6	Venda de bens e serviços	1.516.135,00	5.512.853,00	7.028.988,00	7.225.675,00	7.427.868,00	7.635.726,00	7.849.303,00
R7	Outras receitas correntes	13.241,00	450.045,00	463.286,00	463.286,00	463.286,00	463.286,00	866.866,00
	Receita de capital		16.608.965,00	16.608.965,00	22.113.452,00	20.003.418,00	19.006.418,00	6.369.965,00
R8	Venda de bens de investimento		693.252,00	693.252,00	693.252,00	693.252,00	693.252,00	693.252,00
R9	Transferências e subsídios de capital		15.910.611,00	15.910.611,00	21.419.598,00	19.309.564,00	18.312.564,00	5.676.713,00
R91	Transferências de capital		15.910.611,00	15.910.611,00	21.419.598,00	19.309.564,00	18.312.564,00	5.676.713,00
R911	Administrações Públicas		15.910.607,00	15.910.607,00	21.419.594,00	19.309.560,00	18.312.560,00	5.676.709,00
R9111	Administração Central - Estado Português		15.910.607,00	15.910.607,00	21.419.594,00	19.309.560,00	18.312.560,00	5.676.709,00
R9112	Administração Central - Outras entidades							
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		102,00	102,00	102,00	102,00	102,00	102,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		5.000,00	5.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	Receita efetiva [1]	1.573.381,00	114.384.001,00	115.957.382,00	136.360.413,00	122.570.492,00	125.450.197,00	114.441.185,00
	Receita não efetiva [2]		2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R12	Receita com ativos financeiros		2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R13	Receita com passivos financeiros							
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
	Receita total [3] = [1] + [2]	1.573.381,00	114.384.003,00	115.957.384,00	136.360.414,00	122.570.493,00	125.450.198,00	114.441.185,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
050102	Privadas		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0502	Juros - Sociedades Financeiras		459.682,00	459.682,00	472.553,00	485.785,00	499.387,00	513.370,00
050201	Bancos e outras instituições financeiras		459.681,00	459.681,00	472.552,00	485.784,00	499.386,00	513.369,00
050299	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		168.064,00	168.064,00	172.769,00	177.607,00	182.579,00	187.691,00
050701	Empresas Públicas		34.256,00	34.256,00	35.215,00	36.201,00	37.214,00	38.256,00
050702	Empresas Públicas - Municipais e Intermunicipais		133.806,00	133.806,00	137.552,00	141.404,00	145.363,00	149.433,00
050703	Empresas Privadas		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
050799	Outras		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0508	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES FINANCEIRAS		40,00	40,00	41,00	42,00	43,00	44,00
0510	Rendas	250,00	3.319.452,00	3.319.702,00	3.412.838,00	3.508.398,00	3.606.632,00	3.707.618,00
051001	Terrenos	250,00	10.589,00	10.839,00	11.143,00	11.455,00	11.775,00	12.105,00
051002	Activos no subsolo		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051003	Habitacões		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051004	Edifícios		51.331,00	51.331,00	52.953,00	54.436,00	55.960,00	57.527,00
051005	Bens de Domínio Público		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
051099	Outros		3.257.529,00	3.257.529,00	3.348.739,00	3.442.504,00	3.538.894,00	3.637.983,00
05109901	RENDA CONCESSÃO ELETRICIDADE		3.130.388,00	3.130.388,00	3.218.038,00	3.308.143,00	3.400.771,00	3.495.993,00
05109902	RENDA CONCESSÃO - ÁGUA		104.436,00	104.436,00	107.360,00	110.366,00	113.456,00	116.633,00
05109999	OUTROS		22.705,00	22.705,00	23.341,00	23.995,00	24.667,00	25.357,00
0511	Activos Incorpóreos		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R5	Transferências e subsídios correntes		49.999.831,00	49.999.831,00	63.531.781,00	50.544.693,00	52.875.349,00	52.612.492,00
R51	Transferências correntes		49.999.829,00	49.999.829,00	63.531.779,00	50.544.691,00	52.875.347,00	52.612.490,00
R511	Administrações Públicas		49.966.214,00	49.966.214,00	63.531.772,00	50.544.684,00	52.875.340,00	52.612.483,00
R5111	Administração Central - Estado Português		49.966.208,00	49.966.208,00	63.531.766,00	50.544.678,00	52.875.334,00	52.612.477,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		49.966.208,00	49.966.208,00	63.531.766,00	50.544.678,00	52.875.334,00	52.612.477,00
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		49.966.208,00	49.966.208,00	63.531.766,00	50.544.678,00	52.875.334,00	52.612.477,00
060301	Estado		47.289.775,00	47.289.775,00	47.335.274,00	47.335.274,00	47.335.274,00	47.335.244,00
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro		15.440.108,00	15.440.108,00	15.440.108,00	15.440.108,00	15.440.108,00	15.440.108,00
06030102	Fundo Social Municipal		3.715.814,00	3.715.814,00	3.715.814,00	3.715.814,00	3.715.814,00	3.715.814,00
06030103	Participação Fixa no IRS		7.367.981,00	7.367.981,00	7.367.981,00	7.367.981,00	7.367.981,00	7.367.981,00
06030105	ART.35. N-º3 DA LEI 73/2013 - OE2024		3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00
06030106	TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS LEI 50/2018		16.392.014,00	16.392.014,00	16.392.014,00	16.392.014,00	16.392.014,00	16.392.014,00
0603010601	SAUDE		3.347.684,00	3.347.684,00	3.347.684,00	3.347.684,00	3.347.684,00	3.347.684,00
0603010602	EDUCAÇÃO		12.112.994,00	12.112.994,00	12.112.994,00	12.112.994,00	12.112.994,00	12.112.994,00
0603010603	ACÇÃO SOCIAL		931.336,00	931.336,00	931.336,00	931.336,00	931.336,00	931.336,00
06030107	PARTICIPACÃO DO IVA		504.588,00	504.588,00	504.588,00	504.588,00	504.588,00	504.558,00
06030199	OUTROS		7.101,00	7.101,00	52.600,00	52.600,00	52.600,00	52.600,00
0603019901	DGEST		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0603019902	IEFP - INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
0603019903	DGAV - DIREÇÃO GERAL DA ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA		1,00	1,00	500,00	500,00	500,00	500,00
0603019904	DGAL		5.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
0603019999	OUTROS		1.000,00	1.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
060306	Estado - Participação Comunitária em projectos co-financiados		2.676.433,00	2.676.433,00	16.196.492,00	3.209.404,00	5.540.060,00	5.277.233,00
06030601	FEDER		41.499,00	41.499,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
06030602	FSE		187.867,00	187.867,00	14.375.991,00	1.388.903,00	3.934.559,00	3.671.732,00
06030604	ERASMUS		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
06030605	FUNDO COESAO		88.302,00	88.302,00	500,00	500,00	500,00	500,00
06030606	FSUE		100,00	100,00	1,00	1,00	1,00	1,00
06030607	NEXT GENERATION EU		2.351.665,00	2.351.665,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
090301	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090302	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090304	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090309	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090310	FAMÍLIAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO		6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09040103	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
090410	FAMILIAS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
09041001	Equipamento de Transporte		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09041002	Maquinaria e Equipamento		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
09041003	Outros		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R9	Transferências e subsídios de capital		15.910.611,00	15.910.611,00	21.419.598,00	19.309.564,00	18.312.564,00	5.676.713,00
R91	Transferências de capital		15.910.611,00	15.910.611,00	21.419.598,00	19.309.564,00	18.312.564,00	5.676.713,00
R911	Administrações Públicas		15.910.607,00	15.910.607,00	21.419.594,00	19.309.560,00	18.312.560,00	5.676.709,00
R9111	Administração Central - Estado Português		15.910.607,00	15.910.607,00	21.419.594,00	19.309.560,00	18.312.560,00	5.676.709,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		15.910.607,00	15.910.607,00	21.419.594,00	19.309.560,00	18.312.560,00	5.676.709,00
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		15.910.607,00	15.910.607,00	21.419.594,00	19.309.560,00	18.312.560,00	5.676.709,00
100301	ESTADO		6.362.156,00	6.362.156,00	5.675.609,00	5.675.609,00	5.675.609,00	5.675.609,00
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro		1.715.567,00	1.715.567,00	1.715.567,00	1.715.567,00	1.715.567,00	1.715.567,00
10030104	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA		169.220,00	169.220,00	97.873,00	97.873,00	97.873,00	97.873,00
1003010401	DGEST		148.353,00	148.353,00	97.372,00	97.372,00	97.372,00	97.372,00
1003010402	ARS NORTE		100,00	100,00	500,00	500,00	500,00	500,00
1003010403	DGAL		20.766,00	20.766,00				
1003010499	OUTROS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10030105	ESTADO		3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00
1003010501	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL -ESTADO - ARTIGO 35 N.º3 DA LEI 73/2013CENTRAL - ESTADO - ART. 35.º, N.º 3 DA LEI N.º 73/2013.CENTRAL - ESTADO - ART. 35.º, N.º 3 DA LEI N.º 73/2013		3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00	3.862.169,00
10030106	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI N.º 50/2018		200,00	200,00				
1003010601	SAÚDE		100,00	100,00				
1003010602	EDUCAÇÃO		100,00	100,00				
10030199	Outros		615.000,00	615.000,00				
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		9.548.451,00	9.548.451,00	15.743.985,00	13.633.951,00	12.636.951,00	1.100,00
10030701	FEDER		1.352.781,00	1.352.781,00	5.139.632,00	4.029.598,00	4.032.598,00	
10030702	NEXT GENERATION EU		8.194.470,00	8.194.470,00	10.603.153,00	9.603.153,00	8.603.153,00	
10030704	FSE		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
10030705	1º DIREITO		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
10030799	OUTROS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
R9112	Administração Central - Outras entidades							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS							
10030801	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL / ADMINISTRAÇÃO CENTRAL / SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS / TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018							
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							

Tipo de Orçamento : DA RECEITA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
R912	Exterior - U E							
R913	Outras		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	1001 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	100101 PÚBLICAS		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	10010101 EMPRESAS PUBLICAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	10010102 EMPRESAS PUBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	10010199 OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	100102 PRIVADAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		102,00	102,00	102,00	102,00	102,00	
	13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		102,00	102,00	102,00	102,00	102,00	
	1301 OUTRAS		102,00	102,00	102,00	102,00	102,00	
	130101 INDEMNIZAÇÕES		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
	130102 ACTIVOS INCORPÓREOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	130199 OUTRAS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		5.000,00	5.000,00	500,00	500,00	500,00	
	15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		5.000,00	5.000,00	500,00	500,00	500,00	
	1501 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		5.000,00	5.000,00	500,00	500,00	500,00	
	150101 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		5.000,00	5.000,00	500,00	500,00	500,00	
	Receita efetiva [1]	1.573.381,00	114.384.001,00	115.957.382,00	136.360.413,00	122.570.492,00	125.450.197,00	114.441.185,00
	Receita não efetiva [2]		2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	
R12	Receita com ativos financeiros		2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	
	11 ACTIVOS FINANCEIROS		2,00	2,00	1,00	1,00	1,00	
	1101 DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS E POUPANÇA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	110101 SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
	1103 TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		1,00	1,00				
	110302 SOCIEDADES FINANCEIRAS		1,00	1,00				
R13	Receita com passivos financeiros							
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
	Receita total [3] = [1] + [2]	1.573.381,00	114.384.003,00	115.957.384,00	136.360.414,00	122.570.493,00	125.450.198,00	114.441.185,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
	Despesa corrente	1.596.192,00	83.373.105,00	84.969.297,00	78.740.408,00	61.509.313,00	57.531.598,00	57.188.685,00
D1	Despesas com o pessoal	231.193,00	38.497.190,00	38.728.383,00	24.125.095,00	26.854.905,00	27.254.558,00	27.440.905,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes	210.520,00	32.215.603,00	32.426.123,00	21.366.990,00	24.156.800,00	24.587.800,00	24.502.800,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	2.267,00	640.833,00	643.100,00	420.105,00	420.105,00	420.105,00	420.105,00
D13	Segurança social	18.406,00	5.640.754,00	5.659.160,00	2.338.000,00	2.278.000,00	2.246.653,00	2.518.000,00
D2	Aquisição de bens e serviços	1.200.950,00	35.270.665,00	36.471.615,00	49.171.663,00	29.560.885,00	25.358.580,00	25.259.180,00
D3	Juros e outros encargos		179.700,00	179.700,00	167.200,00	152.200,00	147.200,00	147.200,00
D4	Transferências e subsídios correntes	46.785,00	8.491.213,00	8.537.998,00	4.975.150,00	4.472.523,00	4.301.960,00	3.817.100,00
D41	Transferências correntes	46.785,00	5.408.551,00	5.455.336,00	4.965.150,00	4.462.523,00	4.291.960,00	3.807.100,00
D411	Administrações Públicas	30.448,00	2.154.351,00	2.184.799,00	3.094.250,00	2.934.823,00	2.764.260,00	2.283.000,00
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades		641.356,00	641.356,00	410.000,00	312.000,00	132.000,00	132.000,00
D4113	Segurança Social		100,00	100,00				
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local	30.448,00	1.512.895,00	1.543.343,00	2.684.250,00	2.622.823,00	2.632.260,00	2.151.000,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	8.837,00	3.110.351,00	3.119.188,00	1.579.800,00	1.427.600,00	1.427.600,00	1.424.000,00
D413	Famílias	7.500,00	141.649,00	149.149,00	284.000,00	93.000,00	93.000,00	93.000,00
D414	Outras		2.200,00	2.200,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00
D42	Subsídios Correntes		3.082.662,00	3.082.662,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
D5	Outras despesas correntes	117.264,00	934.337,00	1.051.601,00	301.300,00	468.800,00	469.300,00	524.300,00
	Despesa de capital	148,00	29.759.939,00	29.760.087,00	56.630.006,00	60.407.180,00	67.373.600,00	56.707.500,00
D6	Aquisição de bens de capital		25.032.253,00	25.032.253,00	54.980.006,00	58.757.180,00	65.723.600,00	55.057.500,00
D7	Transferências e subsídios de capital	148,00	4.727.686,00	4.727.834,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
D71	Transferências de capital	148,00	4.727.686,00	4.727.834,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
D711	Administrações Públicas	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		2.260.698,00	2.260.698,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00
D713	Famílias							
D714	Outras		100,00	100,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	1.596.340,00	113.133.044,00	114.729.384,00	135.370.414,00	121.916.493,00	124.905.198,00	113.896.185,00
	Despesa não efetiva [5]		1.228.000,00	1.228.000,00	990.000,00	654.000,00	545.000,00	545.000,00
D9	Despesa com ativos financeiros		165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00
D10	Despesa com passivos financeiros		1.063.000,00	1.063.000,00	825.000,00	489.000,00	380.000,00	380.000,00
	Despesa total [6] = [4] + [5]	1.596.340,00	114.361.044,00	115.957.384,00	136.360.414,00	122.570.493,00	125.450.198,00	114.441.185,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais		100,00	100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
010308	Outras Pensões		40.000,00	40.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
010309	Seguros		381.460,00	381.460,00	252.000,00	162.000,00	2.000,00	2.000,00
01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		381.460,00	381.460,00	252.000,00	162.000,00	2.000,00	2.000,00
010310	Outras despesas de segurança social		21.500,00	21.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção		21.500,00	21.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
D2	Aquisição de bens e serviços	1.200.950,00	35.270.665,00	36.471.615,00	49.171.663,00	29.560.885,00	25.358.580,00	25.259.180,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.200.950,00	35.270.665,00	36.471.615,00	49.171.663,00	29.560.885,00	25.358.580,00	25.259.180,00
0201	Aquisição de bens	147.858,00	7.615.774,00	7.763.632,00	26.582.500,00	7.507.600,00	6.187.500,00	6.652.000,00
020101	Matérias primas e subsidiárias	7.792,00	506.437,00	514.229,00	52.200,00	302.200,00	302.200,00	502.200,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	17.186,00	547.410,00	564.596,00	717.000,00	687.000,00	547.000,00	547.000,00
02010201	Gasolina		48.808,00	48.808,00	132.700,00	132.700,00	132.700,00	132.700,00
02010202	Gasóleo		223.722,00	223.722,00	352.200,00	352.200,00	352.200,00	352.200,00
02010299	Outros	17.186,00	274.880,00	292.066,00	232.100,00	202.100,00	62.100,00	62.100,00
020104	Limpeza e higiene	2.720,00	493.442,00	496.162,00	17.000,00	77.000,00	77.000,00	102.000,00
020105	Alimentação - refeições confeccionadas	48.813,00	3.951.158,00	3.999.971,00	24.304.400,00	4.904.400,00	3.914.300,00	3.826.800,00
020106	Alimentação - géneros para confeccionar		500,00	500,00	100,00	100,00	100,00	100,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	9.828,00	90.328,00	100.156,00	15.400,00	15.500,00	15.500,00	18.000,00
020108	Material de escritório	5.150,00	552.707,00	557.857,00	105.100,00	105.100,00	105.100,00	127.100,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos		1.269,00	1.269,00	500,00	500,00	500,00	1.000,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00
020111	Material de consumo clínico		1.700,00	1.700,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
020112	Material de Transportes - Peças	186,00	137.434,00	137.620,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	180.000,00
020113	Material de consumo hoteleiro		1.400,00	1.400,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
020114	Outros material - peças		5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	3.393,00	112.780,00	116.173,00	226.500,00	221.500,00	221.500,00	225.500,00
020116	Mercadorias para venda	659,00	15.344,00	16.003,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00
02011603	Outros	659,00	15.344,00	16.003,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00
020117	Ferramentas e utensílios	4.995,00	30.079,00	35.074,00	35.100,00	35.100,00	35.100,00	35.100,00
020118	livros e documentação técnica		4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração		1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	4.632,00	115.804,00	120.436,00	80.300,00	80.300,00	80.300,00	82.800,00
020121	Outros bens	42.504,00	1.046.382,00	1.088.886,00	808.800,00	858.800,00	668.800,00	958.800,00
0202	Aquisição de serviços	1.053.092,00	27.654.891,00	28.707.983,00	22.589.163,00	22.053.285,00	19.171.080,00	18.607.180,00
020201	Encargos de Instalações	93.603,00	2.958.797,00	3.052.400,00	4.578.200,00	4.828.200,00	4.828.200,00	5.028.200,00
020202	Limpeza e Higiene	230,00	3.197.061,00	3.197.291,00	1.963.200,00	2.008.200,00	2.048.200,00	2.048.200,00
020203	Conservação de bens	12.837,00	240.577,00	253.414,00	405.400,00	405.400,00	380.400,00	380.400,00
020204	Locação de edifícios	870,00	232.230,00	233.100,00	200.100,00	40.250,00	31.900,00	71.900,00
020205	Locação de material de informática		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
020206	Locação de material de transporte	9.713,00	2.394.695,00	2.404.408,00	1.198.200,00	1.123.700,00	1.123.700,00	733.700,00
020208	Locação de outros bens	5.825,00	215.814,00	221.639,00	225.700,00	330.700,00	331.000,00	365.700,00
020209	Comunicações	7.312,00	401.158,00	408.470,00	232.000,00	215.000,00	165.000,00	200.000,00
020210	Transportes		234.000,00	234.000,00	702.000,00	217.000,00	127.000,00	147.000,00
020211	Representação de Serviços		61.400,00	61.400,00	25.100,00	75.100,00	75.100,00	85.100,00
020212	Seguros		420.218,00	420.218,00	281.600,00	191.600,00	1.600,00	3.100,00
020213	Deslocações e Estadas	1.638,00	216.758,00	218.396,00	73.100,00	87.100,00	86.100,00	122.100,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4.551,00	686.903,00	691.454,00	304.938,00	250.356,00	338.000,00	779.000,00
020215	Formação	5.741,00	22.025,00	27.766,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
020216	Seminários, exposições e similares		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
020217	Publicidade	5.191,00	80.587,00	85.778,00	97.000,00	84.000,00	97.000,00	97.000,00
020218	Vigilância e segurança	38.786,00	1.683.559,00	1.722.345,00	1.442.499,00	802.499,00	802.500,00	802.500,00
020219	Assistência técnica	9.468,00	593.631,00	603.099,00	535.450,00	443.050,00	575.050,00	911.050,00
020220	Outros trabalhos especializados	16.184,00	741.102,00	757.286,00	490.914,00	588.000,00	648.000,00	1.058.000,00
020222	Serviço de saúde	945,00	875,00	1.820,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
020224	Encargos de cobrança de receitas		1.000.100,00	1.000.100,00	510.000,00	1.010.000,00	1.010.000,00	1.010.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual				
		Periodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029	
D3	020225	Outros serviços	840.198,00	12.272.401,00	13.112.599,00	9.309.262,00	9.338.630,00	6.487.830,00	4.749.730,00
		Juros e outros encargos		179.700,00	179.700,00	167.200,00	152.200,00	147.200,00	147.200,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		179.700,00	179.700,00	167.200,00	152.200,00	147.200,00	147.200,00
	0301	Juros da dívida Pública		154.000,00	154.000,00	142.000,00	127.000,00	122.000,00	122.000,00
	030103	Sociedades financeiras - Bancos e outras Instituições Financeiras		154.000,00	154.000,00	142.000,00	127.000,00	122.000,00	122.000,00
	03010302	Empréstimos de longo e médio prazos		154.000,00	154.000,00	142.000,00	127.000,00	122.000,00	122.000,00
	0301030201	CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		30.000,00	30.000,00	20.000,00	5.000,00		
	0301030202	BPI - BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO		124.000,00	124.000,00	122.000,00	122.000,00	122.000,00	122.000,00
	0302	Outros encargos correntes da dívida pública		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	030201	Despesas Diversas		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	0305	Outros juros		10.700,00	10.700,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
	030502	Outros		10.700,00	10.700,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
	03050201	Despesas diversas		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	03050202	Juros de mora		200,00	200,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	03050299	Outros		500,00	500,00	100,00	100,00	100,00	100,00
D4		Transferências e subsídios correntes	46.785,00	8.491.213,00	8.537.998,00	4.975.150,00	4.472.523,00	4.301.960,00	3.817.100,00
D41		Transferências correntes	46.785,00	5.408.551,00	5.455.336,00	4.965.150,00	4.462.523,00	4.291.960,00	3.807.100,00
D411		Administrações Públicas	30.448,00	2.154.351,00	2.184.799,00	3.094.250,00	2.934.823,00	2.764.260,00	2.283.000,00
D4111		Administração Central - Estado Português							
D4112		Administração Central - Outras entidades		641.356,00	641.356,00	410.000,00	312.000,00	132.000,00	132.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		641.356,00	641.356,00	410.000,00	312.000,00	132.000,00	132.000,00
	0403	Administração Central		641.356,00	641.356,00	410.000,00	312.000,00	132.000,00	132.000,00
	040305	Serviços e fundos autonomos		641.356,00	641.356,00	410.000,00	312.000,00	132.000,00	132.000,00
D4113		Segurança Social		100,00	100,00				
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		100,00	100,00				
	0406	SEGURANÇA SOCIAL		100,00	100,00				
	040601	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL		100,00	100,00				
D4114		Administração Regional							
D4115		Administração Local	30.448,00	1.512.895,00	1.543.343,00	2.684.250,00	2.622.823,00	2.632.260,00	2.151.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.448,00	1.512.895,00	1.543.343,00	2.684.250,00	2.622.823,00	2.632.260,00	2.151.000,00
	0405	Administração Local	30.448,00	1.512.895,00	1.543.343,00	2.684.250,00	2.622.823,00	2.632.260,00	2.151.000,00
	040501	Continente	30.448,00	1.512.895,00	1.543.343,00	2.684.250,00	2.622.823,00	2.632.260,00	2.151.000,00
	04050102	Freguesias		968.908,00	968.908,00	1.900.250,00	1.901.000,00	1.901.000,00	1.901.000,00
	04050104	Associação de Municípios de Santa Maria	30.448,00	17.487,00	47.935,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
	04050108	Outros		526.500,00	526.500,00	634.000,00	571.823,00	581.260,00	100.000,00
D412		Entidades do Setor Não Lucrativo	8.837,00	3.110.351,00	3.119.188,00	1.579.800,00	1.427.600,00	1.427.600,00	1.424.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.837,00	3.110.351,00	3.119.188,00	1.579.800,00	1.427.600,00	1.427.600,00	1.424.000,00
	0407	Instituições sem fins lucrativos	8.837,00	3.110.351,00	3.119.188,00	1.579.800,00	1.427.600,00	1.427.600,00	1.424.000,00
	040701	Instituições sem fins lucrativos	8.837,00	3.110.351,00	3.119.188,00	1.579.800,00	1.427.600,00	1.427.600,00	1.424.000,00
D413		Famílias	7.500,00	141.649,00	149.149,00	284.000,00	93.000,00	93.000,00	93.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.500,00	141.649,00	149.149,00	284.000,00	93.000,00	93.000,00	93.000,00
	0408	Famílias	7.500,00	141.649,00	149.149,00	284.000,00	93.000,00	93.000,00	93.000,00
	040802	Outras	7.500,00	141.649,00	149.149,00	284.000,00	93.000,00	93.000,00	93.000,00
	04080202	Outras	7.500,00	141.649,00	149.149,00	284.000,00	93.000,00	93.000,00	93.000,00
D414		Outras		2.200,00	2.200,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.200,00	2.200,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00
	0401	Sociedades e quase-sociedade não financeiras		2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00
	040102	Privadas		2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00
	0409	RESTO DO MUNDO		100,00	100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	040903	RESTO DO MUNDO- PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		100,00	100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
D42		Subsídios Correntes		3.082.662,00	3.082.662,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	05	SUBSÍDIOS		3.082.662,00	3.082.662,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
	0501		3.082.662,00	3.082.662,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	050101		3.081.662,00	3.081.662,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	05010101		3.080.662,00	3.080.662,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	05010102		1.000,00	1.000,00				
	050103		1.000,00	1.000,00				
D5	Outras despesas correntes	117.264,00	934.337,00	1.051.601,00	301.300,00	468.800,00	469.300,00	524.300,00
	06	117.264,00	934.337,00	1.051.601,00	301.300,00	468.800,00	469.300,00	524.300,00
	0602	117.264,00	934.337,00	1.051.601,00	301.300,00	468.800,00	469.300,00	524.300,00
	060201	113.578,00	592.523,00	706.101,00	76.300,00	113.800,00	114.300,00	139.300,00
	06020101	113.578,00	585.523,00	699.101,00	69.300,00	106.800,00	107.300,00	132.300,00
	0602010101	76.471,00	254.529,00	331.000,00				
	0602010199	37.107,00	330.994,00	368.101,00	69.300,00	106.800,00	107.300,00	132.300,00
	06020102		7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
	060203	3.686,00	341.814,00	345.500,00	225.000,00	355.000,00	355.000,00	385.000,00
	06020301		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	06020302		150.000,00	150.000,00	105.000,00	175.000,00	175.000,00	200.000,00
	06020304	3.686,00	81.314,00	85.000,00	55.000,00	85.000,00	85.000,00	90.000,00
	06020305		50.000,00	50.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	06020399		55.500,00	55.500,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
D6	Despesa de capital	148,00	29.759.939,00	29.760.087,00	56.630.006,00	60.407.180,00	67.373.600,00	56.707.500,00
	Aquisição de bens de capital	25.032.253,00	25.032.253,00	25.032.253,00	54.980.006,00	58.757.180,00	65.723.600,00	55.057.500,00
	07	25.032.253,00	25.032.253,00	25.032.253,00	54.980.006,00	58.757.180,00	65.723.600,00	55.057.500,00
	0701	10.831.227,00	10.831.227,00	10.831.227,00	29.490.046,00	34.766.680,00	31.581.000,00	16.840.000,00
	070101	146.257,00	146.257,00	146.257,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00	185.000,00
	070102	1.010.300,00	1.010.300,00	1.010.300,00	2.295.000,00	1.285.000,00	35.000,00	35.000,00
	07010201	100,00	100,00	100,00	1.000.000,00			
	07010202	100,00	100,00	100,00				
	07010203	1.010.100,00	1.010.100,00	1.010.100,00	1.295.000,00	1.285.000,00	35.000,00	35.000,00
	070103	5.312.119,00	5.312.119,00	5.312.119,00	22.989.900,00	24.700.000,00	24.995.000,00	13.320.000,00
	07010301	1.115.792,00	1.115.792,00	1.115.792,00	370.700,00	925.000,00	10.735.000,00	9.700.000,00
	07010302	557.230,00	557.230,00	557.230,00	1.453.200,00	2.260.000,00	1.855.000,00	665.000,00
	07010303	10.000,00	10.000,00	10.000,00				
	07010305	892.656,00	892.656,00	892.656,00	16.625.000,00	13.750.000,00	9.040.000,00	2.740.000,00
	07010307	2.721.441,00	2.721.441,00	2.721.441,00	4.441.000,00	7.765.000,00	3.365.000,00	215.000,00
	07010399	15.000,00	15.000,00	15.000,00	100.000,00			
	070104	2.085.933,00	2.085.933,00	2.085.933,00	3.404.680,00	4.865.680,00	5.645.000,00	2.525.000,00
	07010401	564.700,00	564.700,00	564.700,00	689.680,00	869.680,00	1.150.000,00	250.000,00
	07010402	100,00	100,00	100,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00
	07010403	134.068,00	134.068,00	134.068,00				
	07010404							
	07010406	651.742,00	651.742,00	651.742,00	2.155.000,00	2.235.000,00	815.000,00	565.000,00
	07010407	1.738,00	1.738,00	1.738,00	350.000,00	650.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00
	07010409	120.000,00	120.000,00	120.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	200.000,00
	07010410	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	07010412							
	07010413	603.585,00	603.585,00	603.585,00		901.000,00	2.370.000,00	300.000,00
	070106	259.415,00	259.415,00	259.415,00	75.000,00	85.000,00	90.000,00	110.000,00
	07010601	100,00	100,00	100,00				
	07010602	259.315,00	259.315,00	259.315,00	75.000,00	85.000,00	90.000,00	110.000,00
	070107	728.929,00	728.929,00	728.929,00	25.200,00	25.700,00	25.700,00	25.700,00
	070108	245.239,00	245.239,00	245.239,00	160.500,00	160.600,00	160.600,00	160.600,00
	070109	294.963,00	294.963,00	294.963,00	74.300,00	74.700,00	74.700,00	84.700,00
	070110	160.115,00	160.115,00	160.115,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
07011001	EQUIPAMENTO BÁSICO		100,00	100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
07011002	OUTRO		50.100,00	50.100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
07011099	OUTRO		109.915,00	109.915,00				
070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		800,00	800,00	31.100,00	41.100,00	46.100,00	75.100,00
070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		200,00	200,00				
070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		206.536,00	206.536,00	70.266,00	3.140.000,00	65.000,00	15.000,00
070115	OUTROS INVESTIMENTOS		380.421,00	380.421,00	144.100,00	168.900,00	223.900,00	253.900,00
0703	Bens de Domínio Público		14.201.026,00	14.201.026,00	25.489.960,00	23.990.500,00	34.142.600,00	38.217.500,00
070303	Outras infraestruturas		14.125.026,00	14.125.026,00	23.271.960,00	22.475.500,00	33.722.500,00	37.767.500,00
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares		10.610.061,00	10.610.061,00	19.569.460,00	20.183.000,00	31.890.000,00	36.735.000,00
07030302	Sistema de drenagem de águas residuais		1.333.084,00	1.333.084,00	632.500,00	732.500,00	482.500,00	282.500,00
07030304	Iluminação pública		4.400,00	4.400,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
07030305	Parques e jardins		60.300,00	60.300,00	570.000,00	90.000,00	30.000,00	30.000,00
07030307	Captação e distribuição de água		100,00	100,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
07030313	Outros		2.117.081,00	2.117.081,00	2.410.000,00	1.380.000,00	1.230.000,00	630.000,00
070305	Bens de património histórico, artístico e cultural		76.000,00	76.000,00	2.218.000,00	1.515.000,00	420.100,00	450.000,00
D7	Transferências e subsídios de capital	148,00	4.727.686,00	4.727.834,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
D71	Transferências de capital	148,00	4.727.686,00	4.727.834,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
D711	Administrações Públicas	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
0805	Administração Local	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
080501	Continente	148,00	2.466.888,00	2.467.036,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00	950.000,00
08050102	Freguesias		2.389.401,00	2.389.401,00	850.000,00	850.000,00	850.000,00	850.000,00
08050104	Associação de Municípios Terras de Santa Maria	148,00	77.487,00	77.635,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		2.260.698,00	2.260.698,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.260.698,00	2.260.698,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00
0807	Instituições sem fins lucrativos		2.260.698,00	2.260.698,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00
080701	Instituições sem fins lucrativos		2.260.698,00	2.260.698,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00
D713	Famílias							
D714	Outras		100,00	100,00				
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		100,00	100,00				
0809	RESTO DO MUNDO		100,00	100,00				
080903	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		100,00	100,00				
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	1.596.340,00	113.133.044,00	114.729.384,00	135.370.414,00	121.916.493,00	124.905.198,00	113.896.185,00
	Despesa não efetiva [5]		1.228.000,00	1.228.000,00	990.000,00	654.000,00	545.000,00	545.000,00
D9	Despesa com ativos financeiros		165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS		165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00
0904	DERIVADOS FINANCEIROS		165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00
090408	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL-CONTINENTE		165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00	165.000,00
D10	Despesa com passivos financeiros		1.063.000,00	1.063.000,00	825.000,00	489.000,00	380.000,00	380.000,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS		1.063.000,00	1.063.000,00	825.000,00	489.000,00	380.000,00	380.000,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos		1.063.000,00	1.063.000,00	825.000,00	489.000,00	380.000,00	380.000,00
100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições		1.063.000,00	1.063.000,00	825.000,00	489.000,00	380.000,00	380.000,00
10060301	CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		650.000,00	650.000,00	410.000,00	109.000,00		
10060302	BPI - BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO		413.000,00	413.000,00	415.000,00	380.000,00	380.000,00	380.000,00

Tipo de Orçamento : DA DESPESA

Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO

Desagregar : S Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2025			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	2026	2027	2028	2029
	Despesa total [6] = [4] + [5]	1.596.340,00	114.361.044,00	115.957.384,00	136.360.414,00	122.570.493,00	125.450.198,00	114.441.185,00

ppi
plano plurianual de
investimentos

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																				2026	2027	2028		2029	Outros
[1]	Código	Ano Tipo Número	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]			
1.			Funções gerais																						
1.1.			Serviços gerais de administração pública																						
1.1.1.			Administracao geral																						
1.1.1.1.	17	2016 I 93	Construção do Arquivo Municipal - Feira	0102/07010301	E			2.414.158,00																	
1.1.1.1.	21	2021 I 112	Europarque	0102/07010301	E			444.700,00																	
1.1.1.1.	21	2021 I 112	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	0102/07010301				100,00																	
1.1.1.1.	21	2021 I 112	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102/07030301				444.600,00																	
1.1.1.1.	21	2022 I 1	Aquisição de mobiliário e equipamento diverso		O			26.100,00																	
1.1.1.1.	21	2022 I 1	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				25.000,00																	
1.1.1.1.	21	2022 I 1	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0102/070111				100,00																	
1.1.1.1.	21	2022 I 1	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				1.000,00																	
1.1.1.1.	22	2022 I 2	Aquisição de equipamento informático e software		O			252.000,00																	
1.1.1.1.	22	2022 I 2	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107				157.000,00																	
1.1.1.1.	22	2022 I 2	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108				95.000,00																	
1.1.1.1.	23	2022 I 3	Intervenção de beneficiação e conservação no património edificado (edifícios municipais)	0102/07010301	A			50.000,00																	
1.1.1.1.	24	2022 I 4	Balcão Único		O			1.713,00																	
1.1.1.1.	24	2022 I 4	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107				1.597,00																	
1.1.1.1.	24	2022 I 4	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				116,00																	
1.1.1.1.	25	2022 I 19	Construção novo edificio Paços do Concelho	0102/07010301	E			438.149,00																	
1.1.1.1.	26	2022 I 145	Aquisição de viaturas	0102/07010602	O			60.885,00																	
1.1.1.1.	27	2022 I 153	Licenciamento Enterprise Agreement	0102/070108	O			117.730,00																	
1.1.1.1.	12	2023 I 29	Gabinete Médico e Metrologia - S.João de Ver	0102/07010301	E			367.500,00																	
1.1.1.1.	13	2023 I 30	Reabilitação da Cantina Municipal	0102/07010301	E			100,00																	
1.1.1.1.	15	2023 I 91	Reabilitação do Edifício do Tribunal - Santa Maria da Feira	0102/07010307	E			650.000,00																	
1.1.1.1.	01	2025 I 1	Licenciamento Enterprise Agreement	0102/070108	O																				
1.2.			Segurança e ordem públicas					400,00																	
1.2.1.			Proteção civil e luta contra incêndios					400,00																	
1.2.1.3.			Proteccao civil					400,00																	
1.2.1.3.1.	15	2022 I 111	Aquisição de equipamentos diversos no âmbito de catástrofes naturais/pandemias	0102/070115	O			100,00																	
1.2.1.3.2.	16	2022 I 112	Aquisição de equipamentos diversos (tendas de campanha, equipamento de segurança, outros)		O			200,00																	
1.2.1.3.3.	16	2022 I 112	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				100,00																	
1.2.1.3.4.	16	2022 I 112	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				100,00																	
1.2.1.3.5.	17	2022 I 146	Aquisição/reparação de maquinaria, equipamentos de transporte e outros	0102/07010602	O			100,00																	
2.			Funções sociais					9.798.046,00																	
2.1.			Educação					1.060.212,00																	
2.1.1.			Ensino não superior					1.060.212,00																	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		2.414.158,00																	
													611.508,77	2.414.158,00	328.000,00	2.742.158,00	715.000,00	1.620.100,00	11.245.100,00	9.939.100,00	10.000,00	26.872.966,77			

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto					
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes								
																				2026	2027	2028		2029	Outros			
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]							
2.1.1.1.	43	2020 I 86	Requalificação da escola da Póvoa - Paços de Brandão	0102/07010305	E			520.000,00					2020/01/01	2025/12/31	2	106.588,68	520.000,00		520.000,00								626.588,68	
2.1.1.1.	61	2022 I 5	Aquisição de equipamentos com destino aos edifícios escolares		O			50.500,00					2022/01/01	2029/12/31	9	112.171,80	50.500,00	135.000,00	185.500,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00				537.671,80	
2.1.1.1.	61	2022 I 5	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107				500,00									500,00		500,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
2.1.1.1.	61	2022 I 5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				35.000,00									35.000,00		35.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00					
2.1.1.1.	61	2022 I 5	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				15.000,00									15.000,00		15.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
2.1.1.1.	62	2022 I 6	Requalificação e Ampliação de edifícios pré-escolares	0102/07010305	A			60.000,00					2022/01/01	2029/12/31	4	97.766,55	60.000,00	90.000,00	150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00				447.766,55	
2.1.1.1.	63	2022 I 7	Requalificação e Ampliação do parque escolar	0102/07010305	A			140.000,00					2022/01/01	2029/12/31	4	346.038,82	140.000,00	150.000,00	290.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00				836.038,82	
2.1.1.1.	64	2022 I 8	Construção e Ampliação de coberturas em espaços exteriores do parque escolar e rampas de acesso	0102/07010305	E			11.993,00					2022/01/01	2029/12/31	0	11.993,00	20.000,00	31.993,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				51.993,00		
2.1.1.1.	65	2022 I 9	Substituição de coberturas de amianto nas escolas do concelho	0102/07010305	E			100,00					2022/01/01	2029/12/31	0	100,00	30.000,00	30.100,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00				90.100,00		
2.1.1.1.	66	2022 I 10	Aquisição de sistemas de beneficiação energética para os estabelecimentos escolares	0102/07010305	O			100,00					2022/01/01	2029/12/31	9	100,00	15.000,00	15.100,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00				75.100,00		
2.1.1.1.	67	2022 I 11	Centro de Recursos Educativos Municipal		O			14.656,00					2022/01/01	2029/12/31	9	11.055,58	14.656,00		14.656,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00				33.711,58	
2.1.1.1.	67	2022 I 11	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107				100,00									100,00		100,00	500,00	500,00	500,00	500,00					
2.1.1.1.	67	2022 I 11	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108				3.209,00									3.209,00		3.209,00	500,00	500,00	500,00	500,00					
2.1.1.1.	67	2022 I 11	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				11.347,00									11.347,00		11.347,00	500,00	500,00	500,00	500,00					
2.1.1.1.	68	2022 I 12	Escola de Educação Rodoviária		O			200,00					2022/01/01	2029/12/31	9	2.499,67	200,00	500,00	700,00	200,00	200,00	200,00	200,00				3.999,67	
2.1.1.1.	68	2022 I 12	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				100,00									100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00					
2.1.1.1.	68	2022 I 12	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				100,00									100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00					
2.1.1.1.	70	2022 I 21	Requalificação/Reparação na Escola Coelho e Castro - Fiães	0102/07010305	E			100,00					2022/01/01	2027/12/31	3	50.168,54	100,00	500.000,00	500.100,00	700.000,00	200.000,00							1.450.268,54
2.1.1.1.	72	2022 I 23	Reabilitação na EB 2/3 António Alves Amorim - Lourosa	0102/07010305	E			102.000,00					2022/01/01	2029/12/31	0		102.000,00		102.000,00	30.000,00	30.000,00	4.500.000,00	2.500.000,00				7.162.000,00	
2.1.1.1.	73	2022 I 24	Requalificação EB Sobral - Mozelos	0102/07010305	E			100,00					2022/01/01	2028/12/31	1	5.455,98	100,00		100,00	200.000,00	950.000,00	300.000,00					1.455.555,98	
2.1.1.1.	75	2022 I 26	Requalificação JI Pousadela de Baixo - Nogueira da Regedoura	0102/07010305	E			100,00					2022/01/01	2029/12/31	0				200.000,00	50.000,00	200.000,00		50.000,00				300.000,00	
2.1.1.1.	77	2022 I 28	Requalificação EB Arrail - Sanguedo	0102/07010305	E			1.000,00					2022/01/01	2025/12/31	2	123.278,80	1.000,00		1.000,00								124.278,80	
2.1.1.1.	79	2022 I 30	Construção Centro Escolar da Feira	0102/07010305	E			6.063,00					2023/01/01	2028/12/31	0	115,83	6.063,00	595.000,00	601.063,00	9.700.000,00	4.200.000,00	1.000.000,00					15.501.178,83	
2.1.1.1.	80	2022 I 31	Requalificação na Escola EB Cavaco - Santa Maria da Feira	0102/07010305	E			100,00					2022/01/01	2028/12/31	0		100,00		100,00	25.000,00	1.000.000,00	500.000,00					1.525.100,00	
2.1.1.1.	81	2022 I 32	Requalificação da EB Fernando Pessoa - Santa Maria da Feira	0102/07010305	E								2022/01/01	2029/12/31	0						50.000,00	150.000,00	50.000,00				250.000,00	
2.1.1.1.	83	2022 I 34	Requalificação do JI de Macieira - Santa Maria da Feira	0102/07010305	E								2022/01/01	2028/12/31	0							50.000,00					50.000,00	
2.1.1.1.	84	2022 I 35	Revisão de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07010305	E			100,00					2021/01/01	2029/12/31	9	19.182,70	100,00	150.000,00	150.100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				189.282,70	
2.1.1.1.	85	2022 I 68	Descentralização e Delegação de Competências		NA			113.000,00					2022/01/01	2025/12/31	0	8.625,12	113.000,00		113.000,00								121.625,12	
2.1.1.1.	85	2022 I 68	ESCOLAS	0102/07010305				11.000,00									11.000,00		11.000,00									
2.1.1.1.	85	2022 I 68	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				2.000,00									2.000,00		2.000,00									
2.1.1.1.	85	2022 I 68	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				100.000,00									100.000,00		100.000,00									
2.1.1.1.	23	2023 I 1	Aquisição equipamento 11 salas CRIE	0102/070109	O			100,00					2023/01/01	2025/12/31	9		100,00	150.000,00	150.100,00								150.100,00	
2.1.1.1.	31	2023 I 44	Construção da EB - Travanca	0102/07010305	E								2023/01/01	2028/12/31	0					150.000,00	400.000,00	150.000,00					700.000,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		3.434.370,00									1.494.456,84	3.434.270,00	2.163.500,00	5.597.770,00	11.722.200,00	8.702.300,00	18.297.300,00	12.741.300,00			58.555.326,84	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto				
	Código	Ano				Tipo	Número	Real.	R G	R P	U E		EMPR	Inicio	Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																						2026		2027	2028	2029	Outros
																						[16]		[17]	[18]	[19]	[20]
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]							
2.1.1.	02	2024	I 35	Requalificação Escola Básica de Paços de Brandão	0102/07010305	E		40.000,00							40.000,00		40.000,00	3.450.000,00	2.450.000,00	500.000,00						6.440.000,00	
2.1.1.	03	2024	I 36	Remodelação e ampliação da EB Prime - Mozelos	0102/07010305	E												230.000,00	280.000,00	50.000,00						560.000,00	
2.1.1.	04	2024	I 37	Reabilitação da Escola Básica 2º e 3º ciclo de Corça de Lobão	0102/07010305	E												2.000.000,00	4.000.000,00	1.500.000,00						7.500.000,00	
2.2.				Saúde				1.473.100,00	126.000,00					292.280,26	1.599.100,00	799.400,00	2.398.500,00	4.246.000,00	7.270.000,00	2.620.000,00	220.000,00					17.046.780,26	
2.2.1.				Serviços individuais de saúde				1.473.100,00	126.000,00					292.280,26	1.599.100,00	799.400,00	2.398.500,00	4.246.000,00	7.270.000,00	2.620.000,00	220.000,00					17.046.780,26	
2.2.1.1.				Saúde				240.300,00						676,03	240.300,00	50.000,00	290.300,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00					350.976,03	
2.2.1.1.	03	2022	I 67	Descentralização e Delegação de Competências		NA		240.200,00						676,03	240.200,00		240.200,00									240.876,03	
2.2.1.1.	03	2022	I 67	OUTROS	0102/07010307			200,00							200,00		200,00										
2.2.1.1.	03	2022	I 67	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107			90.000,00							90.000,00		90.000,00										
2.2.1.1.	03	2022	I 67	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109			150.000,00							150.000,00		150.000,00										
2.2.1.1.	01	2024	I 19	Saúde Comunitária Preventiva	0102/070115	O		100,00							100,00	50.000,00	50.100,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00					110.100,00	
2.2.1.3.				Apoio a Construção e Melhoramentos de Unidades de Saúde				1.232.800,00	126.000,00					291.604,23	1.358.800,00	749.400,00	2.108.200,00	4.231.000,00	7.255.000,00	2.605.000,00	205.000,00					16.695.804,23	
2.2.1.3.	01	2015	I 100	Construção da Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares	0102/07010307	E		5.000,00						256.075,11	5.000,00		5.000,00									261.075,11	
2.2.1.3.	02	2015	I 101	Remodelação e ampliação da Unidade de Saúde de Riomeao	0102/07010307	E		190.000,00							190.000,00		190.000,00									190.000,00	
2.2.1.3.	01	2022	I 13	Construção da Unidade de Saúde de Romariz	0102/07010307	E		745.000,00							745.000,00		745.000,00									745.000,00	
2.2.1.3.	04	2022	I 18	Revisão de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07010307	E		100,00							1.285,92	100,00	50.000,00	50.100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				71.385,92	
2.2.1.3.	05	2022	I 148	Reabilitação de Unidades de Saúde	0102/07010307	E		100,00							6.014,70	100,00	50.000,00	50.100,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00				456.114,70	
2.2.1.3.	01	2023	I 2	Construção USF - Fiães	0102/07010307	E		250.000,00							11.316,00	250.000,00	250.000,00	2.100.000,00	2.500.000,00	500.000,00					5.361.316,00		
2.2.1.3.	02	2023	I 3	Construção USF - Santa Maria da Feira	0102/07010307	E		42.000,00							16.912,50	42.000,00	42.000,00	526.000,00	4.500.000,00	2.000.000,00	100.000,00					7.184.912,50	
2.2.1.3.	03	2023	I 50	Requalificação e adaptação do espaço SMS -Saúde Mental e Sucesso - Santa Maria da Feira	0102/07010307	E			126.000,00						126.000,00	50.000,00	176.000,00	900.000,00	150.000,00							1.226.000,00	
2.2.1.3.	02	2025	I 19	Requalificação USF - Paços de Brandão	0102/07010307	E		100,00							100,00	99.900,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00							200.000,00	
2.2.1.3.	03	2025	I 20	Requalificação USF - Polo Lamas	0102/07010307	E		100,00							100,00	99.900,00	100.000,00	100.000,00								200.000,00	
2.2.1.3.	04	2025	I 21	Requalificação USF - Polo Paços de Brandão	0102/07010307	E		100,00							100,00	99.900,00	100.000,00	100.000,00								200.000,00	
2.2.1.3.	05	2025	I 22	Requalificação UCSP - Lobão	0102/07010307	E		100,00							100,00	99.900,00	100.000,00	100.000,00								200.000,00	
2.2.1.3.	06	2025	I 23	Requalificação UCSP - Escapães	0102/07010307	E		100,00							100,00	99.900,00	100.000,00	100.000,00								200.000,00	
2.2.1.3.	07	2025	I 24	Requalificação USF - Souto	0102/07010307	E		100,00							100,00	99.900,00	100.000,00	100.000,00								200.000,00	
2.3.				Segurança e acção sociais				918.980,00	29.000,00					175.558,28	947.980,00	4.000,00	951.980,00	206.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00					1.336.938,28	
2.3.2.				Ação social				918.980,00	29.000,00					175.558,28	947.980,00	4.000,00	951.980,00	206.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00					1.336.938,28	
2.3.2.1.				Ação social				918.980,00	29.000,00					175.558,28	947.980,00	4.000,00	951.980,00	206.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00					1.336.938,28	
2.3.2.1.	25	2021	I 131	M.I.D.A.S. Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social	0102/070109	O		100,00							100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00					500,00	
2.3.2.1.	27	2022	I 25	Programa educativo e acesso à sociedade do conhecimento e-miliê	0102/070107	O		100,00							100,00	1.000,00	1.100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					5.100,00	
2.3.2.1.	32	2022	I 159	Plano de ação da operação integrada no território de intervenção AMP Sul -Comunidades desfavorecidas		O		918.680,00							174.642,48	918.680,00	918.680,00	200.000,00								1.293.322,48	
2.3.2.1.	32	2022	I 159	OUTROS	0102/07010307			700.000,00							700.000,00		700.000,00	100.000,00									
2.3.2.1.	32	2022	I 159	OUTROS	0102/07010399			15.000,00							15.000,00		15.000,00	100.000,00									
2.3.2.1.	32	2022	I 159	OUTROS	0102/07010602			118.080,00							118.080,00		118.080,00										
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		5.866.350,00	126.000,00						1.961.379,58	5.992.250,00	2.963.900,00	8.956.150,00	21.849.300,00	22.703.400,00	22.968.400,00	12.962.400,00				91.401.029,58	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos												Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes							
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]			
[1]	Código	Ano Tipo Número	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]					
2.3.2.1.	32	2022 I 159	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107				20.000,00								20.000,00		20.000,00									
2.3.2.1.	32	2022 I 159	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108				15.000,00								15.000,00		15.000,00									
2.3.2.1.	32	2022 I 159	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				600,00								600,00		600,00									
2.3.2.1.	32	2022 I 159	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				50.000,00								50.000,00		50.000,00									
2.3.2.1.	01	2023 I 4	Agendas Mobilizadoras - Health Cluster Portugal	0102/070115	O				17.000,00				915,80			17.000,00		17.000,00		5.000,00						22.915,80	
2.3.2.1.	03	2023 I 90	Capacitar em Rede		O			100,00								12.100,00	3.000,00	15.100,00								15.100,00	
2.3.2.1.	03	2023 I 90	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108												12.000,00		12.000,00									
2.3.2.1.	03	2023 I 90	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				100,00								100,00		100,00									
2.4.			Habitación e servicios colectivos					4.927.714,00								7.234.138,00	10.210.000,00	17.444.138,00	18.432.600,00	14.383.500,00	15.207.500,00	11.397.500,00				80.111.180,82	
2.4.1.			Habitación					468.376,00								1.622,61	1.011.800,00	2.880.000,00	3.891.800,00	2.295.000,00	1.085.000,00	35.000,00	35.000,00			7.343.422,61	
2.4.1.1.			Habitacao					468.376,00								1.622,61	1.011.800,00	2.880.000,00	3.891.800,00	2.295.000,00	1.085.000,00	35.000,00	35.000,00			7.343.422,61	
2.4.1.1.	37	2017 I 82	Empreendimento de Habitação Social de Souto - Fiães	0102/07010203	E			310.000,00								310.000,00		310.000,00								310.000,00	
2.4.1.1.	10	2022 I 17	Revisão de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07010203	E			100,00						436,21		100,00	50.000,00	50.100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00				90.536,21	
2.4.1.1.	11	2022 I 115	1º Direito		O			121.200,00								121.200,00	2.500.000,00	2.621.200,00	2.000.000,00	1.000.000,00						5.621.200,00	
2.4.1.1.	11	2022 I 115	CONSTRUÇÃO	0102/07010201				100,00								100,00		100,00	1.000.000,00								
2.4.1.1.	11	2022 I 115	AQUISIÇÃO	0102/07010202				100,00								100,00		100,00									
2.4.1.1.	11	2022 I 115	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	0102/07010203				121.000,00								121.000,00		121.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00							
2.4.1.1.	12	2022 I 143	Empreendimentos de Habitação social		E			30.500,00					1.186,40			30.500,00	51.000,00	81.500,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00				182.686,40	
2.4.1.1.	12	2022 I 143	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	0102/07010203				29.000,00								29.000,00		29.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00					
2.4.1.1.	12	2022 I 143	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109				1.500,00								1.500,00		1.500,00									
2.4.1.1.	03	2023 I 46	Requalificação e adaptação do espaço Amplifica-te (SER+PESSOA) - S.João Ver	0102/07010203	E			380.000,00								380.000,00	100.000,00	480.000,00	50.000,00							530.000,00	
2.4.1.1.	04	2023 I 47	Obras de requalificação e adaptação do espaço ENVELHO(S)ER - S.João Ver	0102/07010203	E			6.576,00	163.424,00							170.000,00	179.000,00	349.000,00	210.000,00	50.000,00						609.000,00	
2.4.2.			Ordenamento do território													2.885.695,71	2.476.572,00	5.350.000,00	7.826.572,00	12.605.100,00	9.975.000,00	11.760.000,00	8.965.000,00			54.077.467,71	
2.4.2.1.			Planeamento Urbanístico					1.623.139,00								293.002,02	1.623.139,00	2.490.000,00	4.113.139,00	7.205.000,00	3.200.000,00	900.000,00	100.000,00			15.811.241,02	
2.4.2.1.	01	2019 I 27	Elaboração de diversos projetos em diversas áreas do concelho	0102/070113	O			2.027,00								2.027,00		2.027,00								2.027,00	
2.4.2.1.	01	2020 I 120	Requalificação da envolvente às termas das Caldas de S. Jorge	0102/07030301	E			100,00						3.413,21		100,00	5.000,00	5.100,00								8.613,21	
2.4.2.1.	04	2022 I 92	Parque Pavilhão Mouselos	0102/07030301	E			689.000,00								689.000,00		689.000,00								689.000,00	
2.4.2.1.	07	2022 I 96	Requalificação Urbana do Parque Envolvente Campo Futebol Vila Maior	0102/07030301	E														5.000,00	150.000,00	50.000,00					205.000,00	
2.4.2.1.	08	2022 I 97	Requalificação da envolvente à Igreja - Argoncilhe	0102/07030301	E			100,00								100,00	185.000,00	185.100,00	800.000,00	100.000,00	50.000,00					1.135.100,00	
2.4.2.1.	10	2022 I 99	Requalificação do Parque do Eleito Local - Escapães	0102/07030301	E			100,00								100,00	200.000,00	200.100,00	250.000,00	350.000,00	250.000,00	100.000,00				1.150.100,00	
2.4.2.1.	12	2022 I 101	Requalificação do Largo Padre José Alves de Pinho - Fornos	0102/07030301	E			17.000,00								17.000,00	200.000,00	217.000,00	900.000,00							1.117.000,00	
2.4.2.1.	16	2022 I 105	Requalificação da envolvente Capela Mortuária - Riomeão	0102/07030301	E			100,00								100,00	350.000,00	350.100,00	200.000,00	50.000,00						600.100,00	
2.4.2.1.	19	2022 I 108	Reabilitação da Envolvente à Capela Cedofeita - Vale	0102/07030301	E			100,00								100,00	10.000,00	10.100,00								10.100,00	
2.4.2.1.	20	2022 I 109	Requalificação Urbana da Av.da Igreja - Gião	0102/07030301	E			6.127,00								6.127,00	185.000,00	191.127,00	700.000,00	150.000,00						1.041.127,00	
2.4.2.1.	21	2022 I 110	Regeneração Urbana da Zona da Cruz - Santa Maria da Feira	0102/07030301	E			713.770,00								713.770,00		713.770,00	150.000,00							863.770,00	
2.4.2.1.	22	2022 I 113	Requalificação do Largo da Capela - S.Miguel Souto	0102/07030301	E			5,00								5,00		5,00	100.000,00	250.000,00	150.000,00					500.005,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL								Total :								1.967.331,20	8.461.579,00	6.981.900,00	15.443.479,00	27.254.300,00	24.838.400,00	23.503.400,00	13.097.400,00				106.104.410,20

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto					
	Código	Ano Tipo Número				Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes								
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]	[21]=[13]+...+[20]		
2.4.2.1.	04	2023 I 57	Requalificação da Rua da Liberdade, da urbanização da MAF - Fornos	0102/07030301	E			180.000,00					2023/01/01	2025/12/31	0		180.000,00		180.000,00								180.000,00	
2.4.2.1.	05	2023 I 58	Requalificação Urbana da Feira 10 - Lourosa	0102/07030301	E			5,00					2023/01/01	2027/12/31	0		5,00		5,00	500.000,00	250.000,00						750.005,00	
2.4.2.1.	06	2023 I 59	Requalificação Urbana na Envolvente Igreja - Riomeão	0102/07030301	E			100,00					2023/01/01	2025/12/31	0		100,00	150.000,00	150.100,00								150.100,00	
2.4.2.1.	07	2023 I 60	Requalificação Urbana Largo de St. António - Riomeão	0102/07030301	E			5,00					2023/01/01	2028/12/31	0		5,00		5,00	350.000,00	400.000,00	50.000,00					800.005,00	
2.4.2.1.	08	2023 I 61	Requalificação Urbana Zona Central - São João de Ver	0102/07030301	E			7.000,00					2023/01/01	2028/12/31	0		7.000,00		7.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	250.000,00					3.257.000,00	
2.4.2.1.	09	2023 I 62	Requalificação da Rua Joaquim Francisco do Couto e Rua do Hospital	0102/07030301	E			100,00					2023/01/01	2027/12/31	0		100,00	800.000,00	800.100,00	1.000.000,00	250.000,00						2.050.100,00	
2.4.2.1.	10	2023 I 63	Requalificação da envolvente ao parque N.S.Piedade	0102/07030301	E			100,00					2023/01/01	2026/12/31	0		100,00	200.000,00	200.100,00	200.000,00							400.100,00	
2.4.2.1.	12	2023 I 65	Requalificação Urbana da praça da misericórdia - Santa Maria da Feira	0102/07030301	E								2023/01/01	2028/12/31	0						250.000,00	100.000,00					350.000,00	
2.4.2.1.	14	2023 I 86	Integração paisagística do FERM - Pigeiros	0102/07030313	E			7.300,00					2023/01/01	2025/12/31	1		289.588,81	7.300,00	7.300,00								296.888,81	
2.4.2.1.	01	2025 I 15	Requalificação do Largo do Corgo - Paços de Brandão	0102/07030301	E			100,00					2025/01/01	2026/12/31	0		100,00	205.000,00	205.100,00	50.000,00							255.100,00	
2.4.2.2.			Urbanizacao					763.433,00									2.592.693,69	853.433,00	2.860.000,00	3.713.433,00	5.400.100,00	6.775.000,00	10.860.000,00	8.865.000,00				38.266.226,69
2.4.2.2.	18	2016 I 90	Interface de Transportes de Lourosa/Fiães		E			5.100,00					2016/10/01	2025/12/31	5		21.291,57	5.100,00	15.000,00	20.100,00							41.391,57	
2.4.2.2.	18	2016 I 90	OUTROS	0102/07010413				5.000,00										5.000,00		5.000,00								
2.4.2.2.	18	2016 I 90	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115				100,00										100,00		100,00								
2.4.2.2.	01	2018 I 10	Aquisição de terrenos	0102/070101	O			2.537,00					2018/01/01	2025/12/31	9			2.537,00		2.537,00								2.537,00
2.4.2.2.	10	2019 I 30	Ciclovias em Santa Maria da Feira	0102/07010406	E			100,00					2019/01/01	2029/12/31	5		48.433,13	100,00	100.000,00	100.100,00	150.000,00	150.000,00	350.000,00	550.000,00			1.348.533,13	
2.4.2.2.	14	2019 I 48	Requalificação urbana do núcleo de Carvoeiro - Canedo	0102/07030313	E			2.000,00					2019/01/01	2025/12/31	5		199.928,72	2.000,00	2.000,00								201.928,72	
2.4.2.2.	16	2021 I 106	Reabilitação da zona do Centro Civico Nogueira da Regedoura		E			48.685,00					2021/01/01	2027/12/31	1		48.685,00	450.000,00	498.685,00	1.200.000,00	300.000,00						1.998.685,00	
2.4.2.2.	16	2021 I 106	OUTROS	0102/07010413				48.585,00										48.585,00		48.585,00								
2.4.2.2.	16	2021 I 106	Outros	0102/07030313				100,00										100,00		100,00	1.200.000,00	300.000,00						
2.4.2.2.	12	2022 I 37	Aquisição de terrenos	0102/070101	O			20.000,00					2022/01/01	2025/12/31	9		1.300.000,00	20.000,00	500.000,00	520.000,00							1.820.000,00	
2.4.2.2.	13	2022 I 38	Revisões de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores	0102/07030313	E			100,00					2022/01/01	2025/12/31	9		5.396,20	100,00	200.000,00	200.100,00								205.496,20
2.4.2.2.	14	2022 I 53	Interface de Transportes de Santa Maria da Feira	0102/07010413	E								2022/01/01	2029/12/31	0						670.000,00	1.900.000,00	300.000,00				2.870.000,00	
2.4.2.2.	15	2022 I 95	Outras intervenções	0102/07030313	E			100,00					2022/01/01	2029/12/31	0			100,00	150.000,00	150.100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00			250.100,00	
2.4.2.2.	16	2022 I 100	Reabilitação Antiga Fabrica da Ajax - Fiães	0102/07010413	E			550.000,00					2022/01/01	2025/12/31	1		71.701,35	550.000,00	550.000,00								621.701,35	
2.4.2.2.	19	2022 I 117	Ciclovias em Santa Maria de Lamas/Lourosa	0102/07010406	E			10.200,00					2022/01/01	2025/12/31	4		923.416,87	10.200,00	10.200,00								933.616,87	
2.4.2.2.	20	2022 I 33	Requalificação dos Centros Urbanos	0102/07030301	E			1,00					2022/01/01	2029/12/31	0		2.306,25	1,00	100.000,00	100.001,00	100,00	1.500.000,00	8.000.000,00	7.900.000,00			17.502.407,25	
2.4.2.2.	21	2022 I 154	Desenvolvimento software	0102/070108	O			100,00					2022/01/01	2025/12/31	9			100,00	75.000,00	75.100,00								75.100,00
2.4.2.2.	04	2023 I 27	Ciclovias S. J. Ver - S.M.Lamas (Rua S. José)	0102/07030301	E			49.000,00					2023/01/01	2025/12/31	0			49.000,00	49.000,00								49.000,00	
2.4.2.2.	05	2023 I 32	Percurso Acessível - Cidade de Santa Maria da Feira	0102/07030313	E			100,00					2023/01/01	2025/12/31	0			100,00	50.000,00	50.100,00							50.100,00	
2.4.2.2.	06	2023 I 39	Ampliação de Bar - Jardim das Pedreiras Limas - Rua 1.º Maio - Lourosa	0102/07010413	E								2023/01/01	2028/12/31	0							200.000,00						200.000,00
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :			8.645.988,00									4.829.394,10	9.344.312,00	9.976.900,00	19.321.212,00	32.729.400,00	29.633.400,00	34.378.400,00	21.872.400,00				142.764.306,10

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto				
	Código	Ano				Tipo	Número	Real.	R G	R P	U E		EMPR	Inicio	Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																						2026 [16]		2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]
2.4.2.2.	08	2023	I	87	Aquisição de equipamentos, máquinas e outros	0102/070115	O		25.000,00				2023/01/01	2029/12/31	9		25.000,00	50.000,00	75.000,00		30.000,00	35.000,00	40.000,00		180.000,00		
2.4.2.2.	09	2023	I	88	Aquisição de cartografia digital e de ortofotomapas	0102/07011002	O		50.000,00				2023/01/01	2029/12/31	9	20.219,60	50.000,00	50.000,00	50.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		230.219,60		
2.4.2.2.	01	2024	I	20	Abrigos de passageiros	0102/070115	O		100,00				2024/01/01	2025/12/31	9		100,00	10.000,00	10.100,00						10.100,00		
2.4.2.2.	02	2024	I	21	Aplicação de mobiliário urbano, em espaço publico, de apoio à mobilidade e transportes	0102/070115	O		100,00				2024/01/01	2029/12/31	9		100,00	50.000,00	50.100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		150.100,00		
2.4.2.2.	04	2024	I	28	Requalificação urbana da rua Comendador Sá Couto - Santa Maria da Feira	0102/07030301	E		5,00				2024/01/01	2028/12/31	0		5,00	5,00	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00				3.250.005,00		
2.4.2.2.	05	2024	I	29	Requalificação da Travessa do Vale e Envolventes	0102/07030301	E		5,00				2024/01/01	2027/12/31	0		5,00	5,00	25.000,00	150.000,00					175.005,00		
2.4.2.2.	06	2024	I	32	Requalificação urbana zona envolvente à igreja de Travanca	0102/07030301	E		100,00				2024/01/01	2027/12/31	0		100,00	100.000,00	100.100,00	900.000,00	900.000,00				1.900.100,00		
2.4.2.2.	07	2024	I	34	Requalificação da quinta do areeiro - 2ª Fase - São João Ver	0102/07030301	E						2024/01/01	2028/12/31	0						250.000,00	50.000,00			300.000,00		
2.4.2.2.	08	2024	I	40	Acessibilidades 360 no concelho	0102/07030301	E			90.000,00			2024/01/01	2027/12/31	0		90.000,00	310.000,00	400.000,00	350.000,00	50.000,00				800.000,00		
2.4.2.2.	01	2025	I	2	Requalificação Urbana Praça de S. Miguekl e Av. Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro	0102/07030301	E		100,00				2025/01/01	2027/12/31	0		100,00	700.000,00	700.100,00	1.200.000,00	1.200.000,00				3.100.100,00		
2.4.3.					Sanearamento				1.510.768,00								167.201,32	1.510.768,00	840.000,00	2.350.768,00	747.500,00	867.500,00	627.500,00	532.500,00	5.292.969,32		
2.4.3.1.					Rede de esgotos e pluviais				1.510.768,00								167.201,32	1.510.768,00	840.000,00	2.350.768,00	747.500,00	867.500,00	627.500,00	532.500,00	5.292.969,32		
2.4.3.1.	12	2006	I	41	Construção do sistema de esgotos, rede em alta da Bacia do Douro - ETAR, Intercoetadores e estações elevatórias/incluindo projetos	0102/07010403	E		134.068,00				2006/01/01	2025/12/31	2	3.611,95	134.068,00		134.068,00						137.679,95		
2.4.3.1.	01	2011	I	28	Aquisição de terrenos	0102/070101	O		19.284,00				2011/01/01	2028/12/31	9		19.284,00		19.284,00						19.284,00		
2.4.3.1.	02	2018	I	14	Aquisição de terrenos	0102/070101	O		18.032,00				2018/01/01	2025/12/31	9		18.032,00		18.032,00						18.032,00		
2.4.3.1.	06	2021	I	20	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	0102/07030302	E		24.914,00				2021/01/01	2025/12/31	4		24.914,00		24.914,00						24.914,00		
2.4.3.1.	02	2022	I	39	Revisão de preços de empreitadas relativas à rede de esgotos e pluviais, levadas a cabo em anos anteriores	0102/07030302	E		100,00				2022/01/01	2029/12/31	0		100,00	50.000,00	50.100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00		150.100,00		
2.4.3.1.	03	2022	I	40	Aquisição de terrenos	0102/070101	O		6.000,00				2022/01/01	2029/12/31	9		6.000,00	50.000,00	56.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	30.000,00		131.000,00		
2.4.3.1.	04	2022	I	41	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	0102/07030302	E		870.000,00				2022/01/01	2029/12/31	4	163.589,37	870.000,00	150.000,00	1.020.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	200.000,00		1.783.589,37		
2.4.3.1.	05	2022	I	42	Aquisição de maquinaria, equipamentos e ferramentas		O		300,00				2022/01/01	2029/12/31	9		300,00	75.000,00	75.300,00	50.000,00	70.000,00	80.000,00	120.000,00		395.300,00		
2.4.3.1.	05	2022	I	42	RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	0102/07010601	O		100,00								100,00		100,00						100,00		
2.4.3.1.	05	2022	I	42	OUTROS	0102/07010602	O		100,00								100,00		100,00	25.000,00	35.000,00	40.000,00	60.000,00		100,00		
2.4.3.1.	05	2022	I	42	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0102/070111	O		100,00								100,00		100,00	25.000,00	35.000,00	40.000,00	60.000,00		100,00		
2.4.3.1.	06	2022	I	46	Limpeza, correção de tampas/sargetas e sumidouros na rede de drenagem de águas pluviais	0102/07030302	O		6.000,00				2022/01/27	2029/12/31	9		6.000,00	15.000,00	21.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00		51.000,00		
2.4.3.1.	09	2022	I	127	Infraestruturas hidráulicas de águas residuais e pluviais nas Ruas João Paulo II e Avenida Cidade de Lourosa	0102/07030302	E		401.570,00				2022/01/01	2025/12/31	0		401.570,00		401.570,00						401.570,00		
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :			10.201.666,00	788.424,00							5.016.815,02	10.989.990,00	11.536.900,00	22.526.890,00	36.951.900,00	33.980.900,00	35.090.900,00	22.344.900,00	155.972.405,02		

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto					
	Código	Ano				Tipo	Número	Real.	R G	R P	U E		EMPR	Inicio	Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes						
																						2026 [16]		2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]	
[1]	[2]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]					[21]=[13]+...+[20]								
2.4.3.1.	02	2024	I	30	E		30.000,00			2024/01/01	2025/12/31	0			30.000,00		30.000,00											30.000,00
2.4.3.1.	01	2025	I	3	E		100,00			2025/01/01	2028/12/31	0			100,00	100.000,00	100.100,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	50.000,00						400.100,00	
2.4.3.1.	02	2025	I	4	E		100,00			2025/01/01	2028/12/31	0			100,00	100.000,00	100.100,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	50.000,00						400.100,00	
2.4.3.1.	03	2025	I	5	E		100,00			2025/01/01	2028/12/31	0			100,00	100.000,00	100.100,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	50.000,00						400.100,00	
2.4.3.1.	04	2025	I	6	E		100,00			2025/01/01	2028/12/31	0			100,00		100,00	150.000,00	100.000,00	50.000,00							300.100,00	
2.4.3.1.	05	2025	I	16	E		100,00			2025/01/01	2029/12/31	1			100,00	200.000,00	200.100,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00						650.100,00	
2.4.4.							18.073,00								18.073,00	400.000,00	418.073,00	400.000,00	700.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00						3.718.073,00	
2.4.4.1.							18.073,00								18.073,00	400.000,00	418.073,00	400.000,00	700.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00						3.718.073,00	
2.4.4.1.	01	2011	I	40	E		769,00			2011/01/01	2029/12/31	6			769,00	769,00	769,00	100.000,00	150.000,00	200.000,00	500.000,00						950.769,00	
2.4.4.1.	03	2011	I	41	E		769,00			2011/01/01	2029/12/31	6			769,00	769,00	769,00	50.000,00	250.000,00	450.000,00	150.000,00						900.769,00	
2.4.4.1.	13	2014	I	48	O		1.000,00			2014/01/01	2025/12/31	9			1.000,00		1.000,00										1.000,00	
2.4.4.1.	01	2015	I	13	O		15.135,00			2015/01/01	2025/12/31	9			15.135,00		15.135,00										15.135,00	
2.4.4.1.	01	2022	I	43	O		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9			100,00	50.000,00	50.100,00										50.100,00	
2.4.4.1.	02	2022	I	44	E		100,00			2022/01/01	2029/12/31	0			100,00	150.000,00	150.100,00	50.000,00	100.000,00	150.000,00	150.000,00						600.100,00	
2.4.4.1.	03	2022	I	45	E		100,00			2022/01/01	2029/12/31	0			100,00	150.000,00	150.100,00	150.000,00	150.000,00	250.000,00	250.000,00						950.100,00	
2.4.4.1.	04	2022	I	149	E		100,00			2022/01/01	2029/12/31	9			100,00	50.000,00	50.100,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00						250.100,00	
2.4.6.							543.925,00	1.673.000,00							131.323,18	2.216.925,00	740.000,00	2.956.925,00	2.385.000,00	1.756.000,00	1.685.000,00	765.000,00					9.679.248,18	
2.4.6.1.							543.925,00	1.673.000,00							131.323,18	2.216.925,00	740.000,00	2.956.925,00	2.385.000,00	1.756.000,00	1.685.000,00	765.000,00					9.679.248,18	
2.4.6.1.	10	2010	I	107	O		10.500,00			2010/01/01	2025/12/31	9			10.500,00		10.500,00										10.500,00	
2.4.6.1.	08	2013	I	60	O		5.500,00			2013/01/01	2025/12/31	9			5.500,00		5.500,00										5.500,00	
2.4.6.1.	06	2016	I	35	O		11.625,00			2016/01/01	2025/12/31	9			11.625,00		11.625,00										11.625,00	
2.4.6.1.	26	2021	I	34	E		40.000,00			2021/01/01	2028/12/31	0		10.483,40	40.000,00		40.000,00	550.000,00	300.000,00	50.000,00							950.483,40	
2.4.6.1.	16	2022	I	47	E		17.200,00			2022/01/01	2025/12/31	4		76.394,66	17.200,00		17.200,00										93.594,66	
2.4.6.1.	17	2022	I	48	E		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9			100,00	50.000,00	50.100,00										50.100,00	
2.4.6.1.	18	2022	I	49	O		35.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		14.417,14	35.000,00	50.000,00	85.000,00	15.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00						189.417,14	
2.4.6.1.	19	2022	I	50	O		10.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		17.410,58	10.000,00	50.000,00	60.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00						137.410,58	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	10.380.164,00	788.424,00							5.135.520,80	11.168.488,00	12.586.900,00	23.755.388,00	38.481.900,00	35.670.900,00	36.580.900,00	23.634.900,00					163.319.608,80	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de Real. [5]	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Ex. [12]	Pagamentos										Total previsto [21]=[13]+...+[20]		
	Código	Ano				Tipo	Número	R G	R P	U E	EMPR		Início [10]	Fim [11]	REALIZADO EM PERÍODOS ANT. [13]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024 [14]	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]
2.4.6.1.	20	2022	I	51	Aquisição de maquinaria, equipamentos e ferramentas		200,00						200,00	50.000,00	50.200,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		90.200,00				
2.4.6.1.	20	2022	I	51	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0102/070111	100,00						100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.6.1.	20	2022	I	51	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	100,00						100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.6.1.	21	2022	I	52	Beneficiação de percursos pedonais e pavimentos em jardins e parques		5.100,00					4.489,50	5.100,00	5.000,00	10.100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		54.589,50				
2.4.6.1.	21	2022	I	52	Parques e jardins	0102/07030305	100,00						100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.6.1.	21	2022	I	52	Outros	0102/07030313	5.000,00						5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00							
2.4.6.1.	22	2022	I	81	Requalificação Ambiental das margens do Rio Uima 4ª e 5ª fase	0102/07030313	325.000,00						325.000,00		325.000,00	730.000,00	500.000,00				1.555.000,00				
2.4.6.1.	24	2022	I	83	Construção Horto Municipal	0102/07010413											231.000,00	270.000,00			501.000,00				
2.4.6.1.	26	2022	I	139	Passadiço de Romariz	0102/07030313											450.000,00	1.100.000,00	500.000,00		2.050.000,00				
2.4.6.1.	27	2022	I	150	Aquisição de terrenos	0102/070101	100,00						100,00	50.000,00	50.100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		70.100,00				
2.4.6.1.	28	2022	I	157	Recolha de Biorresíduos	0102/070115	100,00						36,90	100,00	10.000,00	10.100,00	50.000,00	50.000,00	100.000,00	100.000,00	310.136,90				
2.4.6.1.	02	2023	I	28	Reabilitação das margens da Ribeira junto da Rua dos Serralheiros - Santa Maria da Feira	0102/07030313										300.000,00					300.000,00				
2.4.6.1.	03	2023	I	48	Requalificação do parque das Airas - Bairro Vivo - S.João Ver	0102/07030313		1.673.000,00						1.673.000,00	250.000,00	1.923.000,00	50.000,00				1.973.000,00				
2.4.6.1.	04	2023	I	52	Requalificação do Parque do Monte do Coteiro - Mozelos	0102/07030305										500.000,00	50.000,00				550.000,00				
2.4.6.1.	05	2023	I	53	Arranjo paisagístico do auditório - Santa Maria de Lamas	0102/07030313	100,00							100,00	25.000,00	25.100,00					25.100,00				
2.4.6.1.	06	2023	I	54	Enquadramento paisagístico da Rotunda Broquista - Santa Maria de Lamas	0102/07030313	68.200,00						8.091,00	68.200,00	68.200,00						76.291,00				
2.4.6.1.	07	2023	I	55	Enquadramento paisagístico do Corredor Central da Urbanização das Ameixoeiras-Paços de Brandão	0102/07030313	7.000,00							7.000,00		7.000,00					7.000,00				
2.4.6.1.	08	2023	I	85	(Re)floretação e renaturalização de vários parques do concelho	0102/07030305	8.000,00							8.000,00		8.000,00					8.000,00				
2.4.6.1.	01	2025	I	7	Requalificação do Jardim da Valada	0102/07030305										50.000,00	10.000,00				60.000,00				
2.4.6.1.	02	2025	I	8	Reabilitação de margens dos rios/ribeiras	0102/07030313	100,00							100,00	100.000,00	100.100,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.100,00				
2.4.6.1.	03	2025	I	11	Recuperação e estabilização de Minas de Água em Santa Maria da Feira	0102/07030307	100,00							100,00	100.000,00	100.100,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.100,00				
2.5.					Servicos culturais, recreativos e religiosos		1.418.040,00	9.436,00					1.783.314,57	1.423.446,00	1.675.000,00	3.098.446,00	5.113.700,00	5.601.300,00	3.191.400,00	1.196.300,00	10.000,00	19.994.460,57			
2.5.1.					Cultura		489.485,00	9.436,00					221.919,04	498.921,00	685.000,00	1.183.921,00	2.438.200,00	1.935.300,00	975.400,00	520.300,00	10.000,00	7.285.040,04			
2.5.1.1.					Rede leitura publica		11.200,00						26.292,18	11.200,00	25.000,00	36.200,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	10.000,00	124.492,18			
2.5.1.1.1.	11	2022	I	54	Aquisição de equipamento, material informático e instrumentos musicais		1.200,00						5.483,85	1.200,00	25.000,00	26.200,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00		43.683,85			
2.5.1.1.1.	11	2022	I	54	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	100,00							100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					
2.5.1.1.1.	11	2022	I	54	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	1.000,00							1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					
2.5.1.1.1.	11	2022	I	54	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	100,00							100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					
2.5.1.1.1.	12	2022	I	55	Manutenção dos edifícios da rede de bibliotecas municipais	0102/07010307	10.000,00						20.808,33	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	80.808,33			
2.5.1.2.					Rede museus		177.300,00						5.660,16	177.300,00	35.000,00	212.300,00	25.000,00	72.000,00	862.000,00	507.000,00		1.683.960,16			
2.5.1.2.1.	12	2022	I	57	Aquisição de equipamento, material informático e artigos valor		4.200,00						4.990,22	4.200,00	30.000,00	34.200,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		47.190,22			
2.5.1.2.1.	12	2022	I	57	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	100,00							100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					
2.5.1.2.1.	12	2022	I	57	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	4.000,00							4.000,00		4.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		10.809.564,00	2.461.424,00				5.179.420,60	13.270.888,00	13.231.900,00	26.502.788,00	40.301.900,00	37.101.900,00	38.190.900,00	24.374.900,00	10.000,00	171.721.908,60			

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto				
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes							
	PERÍODOS ANT.	PERÍODO 2024													[15]	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]	[21]=[13]+...+[20]						
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]						
2.5.1.2.	12	2022 I 57	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0102/070112			100,00																				
2.5.1.2.	14	2022 I 59	Manutenção e Regualificação do Museu do Papel	0102/07010301	E					2022/01/01	2029/12/31	0		669,94	100,00		100,00									585.669,94	
2.5.1.2.	15	2022 I 60	Manutenção e Regualificação do Museu Convento dos Loios	0102/07010302	E		100,00			2022/01/01	2029/12/31	0			100,00	5.000,00	5.100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				25.100,00	
2.5.1.2.	16	2022 I 61	Manutenção e Regualificação do Castro de Romariz	0102/070305	E		23.000,00			2022/01/01	2029/12/31	3			23.000,00		23.000,00	18.000,00	15.000,00	370.000,00	450.000,00					876.000,00	
2.5.1.2.	02	2023 I 8	Exposição temporária "Mitos, Deuses e Heróis" no MCL sobre o Castro de Romariz	0102/07010302	E		150.000,00			2023/01/01	2025/12/31	2			150.000,00		150.000,00									150.000,00	
2.5.1.5.			Promocao cultural				300.885,00	9.436,00							189.966,70	310.321,00	625.000,00	935.321,00	2.400.200,00	1.850.300,00	100.400,00	300,00				5.476.487,70	
2.5.1.5.	17	2021 I 123	Intervenções no Castelo de Santa Maria da Feira e sua envolvente		E		15.200,00			2021/01/01	2029/12/31	5		101.459,76	15.200,00	600.000,00	615.200,00	1.650.200,00	1.200.300,00	400,00	300,00					3.567.659,76	
2.5.1.5.	17	2021 I 123	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107			100,00								100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00					
2.5.1.5.	17	2021 I 123	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108			2.000,00								2.000,00		2.000,00		100,00	100,00	100,00	100,00					
2.5.1.5.	17	2021 I 123	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115			100,00								100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00					
2.5.1.5.	17	2021 I 123	Bens de património histórico, artístico e cultural	0102/070305			13.000,00								13.000,00		13.000,00	1.650.000,00	1.200.000,00	100,00							
2.5.1.5.	11	2022 I 62	Regualificação e Manutenção do Cineteatro António Lamoso - CTAL		E		122.700,00			2022/01/01	2025/12/31	3		69.841,67	122.700,00		122.700,00										192.541,67
2.5.1.5.	11	2022 I 62	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	0102/07010302			80.000,00								80.000,00		80.000,00										
2.5.1.5.	11	2022 I 62	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109			42.700,00								42.700,00		42.700,00										
2.5.1.5.	12	2022 I 63	Regualificação e Manutenção do Imaginarius Centro Criação - ICC	0102/07010302	E		100,00			2022/01/01	2025/12/31	3		15.680,37	100,00	5.000,00	5.100,00										20.780,37
2.5.1.5.	13	2022 I 91	Regualificação Escola de Música da Arrifana	0102/07010302	E		5.000,00			2022/01/01	2028/12/31	1		2.984,90	5.000,00		5.000,00	750.000,00	500.000,00	50.000,00						1.307.984,90	
2.5.1.5.	14	2022 I 124	Restauro da escultura Whils	0102/070112	O		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9			100,00	20.000,00	20.100,00										20.100,00
2.5.1.5.	07	2023 I 9	Grandes Intervenções Edifício Viagem Medieval - Santa Maria da Feira	0102/07010406	E					2023/01/01	2028/12/31	0						150.000,00		50.000,00						200.000,00	
2.5.1.5.	08	2023 I 10	Reabilitação da Cobertura da Academia de Música - Santa Maria da Feira	0102/07010406	E		155.427,00			2023/01/01	2025/12/31	2			155.427,00		155.427,00									155.427,00	
2.5.1.5.	05	2024 I 44	Orquestra Criativa SMF	0102/070115	O		2.358,00	9.436,00		2024/01/01	2025/12/31	9			11.794,00		11.794,00										11.794,00
2.5.1.8.			Juventude				100,00								100,00		100,00									100,00	
2.5.1.8.	02	2023 I 11	Aquisição de viaturas	0102/07010602	O		100,00			2023/01/01	2025/12/31	9			100,00		100,00									100,00	
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				928.555,00								1.561.395,53	924.525,00	990.000,00	1.914.525,00	2.675.500,00	3.666.000,00	2.216.000,00	676.000,00				12.709.420,53	
2.5.2.1.			Rede de equipamentos desportivos				928.555,00								1.561.395,53	924.525,00	990.000,00	1.914.525,00	2.675.500,00	3.666.000,00	2.216.000,00	676.000,00				12.709.420,53	
2.5.2.1.	05	2015 I 72	Construção de Piscina de Canedo		E		175.080,00			2015/01/01	2025/12/31	4		1.082.280,92	175.080,00		175.080,00										1.257.360,92
2.5.2.1.	05	2015 I 72	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	0102/07010302			25.000,00								25.000,00		25.000,00										
2.5.2.1.	05	2015 I 72	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107			38.980,00								38.980,00		38.980,00										
2.5.2.1.	05	2015 I 72	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109			21.100,00								21.100,00		21.100,00										
2.5.2.1.	05	2015 I 72	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115			90.000,00								90.000,00		90.000,00										
2.5.2.1.	13	2020 I 71	Outras Infraestruturas e equipamentos desportivos	0102/07010302	O		6.100,00			2020/01/01	2025/12/31	9			6.100,00		6.100,00									6.100,00	
2.5.2.1.	11	2022 I 64	Rede de pavilhões municipais	0102/07010302	O		100,00			2022/01/01	2029/12/31	9		6.583,23	100,00	15.000,00	15.100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00			41.683,23	
2.5.2.1.	12	2022 I 65	Rede de polidesportivos municipais	0102/07010302	O		175.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		399.650,91	175.000,00		175.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00			594.650,91	
2.5.2.1.	13	2022 I 66	Outras Infraestruturas e equipamentos desportivos		O		168.300,00			2022/01/01	2029/12/31	9		72.880,47	168.300,00		168.300,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00			265.180,47	
2.5.2.1.	13	2022 I 66	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	0102/07010406			166.000,00								166.000,00		166.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :						11.808.229,00	2.470.860,00						6.931.452,77	14.278.989,00	13.876.900,00	28.155.889,00	42.741.100,00	39.038.200,00	39.167.300,00	24.896.200,00	10.000,00				181.000.241,77	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto				
	Código	Ano				Tipo	Número	Real.	R G	R P	U E		EMPR	Inicio	Fim	Ex.	REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																						PERÍODOS ANT.		PERÍODO 2024	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]
2.5.2.1.	13	2022	I	66			2.300,00								2.300,00		2.300,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			90.100,00			
2.5.2.1.	14	2022	I	86	E		100,00			2022/01/01	2029/12/31	9			100,00	50.000,00	50.100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00						
2.5.2.1.	15	2022	I	84	E		339,00			2022/01/01	2028/12/31	0			339,00		339,00	150.000,00	750.000,00	250.000,00				1.150.339,00			
2.5.2.1.	16	2022	I	85	E					2022/01/01	2028/12/31	0									50.000,00				50.000,00		
2.5.2.1.	17	2022	I	87	E					2022/01/01	2028/12/31	0						140.000,00	170.000,00	50.000,00					360.000,00		
2.5.2.1.	20	2022	I	90	E		100,00			2022/01/01	2027/12/31	0			100,00	500.000,00	500.100,00	1.500.000,00	800.000,00						2.800.100,00		
2.5.2.1.	01	2023	I	12	E		100.000,00			2023/01/01	2025/12/31	0			100.000,00		100.000,00								100.000,00		
2.5.2.1.	02	2023	I	13	E		4.030,00			2023/01/01	2029/12/31	0			4.030,00		4.030,00	4.500,00	500.000,00	655.000,00	100.000,00				1.263.530,00		
2.5.2.1.	05	2023	I	16	E		4.030,00			2023/01/01	2028/12/31	0						500.000,00	500.000,00	50.000,00					1.050.000,00		
2.5.2.1.	06	2023	I	17	E		5.000,00			2023/01/01	2025/12/31	0			5.000,00		5.000,00								5.000,00		
2.5.2.1.	08	2023	I	19	E		62.266,00			2023/01/01	2025/12/31	0			62.266,00		62.266,00									62.266,00	
2.5.2.1.	10	2023	I	21	E		1.590,00			2023/01/01	2025/12/31	0			1.590,00		1.590,00									1.590,00	
2.5.2.1.	11	2023	I	22	E		43.200,00			2023/01/01	2025/12/31	0			43.200,00		43.200,00									43.200,00	
2.5.2.1.	01	2024	I	22	E		100,00			2024/01/01	2025/12/31	0			100,00	175.000,00	175.100,00									175.100,00	
2.5.2.1.	02	2024	I	23	E					2024/01/01	2028/12/31	0						150.000,00	200.000,00	50.000,00						400.000,00	
2.5.2.1.	03	2024	I	31	E		69.700,00			2024/01/01	2025/12/31	0			69.700,00		69.700,00									69.700,00	
2.5.2.1.	04	2024	I	33	E					2024/01/01	2027/12/31	0						50.000,00	15.000,00							65.000,00	
2.5.2.1.	05	2024	I	38	E		6.000,00			2024/01/01	2028/12/31	0			6.000,00		6.000,00	50.000,00	150.000,00	50.000,00						256.000,00	
2.5.2.1.	06	2024	I	41	E		107.220,00			2024/01/01	2025/12/31	0			107.220,00		107.220,00									107.220,00	
2.5.2.1.	01	2025	I	9	E		100,00			2025/01/01	2026/12/31	0			100,00	150.000,00	150.100,00	50.000,00								200.100,00	
2.5.2.1.	02	2025	I	10	E					2025/01/01	2029/12/31	0							500.000,00	1.000.000,00	500.000,00					2.000.000,00	
2.5.2.1.	03	2025	I	17	E		200,00			2025/01/01	2029/12/31	1			200,00	100.000,00	100.200,00	55.000,00	55.000,00	35.000,00	50.000,00					295.200,00	
2.5.2.1.	03	2025	I	17	E		100,00								100,00		100,00	55.000,00	55.000,00	35.000,00	50.000,00						
2.5.2.1.	03	2025	I	17	E		100,00								100,00		100,00										
3.							10.273.169,00								4.481.598,62	10.273.169,00	13.460.000,00	23.733.169,00	9.554.306,00	14.843.980,00	24.331.300,00	29.476.300,00				107.420.653,62	
3.2.							615.200,00								272.796,03	615.200,00	235.000,00	850.200,00	768.480,00	969.680,00	1.250.000,00	300.000,00				4.411.156,03	
3.2.1.							615.200,00								272.796,03	615.200,00	235.000,00	850.200,00	768.480,00	969.680,00	1.250.000,00	300.000,00				4.411.156,03	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	12.212.204,00	2.470.860,00							6.931.452,77	14.678.934,00	14.851.900,00	29.530.834,00	45.400.600,00	42.688.200,00	41.367.300,00	25.556.200,00	10.000,00			191.544.686,77	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																				2026	2027	2028		2029	Outros
																				[16]	[17]	[18]		[19]	[20]
[1]	Código	Ano	Tipo	Número	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]			
3.2.1.1.				Iluminacao publica																					
3.2.1.1.	01	2022	I	70																					
				Construção de ramais de baixa tensão e de média tensão																					
				Iluminação pública em diversos locais do concelho																					
				Revisões de preços de empreitadas levadas a cabo em anos anteriores																					
				Medidas de eficiência energética para diminuir os consumos na iluminação pública																					
				Medidas de eficiência energética em edifícios municipais ou equipamentos municipais																					
				INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS																					
				INVESTIMENTOS INCORPÓREOS																					
3.2.1.2.				Dinamizacão industrial																					
3.2.1.2.	01	2022	I	71																					
				Requalificação da Zona Industrial de Arrifana																					
				Requalificação da Zona Industrial do Roligo - Santa Maria da Feira																					
				Requalificação da Zona Industrial de Mosteirô																					
				Requalificação e Ampliação de Zonas Industriais																					
3.3.				Transportes e comunicações																					
3.3.1.				Transportes rodoviários																					
3.3.1.1.				Rede viaria sinalizacão																					
3.3.1.1.	20	2002	I	217																					
				Aquisição de terrenos																					
				Aquisição de terrenos																					
				Aquisição de terrenos (expropriações e indemnizações)																					
				Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas																					
				Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas																					
				Eixo das Cortiças																					
				Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas																					
				Construção de muros de suporte de terras e vedação em vários pontos do concelho																					
				Arruamentos e obras complementares																					
				Pavimentação em vários arruamentos do concelho - 10ª Fase																					
				Pavimentação de tramos da rede viária municipal																					
				Requalificação da Av.Domingos da Silva Coelho-S.Paio de Oleiros																					
				Requalificação da Rua Mestre Emilia																					
				Construção de muros de suporte de terras e vedação em vários pontos do concelho																					
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :																			
							15.880.472,00	2.470.860,00							8.606.204,61	18.347.202,00	15.086.900,00	33.434.102,00	46.724.246,00	47.257.880,00	43.317.300,00	26.556.200,00	10.000,00	206.966.032,61	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]
[1]	Código	Ano Tipo Número	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]			
3.3.1.1.	04	2022 I 74		Arruamentos e obras complementares	0102/07030301	E		600.000,00			2022/01/01	2029/12/31	4		1.374.356,95	600.000,00	2.000.000,00	2.600.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	10.500.000,00	14.500.000,00	31.974.356,95		
3.3.1.1.	05	2022 I 75		Demolição de habitações, muros ou outras construções em ruínas	0102/070115	E		42.772,00			2022/01/01	2029/12/31	3		28.700,56	42.772,00	250.000,00	292.772,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00	65.000,00	506.472,56		
3.3.1.1.	05	2022 I 75		OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115			15.000,00								15.000,00		15.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00			
3.3.1.1.	05	2022 I 75		Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102/07030301			27.772,00								27.772,00		27.772,00	25.000,00	35.000,00	45.000,00	60.000,00			
3.3.1.1.	06	2022 I 76		Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical luminosa, horizontal, sinalética informativa e aplicação de dispositivos de segurança e marcação rodoviária	0102/07010409	O		120.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		96.067,19	120.000,00	500.000,00	620.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	200.000,00	1.266.067,19		
3.3.1.1.	07	2022 I 77		Aquisição de viaturas, equipamentos e ferramentas		O		700,00			2022/01/01	2029/12/31	9			700,00	150.000,00	150.700,00	25.100,00	25.100,00	25.100,00	25.100,00	251.100,00		
3.3.1.1.	07	2022 I 77		EQUIPAMENTO BÁSICO	0102/07011001			100,00								100,00		100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00			
3.3.1.1.	07	2022 I 77		OUTRO	0102/07011099			100,00								100,00		100,00							
3.3.1.1.	07	2022 I 77		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0102/070111			500,00								500,00		500,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
3.3.1.1.	08	2022 I 78		Pavimentação de tramos da rede viária municipal	0102/07030301	E		1.150.000,00			2022/01/01	2029/12/31	3		247.364,40	1.150.000,00	2.000.000,00	3.150.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00	9.000.000,00	13.000.000,00	28.897.364,40		
3.3.1.1.	09	2022 I 79		Revisão de preços de empreitadas relativas à rede viária e sinalização, levadas a cabo em anos anteriores	0102/07030301	E		15.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		117.840,02	15.000,00	250.000,00	265.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	482.840,02		
3.3.1.1.	10	2022 I 80		Aquisição de terrenos	0102/070101	O		30.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9		60.000,00	30.000,00	2.000.000,00	2.030.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	2.690.000,00		
3.3.1.1.	11	2022 I 114		Requalificação Loteamento dos Freixieiros - Pigeiros	0102/07030301	E		25.000,00			2022/01/01	2029/12/31	2		148.041,72	25.000,00		25.000,00					173.041,72		
3.3.1.1.	13	2022 I 119		Requalificação da rotunda e da travessa de Penoucos - Fiães	0102/07030301	E		100,00			2022/01/01	2028/12/31	0			100,00		100,00	250.000,00	200.000,00	50.000,00		500.100,00		
3.3.1.1.	15	2022 I 121		Requalificação da Ponte Chão do Rio - Fiães	0102/07030301	E					2022/01/01	2029/12/31	0							270.000,00	150.000,00		420.000,00		
3.3.1.1.	16	2022 I 122		Requalificação da Rua Campinho Verde - Fiães	0102/07030301	E		5.000,00			2022/01/01	2025/12/31	4		53.300,70	5.000,00		5.000,00					58.300,70		
3.3.1.1.	19	2022 I 128		Requalificação da Rua de Vilas - Mozelos	0102/07030301	E		100,00			2022/01/01	2027/12/31	0			100,00	400.000,00	400.100,00	250.000,00	150.000,00			800.100,00		
3.3.1.1.	20	2022 I 129		Requalificação da Rua da Barra - Nogueira da Regedoura	0102/07030301	E		100,00			2022/01/01	2026/12/31	0			100,00	550.000,00	550.100,00	150.000,00				700.100,00		
3.3.1.1.	21	2022 I 130		Requalificação da Rua da Tapadinha - Romeão	0102/07030301	E		760.000,00			2022/01/01	2026/12/31	0			760.000,00		760.000,00	150.000,00				910.000,00		
3.3.1.1.	22	2022 I 131		Requalificação da variante e Rotunda de Romariz	0102/07030301	E		320.000,00			2022/01/01	2025/12/31	0			320.000,00		320.000,00					320.000,00		
3.3.1.1.	23	2022 I 132		Requalificação da Rua Alto Picão - Santa Maria de Lamas	0102/07030301	E					2022/01/01	2028/12/31	0					175.000,00	250.000,00	50.000,00			475.000,00		
3.3.1.1.	24	2022 I 133		Requalificação da Rua Dr. Serafim Guimarães - Espargo	0102/07030301	E		100,00			2022/01/01	2028/12/31	0			100,00	50.000,00	50.100,00	600.000,00	700.000,00	100.000,00		1.450.100,00		
3.3.1.1.	25	2022 I 134		Requalificação da Av. do Sarrilha - S.Miguel de Souto	0102/07030301	E		950.000,00			2022/01/01	2026/12/31	1		166.122,55	950.000,00		950.000,00	13.260,00				1.129.382,55		
3.3.1.1.	26	2022 I 29		Construção de Muro no Centro Escolar de Valrico - S.Miguel de Souto	0102/07030301	E		99.155,00			2022/01/01	2025/12/31	0			99.155,00		99.155,00					99.155,00		
3.3.1.1.	27	2022 I 136		Arranjo envolvente à Igreja - Escapães	0102/07030301	E					2022/01/01	2028/12/31	0							75.000,00	200.000,00		275.000,00		
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FONEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		19.998.499,00	2.470.860,00						10.897.998,70	22.465.229,00	23.236.900,00	45.702.129,00	51.342.606,00	52.772.980,00	63.887.400,00	54.671.300,00	10.000,00	280.344.513,70	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor
do Financiamento Não Definido : S

Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto						
	Código	Ano				Tipo	Número	Real.	R G	R P	U E		EMPR	Início	Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Períodos seguintes					[21]=[13]+...+[20]		
																						2026		2027	2028	2029		Outros	
																						[16]		[17]	[18]	[19]		[20]	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]									
3.3.1.1.	28	2022	I	137	E		215.055,00							2022/01/01	2025/12/31	0		215.055,00		215.055,00									215.055,00
3.3.1.1.	29	2022	I	104	E		2.705,00							2022/01/01	2025/12/31	3	3.038,10	2.705,00		2.705,00									5.743,10
3.3.1.1.	30	2022	I	106	E		37.500,00							2022/01/01	2028/12/31	1		37.500,00		37.500,00	480.100,00	300.000,00	50.000,00					867.600,00	
3.3.1.1.	32	2023	I	45	E		5.000,00							2023/01/01	2025/12/31	0		5.000,00		5.000,00									5.000,00
3.3.1.1.	33	2023	I	56	E		5,00							2023/01/01	2027/12/31	0		5,00		5,00	141.000,00	50.000,00						191.005,00	
3.3.1.1.	34	2023	I	67	E		95.000,00							2023/01/01	2025/12/31	2	76.631,60	95.000,00		95.000,00								171.631,60	
3.3.1.1.	35	2023	I	69	E									2023/01/01	2028/12/31	0							10.000,00					10.000,00	
3.3.1.1.	36	2023	I	70	E		260.000,00							2023/01/01	2025/12/31	0		260.000,00		260.000,00								260.000,00	
3.3.1.1.	38	2023	I	72	E		5,00							2023/01/01	2026/12/31	0		5,00		5,00	70.000,00							70.005,00	
3.3.1.1.	40	2023	I	74	E		18.000,00							2023/01/01	2027/12/31	1	6.745,32	18.000,00	450.000,00	468.000,00	520.000,00	100.000,00					1.094.745,32		
3.3.1.1.	42	2023	I	76	E		100,00							2023/01/01	2026/12/31	0		100,00	300.000,00	300.100,00	50.000,00							350.100,00	
3.3.1.1.	45	2023	I	79	E		100,00							2023/01/01	2026/12/31	0		100,00	180.000,00	180.100,00	250.000,00							430.100,00	
3.3.1.1.	46	2023	I	80	E									2023/01/01	2028/12/31	0						68.000,00	90.000,00					158.000,00	
3.3.1.1.	48	2023	I	82	E		5,00							2023/01/01	2028/12/31	0		5,00		5,00	300.000,00	1.050.000,00	200.000,00					1.550.005,00	
3.3.1.1.	49	2023	I	84	E		76.500,00							2023/01/01	2025/12/31	0		76.500,00		76.500,00								76.500,00	
3.3.1.1.	01	2024	I	27	E		100,00							2024/01/01	2029/12/31	0		100,00	600.000,00	600.100,00	250.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00				1.750.100,00	
3.3.1.1.	02	2024	I	39	E		800.000,00							2024/01/01	2028/12/31	0		800.000,00	3.000.000,00	3.800.000,00	1.000.000,00	1.700.000,00	1.000.000,00					7.500.000,00	
3.3.1.1.	01	2025	I	12	E		100,00							2025/01/01	2026/12/31	0		100,00	240.000,00	240.100,00	10.000,00							250.100,00	
3.3.1.1.	02	2025	I	13	E		100,00							2025/01/01	2025/12/31	0		100,00	159.000,00	159.100,00								159.100,00	
3.3.1.1.	03	2025	I	14	E		5,00							2025/01/01	2028/12/31	0		5,00		5,00	480.000,00	630.000,00	100.000,00					1.210.005,00	
3.3.1.1.	04	2025	I	18	E									2025/01/01	2027/12/31	0						500.000,00						500.000,00	
3.3.1.4.							255.362,00											34.765,74	255.362,00	130.000,00	385.362,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00			620.127,74	
3.3.1.4.	07	2016	I	87	E		255.062,00							2016/01/01	2025/12/31	5		11.500,50	255.062,00	255.062,00								266.562,50	
3.3.1.4.	06	2022	I	152	O		200,00							2022/01/01	2025/12/31	9		23.265,24	200,00	80.000,00	80.200,00							103.465,24	
3.3.1.4.	06	2022	I	152			100,00												100,00		100,00								
3.3.1.4.	06	2022	I	152			100,00												100,00		100,00								
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		21.764.041,00	2.470.860,00									11.019.179,46	24.230.771,00	28.245.900,00	52.476.671,00	54.893.706,00	57.470.980,00	65.637.400,00	54.971.300,00	10.000,00		297.539.336,46	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																				2026	2027	2028		2029	Outros
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]				
3.3.1.4.	07	2024 I 45	Desobstrução e reparação das minas existentes no concelho	0102/07030313	E			100,00								100,00	50.000,00	50.100,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	250.100,00	
3.4.			Comércio e turismo					10.300,00																	409.971,93
3.4.2.1.			Mercados e feiras					10.000,00								10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	403.871,93	
3.4.1.1.			Mercados e feiras					10.000,00								10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	403.871,93	
3.4.1.1.1.	01	2020 I 89	Reabilitação do Mercado Municipal	0102/07010303	E			10.000,00								10.000,00		10.000,00						403.871,93	
3.4.2.			Turismo					300,00								300,00	1.000,00	1.300,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	6.100,00	
3.4.2.1.			Turismo					300,00								300,00	1.000,00	1.300,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	6.100,00	
3.4.2.1.1.	23	2022 I 140	Turismo Acessível		O			200,00								200,00		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,00	
3.4.2.1.1.	23	2022 I 140	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	O			100,00								100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
3.4.2.1.1.	23	2022 I 140	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O			100,00								100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
3.4.2.1.1.	24	2022 I 147	Natal no Mercado	0102/070115	O			100,00								100,00	1.000,00	1.100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	5.100,00	
3.5.			Outras funções económicas					710.932,00								710.932,00	15.000,00	725.932,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	765.932,00	
3.5.1.			Dinamizacão económica					708.291,00								708.291,00		708.291,00						708.291,00	
3.5.1.4.			Desenvolvimento do Concelho					708.291,00								708.291,00		708.291,00						708.291,00	
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	Bairros Comerciais Digitais		O			708.291,00								708.291,00		708.291,00						708.291,00	
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	O			420.152,00								420.152,00		420.152,00							
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108	O			100,00								100,00		100,00							
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	O			100,00								100,00		100,00							
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	OUTRO	0102/0701099	O			109.815,00								109.815,00		109.815,00							
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0102/070113	O			149.243,00								149.243,00		149.243,00							
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O			100,00								100,00		100,00							
3.5.1.4.1.	01	2024 I 42	Outros	0102/07030313	O			28.781,00								28.781,00		28.781,00							
3.5.2.			Termalismo					2.641,00								2.641,00	15.000,00	17.641,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	57.641,00	
3.5.2.1.			Termas das Caldas de São Jorge					2.641,00								2.641,00		17.641,00						57.641,00	
3.5.2.1.1.	02	2021 I 116	Adução e abastecimento de água termal	0102/07010307	E			2.441,00								2.441,00	10.000,00	12.441,00						12.441,00	
3.5.2.1.1.	04	2022 I 141	Aquisição de Equipamentos		O			200,00								200,00	5.000,00	5.200,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	45.200,00	
3.5.2.1.1.	04	2022 I 141	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0102/070109	O			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
3.5.2.1.1.	04	2022 I 141	OUTROS INVESTIMENTOS	0102/070115	O			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
4.			Outras funções					80.150,00								80.150,00	15.000,00	95.150,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	135.150,00	
4.3.			Diversas não especificadas					80.150,00								80.150,00		95.150,00						135.150,00	
4.3.1.			Comunicação e relações públicas					80.150,00								80.150,00		95.150,00						135.150,00	
4.3.1.1.			Comunicação e imagem					200,00								200,00		15.200,00						55.200,00	
4.3.1.1.1.	03	2022 I 142	Aquisição de equipamento informático e software		O			200,00								200,00	15.000,00	15.200,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	55.200,00	
4.3.1.1.1.	03	2022 I 142	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	0102/070107	O			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
4.3.1.1.1.	03	2022 I 142	SOFTWARE INFORMÁTICO	0102/070108	O			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
4.3.1.2.			Relações públicas e internacionais					79.950,00								79.950,00		79.950,00						79.950,00	
4.3.1.2.1.	03	2023 I 33	Colaborar e Cocriar o bem estar em Santa Maria da Feira	0102/07010602	O			79.950,00								79.950,00		79.950,00						79.950,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :		22.565.523,00	2.470.860,00							11.413.051,39	25.032.253,00	28.326.900,00	53.359.153,00	54.964.906,00	57.542.180,00	65.708.600,00	55.042.500,00	10.000,00	299.100.490,39

pam
plano de atividades
municipais

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de Real. [5]	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Ex. [12]	Pagamentos										Total previsto [21]=[13]+...+[20]			
	Código	Ano				Tipo	Número	R G	R P	U E	EMPR		Inicio [10]	Fim [11]	REALIZADO EM PERÍODOS ANT. [13]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024 [14]	2025 (Financ. Definido) [15]			Períodos seguintes						
																	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]	
2.1.1.1.	18	2022	A 62	Locação de outros bens	0102/020208								100,00		100,00											
2.1.1.1.	18	2022	A 62	Outros serviços	0102/020225								100,00		100,00				10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00				
2.1.1.1.	20	2022	A 64	Unidade de Intervenção Socioeducativa - UIS									500,00		500,00				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		6.651,10		
2.1.1.1.	20	2022	A 64	Ferramentas e utensílios	0102/020117								246,00		246,00											
2.1.1.1.	20	2022	A 64	Outros bens	0102/020121								100,00		100,00											
2.1.1.1.	20	2022	A 64	Outros serviços	0102/020225								154,00		154,00				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Escola de Educação Rodoviária									10.882,00		10.882,00	500,00			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		32.279,59		
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Gasóleo	0102/02010202								850,00		850,00											
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105								800,00		800,00											
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Material de escritório	0102/020108								800,00		800,00											
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Material de educação, cultura e recreio	0102/020120								3.200,00		3.200,00											
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Outros bens	0102/020121								3.201,00		3.201,00											
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Locação de material de transporte	0102/020206								681,00		681,00											
2.1.1.1.	21	2022	A 65	Outros serviços	0102/020225								1.350,00		1.350,00				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.1.1.1.	22	2022	A 66	Fornecimento de Refeições									2.621.038,00		2.621.038,00	8.378.962,00				11.000.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		24.257.412,17	
2.1.1.1.	22	2022	A 66	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105								2.620.886,00		2.620.886,00					11.000.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			
2.1.1.1.	22	2022	A 66	Locação de material de transporte	0102/020206								152,00		152,00											
2.1.1.1.	23	2022	A 67	Bobótica, Programação e TIC	0102/020225								129.000,00		129.000,00					201.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00		576.041,44	
2.1.1.1.	26	2022	A 70	PIPE - Intervenção no Parque Escolar									9.968,17		9.968,17	51.000,00				60.051,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		110.019,17	
2.1.1.1.	26	2022	A 70	Ferramentas e utensílios	0102/020117								51,00		51,00											
2.1.1.1.	26	2022	A 70	Outros bens	0102/020121								100,00		100,00											
2.1.1.1.	26	2022	A 70	Outros serviços	0102/020225								8.900,00		8.900,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			
2.1.1.1.	29	2022	A 73	Orquestra Criativa	0102/020225								18.700,00		18.700,00											
2.1.1.1.	31	2022	A 75	Programa Eco-Escolas									2.450,00		2.450,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		29.578,39	
2.1.1.1.	31	2022	A 75	Outros bens	0102/020121								600,00		600,00											
2.1.1.1.	31	2022	A 75	Representação de Serviços	0102/020211								1.200,00		1.200,00											
2.1.1.1.	31	2022	A 75	Formação	0102/020215								550,00		550,00											
2.1.1.1.	31	2022	A 75	Outros serviços	0102/020225								100,00		100,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			
2.1.1.1.	33	2022	A 77	Transferências para Instituições	0102/040701								100,00		100,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		40.100,00	
2.1.1.1.	39	2022	A 83	No bully Portugal	0102/040701								100,00		100,00	1.900,00				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00		10.000,00	
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Erasmus + Educação de adultos									26.199,00		26.199,00						26.199,00					47.037,00
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115								56,00		56,00											
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Deslocações e Estadas	0102/020213								24.490,00		24.490,00											
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Formação	0102/020215								1.240,00		1.240,00											
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Outros serviços	0102/020225								3,00		3,00											
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701								50,00		50,00											
2.1.1.1.	60	2022	A 104	Outras	0102/04080202								360,00		360,00											
2.1.1.1.	01	2023		Descentralização e Delegação de Competências									12.569.034,00		12.569.034,00	138.000,00				12.707.034,00	10.120.000,00	1.402.000,00	422.000,00	276.000,00	32.582.471,18	
2.1.1.1.	0101	2023	A 24	Atividades de animação e apoio à família ao abrigo do acordo de colaboração DGEstE	0102/020225								1.600,00		1.600,00					1.600,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	44.907,24	
2.1.1.1.	0102	2023	A 25	Refeições 2.º e 3.º ciclos ensino básico e secundário	0102/020105								1.152.703,00		1.152.703,00					9.000.000,00	500.000,00	10.000,00	10.000,00		11.654.958,40	
2.1.1.1.	0103	2023	A 26	Transportes em circuitos especiais									1.205.700,00		1.205.700,00					1.205.700,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		2.464.057,55	
2.1.1.1.	0103	2023	A 26	Locação de material de transporte	0102/020206								1.200.000,00		1.200.000,00					1.200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			
2.1.1.1.	0103	2023	A 26	Transportes	0102/020210								5.700,00		5.700,00					100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00			
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :												8.015.687,67		13.425.433,00	11.247.780,00				24.673.213,00	24.693.491,00	3.814.350,00	3.057.500,00	4.706.000,00	68.960.241,67	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto										
	Código	Ano Tipo Número				Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)		2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes							
																					2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]								
2.1.1.	0104	2023 A 27	Remunerações pessoal não docente pré-escolar ao abrigo do acordo de colaboração DGESE		0					2023/01/01	2029/12/31	9		895.369,10	1.542.040,00		1.542.040,00									2.437.409,10		
2.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal em Funções	0102/01010401											1.066.000,00		1.066.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	0102/01010402											5.000,00		5.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal em Funções	0102/01010601											6.000,00		6.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal aguardando Aposentação	0102/010108											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Pessoal em Qualquer Outra Situação	0102/010109											100,00		100,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL DOS QUADROS	0102/01011301											257.040,00		257.040,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011302											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL DOS QUADRO	0102/01011401											182.000,00		182.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011402											2.000,00		2.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	0102/010115											10.000,00		10.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Horas Extraordinárias	0102/010202											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Ajudas de Custo	0102/010204											500,00		500,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Abono para Falhas	0102/010205											500,00		500,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Subsidio de turno	0102/010211											100,00		100,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Indemnizações por cessação de Funções	0102/010212											100,00		100,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Encargos com a Saúde	0102/010301											100,00		100,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	0102/010303											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	0102/01031001											500,00		500,00											
2.1.1.	0104	2023 A 27	Deslocações e Estadas	0102/020213											100,00		100,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Remuneração pessoal não docente educação pré- escolar		0					2023/01/01	2029/12/31	9		223.723,93	420.050,00		420.050,00									643.773,93		
2.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal em Funções	0102/01010401											251.000,00		251.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	0102/01010402											5.000,00		5.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal em Funções	0102/01010601											6.000,00		6.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal aguardando Aposentação	0102/010108											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Pessoal em Qualquer Outra Situação	0102/010109											100,00		100,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL DOS QUADROS	0102/01011301											75.600,00		75.600,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011302											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL DOS QUADRO	0102/01011401											55.000,00		55.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011402											2.000,00		2.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	0102/010115											10.000,00		10.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Horas Extraordinárias	0102/010202											3.000,00		3.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Ajudas de Custo	0102/010204											500,00		500,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Abono para Falhas	0102/010205											500,00		500,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Subsidio de turno	0102/010211											50,00		50,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Indemnizações por cessação de Funções	0102/010212											100,00		100,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Encargos com a Saúde	0102/010301											100,00		100,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	0102/01031001											5.000,00		5.000,00											
2.1.1.	0105	2023 A 28	Deslocações e Estadas	0102/020213											100,00		100,00											
2.1.1.	0106	2023 A 29	Remuneração pessoal não docente educação 1.º ciclo		0					2023/01/01	2029/12/31	9		948.032,04	1.674.230,00		1.674.230,00									2.622.262,04		
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :									17.061.753,00													
												10.082.812,74	17.061.753,00	11.247.780,00	28.309.533,00	24.693.491,00	3.814.350,00	3.057.500,00	4.706.000,00			74.663.686,74						

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto							
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM	ESTIM. REALIZ.	2025 (Financ. Definido)		2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes				
															PERÍODOS ANT.	PERÍODO 2024	[15]		2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]	[21]=[13]+...+[20]	
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]				
2.1.1.	0106	2023 A 29	Pessoal em Funções	0102/01010401			1.160.180,00								1.160.180,00		1.160.180,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	0102/01010402			5.000,00								5.000,00		5.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Pessoal em Funções	0102/01010601			6.000,00								6.000,00		6.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Pessoal aguardando Aposentação	0102/010108			3.000,00								3.000,00		3.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Pessoal em Qualquer Outra Situação	0102/010109			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL DOS QUADROS	0102/01011301			277.200,00								277.200,00		277.200,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011302			3.000,00								3.000,00		3.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL DOS QUADRO	0102/01011401			200.000,00								200.000,00		200.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011402			2.000,00								2.000,00		2.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	0102/010115			10.000,00								10.000,00		10.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Horas Extraordinárias	0102/010202			3.000,00								3.000,00		3.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Ajudas de Custo	0102/010204			500,00								500,00		500,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Abono para Falhas	0102/010205			500,00								500,00		500,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Subsidio de turno	0102/010211			50,00								50,00		50,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Indemnizações por cessação de Funções	0102/010212			500,00								500,00		500,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Encargos com a Saúde	0102/010301			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	0102/010303			2.000,00								2.000,00		2.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	0102/01031001			1.000,00								1.000,00		1.000,00								
2.1.1.	0106	2023 A 29	Deslocações e Estadas	0102/020213			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Remuneração funções não letivas - ensino básico e secundário - assistentes técnicos	0			1.433.500,00			2023/01/01	2029/12/31	9		856.150,09	1.433.500,00		1.433.500,00							2.289.650,09	
2.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal em Funções	0102/01010401			1.002.000,00								1.002.000,00		1.002.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	0102/01010402			5.000,00								5.000,00		5.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal em Funções	0102/01010601			6.000,00								6.000,00		6.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal aguardando Aposentação	0102/010108			3.000,00								3.000,00		3.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Pessoal em Qualquer Outra Situação	0102/010109			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL DOS QUADROS	0102/01011301			201.600,00								201.600,00		201.600,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011302			3.000,00								3.000,00		3.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL DOS QUADRO	0102/01011401			180.000,00								180.000,00		180.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0102/01011402			2.000,00								2.000,00		2.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	0102/010115			10.000,00								10.000,00		10.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Horas Extraordinárias	0102/010202			3.000,00								3.000,00		3.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Ajudas de Custo	0102/010204			500,00								500,00		500,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Abono para Falhas	0102/010205			10.000,00								10.000,00		10.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Indemnizações por cessação de Funções	0102/010212			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Encargos com a Saúde	0102/010301			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	0102/010303			2.000,00								2.000,00		2.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	0102/01031001			5.000,00								5.000,00		5.000,00								
2.1.1.	0107	2023 A 30	Deslocações e Estadas	0102/020213			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	0108	2023 A 31	Remuneração pessoal não docente educação ensino 2.º e 3.º ciclo ensino basico e secundário	0			3.005.300,00			2023/01/01	2029/12/31	9		1.788.444,35	3.005.300,00		3.005.300,00							4.793.744,35	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	21.500.553,00								12.727.407,18	21.500.553,00	11.247.780,00	32.748.333,00	24.693.491,00	3.814.350,00	3.057.500,00	4.706.000,00		81.747.081,18	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S

Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de Real. [5]	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Ex. [12]	Pagamentos										Total previsto [21]=[13]+...+[20]		
	Código	Ano				Tipo	Número	R G	R P	U E	EMPR		Início	Fim	REALIZADO EM PERÍODOS ANT. [13]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024 [14]	2025 (Financ. Definido) [15]	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]
2.1.1.1.	0201	2023	A	37									262,00		262,00										
2.1.1.1.	0201	2023	A	37									100,00		100,00					50.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	0202	2023	A	38	0								9.944,00		9.944,00					100.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		241.942,42
2.1.1.1.	0202	2023	A	38									1.800,00		1.800,00										
2.1.1.1.	0202	2023	A	38									850,00		850,00										
2.1.1.1.	0202	2023	A	38									194,00		194,00										
2.1.1.1.	0202	2023	A	38									100,00		100,00					50.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	0202	2023	A	38									7.000,00		7.000,00					50.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	03	2023	A	38									162.274,00	100.059,27	162.274,00	162.274,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	382.333,27
2.1.1.1.	0301	2023	A	39	0								3.600,00		3.600,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		46.080,91
2.1.1.1.	0301	2023	A	39									3.400,00		3.400,00										
2.1.1.1.	0301	2023	A	39									100,00		100,00										
2.1.1.1.	0301	2023	A	39									100,00		100,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	0302	2023	A	40	0								158.674,00		158.674,00					20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		336.252,36
2.1.1.1.	0302	2023	A	40									64.300,00		64.300,00										
2.1.1.1.	0302	2023	A	40									3.983,00		3.983,00										
2.1.1.1.	0302	2023	A	40									18,00		18,00										
2.1.1.1.	0302	2023	A	40									1.292,00		1.292,00										
2.1.1.1.	0302	2023	A	40									100,00		100,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	0302	2023	A	40									88.981,00		88.981,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	04	2023	A	41	0								200,00		200,00					20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		150.000,00
2.1.1.1.	04	2023	A	41									100,00		100,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	04	2023	A	41									100,00		100,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	05	2023	A	42	0								200,00		200,00					40.000,00	40.000,00	20.000,00	20.000,00		164.700,00
2.1.1.1.	05	2023	A	42									100,00		100,00					20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	05	2023	A	42									100,00		100,00					20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	06	2023	A	43	0								1.267,00		1.267,00					25.000,00	25.000,00	25.000,00	10.000,00		111.763,74
2.1.1.1.	06	2023	A	43									45,00		45,00										
2.1.1.1.	06	2023	A	43									1.122,00		1.122,00										
2.1.1.1.	06	2023	A	43									100,00		100,00					25.000,00	25.000,00	25.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	07	2023	A	44	0								168,00		168,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		40.168,00
2.1.1.1.	07	2023	A	44									100,00		100,00										
2.1.1.1.	07	2023	A	44									68,00		68,00					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		
2.1.1.1.	09	2023	A	46	0								100,00		100,00					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.100,00
2.1.1.1.	10	2023	A	47	0								137,00		137,00					1.000,00					1.800,00
2.1.1.1.	10	2023	A	47									37,00		37,00										
2.1.1.1.	10	2023	A	47									100,00		100,00					1.000,00					
2.1.1.1.	11	2023	A	48	0								100,00		100,00					235.000,00	132.500,00	132.500,00	10.000,00		632.500,00
2.1.1.1.	16	2023	A	53	0								200,00		200,00					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		5.800,00
2.1.1.1.	16	2023	A	53									100,00		100,00										
2.1.1.1.	16	2023	A	53									100,00		100,00					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.1.1.1.	19	2023	A	56	0								379,00		379,00					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		8.665,50
2.1.1.1.	19	2023	A	56									179,00		179,00										
2.1.1.1.	19	2023	A	56									100,00		100,00										
2.1.1.1.	19	2023	A	56									100,00		100,00					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.1.1.1.	21	2023	A	58	0								16.918,00		16.918,00										18.867,12
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :		23.839.094,00						14.019.770,42	23.839.094,00	11.650.847,00	35.489.941,00	26.217.491,00	4.896.850,00	3.630.000,00	4.995.000,00				89.249.052,42	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Início		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Períodos seguintes					
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]				
2.1.1.	21	2023 A 58	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			2.040,00								2.040,00		2.040,00								
2.1.1.	21	2023 A 58	Deslocações e Estadas	0102/020213			14.187,00								14.187,00		14.187,00								
2.1.1.	21	2023 A 58	Outros serviços	0102/020225			691,00								691,00		691,00								
2.1.1.	22	2023 A 59	Erasmus + Ensino e formação profissional		0		2.390,00			2023/01/01	2029/12/31	9		57.762,41	2.390,00		2.390,00							60.152,41	
2.1.1.	22	2023 A 59	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			1.335,00								1.335,00		1.335,00								
2.1.1.	22	2023 A 59	Seguros	0102/020212			118,00								118,00		118,00								
2.1.1.	22	2023 A 59	Deslocações e Estadas	0102/020213			131,00								131,00		131,00								
2.1.1.	22	2023 A 59	Outros serviços	0102/020225			1,00								1,00		1,00								
2.1.1.	22	2023 A 59	Outras	0102/04080202			805,00								805,00		805,00								
2.1.1.	33	2023 A 88	Kids and Science	0102/020225	0		3.710,00			2023/01/01	2029/12/31	9		5.786,58	3.710,00	50.000,00	53.710,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	1.000,00			120.496,58	
2.1.1.	01	2024 A 8	Divulgação da Tradição das Fogaceiras	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9		172,20	100,00	400,00	500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.672,20	
2.1.1.	05	2024 A 13	Eixo Atlântico - intercâmbios escolares		0		300,00			2024/01/01	2029/12/31	9			300,00	4.700,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00			25.000,00	
2.1.1.	05	2024 A 13	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	05	2024 A 13	Locação de material de transporte	0102/020206			100,00								100,00		100,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00				
2.1.1.	05	2024 A 13	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00				
2.1.1.	06	2024 A 15	Ação Social Escolar 2º/3º CEB e ES	0102/04080202	NA		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9			100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.100,00	
2.1.1.	07	2024 A 17	Instalação coletiva Natal		0		6.400,00			2024/01/01	2029/12/31	9			6.400,00		6.400,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			19.400,00	
2.1.1.	07	2024 A 17	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00								
2.1.1.	07	2024 A 17	Outros serviços	0102/020225			6.300,00								6.300,00		6.300,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.1.1.	08	2024 A 18	O Nosso Presépio		0		128,00			2024/01/01	2029/12/31	9			128,00		128,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.128,00	
2.1.1.	08	2024 A 18	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			28,00								28,00		28,00								
2.1.1.	08	2024 A 18	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.1.1.	09	2024 A 19	Prêmios Rotary Melhores Alunos		0		2.767,00			2024/01/01	2029/12/31	9			2.767,00	583,00	3.350,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			7.350,00	
2.1.1.	09	2024 A 19	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			2.667,00								2.667,00		2.667,00								
2.1.1.	09	2024 A 19	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.1.1.	10	2024 A 42	Click - programa de aproximação de jovens ao mercado de trabalho		0		60.836,00			2024/01/01	2029/12/31	9		15.286,59	60.836,00	5.000,00	65.836,00	50.000,00	27.000,00	27.000,00	10.000,00			195.122,59	
2.1.1.	10	2024 A 42	Outros bens	0102/020121			615,00								615,00		615,00								
2.1.1.	10	2024 A 42	Outros serviços	0102/020225			60.221,00								60.221,00		60.221,00	50.000,00	27.000,00	27.000,00	10.000,00				
2.1.1.	01	2025 A 3	Erasmus + Youth - Enhancing Inclusivity for Youths With Special Needs Through Multidisciplinary Integration Approach		0		3,00			2025/01/01	2025/12/31	9			3,00	249.997,00	250.000,00							250.000,00	
2.1.1.	01	2025 A 3	Outros bens	0102/020121			1,00								1,00		1,00								
2.1.1.	01	2025 A 3	Deslocações e Estadas	0102/020213			1,00								1,00		1,00								
2.1.1.	01	2025 A 3	Outros serviços	0102/020225			1,00								1,00		1,00								
2.1.1.	02	2025 A 4	Programa Municipal de Alimentação Consciente, Saudável e Sustentável	0102/020225	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00	5.000,00	5.100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			9.100,00	
2.1.1.	03	2025 A 5	Natação para Todos	0102/020206	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00		100,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	10.000,00			1.210.100,00	
2.1.1.	04	2025 A 6	Literacia em Competências Socioemocionais	0102/020225	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00	25.000,00	25.100,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	10.000,00			125.100,00	
2.1.1.	05	2025 A 7	Literacia financeira	0102/020225	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00	15.000,00	15.100,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			95.100,00	
2.1.1.	06	2025 A 8	Gabinete de Intervenção Psicopedagógica (GIP)	0102/020225	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00	2.000,00	2.100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			6.100,00	
2.1.1.	07	2025 A 9	Grupo cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar	0102/020225	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00	400,00	500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			4.500,00	
2.1.1.	08	2025 A 13	Fornecimento Refeições - 2º e 3º ciclos ensino básico e secundário	0102/020105	0		100,00			2025/01/01	2029/12/31	9			100,00		100,00	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00			3.000.100,00	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	23.916.528,00							14.098.778,20	23.916.528,00	12.008.927,00	35.925.455,00	27.759.491,00	6.406.850,00	4.640.000,00	5.559.000,00			94.389.574,20	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos					Total previsto										
	Código	Ano Tipo Número				Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)		2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes							
																					2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]			
2.3.2.1.	14	2022 A 128	Outros bens	0102/020121			100,00							100,00		100,00												
2.3.2.1.	14	2022 A 128	Outros serviços	0102/020225			100,00							100,00		100,00												
2.3.2.1.	15	2022 A 129	Projetos de desenvolvimento e coesão das Comunidades Locais	0102/040701	0		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9		59.999,97	100,00	82.400,00	82.500,00											142.499,97
2.3.2.1.	16	2022 A 130	Concelho solidário - Medida A "Medida de apoio a estratos sociais desfavorecidos do Município"	0102/04080202	0		48.000,00			2022/01/01	2025/12/31	9		19.638,83	48.000,00		48.000,00											67.638,83
2.3.2.1.	17	2022 A 131	Migrações e interculturalidade		0		300,00			2022/01/01	2025/12/31	9			300,00	1.500,00	1.800,00											1.800,00
2.3.2.1.	17	2022 A 131	Prémios, condecorações e ofertas	0102/020115			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	17	2022 A 131	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	17	2022 A 131	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	18	2022 A 132	Rede Social / Capacitação e Inovação Social		0		176.774,00			2022/01/01	2025/12/31	9		64.506,00	176.774,00		176.774,00											241.280,00
2.3.2.1.	18	2022 A 132	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	0102/010107			154.460,00								154.460,00		154.460,00											
2.3.2.1.	18	2022 A 132	Locação de outros bens	0102/020208			13.000,00								13.000,00		13.000,00											
2.3.2.1.	18	2022 A 132	Publicidade	0102/020217			314,00								314,00		314,00											
2.3.2.1.	18	2022 A 132	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701			9.000,00								9.000,00		9.000,00											
2.3.2.1.	19	2022 A 133	Mosaico Social		0		831,00			2022/01/01	2025/12/31	9			831,00	47.000,00	47.831,00											47.831,00
2.3.2.1.	19	2022 A 133	Prémios, condecorações e ofertas	0102/020115			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	19	2022 A 133	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	19	2022 A 133	Locação de material de transporte	0102/020206			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	19	2022 A 133	Publicidade	0102/020217			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	19	2022 A 133	Outros serviços	0102/020225			431,00								431,00		431,00											
2.3.2.1.	20	2022 A 134	Promoção dos direitos das crianças e jovens em risco		0		3.100,00			2022/01/01	2025/12/31	9		651,78	3.100,00		3.100,00											3.751,78
2.3.2.1.	20	2022 A 134	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	20	2022 A 134	Outras	0102/04080202			3.000,00								3.000,00		3.000,00											
2.3.2.1.	21	2022 A 135	Fóruns Sociais de Freguesia e de união de Freguesias		0		200,00			2022/01/01	2025/12/31	9			200,00	8.000,00	8.200,00											8.200,00
2.3.2.1.	21	2022 A 135	Publicidade	0102/020217			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	21	2022 A 135	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	22	2022 A 136	Centro de Inovação Social em Rede INOVA +		0		200,00			2022/01/01	2025/12/31	9			200,00	500,00	700,00											700,00
2.3.2.1.	22	2022 A 136	Encargos de Instalações	0102/020201			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	22	2022 A 136	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	23	2022 A 137	Provedoria Municipal para a Mobilidade	0102/040701	0		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9		19.424,97	100,00	30.000,00	30.100,00											49.524,97
2.3.2.1.	24	2022 A 138	Programa de empregabilidade, qualificação e inserção social	0102/040701	0		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9		5.625,00	100,00	8.000,00	8.100,00											13.725,00
2.3.2.1.	25	2022 A 139	Iniciativas Sociais/Outros projectos		0		200,00			2022/01/01	2025/12/31	9			200,00		200,00											200,00
2.3.2.1.	25	2022 A 139	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	25	2022 A 139	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	26	2022 A 140	Programa de Apoio às Pessoas Colectivas de Dtº Privado sens fins lucrativos do Município		0		12.558,00			2022/01/01	2025/12/31	9		27.810,40	12.558,00	50.000,00	62.558,00											90.368,40
2.3.2.1.	26	2022 A 140	Instituições sem fins lucrativos	0102/040701			100,00								100,00		100,00											
2.3.2.1.	26	2022 A 140	Instituições sem fins lucrativos	0102/080701			12.458,00								12.458,00		12.458,00											
2.3.2.1.	30	2022 A 381	Incentivo à natalidade	0102/04080202	0		100,00			2022/01/01	2025/12/31	9		1.567.300,00	100,00	1.900.000,00	1.900.100,00											3.467.400,00
2.3.2.1.	31	2022 A 389	Plano de ação da operação integrada no território de intervenção AMP Sul-Comunidades desfavorecidas		0		286.600,00	800.000,00		2022/06/01	2029/12/31	9		203.804,20	1.086.600,00		1.086.600,00		450.000,00	450.000,00							2.190.404,20	
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	29.552.754,00	800.000,00							18.463.544,43	30.352.754,00	15.767.656,00	46.120.410,00	35.621.791,00	13.561.650,00	11.254.800,00	12.173.800,00					137.195.995,43	

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																				2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	Outros [20]
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]				
2.4.2.1.	01	2022 A 148	Serviços Especializados na área da arquitetura paisagistica	0102/020214	0		100,00								100,00	75.000,00	75.100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	175.100,00			
2.4.2.1.	02	2022 A 149	Desenvolvimento e Implementação do sistema de Gestão Urbanística		0		300,00								300,00	75.000,00	75.300,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	115.300,00			
2.4.2.1.	02	2022 A 149	Assistência técnica	0102/020219			100,00								100,00		100,00								
2.4.2.1.	02	2022 A 149	Outros trabalhos especializados	0102/020220			100,00								100,00		100,00								
2.4.2.1.	02	2022 A 149	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00				
2.4.2.1.	03	2022 A 150	Contratos manutenção	0102/020219	0		100,00			2022/01/01	2029/12/31	9			100,00	10.000,00	10.100,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	60.100,00			
2.4.2.1.	01	2023 A 61	Plano Diretor Municipal		0		21.100,00			2023/01/01	2029/12/31	9		20.202,36	21.100,00	25.000,00	46.100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	166.302,36			
2.4.2.1.	01	2023 A 61	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102/020214			100,00								100,00		100,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00				
2.4.2.1.	01	2023 A 61	Outros serviços	0102/020225			21.000,00								21.000,00		21.000,00								
2.4.2.1.	02	2023 A 62	Ações diversas de divulgação de estudos urbanísticos		0		300,00			2023/01/01	2029/12/31	9		10.393,50	300,00	25.000,00	25.300,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	95.693,50			
2.4.2.1.	02	2023 A 62	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				
2.4.2.1.	02	2023 A 62	Publicidade	0102/020217			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				
2.4.2.1.	02	2023 A 62	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				
2.4.2.1.	01	2024 A 41	Inspeção Ascensores	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9			100,00	10.000,00	10.100,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.100,00			
2.4.2.2.			Urbanizacao				1.164.842,00								1.076.883,90	1.164.842,00	481.500,00	1.646.342,00	843.000,00	769.823,00	779.260,00	308.000,00	5.423.308,90		
2.4.2.2.	05	2019 A 103	Projetos de arquitetura e/ou especialidades	0102/020214	0		1.169,00			2019/01/01	2025/12/31	9			1.169,00		1.169,00					1.169,00			
2.4.2.2.	17	2019 A 287	Autoridade Metropolitana dos Transportes	0102/04050108	0		521.000,00			2019/01/01	2028/12/31	9		697.818,14	521.000,00		521.000,00	534.000,00	471.823,00	481.260,00		2.705.901,14			
2.4.2.2.	02	2021 A 115	Contratos de manutenção	0102/020219	0		680,00			2021/01/01	2025/12/31	9		4.778,55	680,00		680,00					5.458,55			
2.4.2.2.	07	2021 A 120	Planos e projetos (Eixo das Cortiças)	0102/020214	0		23.370,00			2021/01/01	2025/12/31	9			23.370,00		23.370,00					23.370,00			
2.4.2.2.	02	2022 A 152	Contratos de manutenção		0		36.200,00			2022/01/01	2029/12/31	9			36.200,00		36.200,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	242.605,09			
2.4.2.2.	02	2022 A 152	Assistência técnica	0102/020219			14.500,00								14.500,00		14.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00				
2.4.2.2.	02	2022 A 152	Outros serviços	0102/020225			21.700,00								21.700,00		21.700,00								
2.4.2.2.	03	2022 A 153	Estudos e Consultoria		0		92.769,00			2022/01/01	2025/12/31	9			34.612,20	92.769,00	92.769,00					127.381,20			
2.4.2.2.	03	2022 A 153	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102/020214			63.544,00								63.544,00		63.544,00								
2.4.2.2.	03	2022 A 153	Outros serviços	0102/020225			29.225,00								29.225,00		29.225,00								
2.4.2.2.	04	2022 A 154	Projetos de arquitetura e/ou especialidades		0		14.233,00			2022/01/01	2025/12/31	9			8.828,94	14.233,00	100.000,00	114.233,00				123.061,94			
2.4.2.2.	04	2022 A 154	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0102/020214			9.133,00								9.133,00		9.133,00								
2.4.2.2.	04	2022 A 154	Outros trabalhos especializados	0102/020220			5.000,00								5.000,00		5.000,00								
2.4.2.2.	04	2022 A 154	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00								
2.4.2.2.	09	2022 A 159	Serviços de apoio ao MIRANTE e NORTEAR	0102/020225	0		53.700,00			2022/01/01	2029/12/31	9		324.290,98	53.700,00	100.000,00	153.700,00	116.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	908.990,98			
2.4.2.2.	10	2022 A 160	BUPI		0		21.887,00			2022/01/01	2029/12/31	9			21.887,00	15.000,00	36.887,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	128.887,00			
2.4.2.2.	10	2022 A 160	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	0102/010107			100,00								100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.4.2.2.	10	2022 A 160	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.4.2.2.	10	2022 A 160	Publicidade	0102/020217			100,00								100,00		100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00				
2.4.2.2.	10	2022 A 160	Outros serviços	0102/020225			21.587,00								21.587,00		21.587,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00				
2.4.2.2.	11	2022 A 218	Plano de Mobilidade e Transportes	0102/020225	0		399.134,00			2022/01/01	2029/12/31	9			399.134,00		399.134,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	459.134,00			
2.4.2.2.	01	2023 A 63	Semana Europeia da Mobilidade		0		300,00			2023/01/01	2025/12/31	9			150,00	300,00	1.500,00					1.950,00			
2.4.2.2.	01	2023 A 63	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			100,00								100,00		100,00								
2.4.2.2.	01	2023 A 63	Outros bens	0102/020121			100,00								100,00		100,00								
2.4.2.2.	01	2023 A 63	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		100,00								
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL	Total :						30.863.871,00								19.888.539,18	31.663.871,00	16.403.056,00	48.066.927,00	36.457.291,00	14.323.973,00	12.026.560,00	12.464.300,00	143.227.590,18		

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica	Forma de	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Fase de	Pagamentos										Total previsto		
						Real.	R G	R P	U E	EMPR	Inicio		Fim	Ex.	REALIZADO EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)	2025 (TOTAL)	Periodos seguintes					
																				2026	2027	2028		2029	Outros
[1]	Código	Ano Tipo Número	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]				
2.5.2.2.	01	2024 A 12	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			1.292,00								1.292,00		1.292,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00				
2.5.2.2.	01	2024 A 12	Locação de outros bens	0102/020208			100,00								100,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00					
2.5.2.2.	01	2024 A 12	Outros serviços	0102/020225			100,00								100,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00					
2.5.2.2.	02	2024 A 21	Festa do Futebol Feminino	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9			100,00	5.900,00	6.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	14.000,00			
2.5.2.2.	03	2024 A 22	Festival de Dança	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9			100,00	4.900,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	9.000,00			
2.5.2.2.	04	2024 A 23	Plano de Formação para Agentes Desportivos de SMFeira	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9			100,00	3.900,00	4.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	16.000,00			
2.5.2.2.	05	2024 A 24	Seminário Município Amigo do Desporto	0102/020225	0		1.600,00			2024/01/01	2029/12/31	9			1.600,00		1.600,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	9.600,00			
2.5.2.2.	06	2024 A 26	Euro 2024: 14junho a 14julho		0					2024/01/01	2024/12/31	9		26.675,70									26.675,70		
2.5.2.2.	07	2024 A 28	Erasmus + Sports	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2029/12/31	9			100,00	9.900,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00			
2.5.2.2.	08	2024 A 30	Be Active Semana Europeia do Desporto	0102/020225	0		100,00			2024/01/01	2025/12/31	9			100,00	2.900,00	3.000,00						3.000,00		
2.5.2.4.			Associativismo desportivo				2.283.284,00							823.141,13	2.283.284,00	842.775,00	3.126.059,00	1.082.500,00	1.082.500,00	1.082.500,00	1.082.500,00	8.279.200,13			
2.5.2.4.	04	2019 A 247	PAD Medida 7 Apoio à modernização e reabilitação instalações desportivas	0102/04050102	0		100.000,00			2019/01/01	2025/12/31	9			100.000,00		100.000,00	1.082.500,00	1.082.500,00	1.082.500,00	1.082.500,00	100.000,00			
2.5.2.4.	04	2020 A 248	PAD Medida 7 Apoio à modernização e reabilitação instalações desportivas		0		122.903,00			2020/01/01	2025/12/31	9			122.903,00		122.903,00						122.903,00		
2.5.2.4.	04	2020 A 248	Freguesias	0102/08050102			23.101,00								23.101,00		23.101,00								
2.5.2.4.	04	2020 A 248	Instituições sem fins lucrativos	0102/080701			99.802,00								99.802,00		99.802,00								
2.5.2.4.	03	2021 A 264	PAD Medida 7 Apoio à modernização e reabilitação instalações desportivas	0102/080701	0		365.156,00			2021/01/01	2025/12/31	9	2.500,00		365.156,00		365.156,00						367.656,00		
2.5.2.4.	05	2021 A 266	Medida 9 Apoio ao apetrechamento médicos, fisioterapeuticos ou de socorro	0102/080701	0		2.000,00			2021/01/01	2025/12/31	9			2.000,00		2.000,00						2.000,00		
2.5.2.4.	01	2022 A 318	PAD Medida 1 Apoio à inscrição de praticantes ou arbitragens	0102/040701	0		28.170,00			2022/01/01	2029/12/31	9		214.102,10	28.170,00	311.830,00	340.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		1.354.102,10		
2.5.2.4.	02	2022 A 319	PAD Medida 2 Apoio a programas, projetos, atividades	0102/040701	0		86.630,00			2022/01/01	2029/12/31	9		170.778,91	86.630,00	163.370,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		1.220.778,91		
2.5.2.4.	03	2022 A 320	PAD Medida 3 Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade	0102/040701	0		23.425,00			2022/01/01	2029/12/31	9			23.425,00	16.575,00	40.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		120.000,00		
2.5.2.4.	04	2022 A 321	PAD Medida 4 Apoio à participação desportiva da população sénior	0102/040701	0		100,00			2022/01/01	2029/12/31	0			100,00	9.900,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		50.000,00		
2.5.2.4.	05	2022 A 322	PAD Medida 5 Cedência de espaços desportivos	0102/040701	0		25.200,00			2022/01/01	2029/12/31	9	3.240,00		25.200,00	19.800,00	45.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		128.240,00		
2.5.2.4.	06	2022 A 323	PAD Medida 6 Apoio a equipamentos desportivos	0102/040701	0		88.800,00			2022/01/01	2029/12/31	9	188.334,36		88.800,00	220.200,00	309.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		897.334,36		
2.5.2.4.	07	2022 A 324	PAD Medida 7 Apoio à modernização e reabilitação instalações desportivas	0102/080701	0		1.417.500,00			2022/01/01	2029/12/31	9	241.761,71		1.417.500,00		1.417.500,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00		3.659.261,71		
2.5.2.4.	08	2022 A 325	PAD Medida 8 Apoio à qualificação dos clubes/associações desportivas	0102/040701	0		100,00			2022/01/01	2029/12/31	9			100,00	2.400,00	2.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		6.500,00		
2.5.2.4.	09	2022 A 326	PAD Medida 9 Apoio ao apetrechamento médicos, fisioterapeuticos ou de socorro		0		13.100,00			2022/01/01	2029/12/31	9	2.424,05		13.100,00	36.900,00	50.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00		94.424,05		
2.5.2.4.	09	2022 A 326	Prêmios, condecorações e ofertas	0102/020115			100,00								100,00		100,00	500,00	500,00	500,00	500,00				
2.5.2.4.	09	2022 A 326	Instituições sem fins lucrativos	0102/080701			13.000,00								13.000,00		13.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00				
2.5.2.4.	10	2022 A 327	PAD Medida 10 Apoio à participação em competições internacionais	0102/040701	0		10.000,00			2022/01/01	2029/12/31	9			10.000,00	2.000,00	12.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		52.000,00		
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL						Total :	44.431.550,00	800.000,00						32.947.338,25	45.231.550,00	28.146.488,00	73.378.038,00	45.356.601,00	23.045.073,00	18.442.960,00	16.961.300,00	210.131.310,25			

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL
Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL
Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Considerar em «Total Previsto» o valor do Financiamento Não Definido : S
Tipo de Visualização : APENAS C/ MOVIMENTO

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica [4]	Forma de Real. [5]	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas Início Fim [10] [11]		Fase de Ex. [12]	Pagamentos										Total previsto [21]=[13]+...+[20]		
	R G	R P				U E	EMPR	REALIZADO EM PERÍODOS ANT. [13]	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2024 [14]	2025 (Financ. Definido)	2025 (Financ. N./ Def.)		2025 (TOTAL)	Períodos seguintes											
	[6]	[7]				[8]	[9]			[15]	2026 [16]		2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	Outros [20]									
	[6]	[7]				[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]		[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]					
4.3.1.2.	01	2022	A 382	Deslocações e Estadas	0102/020213									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00				
4.3.1.2.	01	2022	A 382	PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	0102/080903									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00				
4.3.1.2.	02	2022		Geminação de Cidades																			21.186,32		
4.3.1.2.	0201	2022	A 384	Envio e receção de representações	0102/020213	0				2022/01/01	2029/12/31	9	2.169,32	2.717,00	2.717,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00		19.686,32	
4.3.1.2.	0201	2022	A 384	Deslocações e Estadas	0102/020213									100,00			100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00			
4.3.1.2.	0201	2022	A 384	Outros serviços	0102/020225									2.617,00			2.617,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00			
4.3.1.2.	0202	2022	A 383	Rececao de embaixadores BizFeira	0102/020105	0				2022/01/01	2029/12/31	9		300,00			300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00		1.500,00	
4.3.1.2.	0202	2022	A 383	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
4.3.1.2.	0202	2022	A 383	Deslocações e Estadas	0102/020213									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
4.3.1.2.	0202	2022	A 383	Outros serviços	0102/020225									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
4.3.1.2.	03	2022	A 385	Intercâmbio com Joué-lés-tours	0102/020213	0				2022/01/01	2029/12/31	9		432,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		932,00	
4.3.1.2.	04	2022	A 386	Comunidades Feirenses	0102/040903	0				2022/01/01	2029/12/31	9		5.000,00			100,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00		30.100,00
4.3.1.2.	05	2022	A 387	European Hub	0102/020115	0				2022/01/01	2029/12/31	9		100,00			100,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.100,00	
4.3.1.2.	01	2023	A 83	Conselho da Europa	0102/020105	0				2023/01/01	2029/12/31	9		300,00			300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00		1.500,00	
4.3.1.2.	01	2023	A 83	Alimentação - refeições confeccionadas	0102/020105									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
4.3.1.2.	01	2023	A 83	Seguros	0102/020212									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
4.3.1.2.	01	2023	A 83	Deslocações e Estadas	0102/020213									100,00			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
4.3.1.2.	02	2023	A 86	Colaborar e Cocriar o bem estar em Santa Maria da Feira	0102/020225	0				2023/01/01	2029/12/31	9		5.700,00			16.775,00	16.775,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00		70.475,00	
4.3.1.2.	01	2024	A 20	Beyond the Urban, URBACT	0102/020121	0				2024/01/01	2029/12/31	9		24.676,00			24.676,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00		101.476,00	
4.3.1.2.	01	2024	A 20	Outros bens	0102/020121									100,00			100,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00			
4.3.1.2.	01	2024	A 20	Outros trabalhos especializados	0102/020220									24.576,00			24.576,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00			
[5] E - EMPREITADA; A - ADM. DIR.; O - FORNEC. OU OUTROS; NA - NÃO APLICÁVEL					Total :		53.033.931,00	800.000,00						39.719.646,41	53.833.931,00	38.430.778,00	92.264.709,00	55.895.404,00	33.575.309,00	28.950.840,00	27.469.180,00		277.875.088,41		

demonstrações financeiras

Ficha Técnica - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS 2025

Estabelece a NCP 1 – "Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras", no §17 que as entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos ÓRGÃOS DE GESTÃO (Órgão Executivo) COMPETENTES. Não obstante o n.º 2 do art.º 105.º da LOE 2022 estabelecer que nos anos de 2022 e 2023, não é obrigatória para as entidades da administração local a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC -AP apresenta-se, em anexo, as demonstrações financeiras previsionais cuja elaboração assentou nos seguintes pressupostos e considerandos:

Pressupostos assumidos e considerandos

O exercício prospetivo é efetuado a partir da situação patrimonial a 11 de novembro de 2024, ou seja, a coluna n-1 do balanço corresponde à situação financeira e económica à prestação de contas intercalar.

Depreciações, amortizações e especialização dos subsídios ao investimento - à data de 30 de junho de 2024

Os saldos das contas a receber e a pagar atendeu aos prazos médios de recebimento e pagamento ponderados pelo peso relativo desses mesmos saldos na execução orçamental de 2024, até 11 de novembro.

Exercício de 2025

Município de Santa Maria da Feira

Balanco previsual

Codigo	RUBRICAS	Exercício	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
A1	Ativos fixos tangíveis	314 263 902,16	304 452 184,22
A2	Propriedades de investimento	598 303,10	609 123,74
A3	Ativos intangíveis	20 360 200,63	20 319 778,27
A5	Participações financeiras	5 597 111,20	5 432 013,20
A6	Outros ativos financeiros	0,00	0,00
		340 819 517,09	330 813 099,43
Ativo corrente			
A10	Inventários	570 927,48	570 927,48
A11	Ativos biológicos	0,00	0,00
A12	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	608 789,45	608 789,45
A13	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
A14	Clientes, contribuintes e utentes	388 816,19	1 120 853,73
A15	Estado e outros entes públicos	945 819,07	0,00
A17	Outras contas a receber	6 262 982,15	6 085 833,58
		6 281 500,05	6 104 351,48
		0,00	0,00
		-18 517,90	-18 517,90
A18	Diferimentos	90 649,59	89 084,29
A19	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
A20	Outros ativos financeiros	0,00	0,00
A21	Caixa e depósitos	59 435 566,25	60 364 756,92
		68 303 550,18	68 840 245,45
Total do ativo		409 123 067,27	399 653 344,88
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
PL1	Património/Capital	88 792 730,70	88 792 730,70
PL2	Ações (quotas) próprias	0,00	0,00
PL3	Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
PL4	Prémios de emissão	0,00	0,00
PL5	Reservas	9 890 544,23	9 890 544,23
PL6	Resultados transitados	183 792 692,66	187 174 289,73
PL7	Ajustamentos em ativos financeiros	-166 889,43	-166 889,43
PL8	Excedentes de revalorização	0,00	0,00
PL9	Outras variações no património líquido	101 488 340,21	97 880 517,20
PL10	Resultado líquido do período	11 389 669,04	-3 381 597,07
PL12	Interesses que não controlam	0,00	0,00
Total do Património Líquido		395 187 087,41	380 189 595,36
PASSIVO			
Passivo não corrente			
P1	Provisões	1 271 819,52	981 926,06
P2	Financiamentos obtidos	1 282 994,23	2 345 994,23
P3	Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
P4	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00
P6	Outras contas a pagar (inclui diferimentos)	0,00	0,00
		2 554 813,75	3 327 920,29
Passivo corrente			
P7	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	34 856,70	34 856,70
P8	Fornecedores	1 224 805,45	2 369 515,10
P9	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	12 000,00	12 000,00
P10	Estado e outros entes públicos	305 528,58	206 876,87
P11	Financiamentos obtidos	0,00	0,00
P12	Fornecedores de investimentos	34 520,05	599 012,65
P13	Outras contas a pagar	75 592,42	8 104 768,42
		-206 715,13	2 784 479,85
		3 370 734,70	3 370 734,70
		6 277,47	159 195,06
P14	Diferimentos	6 599 158,30	6 599 158,30
P15	Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
P16	Outros passivos financeiros	0,00	0,00
		11 381 166,11	16 135 829,23
Total do Passivo		13 935 979,86	19 463 749,52
Total do Património Líquido e Passivo		409 123 067,27	399 653 344,88

Exercício de 2025

Município de Santa Maria da Feira

Demonstração dos Resultado Previsional

Codigo	RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício
		2025
DR1	Impostos, contribuições e taxas	40 042 214,57
DR2	Vendas	4 449,00
DR3	Prestações de serviços e concessões	8 827 857,00
DR4	Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos	49 999 831,00
DR5	Variações nos inventários da produção	0,00
DR6	Trabalhos para a própria entidade	0,00
DR7	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 825 399,25
DR8	Fornecimentos e serviços externos	-30 268 564,70
DR9	Gastos com pessoal	-35 715 688,02
DR10	Transferências e subsídios concedidos	-13 263 632,00
DR11	Prestações sociais	0,00
DR12	Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00
DR13	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00
DR14	Provisões (aumentos/reduções)	-289 893,46
DR15	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
DR16	Aumentos/reduções de justo valor	0,00
DR17	Outros rendimentos e ganhos	4 757 935,99
DR18	Outros gastos e perdas	
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	21 269 110,13
DR19	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-10 340 429,09
DR20	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	10 928 681,04
DR21	Juros e rendimentos similares obtidos	627 788,00
DR22	Juros e gastos similares suportados	-166 800,00
	Resultado antes de impostos	11 389 669,04
	Imposto sobre o rendimento	
	Resultado líquido do período	11 389 669,04

Exercício de 2025
Município de Santa Maria da Feira

Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

EUROS

RUBRICAS	Exercício
	2025
Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Recebimentos de clientes	7 761 025,54 €
Recebimentos de contribuintes	37 908 821,00 €
Recebimentos de utentes	3 947 491,00 €
Pagamentos a fornecedores	32 525 225,65 €
Pagamentos ao pessoal	38 131 783,00 €
Caixa gerada pelas operações	- 21 039 671,11 €
Outros recebimentos/pagamentos	30 485 258,04 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	9 445 586,93 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	24 867 816,60 €
Activos intangíveis	728 929,00 €
Propriedades de investimento	
Investimentos financeiros	
Outros activos	165 000,00 €
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	693 252,00 €
Activos intangíveis	
Propriedades de investimento	
Investimentos financeiros	
Outros activos	2,00 €
Subsídios ao investimento	15 910 714,00 €
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	- 9 157 777,60 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	1 063 000,00 €
Juros e gastos similares	154 000,00 €
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	- 1 217 000,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	- 929 190,67 €
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	60 364 756,92 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	59 435 566,25 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA	
Caixa e seus equivalentes no início do período	60 364 756,92 €
- Equivalentes a caixa no início do período	- €
- Variações cambiais de caixa no início do período	- €
≡ Saldo da gerência anterior	60 364 756,92 €
De execução orçamental	56 994 022,22 €
De operações de tesouraria	3 370 734,70 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	59 435 566,25 €
- Equivalentes a caixa no fim do período	- €
- Variações cambiais de caixa no fim do período	- €
= Saldo para a gerência seguinte	59 435 566,25 €
De execução orçamental	56 064 831,55 €
De operações de tesouraria	3 370 734,70 €

outros documentos

**mapa de transferências para
as juntas de freguesia**

Quadro Anexo - Acordo e Auto de Transferências de Recursos

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

Ano Financeiro para 2025 em euros(€)

Contrato Delegação Competências / Transferências do Município

Acordo e Auto de Transferências de Recursos /Transferências da DGAL

Freguesia	Transf. Capital (a)	Dinamização e promoção de eventos culturais e recreativos (b) 6000,00€	Equipamentos desportivos	Total Contrato Delegação competências	Cantoneiros (c)	Jardins (d)	Salas de aulas Pequenas reparações (e)	Limpeza e Expediente (f)	Total Acordo/Auto Transferencia Recursos
Argoncilhe	66 507,11	6 000,00		72 507,11	116 298,85	32 659,41	5 500,00	1 900,00	156 358,25
Arrifana	52 197,50	6 000,00		58 197,50	78 305,76	40 805,31	2 750,00	800,00	122 661,07
União das Freguesias Caldas de São Jorge e Pigeiros	58 719,98	12 000,00		70 719,98	84 234,08	24 031,70	3 750,00	1 000,00	113 015,79
União das Freguesias Canedo, Vale e Vila Maior	150 212,33	18 000,00		168 212,33	271 121,22	22 120,36	5 000,00	1 800,00	300 041,59
Escapães	35 246,74	6 000,00		41 246,74	53 250,49	26 521,44	1 500,00	500,00	81 771,93
Fiães	57 974,69	6 000,00		63 974,69	83 834,72	26 361,16	5 250,00	1 600,00	117 045,88
Fornos	33 958,07	6 000,00		39 958,07	34 992,01	14 609,09	1 750,00	700,00	52 051,11
União das Freguesias Lobão, Gião, Louredo e Guisande	132 800,26	24 000,00	12 000,00	168 800,26	188 711,07	29 108,51	7 250,00	2 300,00	227 369,58
Lourosa	61 633,98	6 000,00	19 500,00	87 133,98	85 348,97	53 880,47	6 500,00	2 100,00	147 829,44
Milheirós de Poiares	42 457,23	6 000,00		48 457,23	55 376,25	28 346,28	2 250,00	500,00	86 472,52
União das Freguesias Mosteiró e São Miguel de Souto	78 148,11	12 000,00		90 148,11	116 304,36	11 574,84	7 250,00	1 900,00	137 029,20
Mozelos	58 082,92	6 000,00		64 082,92	72 994,97	40 037,55	5 500,00	2 000,00	120 532,52
Nogueira Regedoura	48 870,29	6 000,00		54 870,29	65 583,50	9 217,26	3 750,00	1 000,00	79 550,76
Paços de Brandão	41 518,14	6 000,00		47 518,14	54 112,23	48 451,89	3 500,00	1 200,00	107 264,11
Rio Meão	46 771,21	6 000,00		52 771,21	67 017,74	18 213,10	3 500,00	1 000,00	89 730,84
Romariz	43 282,55	6 000,00		49 282,55	79 838,02	37 136,90	2 250,00	600,00	119 824,92
Sanguedo	36 492,35	6 000,00		42 492,35	62 366,57	27 821,94	2 750,00	800,00	93 738,52
União das Freguesias Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	184 382,49	24 000,00		208 382,49	231 485,99	16 582,19	15 000,00	5 500,00	268 568,18
Santa Maria de Lamas	41 682,78	6 000,00		47 682,78	58 320,67	42 548,08	2 500,00	900,00	104 268,75
São João de Vêr	92 681,24	6 000,00		98 681,24	146 114,83	33 557,64	7 000,00	2 500,00	189 172,48
São Paio de Oleiros	36 380,05	6 000,00		42 380,05	43 748,68	16 414,88	2 500,00	800,00	63 463,56
Total	1 400 000,02 €	186 000,00 €	31 500,00 €	1 617 500,02	2 049 361,00	600 000,00 €	97 000,00 €	31 400,00 €	2 777 761,00

a) Distribuição tem por base a área e população da freguesia

b) O Valor é de 6.000,00€ por cada freguesia (no caso de união de freguesias este valor destina-se a cada uma das que compõe a união)

c) O Valor tem por base por cada 10 kms de estrada Municipal 1.017,00€ x 14 meses (cantoneiro)

d) Valor é de 3.000,00€ igual para cada Junta de freguesia e o valor restante é proporcional às áreas verdes/ Jardins

e) O Valor é de 250,00€ por sala de aulas

f) O Valor é de 100,00€ por turma das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar

**orçamento
feira viva
cultura e desporto
eem**

PLANO E ORÇAMENTO 2025



PERLIM®



EUROPARQUE

natação
adaptada



zoo lourosa
parque ornitológico

piscina
s. João de var

pavilhão da lavandeira
santa maria da feira

MEIA
MARATONA
PRIMAVERA
SANTA MARIA
DA FEIRA

EUROPARQUE
RUNNING

INTRODUÇÃO

Pelas competências estabelecidas na alínea d) do Art.º 11º dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (doravante designada por Feira Viva), cumpre ao Conselho de Administração apresentar os documentos previsionais para o exercício económico de 2025, e submeter ulteriormente os mesmos à Assembleia Geral Feira Viva e à aprovação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Posto isto, através do presente documento, apresenta-se o Orçamento e Plano de Atividades para 2025.

1. FEIRA VIVA CULTURA E DESPORTO E.M.

1.1 MISSÃO

Fundada em 24 de novembro de 2000, a Feira Viva, tem como objetivo:

“Administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção e realização de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos com a geração de momentos de felicidade.”

1.2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A Feira Viva tem como **orientações** e **objetivos estratégicos**:

- A promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de qualidade aos municípios;
- A obtenção, sempre que possível, de preços que permitam o equilíbrio de exploração a médio prazo (princípio do utilizador-pagador);
- A maximização de atividades e oportunidades a cidadãos mais desfavorecidos;
- A obtenção de índices de produtividade compatíveis com os padrões internacionais;

- O enriquecimento do património cultural do concelho, através da divulgação de novas criações e produções artísticas de carácter nacional e internacional, bem como, por via da participação em rede de produção e programação cultural a nível nacional;
- A potenciação da notoriedade da marca **SANTA MARIA DA FEIRA**;
- Contribuição contínua para o desenvolvimento do território – **SANTA MARIA DA FEIRA** – pela qualidade dos serviços prestados nos equipamentos e diferenciação das atividades culturais proporcionando o contributo para:
 - Captar residentes
 - Captar visitantes

As suas **linhas de ação** centram-se, essencialmente, na:

- Maximização da qualidade;
- Motivação e formação contínua dos colaboradores;
- Forte aposta no marketing e comunicação;
- Rigor orçamental;
- Constante procura de novas soluções;
- Construção de projetos alicerçados na identidade e por conseguinte diferenciadores;

É nossa missão agregar valor a cada projeto, somando qualidade, desenvolvendo e conquistando novos públicos, ampliando notoriedade e estendendo a ação que caracteriza a atividade desta empresa.

A expansão da audiência por meio de novas plataformas, com a aplicação de estratégias digitais específicas para o público-alvo de cada equipamento ou evento, é considerada um dos principais objetivos para os próximos anos.



1.3 PERSPETIVA ECONÓMICA

Para o ano de 2025, o orçamento total da Feira Viva está projetado em 9.932.062 euros, representando um **aumento de 17%** em relação ao orçamento de 2024, que foi de 8.502.680 euros, aumento esse **100% decorrente** das receitas próprias estimadas.

O **subsídio à exploração** em 2025 será de 2.825.562 euros, uma **redução de 69.995 euros**, em relação aos 2.895.557 euros de 2024. Prevê-se a continuidade da diminuição da dependência do subsídio à exploração, com um **decréscimo superior a 5%**, passando de 34%, em 2024, para 28% em 2025. Esta redução sai reforçada pelo facto de, pela primeira vez, a **dependência ser abaixo dos 30%**.

O **volume de negócios** deverá ultrapassar os **7 milhões de euros**, um aumento de 28% face ao orçamento de 2024, correspondente a um acréscimo de 1.551.877 euros, contribuindo, desta forma, para uma **cobertura dos gastos totais em 72%** e evidenciando o compromisso da Feira Viva em fortalecer e expandir a sua atividade com base nas receitas próprias.

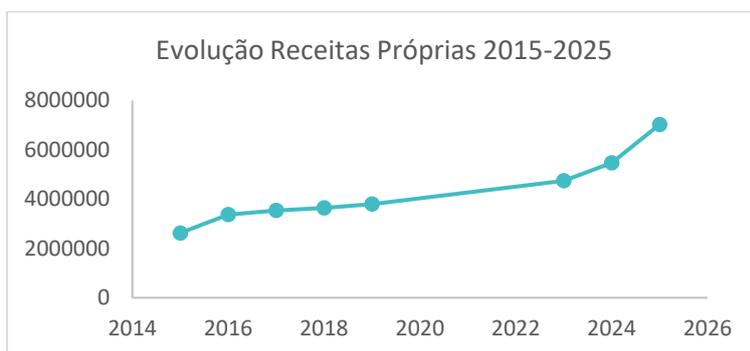


Gráfico I – Evolução do Orçamento de Receitas Próprias de 2015 a 2025*



Gráfico II – Valores subsídio à exploração e volume de negócios de 2015 a 2025*

* na análise realizada foi excluído o período afetado pela pandemia COVID19, 2020 a 2022, inclusive.

Mapa I – Demonstração de Resultados Previsional por Atividade

	NATAÇÃO ADAPTADA	FEIRAS			PICINHAS			Ver	Pav. Fernando		P. ONIT. LOUROSA	GESTÃO DE EVENTOS	EUROPARQUE	TOTAL
		FEIRA	FIÃES	LOUROSA	CAMEDEO	QUINTINO	LOUROSA							
RENDIMENTOS														
VENDAS		2 500	1 500	2 000	1 000					31 000	100 000		138 000	
PRESTAÇÃO SERVIÇOS	32 500	1 197 500	493 000	534 000	300 000		1 300	5 700		125 000	3 192 500	1 000 000	6 881 500	
SUBSIDIOS	48 848	178 628	314 306	247 870	431 883		150 941	163 317		564 330	724 179		2 825 562	
O. RENDIMENTOS E GANHOS			9 000					3 000		75 000			87 000	
JUROS, DIVIDENDOS E O. REND.														
TOTAL DE RENDIMENTOS	81 348	1 378 628	818 406	783 870	732 883		152 241	172 617		795 330	4 016 679	1 000 000	9 932 062	
GASTOS														
CMVMC		1 000	750	1 000	500					21 000	50 000		74 250	
FORM. E SERV. EXTERNOS	52 047	522 839	353 591	316 777	266 824		78 829	59 321		223 409	3 318 590	452 460	5 644 637	
GASTOS COM PESSOAL	26 681	733 300	420 004	432 342	441 446		39 265	64 539		467 267	739 659	409 519	3 834 682	
GASTOS DEP. E AMORTIZAÇÃO	35	30 775	20 409	17 422	2 861		16 048	32 564		24 315	17 866	18 502	180 801	
OUTROS GASTOS E PERDAS	2 501	30 114	23 652	16 379	21 252		10 099	10 139		55 339	7 567	1 996	137 192	
GASTOS E PERDAS DE FINANC.											500		500	
TOTAL DE GASTOS	81 348	1 378 628	818 406	783 870	732 883		152 241	172 617		795 330	4 134 202	882 477	9 932 062	
RESULTADO											117 823,00		117 823,00	
Subsidio Exploração / Gastos Totais	60%	13%	38%	32%	53%		99%	95%		71%	18%	0%	28%	

Mapa II – Demonstração de Resultados Individual Previsional em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	2025
Vendas e Serviços Prestados	7 019 500
Subsídios à Exploração	2 825 562
Custo das Mercadorias Vendidas	- 74 250
Fornecimentos e Serviços Externos	- 5 644 637
Gastos com Pessoal	- 3 834 682
O. Rendimentos e Ganhos	87 000
O. Gastos e Perdas	- 197 192
RESULTADO ANTES DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	181 301
Gastos de Depreciação e Amortização	- 180 801
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES GASTOS FINANCIAMENTOS E IMPOSTOS)	500
Gastos e Perdas de Financiamento	- 500
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-

Mapa III – Mapa de Tesouraria Previsional em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	2025
SALDO INICIAL	719 568
RECEBIMENTOS	
DE CLIENTES	8 175 293
OUTROS RECEBIMENTOS	2 825 562
TOTAL DE RECEBIMENTOS + S.I.	11 720 423
PAGAMENTOS	
FORNECEDORES	6 151 095
AO PESSOAL	3 834 682
AO ESTADO	530 985
OUTROS PAGAMENTOS	744 783
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	500
TOTAL DE PAGAMENTOS	11 262 044
RECEBIMENTOS - PAGAMENTOS	
DISPONIBILIDADES	458 379

1.3.1 RENDIMENTOS

Com uma previsão de crescimento de 28%, o **volume de negócios** apresenta a seguinte distribuição:

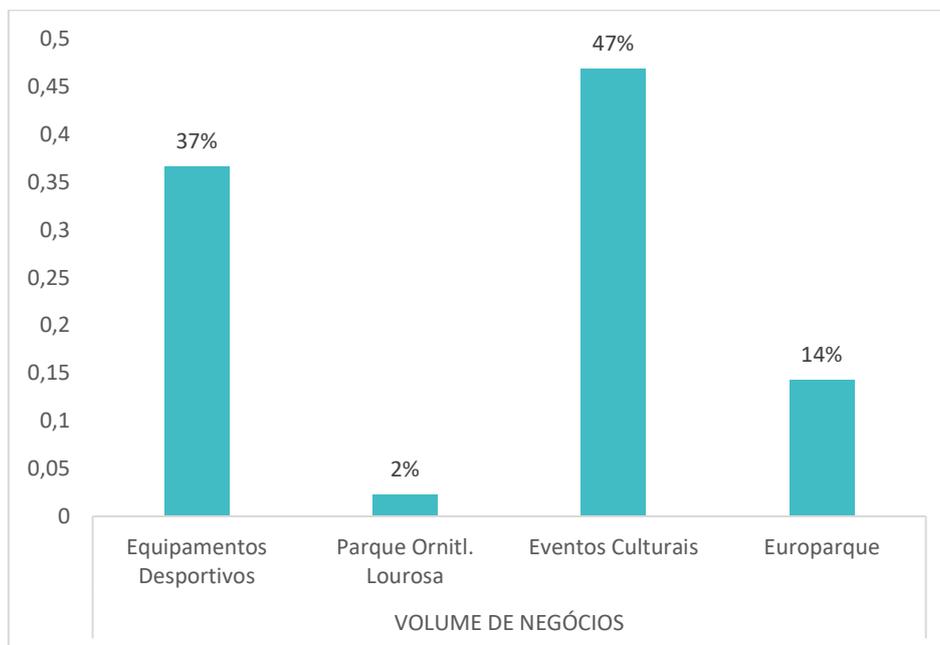


Gráfico III – Distribuição do Volume de Negócios do Orçamento de 2025 por Equipamentos

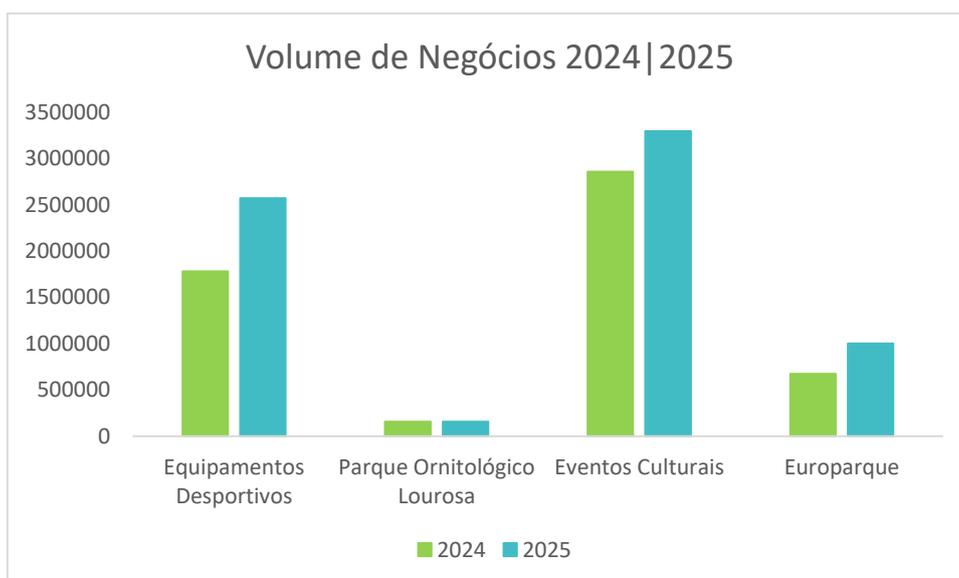


Gráfico IV – Comparação do Volume de Negócios do Orçamento de 2024 e 2025

O aumento no **volume de negócios** reflete uma expansão geral em vários equipamentos, especialmente nas **Piscinas, Europarque e Gestão de Eventos**, áreas de crescimento significativo. Estima-se que o volume total de negócios aumente de 5.467.623 euros, em 2024, para 7.019.500 euros, em 2025, uma subida de 1.551.877 euros, o que representa um **crescimento** total de **28%**.

O aumento mais significativo em termos percentuais prevê-se que seja no **Europarque** com **48%**, com um crescimento expressivo de 326.427 euros, estimando-se atingir em 2025 **1.000.000.00 euros**.

Em termos absolutos, o maior crescimento em receita prevê-se na **Gestão de Eventos**, com um aumento de 435.050 euros, totalizando **3.292.500 euros**, face aos 2.857.450 euros de 2024.

Nos equipamentos desportivos, prevê-se um crescimento de 33%, 297.500 euros, na **Piscina da Feira**, um aumento de 122.500 euros na **Piscina de Fiães**, traduzido em 33% de crescimento e 164.500 euros na **Piscina de Lourosa**, registando o **maior aumento** dos equipamentos desportivos, expressivo em **44%**. Existe um elevado grau de incerteza relativamente às receitas da **Piscina de Canedo** e o seu impacto nos equipamentos da proximidade, Piscina de Fiães e Lourosa, cujas receitas representam 52% do volume de negócios dos equipamentos desportivos e 19% no total do volume de negócios.

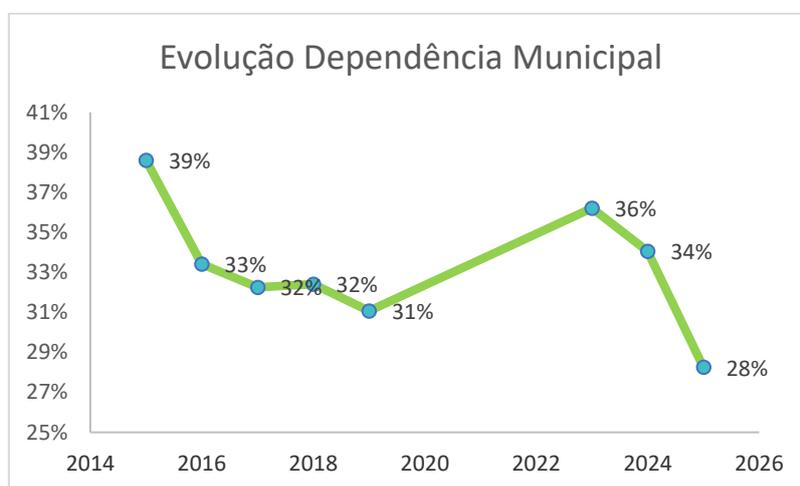


Gráfico V – Evolução do Orçamento do Subsídio à exploração de 2015 a 2025*

O gráfico mostra a evolução do **subsídio à exploração** em relação ao **total do orçamento** da Feira Viva ao longo de vários anos com percentagens que indicam o peso dos subsídios em cada ano, tendo sido excluídos da análise os anos pandémicos 2020 a 2022.

Estimativas:

Redução Gradual da Dependência de Subsídios:

Em 2015, o subsídio representava 39% dos rendimentos totais, enquanto que em 2025, a projeção é de apenas 28%.

Aumento nos Rendimentos Totais:

De 2015 a 2025 prevê-se um aumento significativo dos rendimentos totais de 4,3 milhões.

Queda Acentuada em 2024 e 2025:

O peso dos subsídios diminuiu de 34%, em 2024, para 28%, em 2025. É um dos maiores decréscimos observados ao longo do período analisado, indicando um avanço expressivo na sustentabilidade económica da Feira Viva.

A redução no peso dos subsídios indica que a Feira Viva está mais autossuficiente, o que é um sinal positivo de sustentabilidade por via do crescimento das suas receitas próprias com um foco contínuo na eficiência operacional.

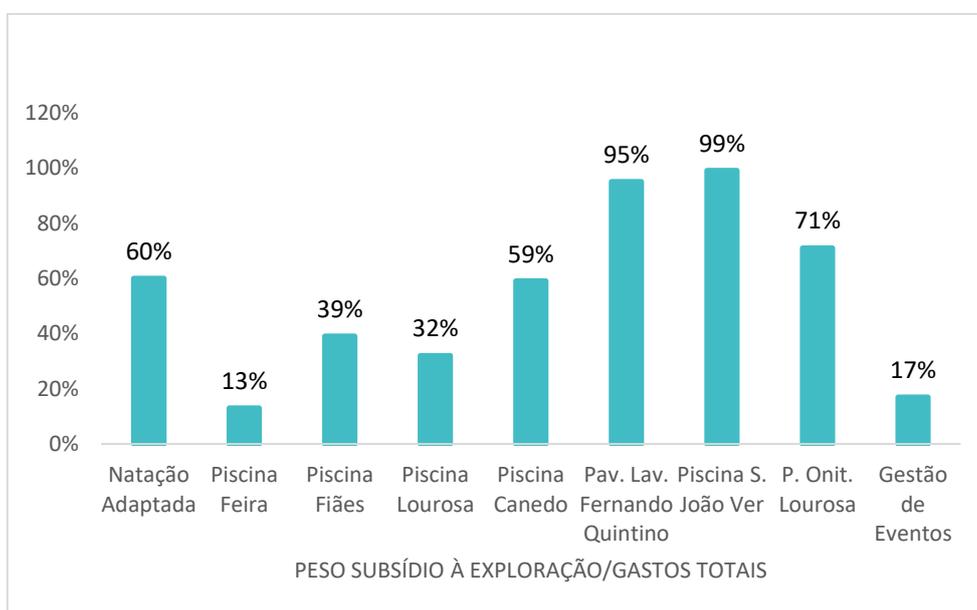


Gráfico VI – Peso do Subsídio à Exploração sobre o total de gastos por atividade no orçamento de 2025

Equipamentos como **Piscina S. João Ver** e **Pavilhão Fernando Quintino** mostram um alto peso de subsidiação, o que releva a sua dependência significativa para cobertura dos seus custos operacionais.

A **Piscina da Feira** e a **Gestão de Eventos** têm uma menor dependência de subsídios, indicando maior autossuficiência económica.

1.3.2 GASTOS

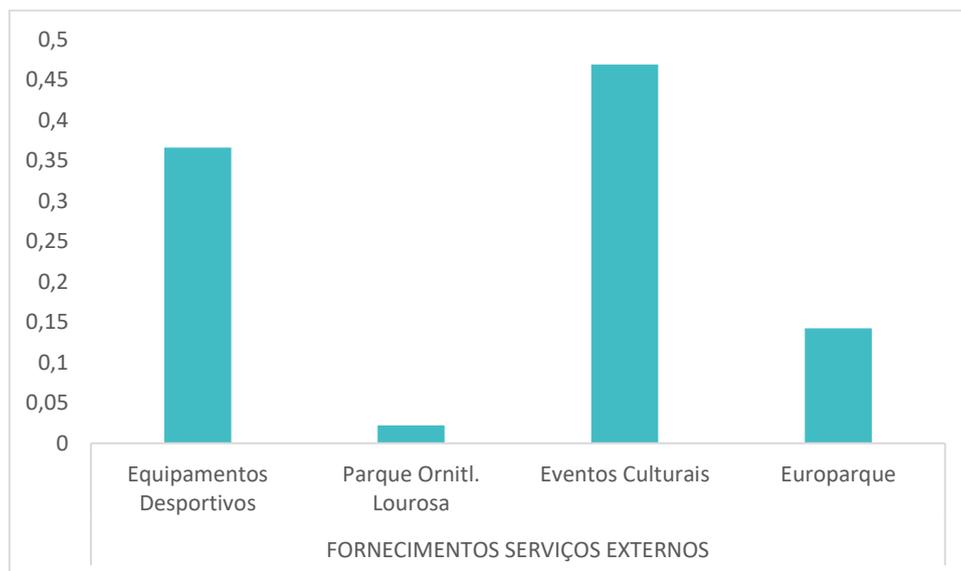


Gráfico VII – Distribuição dos Fornecimentos e Serviços Externos pelos Equipamentos

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** refletem as revisões de preços passíveis para 2025, e nos casos em que tal não foi possível, têm como suporte o histórico da contabilidade.

Os **eventos culturais** representam **47% dos Fornecimentos e Serviços Externos**, idem ao peso registado no volume de negócios, seguindo-se os equipamentos desportivos com um peso de 37%, Europarque com 14% e Zoo de Lourosa com 2%.

Rubricas com maior Impacto:

- **Subcontratos e Honorários:** representam 42%, sendo 72% afeto à Viagem Medieval e Perlím e 21% às Piscinas Municipais.
- **Energia (Eletricidade e Gás):** despesa significativa, especialmente nas piscinas, traduzido em 10%.
- **Conservação e Reparação, Ferramentas e Utensílios:** relacionados com a manutenção corrente dos equipamentos representam 9%.
- **Rendas e Alugueres:** referem-se em 96% às atividades culturais, Viagem Medieval e Perlím, totalizando 8% dos Gastos.

- Publicidade e Propaganda:** 5%, indicando um investimento contínuo em **marketing e divulgação**.

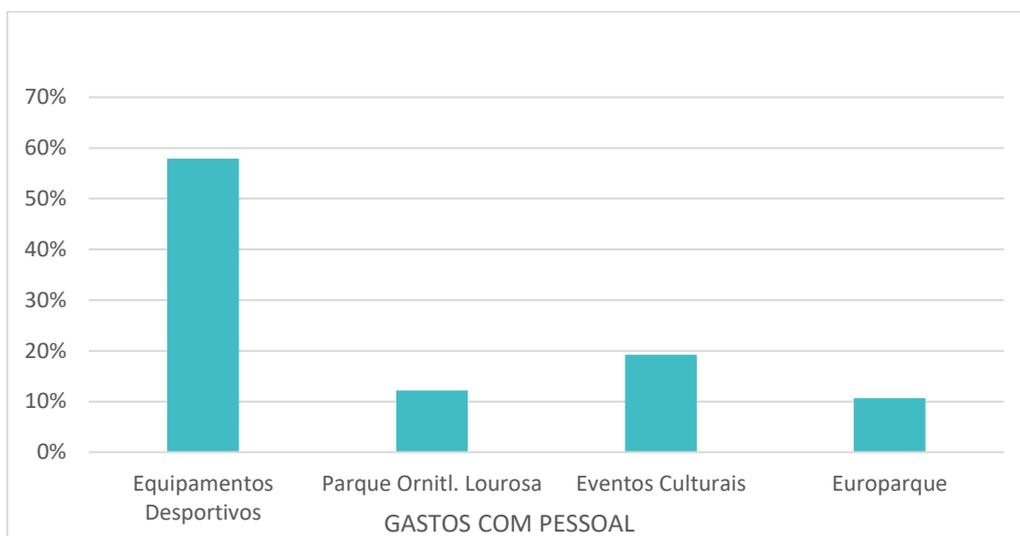


Gráfico VIII – Distribuição dos Gastos com Pessoal pelos Equipamentos

Os Equipamentos Desportivos representam o maior peso dos **gastos com pessoal** com 58%, seguindo-se os eventos culturais com 19%, o Zoo de Lourosa com 12% e o Europarque com 11%.

Os aumentos dos custos com pessoal estão estimados, entrando em linha de conta com as progressões nas carreiras, o aumento salarial previsto para a função pública e ajustamentos nos equipamentos num total de 5%, designadamente a inclusão da Piscina Municipal de Canedo na esfera da gestão da Feira Viva, bem como a integração Professores na Empresa conforme quadro de pessoal.

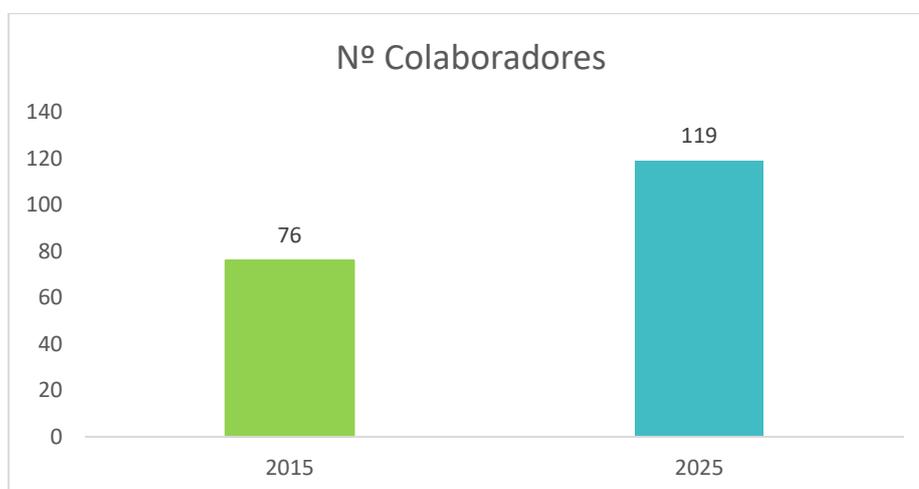


Gráfico IX – Comparação do número de Colaboradores da Feira Viva entre 2015 e 2025



1.4 PERSPETIVA FINANCEIRA

Mapa IV – Balanço Individual Previsional em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	2025
ATIVO NÃO CORRENTE	
Ativos Fixos Tangíveis	1 723 937
Ativos Fixos Intangíveis	7 986
Ativos Biológicos	100 783
O. Investimentos Financeiros	8 212
Ativos por Impostos Diferidos	1 304
SUBTOTAL	1 842 222
ATIVO CORRENTE	
Inventários	60 000
Clientes	102 500
O. Contas a Receber	40 779
Diferimentos	179 047
Caixa e Depósitos Bancários	458 379
SUBTOTAL	840 705
TOTAL DO ATIVO	2 682 927
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	
Capital Realizado	564 488
O. Instrumentos de Capital próprio	377 742
Reserva Legal	52 487
Outras Reservas	94 041
Resultados Transitados	14 704
O. Variações de Capital Próprio	23 362
SUBTOTAL	1 126 824
Resultado Líquido do Exercício	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 126 824
PASSIVO NÃO CORRENTE	
Provisões	1 266
Passivo por Impostos Diferidos	6 210
SUBTOTAL	7 476
PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores	681 606
Estado e O. Entes Públicos	122 240
O. Contas a Pagar	641 048
Diferimentos	103 733
SUBTOTAL	1 548 627
TOTAL DO PASSIVO	1 556 103
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	2 682 927

O Balanço previsional a 31 de dezembro de 2025 apresenta um total do **Ativo** no valor de **2.682.927 euros**, com uma boa distribuição entre ativo corrente e não corrente, mostrando equilíbrio entre liquidez e investimento em ativos de longo prazo.

Prevê-se que o ativo não corrente seja composto em 64% pelos ativos fixos tangíveis e no ativo corrente as disponibilidades representem 76% mostrando equilíbrio entre liquidez e investimento em ativos de longo prazo.

O **Capital Próprio** representará 42% com 1.126.824 euros e o **Passivo** corrente totalizará 1.548.627 euros, 58% do total do passivo e capital próprio. O baixo nível de passivo não corrente, 7.476 euros é positivo, pois reduz a pressão de longo prazo sobre o caixa.

Ao nível do investimento, apenas foi considerada previsão relativamente à conservação e reparação corrente dos equipamentos existentes, prevendo-se, contudo, a articulação com a Câmara Municipal do desenvolvimento de investimentos estruturantes.

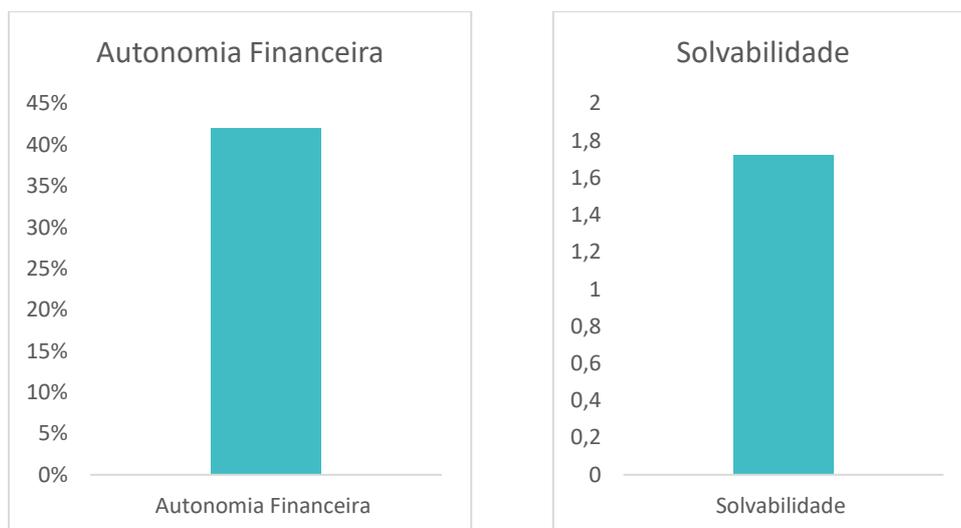


Gráfico X e XI – Indicadores Financeiros – Autonomia Financeira e Solvabilidade segundo balanço previsional a 31 de dezembro de 2025

- **Autonomia Financeira (42%)**

Com 42% dos ativos financiados por capital próprio, prevê-se uma base de capital relativamente equilibrada.

- **Índice de Solvabilidade (1,72)**

Prevê-se um índice de solvabilidade de 1,72, indicando que seus ativos são 72% maiores que o passivo total. Essa margem adicional reflete uma boa capacidade de cobrir dívidas e garantir segurança financeira.



1.5 PERSPETIVA SOCIAL DOS EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES, DESPORTIVAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

No âmbito da perspetiva social e no sentido de proporcionar a maximização de atividades e oportunidades a cidadãos mais desfavorecidos, a **Feira Viva assume em articulação plena com a Câmara Municipal:**

HMC SPORTS- PISCINAS E GINÁSIOS MUNICIPAIS

Uma discriminação positiva ao nível de **Desconto e/ou isenção do pagamento aos cidadãos:**

- Com necessidades educativas especiais em articulação com o Pelouro de Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- No âmbito do Programa Movimento e Bem Estar da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- No âmbito do Programa Férias Escolares da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- No âmbito do Programa Natação para tod@s da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

PAVILHÃO FERNANDO QUINTINO – COMPLEXO DA LAVANDEIRA

Este equipamento pratica o desconto de 90% a entidades do concelho que promovam a atividade desportiva de forma regular, considerando o intuito do equipamento.

PISCINA DE SÃO JOÃO DE VER

Prevê-se a aplicação da discriminação positiva a entidades de mérito desportivo concelhias, definidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira através de um desconto no tarifário aprovado que pode atingir os 90%.

FEIRA VIVA NATAÇÃO ADAPTADA

Esta iniciativa tem como principal propósito dotar os atletas de uma forte vocação competitiva, baseada na formação e dedicação, dando a todos a oportunidade de desfrutar da emoção do desporto e da alta competição, aos mais elevados níveis, nacional e internacional.

Para além do âmbito social inerente ao projeto em si, a Feira Viva Natação Adaptada assume uma discriminação positiva ao nível dos preços praticados para atividades equivalentes nas piscinas e ginásios municipais de, pelo menos, 50%.

ZOO DE LOUROSA

Como projeto educativo e tendo em conta as boas práticas de responsabilidade social, no Zoo de Lourosa, o acesso a menores de 3 anos é gratuito e verifica-se o desconto e/ou isenção de pagamento aos alunos do concelho em articulação com os projetos do Pelouro de Educação, Juventude e do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

VIAGEM MEDIEVAL EM TERRA DE SANTA MARIA

No âmbito da responsabilidade social e do desenvolvimento de sentimento de pertença, o evento Viagem Medieval em Terra de Santa Maria implementará as seguintes medidas:

- Oferta de pulseiras de acesso a todas as crianças e jovens que residam ou frequentem escolas do concelho até ao ensino secundário, identificadas pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Oferta de entradas a famílias carenciadas referenciadas pela Divisão Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Oferta de entradas aos Bombeiros Voluntários das Corporações do Município de Santa Maria da Feira;
- Acesso gratuito a menores de 5 anos;

PERLIM

Tendo em conta o público-alvo do evento e na tentativa de estender a magia da época natalícia a todas as famílias do concelho, o evento Perlim implementará as seguintes medidas:

- Oferta de entradas para Perlim e Circo a todas as crianças que residem ou frequentam o pré-escolar, 1º e 2º ciclo no concelho de Santa Maria da Feira, identificadas pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Oferta de entradas a famílias carenciadas identificadas pela Divisão Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Oferta de entradas aos Bombeiros Voluntários das Corporações do Município de Santa Maria da Feira.
- Acesso gratuito a menores de 3 anos;

EUROPARQUE

Promoção de iniciativa semanal gratuita através do Europarque Running. O projeto visa promover a prática desportiva a adultos e crianças contemplando caminhada, diversos níveis de

corrida e fitness kids, com o acompanhamento de professores do HMC Sports - Piscinas e Ginásios Municipais e outros técnicos habilitados.

1.6 VALORES E CAPITAL HUMANO

Reconhecendo que o Capital Humano é o principal fator de crescimento, dele dependendo o sucesso das organizações, os Recursos Humanos dão seguimento às estratégias encetadas nos exercícios anteriores, com os pressupostos dos valores definidos, vinculando-se aos projetos como interfaces de distinção, para que se atinjam os mais elevados patamares de excelência.

Afigura-se um ano de 2025 com um crescimento do número de colaboradores, tendo em conta a abertura da nova Piscina Municipal de Canedo e a integração nos quadros de Professores, um desafio aceite por todos com responsabilidade e sentido de missão pública.

Perspetivamos manter o crescimento nos serviços prestados ao cliente e foco na qualidade dos mesmos, onde toda a energia e competência é exigida aos recursos humanos da Feira Viva. Para isso continuaremos a apostar na aquisição, atualização e reforço de competências dos mesmos, aumentando o investimento na formação de forma equitativa e transversal, a nível técnico e comportamental.

Continuamos a almejar a otimização dos desempenhos das equipas em cada área de atuação da organização como um todo, estando as mesmas aptas, acrescentando valor à organização e prontas a fazer face aos novos desafios e projetos para o ano de 2025.

Destacamos também o nosso objetivo na melhoria do ambiente de trabalho, focando o bem-estar e felicidade dos colaboradores, com benefícios inequívocos na produtividade e envolvimento dos mesmos.

A Feira Viva tem como objetivo dar continuidade ao desenvolvimento do espírito de missão associado ao serviço público, com cada colaborador da empresa.

Grupo	Categoria	Quadro Atual 2018	Quadro 2025	Aumento	Ocupados ou a ocupar 2025	Nova Nomenclatura	Novo Grupo
Direção	Diretor Geral	1	1	0	1	Diretor Geral	Direção
	Assessoria Direção Geral e Administração	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Diretor Equipamentos de Piscinas	1	1	0	1	Diretor de Piscinas Municipais	
	Diretor POL	1	1	0	1	Diretor de Parque Ornitológico de Lourosa	
	Diretor Europarque (CS)	1	1	0	1	Diretor Europarque (CS)	
	Diretor Eventos (CS)	1	1	0	1	Diretor Eventos (CS)	
	Diretor Finanças (CS)	1	1	0	1	Diretor Financeiro (CS)	
	Diretor Recursos Humanos e Qualidade	1	1	0	0	Diretor Recursos Humanos e Qualidade	
	Diretor Jurídico	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Diretor Desporto Adaptado	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Diretor de Marketing e Comunicação (CS)	1	1	0	1	Diretor de Marketing e Comunicação (CS)	
	Diretor Contratação Pública (CS)	0	1	1	1	Diretor Contratação Pública (CS)	
	Total	11	9	-2	8		
Técnico Superior	Coordenador Técnico-Pedagógico	3	3	0	3	Coordenador Técnico-Pedagógico	Técnico Superior
	Técnico Superior RH e Qualidade	1	1	0	1	Técnico Superior RH e Qualidade	
	Técnico Superior Jurídico	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Técnico Superior Contabilidade	2	3	1	1	Técnico Superior Contabilidade	
	Técnico Superior de Contratação Pública	1	1	0	1	Técnico Superior de Contratação Pública	
	Técnico Superior de Informática	1	1	0	1	Técnico Superior de Informática	
	Técnico Superior de Redes e Informática	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Técnico Superior de Produção	3	3	0	2	Técnico Superior de Produção de Eventos	
	Técnico Superior de Produção Cristiva	1	1	0	0	Técnico Superior de Conteúdos e Programação de Eventos	
	Gestor de Produto	3	3	0	2	Técnico Superior de Gestão Comercial de Eventos	
	Gestor de Eventos Sénior	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Gestor Comercial e de Eventos	4	4	0	3	Técnico Superior de Gestão Comercial e de Eventos	
	Técnico Superior de Manutenção	2	1	-1	1	Técnico Superior de Manutenção	
	Técnico Superior de Design	3	4	1	3	Técnico Superior de Design	
	Técnico Superior de Comunicação	1	1	0	1	Gestor de Patrocínios e Parcerias	
	Técnico Superior Multimédia e Programação	2	1	-1	1	Técnico Superior Novas Tecnologias da Comunicação	
	Copywriter	1	1	0	1	Assessor de Imprensa	
	Nutricionista	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Veterinário	1	1	0	1	Técnico Superior de Medicina Veterinária	
	Curador	1	1	0	1	Técnico Superior de Curadoria	
	Gestor Comercial	1	0	-1	0	N/aplicável	
Técnico Superior de Marketing Digital	0	2	2	2	Técnico Superior de Marketing Digital		
Técnico Superior de Psicologia	0	1	1	0	Técnico Superior de Psicologia		
Técnico Superior de Controlo de Gestão	0	1	1	1	Técnico Superior de Controlo de Gestão		
Técnico Superior de Cenografia	0	2	2	2	Técnico Superior de Cenografia		
Instrutor Atividade Física e Recreação	0	10	10	10	Instrutor Atividade Física e Recreação		
Total	35	46	11	38			
Técnico	Secretário de Gabinete	1	2	1	2	Técnico Assistente de Direção	Técnico
	Técnico de Recursos Humanos	1	1	0	1	Técnico de Recursos Humanos	
	Técnico de Contratação Pública	1	1	0	1	Técnico de Contratação Pública	
	Técnico de Audiovisuais	1	1	0	1	Técnico de Audiovisuais	
	Técnico de Produção	2	1	-1	1	Técnico de Produção de Eventos	
	Responsável de Armazém	1	1	0	1	Técnico de Armazém	
	Técnico de Manutenção	2	3	1	3	Técnico de Instalações e Infraestruturas	
	Técnico de Palco	1	2	1	2	Técnico de Palco	
	Educador Ambiental	1	1	0	1	Técnico de Educação Ambiental	
	Supervisor Geral	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Supervisor HMC	3	4	1	4	Técnico Supervisor de Serviços Desportivos	
	Técnico Ensino Adaptado	1	1	0	1	Técnico Ensino Adaptado	
	Tratador de Animais	3	4	1	4	Tratador de Animais	
	Técnico de Gestão de Equipamentos Desportivos	0	1	1	1	Técnico de Gestão de Equipamentos Desportivos	
	Técnico de Informática	0	1	1	1	Técnico de Informática	
	Técnico Assistente de Curador	0	1	1	0	Técnico Assistente de Curador	
	Técnico de Gestão Comercial	0	1	1	1	Técnico de Gestão Comercial de Serviços Desportivos	
Total	19	26	7	25			
Operacional	Assistente Financeiro	2	1	-1	1	Assistente Técnico Financeiro	Assistente Técnico
	Assistente de Recursos Humanos	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Assistente Contratação Pública	1	1	0	0	Assistente Técnico Contratação Pública	
	Assistente de Manutenção	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Assistente Produção	1	2	1	2	Assistente Técnico Produção de Eventos	
	Assistente de Merchandising	1	2	1	1	Assistente Técnico de Merchandising	
	Assistente Gestor de Produto	3	3	0	1	Assistente Técnico de Gestor de Produto	
	Assistente de Eventos	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Assistente Comercial e de Eventos	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Assistente Comercial	1	1	0	1	Assistente Técnico Comercial	
	Gestor Comercial e de Conta	11	13	2	12	Assistente Técnico de Gestão Comercial e de Conta	
	Operador de Manutenção	11	7	-4	6	Assistente Técnico de Manutenção	
	Operador de Higiene e Limpeza	8	13	5	11	Assistente Técnico de Higiene e Limpeza	
	Nadador Salvador	5	8	3	6	Nadador Salvador	
	Jardineiro	1	0	-1	0	N/aplicável	
	Operador de Armazém	2	0	-2	0	N/aplicável	
	Rececionista	1	0	-1	0	N/aplicável	
Auxiliar dos Serviços Gerais	3	0	-3	0	N/aplicável		
Total	55	51	-4	41			
		120	132	12	112		

Nota 1: A Categoria de Instrutor de Atividades Físicas é introduzida no decorrer de uma opção estratégica da empresa de integração gradual nos Quadros da FV, dos professores das Piscinas Municipais.

Nota 2: Aumento dos lugares de Nadador Salvador e Limpeza, no decurso da abertura da Piscina Municipal de Canedo.

Nota 3: Ajustamentos pontuais nas categorias.



2. EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES 2025

Em 2025, a Feira Viva encabeçará a gestão dos seguintes equipamentos e atividades:

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- Piscina Municipal de Feira
- Piscina Municipal de Lourosa
- Piscina Municipal de Fiães
- Piscina Municipal de Canedo
- Pavilhão Fernando Quintino - Complexo da Lavandeira
- Piscina de São João de Ver

PROJETOS DESPORTIVOS

- Feira Viva Natação Adaptada – Competição

EQUIPAMENTO ZOOLOGICO

- Zoo de Lourosa - Parque Ornitológico

EVENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS

- Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- Perlim
- Meia Maratona da Primavera
- Europarque Running

EVENTOS EUROPARQUE

- Acolhimento, dinamização e operacionalização de eventos de diferentes tipologias.

3. PERSPETIVA EQUIPAMENTOS E ATIVIDADES 2025

3.1 HMC SPORTS — PISCINAS E GINÁSIOS MUNICIPAIS

A perspetiva para 2025 é de crescimento contínuo e sustentável da atividade, apoiada numa sólida estratégia de otimização e expansão.

A este respeito, o ano de 2025 terá o principal enfoque na operação da Piscina Municipal de Canedo, não só por ser a que se encontra em fase de arranque e que conseqüentemente merecerá mais atenção pelos múltiplos desafios que colocar, mas também por ser a que dispõem de maior espaço de crescimento.

O universo das restantes piscinas municipais encontra-se com um excelente desempenho ao nível das atividades aquáticas e já com pouca margem para crescer ao nível do número de clientes, pelo que, o foco continuará a ser na otimização da capacidade produtiva em horários tradicionalmente menos solicitados que, mesmo aqui, tiveram um forte crescimento em 2024.

A disponibilização gratuita da atividade de natação para todos os alunos do concelho que frequentam o 4º ano do 1º ciclo, vem contribuir de forma muito significativa para o aumento das taxas de ocupação nestes horários, e é uma aposta estratégica de futuro.

OBJETIVOS

- Promover hábitos regulares de desporto a todos, H, homens, M, mulheres, C, crianças.
- Informatizar procedimentos internos na área comercial e na manutenção visando o aumento da qualidade e produtividade
- Investimento em energias renováveis em articulação com o município;
- Qualificação e otimização física das infraestruturas.

INVESTIMENTOS

A política de investimentos da empresa visa sobretudo:

- A manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações e otimização das mesmas;
- Substituição de equipamentos degradados/obsoletos como fonte de manutenção da atratividade do espaço e do serviço.
- Digitalização/informatização de serviços e procedimentos internos, por forma a automatizar serviços e eliminar a ocorrência de erros e problemas.

Adicionalmente, pretende-se articular com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a possibilidade de realização de investimentos que possibilitem:

- Obras de remodelação/recuperação dos edifícios.
- A aquisição de novos equipamentos que substituam equipamentos já com problemas e em fim-de-vida, capazes de gerar simultaneamente eficiência energética.
- Investimentos em energias renováveis

3.2 PAVILHÃO FERNANDO QUINTINO – COMPLEXO DA LAVANDEIRA

O Pavilhão alberga múltiplas atividades desportivas e recreativas tratadas com especificidades diferentes, designadamente Hóquei em Patins, Voleibol, Andebol, Ginástica, Trampolins, Dança, Defesa Pessoal e atividades de movimento e bem-estar do Município. Em 2024, estima-se a continuidade da prestação de serviços aos utilizadores habituais dos três espaços interiores do Pavilhão, prevendo-se o aumento da taxa de ocupação do mesmo.

OBJETIVOS

Maximização da utilização dos espaços pelas entidades concelhias que promovam atividades desportivas, zelando pela conveniente utilização e manutenção das instalações, bem como pela permanente contenção de custos, designadamente, com a crescente responsabilização dos utilizadores.

INVESTIMENTOS

A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

3.3 PISCINA SÃO JOÃO DE VER

A ocupação da Piscina de São de Ver é privilegiada para treinos da equipa Feira Viva Natação Adaptada e do Sporting Clube de São João de Ver – Natação Pura, estando prevista a utilização regular de pelo menos 100 atletas.

OBJETIVOS

Ocupação privilegiada para os treinos dos atletas da equipa da Feira Viva Natação Adaptada, em articulação com outros clubes de natação para privilegiando assim a opção de treino com objetivos competitivos.

Investimentos

A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

3.4 FEIRA VIVA NATAÇÃO ADAPTADA

Dotado de uma equipa técnica altamente especializada e com uma coordenação médica atenta e disponível, o projeto arrancou em 2007 com cinco diferentes níveis de atuação que se distribuem entre Adaptação ao Meio Aquático, Iniciação às Técnicas, Pré-competição, Competição e Alta competição. Porém, com o crescimento da procura da comunidade nos níveis iniciais até à data, e de forma a conseguirmos aumentar a resposta nos níveis de AMA / Autonomia no meio aquático e o clube manter o foco no rendimento desportivo, procedeu-se à transferência e à inclusão destes níveis na escola de natação de cada HMC Sports (Feira, Lourosa, Fiães e Canedo) com um funcionamento semelhante ao realizado no clube durante os últimos 16 anos.

Esta transferência irá ter o acompanhamento sistemático da Coordenadora técnico pedagógica do Clube de Natação Feira Viva, a sua intervenção na área da formação dos professores de natação e captação de nadadores para o clube.

Ao dispor dos técnicos e atletas existem, em permanência, infraestruturas desportivas dedicadas ao treino, recuperação desportiva, nutrição, bem como serviços de psicologia e assistência médica permanente.

Na presente época desportiva, o projeto Feira Viva Natação Adaptada conta com 36 atletas, distribuídos pelos 3 níveis de atuação (iniciação às técnicas de nado, pré-competição e competição).

A equipa manterá os objetivos competitivos, nomeadamente, continuar a proporcionar aos atletas com melhor desempenho a participação em competições nacionais / internacionais,

o retomar a aposta em nadadores jovens da formação, bem como o enriquecimento da relação com o patrocinador único — INDAQUA Feira.

OBJETIVOS

- Assegurar a presença de um nadador para representação nacional no Campeonato da Europa DSISO 2025 de Síndrome de Down;
- Forte aposta na preparação dos atletas Samuel Duarte, Rodrigo Patrício e Filipa Reis, na participação em competições internacionais, tendo em conta a excelência do seu desempenho;
- Obtenção de títulos nacionais individuais e coletivos.

3.5 ZOO DE LOUROSA — PARQUE ORNITOLÓGICO

Para 2025, e num contexto em que as preocupações pela preservação da natureza e da biodiversidade se tornaram prioridades globais, o Zoo de Lourosa pretende reforçar o seu papel como um espaço privilegiado para consciencializar e sensibilizar o público para estas temáticas, dando sempre que possível ênfase ao âmbito da ornitologia, área na qual é especializado e único em termos nacionais.

Assim, e naquele que é um dos seus principais eixos de atuação- a Educação, o Zoo de Lourosa estará focado em realizar atividades com identidade, diversificadas e interativas, capazes de envolver cada vez mais os diferentes públicos na reflexão e necessidade de agir em prol da preservação do meio ambiente e da biodiversidade. Para isso, procurará abordagens educativas diferenciadoras, em que por exemplo se conjuguem áreas distintas das ciências e, quando possível e aplicável, a tecnologia, com o intuito de criar experiências de maior proximidade e em que a consolidação das mensagens, sobretudo a nível da preservação de espécies, tenham um impacto cada vez maior junto dos visitantes e comunidades.

No que respeita à Conservação, o Zoo de Lourosa continuará a ter um papel ativo na participação e coordenação de programas de reprodução de aves em cativeiro, reforçando simultaneamente o papel coletivo que equipamentos como este têm no cenário global da conservação. O Zoo de Lourosa, tem mantido nos últimos anos a participação em mais de 40 programas reprodutivos da EAZA- Associação Europeia de Zoológicos e Aquários, encontrando-se a coordenar os EEP's (*European Endangered Species Programmes*) do Calau-de-casco-cinzento e do Urubu-rei. Sendo o seu foco a ornitologia, o Zoo de Lourosa procurará ainda efetuar a gestão da coleção mantendo na mesma um forte valor conservacionista, mas sem esquecer a atratividade necessária para aqueles que nos visitam.

Contudo, e tendo em linha de conta o crescente desafio de manter o Zoo de Lourosa como um espaço competitivo, exigente e cumpridor em termos da sua missão e requisitos, é

fundamental investir na remodelação e requalificação das suas infraestruturas, de modo a garantir que este continue a ser um espaço agradável e de referência para o público e demais agentes com que se relaciona, e adequado às espécies que protege. O reforço de ações em termos de comunicação e marketing, e na área comercial, irá também ser fundamental, pois estas assumem um papel central na divulgação do parque, tanto a nível local como nacional, abrindo caminho para que se atraiam novos públicos e, simultaneamente, potenciem as receitas.

OBJETIVOS

- Reforço da identidade do Zoo de Lourosa-Parque Ornitológico como local de grande valor nacional e internacional, ao nível de conservação das espécies e da biodiversidade e da educação ambiental, apostando na chancela de “Único Parque Ornitológico do País”;
- Reforço da dinamização de atividades geradoras de receitas;
- Manutenção de uma coleção ornitológica com forte valor conservacionista e simultaneamente atrativa para os visitantes;
- Reforço da criação de conteúdos diferenciados pelos recursos humanos do Zoo de Lourosa;
- Reforçar as ações comerciais, de comunicação e marketing, alargando a divulgação do Zoo e das suas atividades a nível local e nacional, com vista a captar novos públicos, potenciar receitas. Bem como, a mensagem da necessidade de salvaguardar o bem-estar animal.
- Prossecução da política de melhoria contínua do serviço, oferecendo aos visitantes um serviço de qualidade, com identidade e diferenciado.

INVESTIMENTOS

Articulação com o Município para a realização de investimentos estruturantes com vista à reabilitação geral do Zoo de Lourosa, bem como, da sua envolvente, acessos e estacionamento;

3.6 EVENTOS CULTURAIS

Num contexto cada vez mais global, pretende-se que a cultura continue a assumir um papel estratégico na consolidação da identidade de Santa Maria da Feira, bem como no fortalecimento do marketing territorial.

Os eventos culturais são veículos eficazes para a perpetuação do conhecimento, transmitindo tradições, saberes e práticas que conectam gerações. Eles desempenham um papel crucial na construção de memórias coletivas e na valorização do património local, criando um sentimento de pertença que sustenta e apoia a sua continuidade no tempo.

Os eventos culturais concebidos e produzidos pela Feira Viva, não só diversificam a oferta de entretenimento e lazer da cidade, como proporcionam acesso a experiências enriquecedoras e atuam como vitrines para o potencial de Santa Maria da Feira, atraindo visitantes e impulsionando a economia local.

No último ano, a Feira Viva consolidou a abordagem inovadora na criação de conteúdos diferenciados e na colaboração com agentes culturais locais. À medida que avançamos para 2025, estamos determinados a aprofundar esse compromisso, reconhecendo que a cultura é uma força transformadora, essencial ao desenvolvimento de Santa Maria da Feira.

Em 2024, os eventos não promoveram apenas a cultura, mas continuaram a desempenhar um papel crucial na revitalização de áreas como a zona envolvente ao Rio Cáster. O desafio para 2025 é aprofundar essa abordagem, qualificando projetos emblemáticos como a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, Perlím, o Mercado de Natal e Meia Maratona de Primavera sempre com a valorização do Castelo de Santa Maria da Feira como símbolo e recurso essencial.

A Feira Viva, em 2024, reafirmou o seu compromisso para com a promoção da identidade de Santa Maria da Feira, através da abertura da loja física Vila da Feira – trajes e merchandising, oferecendo produtos que representam as nossas marcas e celebram a cultura e a história do nosso território. Em 2025, será dado seguimento a esta estratégia, fortalecendo a relação com o público e o enriquecimento da experiência de visita. A Loja prevê desenvolver linhas exclusivas para os eventos Perlím e Viagem Medieval, sempre com o intuito de reforçar a marca Santa Maria da Feira.

No que concerne ao espólio de trajes e acessórios medievais, para além do trabalho de conservação do mesmo, pretende-se que esteja acessível ao público em geral através da venda e/ou aluguer.

Com a continuidade desta estratégia, a Feira Viva espera consolidar a marca Vila da Feira e criar um espaço onde a tradição e a modernidade se fundem, refletindo a essência do território.

OBJETIVOS

- **Qualificação e Inovação:** Continuar a política de qualificação dos eventos culturais, incorporando inovação e tecnologia nas áreas de criação de conteúdos e comunicação, em sintonia com as tendências atuais.
- **Sustentabilidade:** Implementar ações que garantam a sustentabilidade ambiental e social dos nossos eventos, promovendo práticas responsáveis e conscientes.
- **Valorização do Território:** Promover a valorização do nosso território e a conservação do património, aproveitando os recursos materiais e imateriais existentes.

- Capacidade criativa: Reforçar a capacidade interna e local de criação de conteúdos, promovendo a formação, o desenvolvimento de talentos e a geração de oportunidades de negócio.
- Consolidação de Públicos: Trabalhar na fidelização de públicos, garantindo experiências memoráveis e significativas para todos os participantes.
- Integração Cultura/Desporto: Reforçar a relação entre cultura e desporto, através da dinamização de eventos recorrentes que envolvam diversas comunidades.
- Regeneração Urbana: Aumentar o impacto dos eventos na regeneração urbana e na recuperação de espaços verdes, promovendo um ambiente mais saudável e atrativo.
- Apoio a Grupos Locais: Continuar a aposta nos grupos e associações concelhias como parceiros essenciais para o sucesso dos nossos eventos.
- Envolvimento da Comunidade: Priorizar o envolvimento da população e da comunidade local, assegurando que todos se sintam parte ativa dos eventos.
- Dinamização Económica: ser gerador de dinâmicas económicas sustentáveis para diferentes stakeholders. Entre outros, hotelaria, restauração e agentes culturais.

3.7 EVENTOS EUROPARQUE

O Europarque tem a missão de acolher eventos de diferentes tipologias, responder às cada vez mais exigentes solicitações dos clientes e proporcionar um acompanhamento de eventos altamente personalizado e profissional. Estrategicamente, o Europarque está focado na captação de eventos, por forma a aumentar a taxa de ocupação, sem nunca baixar a qualidade do serviço prestado.

A ação comercial distribui-se em pilares de atuação diferenciados e com ponderações diferentes como descrito abaixo:

- Pilar 1 – *Meetings Industry* - acolhimento de eventos corporativos, leia-se congressos, feiras e reuniões. Neste campo de ação propõe-se a alocação de 50% do tempo de trabalho, uma vez que os eventos corporativos são os mais complexos e exigentes no que respeitam os serviços complementares, constituindo uma importante fonte adicional de receita.

- Pilar 2 – Cultura e Entretenimento – neste pilar estão enquadrados todos os eventos desenvolvidos por escolas, entenda-se espetáculos amadores, assim como os eventos promovidos por promotores de espetáculos e com artistas conceituados. Em termos estratégicos, importa acolher cada vez mais eventos culturais que sejam fator de notoriedade, pelo efeito induzido que tal gera nos potenciais clientes.

- Pilar 3 – Desporto e Lazer - desenvolvimento de eventos/iniciativas nas áreas exteriores ajardinadas do complexo EUROPARQUE, por forma a potenciar a apropriação do espaço pelos cidadãos.

OBJETIVOS

- Garantir uma estrutura plena de autossustentabilidade de exploração;
- Potenciar o acolhimento de eventos de âmbito nacional e internacional;
- Conquistar novas oportunidades de negócio e expandir a carteira de clientes;
- Reforço da ação comercial, principalmente para a atração de mais eventos de cariz corporativo/empresarial
- Continuar a desenvolver a estratégia de fidelização dos clientes, com base num serviço diferenciado e de elevada qualidade técnica
- Reforçar a notoriedade de Santa Maria da Feira e o reconhecimento da marca EUROPARQUE, através uma estratégia de comunicação eficaz e eficiente.

INVESTIMENTOS EM ARTICULAÇÃO COM O MUNICÍPIO:

- Reabilitação das palas de entrada;
- substituição da SADI;
- evoluir para a 2ª fase da substituição do sistema de gestão técnica



Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2025 ficará marcado pelos 25 anos da Feira Viva - Cultura e Desporto, EM, inicialmente criada para a gestão das piscinas municipais. Ao longo dos anos, houve a necessidade de concentrar esforços e meios naquela que é a sua principal e mais nobre missão, gerar momentos de felicidade e elevar a qualidade de vida dos munícipes através da gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, da promoção e realização de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível.

É ambição do Conselho de Administração que 2025 seja um ano de desafios, mantendo o compromisso de elevar a marca – **SANTA MARIA DA FEIRA**, promovendo um espírito de qualidade de serviços, diferenciação, de orgulho e reforço de identidade a todos os cidadãos do nosso concelho, que de uma forma direta ou indireta utilizam os nossos serviços, produtos e atividades.

Santa Maria da Feira, 21 de outubro de 2024

O Conselho de Administração

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria

Beatriz Soares Pereira da Silva

Paulo Jorge Leitão Marcelo

Assinado por: **PAULO JORGE LEITÃO MARCELO**
Num. de Identificação: 09859888
Data: 2024.10.30 11:56:24 +0000



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **FEIRA VIVA – Cultura e Desporto, E. M.** (a Entidade), relativos ao período de 2025, que compreendem a Demonstração de Resultados Previsional por Atividade, Mapa de Tesouraria Previsional, Demonstração de Resultados Previsional e Balanço Previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram sucintamente descritos no ponto 1.3 do documento.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Responsabilidades do auditor pela revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em:

- (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional;
- (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos;
- (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com "Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística".

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes, por efeitos que decorrem: da guerra entre a Ucrânia e Federação Russa, sem fim à vista, bem como do recente e forte agravamento das tensões no Médio-Oriente; pelo forte aumento das pressões inflacionistas no ambiente interno e externo e pelo conseqüente aumento das taxas de juro. Estas situações provocaram já forte aumento dos custos fixos e variáveis, nomeadamente dos custos da energia e matérias primas, mas a elevada incerteza que ainda subsiste quanto à evolução e duração das mesmas introduz pressão e incerteza, na execução do Orçamento previsto, em particular, nas rubricas de gastos com fornecimentos e serviços externos, do lado da despesa, e em geral, nas receitas, oriundas das atividades desportivas e culturais, lazer na ótica das famílias, que em períodos inflacionistas tendem a ser reduzidas nos seus orçamentos.

S. João da Madeira, 31 de outubro de 2024

Ângelo Couto & L. Carvalho, S.R.O.C., LDA.

Representada por:

Ângelo Manuel de Oliveira Couto, R.O.C. N.º 590

Registado na CMVM com o n.º 20160245

feira 
cultura e desporto, e.m.



santa maria da feira
câmara municipal



orçamento
sociedade de turismo de
santa maria da feira, em, s.a.



sociedade de turismo **santa maria da feira**

PLANO DE ATIVIDADES 2025

A. Nota Introdutória

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. (doravante designada por Sociedade) é uma sociedade anónima com sede em Santa Maria da Feira, constituída em 25 de novembro de 1997 e que tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.

Com o intuito de fomentar o turismo, esta sociedade anónima resultou do desafio lançado pela Câmara Municipal às entidades e empresas privadas do concelho, direta ou indiretamente ligadas ao desenvolvimento turístico do município e da região.

Constituída inicialmente com o objeto social: definição e promoção de estratégias de desenvolvimento turístico no concelho de Santa Maria da Feira, bem como gerir os recursos e equipamentos do âmbito turístico, a empresa tem no seu curriculum a participação ativa na promoção e dinamização da oferta turística concelhia, para além da gestão termal que exerce desde 1998, onde se destaca a parceria na Viagem Medieval, a criação dos projetos de animação turística: ceias medievais/ jornadas medievais, banhos públicos S. Jorge e o (En)canto das Águas em Perlím.

Por força das alterações supervenientes, o Município detém, hoje, 99,52% do capital social, encontrando-se a Sociedade Turismo enquadrada no Setor Empresarial Local, nos termos do artigo 19º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais) na sua versão atualmente em vigor, processo de transformação empresarial concluído em 8 de fevereiro de 2021.

A Sociedade de Turismo tem gerido e explorado comercial e turisticamente o Estabelecimento das Termas de S. Jorge, propriedade do Município, também concessionário da exploração do recurso hidromineral. Face à nova realidade empresarial da Sociedade, a continuidade da gestão da atividade termal é agora suportada num contrato-programa, celebrado entre o Município e a Sociedade de Turismo.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

O presente Plano de Atividades 2025 reflete as duas dimensões de trabalho que desenvolvemos:

a) a garantia da continuidade das atividades correntes que são diariamente executadas de forma discreta, mas indispensável para o bom funcionamento da sociedade e das termas;

b) as medidas inovadoras que garantem as mudanças necessárias para melhorar o que fazemos.

B. Objetivos e Orientações Estratégicas

A Sociedade de Turismo assume o desenvolvimento da atividade termal pela exploração comercial e turística e utilização da água mineral natural das Termas de S. Jorge, podendo desenvolver outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto social, que se revelem úteis para os seus objetivos, designadamente:

1. Elaborar estudos e outros trabalhos conducentes à definição e concretização das ações de promoção do Estabelecimento e da Estância Termal, obrigando-se em simultâneo e em articulação com o Município e outras entidades, a divulgar o património histórico, cultural e natural do concelho;
2. Colaborar em ações de literacia para a saúde, nas diversas componentes de terapêutica, reabilitação, promoção da saúde e prevenção da doença, através dos meios que entender adequados.
3. Desenvolver atividades de apoio no âmbito da dinamização comunitária, entre a população fixa e flutuante com a organização de eventos culturais, recreativos e desportivos na Estância Termal;
4. Reforçar a articulação com entidades públicas e privadas, no sentido da dinamização do termalismo no contexto das políticas corporativas de saúde e bem-estar dos colaboradores, em particular da medicina preventiva e curativa laboral.
5. Reforçar a divulgação do termalismo e da hidrologia médica junto do público prescriptor, através da participação em reuniões científicas, congressos médicos e outros meios que se revelem adequados.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

6. Proceder em estreita articulação com o Município no levantamento das necessidades do território, nomeadamente através de estudos técnicos e/ou médico-hidrológicos, programas de termalismo social.
7. Promover a frequência termal, facilitando o acesso a todos os munícipes, e majorando positivamente todos aqueles que, pela sua condição financeira e de saúde, o necessitem;

C. Atividades e Recursos

C.1. Consolidação da atividade Termal

Privilegiando sempre a atividade assistencial e de cuidados regulares de saúde em contexto termal, estimamos o crescimento efetivo da procura terapêutica em 2025, e reforçar o crescimento progressivo dos programas de promoção da saúde e prevenção da doença ou simplesmente de bem-estar.

Atingir um crescimento de 10% no número de clientes e de 4% no volume de vendas 2024, o que pressupõe o funcionamento pleno no período da época termal previsto, uma melhor distribuição da frequência ao longo dos meses, num esforço de otimização dos recursos e na garantia de mais e melhor capacidade de resposta.

Plano de ação para época termal 2025

A época termal 2025 está prevista para o período de 24 de fevereiro a 6 de dezembro.

No cumprimento do normativo legal que regula a atividade, a gestão do estabelecimento termal deverá sempre obedecer à priorização dos serviços fundamentais, isto é, da oferta de serviços termais tendo por base a vocação terapêutica e de reabilitação da utilização da água mineral natural, que no caso em apreço se prende com o tratamento de patologias das vias respiratórias, pele e do foro musculo esquelético.

a. Oferta de Serviços

Dentro dos condicionalismos impostos pela lei e pela tutela, continuaremos a reforçar o leque de oferta de serviços nas vertentes de promoção da saúde e prevenção da doença, bem como na componente pura de bem-estar, lazer, numa gestão integrada com a vocação principal.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

Terapêutica e reabilitação

Estimamos que a portaria que regulamentará a Lei nº 59/2023, de 31 de outubro, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos no Serviço Nacional de Saúde, venha a ser publicada no primeiro trimestre de 2025.

A sua publicação permitirá desde logo uniformizar o prazo de validade das requisições para tratamento termal com o prazo das requisições para os restantes MCDTS e permitir a possibilidade de comparticipação de mais do que uma cura termal por ano.

Esta regulamentação facilitará a prescrição e a utilização da respetiva prescrição, até ao momento muito penalizada pela dificuldade de agilização da consulta médica para prescrição e a sua utilização pelos utentes dentro dos prazos da validade (até ao momento de 30 dias).

O crescimento da procura termal terapêutica é também sustentado pela continuidade dos programas termais decorrentes do contrato-programa, a saber:

- Programa Termas para Todos – que consiste na isenção do pagamento da taxa de inscrição termal e de 15% de desconto sobre o valor dos tratamentos a todos os termalistas residentes no concelho de Santa Maria da Feira e referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;

- Programa TermalSenior – já alargado a todo território feirense, e que continuaremos a apostar no seu alargamento a novos municípios da área metropolitana do Porto, com especial enfoque nos municípios de Vale de Cambra, Arouca e Gaia;

- Programa Termas para quem mais precisa – que consiste na majoração positiva dos municípios que, pela sua condição financeira e de saúde o necessitem:

a) complemento adicional de 5% para detentores do cartão Feira Sénior - escalão A, referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;

b) Complemento adicional de 5% para crianças e jovens até aos 18 anos, referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;

c) Complemento adicional de 5% para munícipes com pelo menos 60% de incapacidade, referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;





sociedade de turismo **santa maria da feira**

Paralelamente, projetamos:

- A implementação do Programa Bem-estar mental: Projeto piloto de 25 programas terapêuticos de 15 dias, dirigido a residentes no concelho de Santa Maria da feira, com problemas de saúde mental, referenciados clinicamente pelo CHEDV

- O crescimento das parcerias e protocolos com associações de doentes, associações profissionais e empresariais;

- A continuidade da (difícil) negociação do copagamento dos cuidados de saúde em termos, com os seguros de saúde (em parceria com a ATP);

Por último, mas não menos importante, continuar a aposta no Termalismo pediátrico e nas famílias, onde destacamos dois projetos:

Programa Termalkids

Reforçar a comunicação dos benefícios dos programas termais para a saúde respiratória infantil e juvenil e a sua prescrição;

Implementação do Projeto piloto de 100 programas terapêuticos de 15 dias, dirigido a crianças residentes no concelho de Santa Maria da feira, com problemas respiratórios, referenciadas pelo médico de família

Programa Cuidar

Dirigido às crianças com doenças crónicas e às famílias, este programa tem como embaixatriz a nova mascote Maria e visa desenvolver programas termais e projetos dirigidos à comunidade tendo em vista a saúde e bem-estar deste público-alvo.

Implementação do Projeto "Termas para quem cuida": Programas de curta duração dirigido aos cuidadores, atenção para os cuidadores pediátricos;

Promoção de Saúde

"Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar





sociedade de turismo santa maria da feira



favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global” Carta de OTOWA, 1986

Existem 3 elementos-chave da promoção da saúde

i. Boa governação para a saúde

Participação das Termas S. Jorge na construção/discussão do Plano Local de Saúde e da Estratégia Municipal para a Saúde, integrando a prática termal nas políticas de promoção de saúde.

ii. Literacia em saúde

Mantendo a missão pedagógica das Termas S. Jorge, enquanto parte integrante da rede de cuidados de saúde, continuaremos a aposta nas ações de literacia para a saúde, nas diversas componentes de terapêutica, reabilitação, promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente a realização de 3 palestras de literacia para a saúde dirigidas à comunidade sob o lema “Claro como água”;

iii. Cidades saudáveis

O compromisso municipal com a melhoria da qualidade de vida e promoção de saúde, quer ao nível do planeamento urbano, bem visível na requalificação da envolvente termal e sua integração nos passadiços do Uíma, quer ao nível dos programas termais consagrados no contrato-programa, reforça e consolida o papel das Termas de S. Jorge numa política local de promoção de saúde e bem-estar da comunidade.

As Termas são locais por excelência para o desenvolvimento dos mais variados programas de promoção de saúde e de prevenção de doença, aliando o equipamento de saúde, ao recurso natural medicinal água mineral natural e à envolvente ambiental que convida à vida saudável e ao relaxamento.

Considerando o forte tecido empresarial do município e da região, a aposta no projeto Termal & Co, com enfoque para a promoção da saúde laboral – enquadra-se neste desiderato e nesta responsabilidade coletiva e continuará a estar no foco do nosso plano de ação para 2025.





sociedade de turismo **santa maria da feira**



Programas de Bem-Estar Termal

Neste segmento, estimamos um crescimento da frequência de 20% face a 2024, ano recorde neste segmento, suportado nas seguintes acções:

- O reforço da venda de vouchers pela loja online;
- reforço da oferta dirigida de programas dirigidos ao segmento corporativo;
- dinamização da venda/utilização imediata ao balcão a visitantes e residentes

Para o efeito estão previstas acções de comunicação específicas principalmente nos meses de menor frequência do termalista terapêutico, permitindo uma maior capacidade de resposta.

O crescimento deste segmento garante a atração de novos públicos e novos mercados, nomeadamente o mercado internacional. A qualidade da oferta e da experiência termal, são também fatores de promoção e potencial crescimento da frequência terapêutica, como temos verificado nos último dois anos com os clientes locais.

b. Formação, Investigação e Desenvolvimento

Formação externa

Reforçar as parcerias existentes entre a Sociedade de Turismo e as diversas instituições de ensino, no âmbito da formação profissional, pré-graduada e pós-graduada, nomeadamente:

- Curso de Operador de Termalismo – Escola Secundária Coelho Castro – Fiães – componente prática + estágios –esperamos que retome a oferta formativa no ano letivo 2025/2026.

Curso de Auxiliar e Ação Médica – Centro Integral de Ensino – estágios

- Cursos de Massagem e Técnicas de Bem Estar – Escola Profissional de Paços de Brandão e Escola Profissional de Riomeão - componente prática + estágios

- Curso Técnico Superior Profissional de Termalismo e Bem-estar – CESPU - componente prática + estágios





- Cadeira de Hidrologia Médica - Mestrado Integrado do Curso de Medicina – ICBAS; componente prática

- Curso de Verão de Hidrologia Médica – ICBAS; componente prática

- Internato Medicina Física e Reabilitação – CHEDV, CHVNG, CHP entre outras unidades hospitalares – internato especialidade hidrologia médica;

As Termas de S. Jorge continuarão preparadas para o acolhimento de estágios curriculares presenciais, aulas práticas e visitas técnicas sempre que solicitado, contribuindo para a qualificação de Recursos Humanos de proximidade nas áreas da saúde e do bem-estar.

Em parceria com a Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica, as Termas S. Jorge continuarão a dinamizar *Workshops de Hidrologia Médica* dirigidos a Médicos de Medicina Geral e Familiar e especialidades diretamente relacionadas com as suas indicações terapêuticas, promovendo o melhor conhecimento da oferta termal e do seu potencial terapêutico

Formação interna

A valorização e capacitação dos recursos humanos é fundamental para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado, particularmente numa atividade de cuidados de saúde.

Formação Contínua

Dando seguimento ao plano de necessidades formativas, estão previstas ações de formação técnica de reciclagem de consolidação de conhecimento pelos novos técnicos termais.

Programa Formação + Próxima - Turismo de Portugal.

Em parceria com a Associação das Termas de Portugal, a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e em conjunto com 3 balneários termais da região norte, estão previstas mais ações de formação conjunta. A formação conjunta permitirá a troca de experiências entre técnicos de diferentes balneários termais, promovendo a discussão e a uniformização de protocolos de tratamento e serão realizadas nos diferentes balneários termais.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

I&D

HIDROGENOMA

Apesar da etapa transcriptómica não estar concluída, estão já em vista novos estudos tendo por base as conclusões obtidas nas duas primeiras etapas da 2ª fase do Projeto Hidrogenoma. Estes estudos serão realizados em parceria e sob a coordenação da Direção Geral de Geologia e Energia.

Recordamos que o Hidrogenoma é estudo inovador sobre o microbismo natural destes recursos hidrogeológicos, liderado pela DGEG, do qual as Termas de S. Jorge fazem parte, deverá ver concluída a caracterização do metaboloma da AMN e identificadas as biomoléculas com potencial bioativo, relacionadas com os microrganismos identificados na 1ª fase do projeto Hidrogenoma.

Paralelamente prevemos iniciar o estudo do potencial dermocosmético da água mineral natural, tendo em vista a produção e comercialização de produtos dermocosméticos, numa candidatura conjunta com um parceiro da área académica e um parceiro da área da farmacologia para a produção

Termalismo Pediátrico

O projeto piloto Termalkids para todos, tem subjacente a realização de estudo clínico, em parceria com a ULS de Entre o Douro e Vouga EPE. Estimamos ser possível avançar com o mesmo em 2025.

Dada a importância da I&D para a diversificação da oferta de produtos e serviços das termas e para consolidação clínica da oferta existente, continuaremos a reforçar os protocolos com a comunidade académica e as parcerias para projetos de investigação nas diversas áreas de conhecimento técnico-científico, não só das potencialidades terapêuticas do recurso hidromineral, mas também nas áreas da sustentabilidade e da inovação.

c) Intervenções no Balneário Termal

Considerando a natureza da atividade termal e as características da água mineral natural, estão salvaguardados investimentos em equipamento básico (substituição ou reforço), que se revelem necessários, assegurando o cumprimento do plano de manutenção preventivo





sociedade de turismo **santa maria da feira**

dos equipamentos e das instalações, e garantindo a qualidade e segurança da infraestrutura e a atratividade do estabelecimento termal.

As intervenções mais estruturantes no Balneário Termal, pretendem responder às prioridades definidas: a otimização dos espaços e recursos, a maximização do potencial terapêutico, a diversificação da oferta de serviços e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

A sua complexidade e a necessidade de garantia higienosanitária de toda a instalação pós obra, aconselha ao faseamento das mesmas, evitando um encerramento superior ao habitual e assim garantindo sempre que possível o normal funcionamento do balneário termal.

Neste sentido está prevista uma intervenção estruturante na Piscina Termal, a 1ª fase de remodelação do sistema de climatização e ainda uma grande intervenção no elevador, essencial para garantir a normal mobilidade dos termalistas dentro do balneário termal.

No mesmo sentido, a restante remodelação será igualmente planeada de forma faseada, salvaguardando ao máximo o normal funcionamento da época termal e o ciclo de crescimento da atividade

d) Visibilidade e notoriedade das Termas de S. Jorge

Seguindo o Plano de Marketing Estratégico desenvolvido, as Termas de S. Jorge pretendem posicionar-se no mercado enquanto equipamento de saúde e bem-estar de referência, com valências diferenciadas, pelos seus benefícios terapêuticos únicos, diversidade de produtos termais e competência dos seus profissionais.

Missão

Prestar um serviço de saúde de excelência, complementar à rede nacional da saúde, capaz de promover a efetiva qualidade de vida dos cidadãos, assente não só na terapêutica e reabilitação, mas também na prevenção e na promoção da saúde, oferecendo um equipamento e serviço de referência no turismo de saúde e bem-estar.

Valores

- Fomentar a prevenção e promoção da saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com enfoque no território local (área metropolitana do Porto);





sociedade de turismo **santa maria da feira**

6

[Handwritten signature]

- Criar oportunidades sociais, para a prática termal, tornando-a acessível a todos os públicos;
- Valorizar, preservar e promover o património termal (histórico, geológico, sociocultural, arquitetónico e ambiental);
- Integrar e valorizar o ambiente natural envolvente, numa relação sustentável de turismo de saúde.
- Gerar valor acrescentado à comunidade local, concelho e stakeholders;
- Contribuir para o Conhecimento e Formação da Atividade nas suas diversas áreas de intervenção;

Objetivos Estratégicos

Um dos objetivos estratégicos que norteia os grandes eixos de ação do plano de marketing das Termas S. Jorge visa o contínuo reforço da visibilidade e notoriedade da sua imagem de marca com o objetivo de dar a conhecer e credibilizar as suas valências terapêuticas e de bem-estar, com ofertas segmentadas para diferentes perfis de públicos.

A sua prossecução é concretizada paralelamente com a prossecução de um outro objetivo estratégico: criar continuamente uma relação profícua de proximidade com as instituições locais e comunidade em geral, numa perspetiva de envolvimento ativo com a sociedade. O foco continuará a ser trabalhar numa visão comum, promovendo o desenvolvimento de atividades e projetos enriquecedores de interesse coletivo, especialmente os dirigidos à área da promoção da saúde e do bem-estar.

Trabalhar em proximidade com todos os agentes da nossa comunidade: público em geral, académico e profissional e ao nível institucional e político, continuará a estar no centro da estratégia de comunicação das Termas S. Jorge.

Para 2025, salvaguardamos em orçamento verbas para o Plano de Ação definido, tendo em vista o desenvolvimento de ações que cumpram também alguns dos objetivos específicos definidos:

- Reforçar a credibilidade das Termas S. Jorge, junto do público prescriptor, promovendo ações de divulgação dirigidas especificamente à comunidade médica local e regional, visando o conhecimento da oferta termal e das valias terapêuticas da água mineral natural das Termas de S. Jorge.





sociedade de turismo **santa maria da feira**



- Posicionar as Termas S. Jorge como um espaço de promoção da saúde, com a oferta de programas terapêuticos adequados ao tratamento de reabilitação, no enquadramento do papel terapêutico do termalismo, capaz de auxiliar na recuperação respiratória e músculo-esquelética
- Continuar a evidenciar a importância das termas associada a fins terapêuticos de equilíbrio psicofísico com programas de “Curas de repouso” que poderão ser uma mais-valia fomentando o reequilíbrio necessário, numa perspetiva de promoção de um estilo de vida saudável.
- Promover e divulgar as diferentes ofertas de serviços das Termas S. Jorge de forma apelativa e criativa, junto de novos segmentos de públicos com a eventual implementação de novos projetos e programas sempre que se justifique.
- Dar a conhecer os diversos benefícios terapêuticos e de bem-estar proporcionados pelas águas minerais naturais do balneário, especificamente em cada patologia clínica (como uma opção terapêutica para cada caso);
- Abordar o conceito lato do termalismo: que associa a placidez da natureza; às propriedades medicinais da água mineral natural e à ciência da hidrologia médica, que através das diversas técnicas termais, proporcionando a promoção e/ou reabilitação da saúde, num binómio: corpos são em mente são.
- Desenvolver um plano de comunicação, baseado numa estratégia de storytelling, das lendas, tradições, da história e património termal.

Plano de Ação

AÇÕES DE MARKETING DIRECTO

As ações de Marketing direto são uma das ações de comunicação privilegiadas das Termas S. Jorge, considerando o seu público-alvo e a importância da relação emocional com os termalistas.

COMUNICAÇÃO DE IMPRENSA

A assessoria de imprensa pretende privilegiar a divulgação das Termas S. Jorge junto dos seus públicos, pelo que continuará a constar no nosso plano de marketing o envio regular





sociedade de turismo **santa maria da feira**

de comunicados de imprensa, dirigido aos media (imprensa local, nacional, generalista e especialista, rádios e Televisão).

AÇÕES DE MARKETING DIGITAL

Em termos de marketing digital, a aposta continuará a incidir numa comunicação permanente a nível das redes sociais, nos canais de facebook, instagram e youtube, reforçada com a interligação do site, para impulsionar uma atitude mais reativa por parte dos visitantes (como por exemplo, com a marcação de consulta médica, pedido de informações) e em especial com a loja online, potenciando o crescimento das vendas online, que tem apresentado uma taxa de crescimento interessante ao longo de 2024.

PUBLICIDADE INDOOR & OUTDOOR

Em termos de publicidade, estão previstas presenças publicitárias indoor, especialmente ao nível da comunicação de campanhas locais, e dos programas termais resultantes do contrato programa.

Ao nível da publicidade outdoor prevê-se o reforço da exposição na via pública, do nosso território, sempre que possível.

AÇÕES NA COMUNIDADE

Reforçar o envolvimento proativo com as diversas entidades da nossa região, numa relação estreita com os players profissionais e empresarias, especialmente da comunidade médica, de forma, a permitir a divulgação do conhecimento da oferta termal e das valias terapêuticas da água mineral natural das Termas S. Jorge.

Neste sentido, será assegurada a presença institucional das Termas S. Jorge nas iniciativas do calendário de eventos de 2025, de diversas áreas e organizações e que já contam com a presença e apoio das Termas S. Jorge, ano após ano. Não obstante, será reforçada a presença em novos eventos sempre que se demonstre relevante na credibilização e reforço da notoriedade Termas S. Jorge.

PARCERIAS

As Termas S. Jorge continuarão a estabelecer novas parcerias, especialmente a nível empresarial, quer ao nível de ações de literacia para a saúde, promoção da saúde, eventos dedicados ou protocolos de colaboração. Para estas ações, será garantida uma comunicação





sociedade de turismo **santa maria da feira**

(Handwritten marks)

regular com as entidades parceiras, promovendo uma maior proximidade com estas entidades e a dinamização das ações.

DESIGN & IMAGEM

Continuar o investimento em termos de design e imagem das Termas S. Jorge, atualizando suportes de comunicação e desenvolvendo novos suportes considerando as ofertas de bem-estar, o reforço da presença online, as presenças em eventos, as ações promocionais e os novos eventos e projetos.

AÇÕES PROMOCIONAIS

Desenvolver campanhas promocionais tendo sempre como foco aumentar a frequência termal, incrementar as vendas e maximizar a utilização do balneário termal.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Sociedade de Turismo continuará disponível para colaborar em projetos ou iniciativas de carácter social

Em parceria com o Município e com os parceiros do Plano Local da Saúde, serão apresentados novos programas termais dirigidos a públicos específicos e que obrigarão a ações de comunicação dedicadas.

AVALIAÇÃO DE QUALIDADE

Considerando os parâmetros de qualidade estabelecidos no contrato programa com o município, pretende-se "atingir um elevado grau de satisfação dos nossos termalistas" medido pelo indicador de índice de avaliação de satisfação. Para o efeito, continuarão a ser aplicados, durante toda a época termal'25, o modelo de questionários de avaliação aprovado com a posterior realização de um tratamento estatístico, de forma, a poder avaliar o seu cumprimento de objetivo e idealmente puder superá-lo num grau superior a 85%.

COMUNICAÇÃO E MARKETING INSTITUCIONAL

Em 2025 serão continuadas e/ou desenvolvidas as ações a saber:

- conteúdos pedagógicos e divulgação junto da comunidade escolar (até 3º ciclo) e os conteúdos para o ensino- no âmbito do projeto de educação ambiental e de conhecimento na área da hidrogeologia - tendo como embaixador a mascote Gotinhas;





- desenvolvimento de conteúdos para o Programa Cuidar e para as suas atividades-tendo como embaixatriz a mascote Maria;
- participação nos fóruns de discussão e acompanhamento da Estratégia Municipal para a Saúde e Plano Local da Saúde, garantindo o alinhamento estratégico das Termas de S. Jorge com as prioridades definidas para a Saúde, mas também a inclusão dos serviços que oferece e do termalismo nos recursos para a sua concretização;
- participação em certames, feiras e ações de dinamização turística com o município, bem como a presença em congressos e outros eventos a decorrer no Europarque sempre que se revele estratégica;
- participação na dinamização de fam trips e educacionais à região Norte, direcionados ao segmento saúde e bem-estar, juntamente com a Entidade Regional de Turismo, Porto e Norte, AR e a Associação das Termas de Portugal;
- participação em eventos promovidos pelo município e/ou Feira Viva, com especial destaque para:

Banhos S. Jorge

Reforçar a oferta desta área temática, que ao longo dos anos tem contribuído para a diferenciação das experiências diferenciadoras da Viagem Medieval, e continuará certamente a revelar-se como o espaço ideal de promoção das Termas de S. Jorge e de relações públicas institucionais.

Perlim

Participação das Termas de S. Jorge em Perlim, com as suas mascotes – Gotinhas e Maria –pela dinamização de um espetáculo infantil, atendendo a missão e os projetos de responsabilidade social que cada uma das mascotes representa.





sociedade de turismo **santa maria da feira**

D. Conclusão

Apesar da evolução favorável registada nos dois últimos anos, o contexto político, económico e financeiro mundial continua a manter pressão já sentida sobre os mercados, com forte impacto no aumento do custo de vida.

Não obstante, assistimos a uma maior consciencialização para a importância da promoção da saúde e prevenção da doença, cuja aposta municipal esperamos ver espelhada noutras políticas municipais e nacionais.

A qualidade do capital patrimonial, natural e humano das Termas de S. Jorge é e será sempre preponderante no cumprimento do Plano apresentado.

7 de novembro de 2024

O Presidente do Conselho de Administração

(Vitor Carlos Latourrette Marques)

O Vogal do Conselho de Administração

(Rui Campos de Oliveira)





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS DO ANO DE 2025

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS DO ANO DE 2025

As demonstrações financeiras previsionais foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNS/NCRF), sendo que a sua preparação, as políticas contabilísticas seguidas são consistentes com as que irão ser apresentadas nas contas de 2024, ainda em curso.

2. ORÇAMENTO

O orçamento 2025 prevê a manutenção do subsídio municipal de 2024;

As receitas próprias crescem 4%, relativamente às receitas estimadas para 2024 (que já correspondiam a valores pré-pandemia)

O peso do subsídio municipal decresce para 23.6%, sem prejuízo da execução dos programas Termas para Todos, "TermalSenior", "Termas para quem mais precisa" e de pelo menos um dos outros programas previstos no contrato programa;

As disponibilidades previstas garantem o pagamento a fornecedores no prazo máximo de 30 dias;

2.1. Receitas / Política de preços

A tabela de preços 2024 proposta foi alvo de uma atualização cirúrgica e ponderada, considerando a avaliação dos custos por técnica termal, tipo de frequência termal (terapêutica ou bem-estar) e o agravamento do custo de vida das famílias;

As receitas em vendas e prestação de serviços estimadas têm por base o pressuposto de um funcionamento em pleno de 24 de fevereiro a 6 de dezembro e um crescimento de 4% face a 2024.

2.2. Investimentos

Considerando a natureza da atividade termal e as características da água mineral natural, estão salvaguardados investimentos em equipamento básico (substituição ou reforço), que se revelem necessários, assegurando o cumprimento do plano de manutenção preventivo





sociedade de turismo santa maria da feira

dos equipamentos e das instalações, e garantindo a qualidade e segurança da infraestrutura e a atratividade do estabelecimento termal.

Paralelamente, estão previstas já intervenções estruturantes, faseando a remodelação do balneário termal.

Prevê-se um aumento dos ativos fixos tangíveis de 100.000,00 euros.

2.3. Recursos Humanos

No orçamento estão contemplados os ajustamentos salariais dos colaboradores necessários considerando o funcionamento em pleno toda a época termal 2025, o crescimento da frequência termal estimada e o arranque do processo de consolidação laboral, prevendo-se um crescimento na ordem dos 6%.

2.4. Custos de Exploração

Na estimativa dos custos em Fornecimentos e Serviços externos (FSE), foram reajustadas rubricas face aos custos suportados em 2024 até ao momento, prevendo-se a final uma descida pouco expressiva. Apesar da subida geral dos preços médios, a situação financeira da empresa permite a aquisição de bens em escala e pagamentos a curto prazo, beneficiando de preços mais competitivos. As rubricas de Trabalhos especializados, Energia e Conservação e Reparação continuam a ter o maior peso no total dos FSE.

O Presidente do Conselho de Administração



(Vitor Carlos Latourrette Marques)

O Vogal do Conselho de Administração



(Rui Campos de Oliveira)





sociedade de turismo **santa maria da feira**



Anexos





sociedade de turismo santa maria da feira

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A
Demonstração dos resultados por naturezas previsual em 31 de dezembro de 2025

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS
	2025
Vendas e serviços prestados	820 000,00
Subsídios à exploração	255 000,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-22 000,00
Fornecimentos e serviços externos	-347 550,00
Gastos com pessoal	-628 650,00
Outros rendimentos	5 000,00
Outros gastos	-5 000,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	76 800,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-72 000,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 800,00
Juros e gastos similares suportados	-4 800,00
Resultado antes de impostos	0,00
Imposto sobre rendimento do período	0,00
Resultado liquido do período	0,00
Resultado por ação básico	

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Fátima do Gus Soares da Silva





sociedade de turismo **santa maria da feira**

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A
Balanco previsional a 31 de dezembro de 2025

(Euros)

RUBRICAS	31.12.2025
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	179 664,55
Outros investimentos financeiros	1 000,00
Ativos por impostos diferidos	26 684,35
	207 348,90
Ativo corrente	
Inventários	5 000,00
Clientes	26 000,00
Estado e outros entes públicos	6 000,00
Outros créditos a receber	
Diferimentos	5 000,00
Caixa e depósitos bancários	177 847,82
	219 847,82
Total do Ativo	427 196,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
CAPITAL PRÓPRIO	
Capital subscrito	125 600,00
Outros instrumentos de capital próprio	667 000,00
Reservas legais	11 461,35
Resultados transitados	-609 024,33
Excedentes de revalorização	14 382,91
Resultado líquido do período	
Total do Capital Próprio	209 419,93
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	103 914,25
Passivos por impostos diferidos	4 175,69
	108 089,94
Passivo corrente	
Fornecedores	12 500,00
Estado e outros entes públicos	18 000,00
Financiamentos obtidos	34 673,88
Outras dívidas a pagar	44 512,97
Diferimentos	
	109 686,85
Total do Passivo	217 776,79
Total do Capital Próprio e do Passivo	427 196,72

O Conselho de Administração

Vitor Manuel Brito
António José de Sousa

BANROS S. JORGE



A Contabilista Certificada

Fátima do Gus Soares da Silva

termas **s.jorge**



sociedade de turismo santa maria da feira

Demonstração de Fluxos de Caixa previsional em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	(Euros)
	PERÍODOS 2025
Fluxos de caixa das actividades operacionais	
Recebimentos de clientes	836 376,00
Pagamentos a fornecedores	-345 643,46
Pagamentos ao pessoal	-600 549,90
Caixa gerada pelas operações	-109 817,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos	
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-109 817,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Activos fixos tangíveis	-100 000,00
Investimentos financeiros	
Recebimentos provenientes de:	
Activos fixos tangíveis	
Investimentos financeiros	
Fluxos de caixa das actividades de investimento	-100 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Outras operações de Financiamento	255 000,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	-34 637,88
Juros e gastos similares	-4 800,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	215 562,12
Variação de caixa e seus equivalentes	5 744,76
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	172 103,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período	177 847,82

O Conselho de Administração

Vitor Manuel L. Costa
Luís António da Silva

A Contabilista Certificada

Fátima do Céu Soares da Silva



Parecer do Fiscal Único
relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2025 da
SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A.

Introdução

Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea g) do n.º 1 do artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, S.A. (adiante identificada como Sociedade de Turismo), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional relativos a 2025, datado de 07 de novembro de 2024, que compreendem o Plano de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa previsionais.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2025, um total do ativo de 427.196,72 euros e um total de capital próprio de 209.419,93 euros, incluindo um resultado líquido do período nulo.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

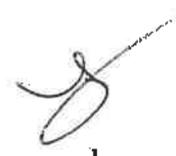
É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidade do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.



- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

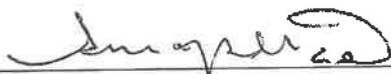
Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfase

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base as Demonstrações Financeiras previsionais do ano findo em 31 de dezembro de 2024, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, da situação patrimonial e dos resultados das operações projetados para 2025.

Porto, 08 de novembro de 2024



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179

**orçamento
associação orquestra e
banda sinfónica de jovens de
santa maria da feira**

ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025



A Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira (AOBSJSMF), tem desenvolvido diversos projetos culturais, tendo sempre como missão capacitar jovens músicos, cativar novos públicos, afirmar a identidade cultural e envolver agentes culturais locais e internacionais, refletindo uma vertente educacional intergeracional.

Este projeto é constituído por jovens músicos do concelho e conta, na sua organização e administração, com a parceria das Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, assim como do Conservatório de Música Terras de Santa Maria e as bandas filarmónicas do Concelho. Como principais objetivos deste projeto assinala-se a promoção da cultura musical de Santa Maria da Feira, a dignificação do trabalho dos agentes culturais e associativos e, ainda, a promoção das atividades culturais de base associativa. Reconhecendo o potencial artístico deste projeto cultural de promoção da música, clássica e erudita, foram definidos os principais objetivos da sua atividade, com a programação de 7 atividades anuais distribuídos pelas três áreas de atuação da AOBSJSMF: programação/criação, ações de mediação de públicos e ações de formação.



Nome	Calendarização (dia/hora)	Local	Formação	Ações a desenvolver	Público-alvo
Capitão Fausto	11 Janeiro, 21:30	Cineteatro António Lamoso	Orquestra Sinfónica	<ul style="list-style-type: none"> • 10º aniversário de requalificação do CTAL 	Geral
Concerto de Páscoa	22 Março, 21:30	Igreja de Arrifana	Banda Sinfónica	<ul style="list-style-type: none"> • Inserido na Semana Santa • Valorização do Património 	Geral
Sinfoniónicos – Tributo a Carlos Paredes e à Cultura Portuguesa	4 Maio, 11:00	Cineteatro António Lamoso	Orquestra	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação 1º ciclo • Brochuras 1º ciclo • Espetáculo com conteúdos multimédia 	Familiar e escolar
Concerto Juventude (título provisório)	7 Junho, 21:30	Parque de Lazer de Argoncilhe	Banda Sinfónica	<ul style="list-style-type: none"> • Inserido na programação Artes em Itinerância e no Festival da Juventude de Argoncilhe • Concerto ar livre • Artista emergente 	Geral Juvenil
Academia de Verão, 5ª edição	27 Junho, 21:30	Quinta do Castelo	Banda sinfónica	<ul style="list-style-type: none"> • Master classes de instrumentos • Master classe de direção de banda • Concerto ar livre • Parceria com Academia de Música de Santa Maria da Feira • Maestro convidado 	Geral
Dia Mundial da Música	4 Outubro, 21:30	Centro Cultural de Milheirós de Poiares	Orquestra	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com a Academia de música de Paços Brandão • Apresentação de jovem solista laureado no Paços Premium 	Geral
Sinfoniónicos – Comida que se ouve, Música que se come	9 novembro, 11:00	Cineteatro António Lamoso	Banda	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação 1º ciclo • Brochuras 1º ciclo • Espetáculo com conteúdos multimédia 	Familiar e escolar



ORÇAMENTO ANO [2025]

DESPESAS		2025	
1. Equipas	180 636,29 €	56,61%	
2. Instalações e equipamentos/Espaços e equipamentos	16 850,00 €	5,29%	
3. Produção e montagem	39 700,00 €	12,44%	
3. Edição, registo e documentação	7 750,00 €	2,43%	
5. Logística	42 700,00 €	13,38%	
4. Promoção e comunicação	8 060,00 €	2,53%	
5. Despesas administrativas e de gestão	23 397,95 €	7,33%	
6. Despesas relacionadas com práticas de sustentabilidade e acessibilidade	- €	0,00%	
Total	319 094,22 €		

Recetas		2025	
1. Coproduções	- €	0,00%	
Monetário	- €	0,00%	
Espécie	- €	0,00%	
2. Bilheteira e outras receitas próprias	93 044,22 €	29,16%	
<i>Bilhetes/Inscrições</i>	8 875,00 €	2,78%	
<i>Recetas Próprias</i>	84 169,22 €	26,38%	
3. Direcção-Geral das Artes	135 000,00 €	42,31%	
Apoio Municipal	83 550,00 €	26,18%	
Monetário	70 000,00 €	21,94%	
Espécie	13 550,00 €	4,25%	
5. Outros apoios e financiamentos (públicos e/ou privados, nacionais e/ou internacionais)	7 500,00 €	2,35%	
Monetário	7 500,00 €	2,35%	
Espécie	- €	0,00%	
Total	319 094,22 €		

Espécie	€	%
	13 550,00 €	4,25%

ATA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS

Ao décimo sexto dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, no ICC – Imaginarius Centro de Criação, a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira (OBSJSMF), reuniu a direção da associação, encontrando-se presentes os seguintes elementos: -----

Presidente: Gil Ferreira (CMSMF) -----

Tesoureira: Joana Cardoso (CMSMF) -----

Vogal: Marco dos Santos (CMSMF) -----

Vogal: Elisabete Cruz (CMSMF) -----

Vogal: Rui Pedrosa de Moura (CMSMF) -----

Vogal: Ângela Lopes (AMSFM) -----

Vogal: António Andrade (CMTSM) -----

Vogal: Januário Sousa (AMPB) -----

Vogal: Nuno Costa (BMV) -----

A reunião foi presidida pelo Presidente da Direção, Gil Ferreira e teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Aprovação de ata da reunião anterior; -----

O presidente da direção Gil Ferreira iniciou os trabalhos com as boas vindas a todos os presentes e de imediato procedeu-se à votação da aprovação da ata nº52 referente a reunião anterior, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2 – Aprovação do plano de atividades e orçamento 2025; -----

O Presidente da Direção, Gil Ferreira, apresentou em linhas gerais as sete atividades anuais distribuídas pelas três áreas de atuação da AOBJSJSMF: programação/criação, ações de mediação de públicos e ações de formação, sublinhando também e com elevada importância, as atividades que assentam nos seguintes pilares: promoção do acesso ao público; na constituição de oportunidades para os jovens de Santa Maria da Feira, bem como na dignificação dos agentes culturais e associativos. O Presidente da direção, salientou ainda os 10 anos de programação do renovado Cineteatro António Lamoso e na importância da OBSJSMF se associar a esta celebração com um concerto com a Banda pop rock "Capitão Fausto". Por fim, reforçou a importância do projeto "Sinfoníonicos" onde sublinhou o espetáculo do dia nove de novembro com o tema "Comida que se ouve, Música que se come", uma fusão que pretende aliar a música com a Gastronomia. Por fim, o



Presidente da direção aproveitou para agradecer o contributo da Academia de Música de Santa Maria da Feira na boa colaboração que teve no programa Academia de Verão. -----
De seguida, o Presidente da direção apresentou o Orçamento para 2025, e começou por referir que a Orquestra conseguiu obter um financiamento da DGARTES pelo que permitiu manter o plano de atividades conforme apresentado. Salientou também que, para além do apoio financeiro da DGARTES e a diversificação de novas fontes de financiamento, como por exemplo, o protocolo de patrocínio, foram assim cumpridos dois objetivos que esta direção se propôs a realizar. Reforçou ainda, o apoio financeiro oriundo do Município com o contrato-programa cujo se revela de grande importância para sustentar o plano de atividades. -----

O vogal Januário Sousa, tomou da palavra para esclarecimentos, nomeadamente, quanto ao valor orçamentado para o espetáculo de homenagem ao músico Carlos Paredes dos Sinfoniónicos, fazendo uma comparação com os espetáculos Sinfoniónicos anteriores. Para uma melhor explicação, o Presidente da direção deu a palavra à coordenadora executiva Catarina Rebelo para esclarecer este ponto. Catarina Rebelo tomou da palavra e esclareceu que esta atividade tem a particularidade de ser uma obra de criação por encomenda e elencou as questões de produção que este espetáculo terá fazendo com que o custo final seja mais elevado que os anteriores espetáculos dos Sinfoniónicos.-----
Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, o presidente da direção passou à votação do plano de atividade e orçamento, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

3 – Outros Assuntos; -----

O Vogal Januário Sousa, deixou como contributo uma ideia de criação de um espetáculo com a temática de ópera. O Presidente da direção acolheu a ideia com satisfação, mas ressaltou que em reuniões anteriores já havia lançado o desafio às três academias/escolas para a criação de um espetáculo em conjunto, bem a semelhança do que é feito com as quatro bandas filarmónicas no espetáculo final da Festa das Fogaceiras. Acrescentou ainda que esta atividade terá de vir da base, ou seja das escolas e equipas pedagógicas, e caso o interesse de todas as partes seja real, a Associação fará parte do projeto e colaborará em conjunto. Ainda sobre esta questão, foi discutido entre todos e em concordância que qualquer tipo de proposta a apresentar, esta deve surgir das equipas pedagógicas. -----

O Presidente da direção aproveitou para informar aos presentes das estruturas que compõem a Associação, que em virtude do fim de mandato da direção atual, haverá eleições a dezassete de dezembro. Solicitou ainda, que será necessário a apresentação dos elementos das listas e quais as pessoas que melhor poderão representar a sua

estrutura na Associação. O Presidente pediu que estes nomes sejam enviados até à primeira semana de outubro do presente ano. -----

O vogal Januário Sousa pediu a palavra para demonstrar alguma preocupação sobre as provas realizadas para a admissão à OBSJSMF; disse que houve alunos da Academia de Paços de Brandão que participaram nas provas e que alguns alunos foram admitidos, mas não foram chamados para a realização dos espetáculos e referiu ainda sobre a informação da ata anterior quanto às provas de alguns instrumentos onde não houve alunos para participar nas provas para esses instrumentos. A coordenadora executiva Catarina Rebelo esclareceu e explanou a listagem de alunos que tinham frequentado os estágios até ao momento, demonstrando que os alunos admitidos foram chamados. O Presidente da Direção, esclareceu que o que foi dito referiu-se ao desequilíbrio de falta de músicos para determinados instrumentos e que não foi com sentido de criticar as escolas, mas sim como mote para uma reflexão entre todos para resolver essa situação. -----

A Vogal Ângela Lopes, tomou da palavra para questionar se já está pensado quando serão as novas provas. O Presidente da direção respondeu que caso todos concordem estas poderão ser calendarizadas. Aberta a discussão entre todos, ficou definido desenhar uma calendarização para a realização em novembro de dois mil e vinte e cinco. -----

O Vogal Januário Sousa, tomou da palavra para sugerir uma reunião informal do género 360º que teria como objetivo uma reflexão sobre os últimos três anos deste mandato, e preparação do próximo. Todos concordaram com a ideia e a mesma será agendada mediante a disponibilidade de todos os elementos da Associação. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como terminada a reunião. -----

O Presidente Direção

Gil Ferreira

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO

ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO